

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

Serinei César Grígolo

**A RENOVAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE LUTAS NA AGRICULTURA:
O CASO DAS FESTAS DAS SEMENTES CRIOULAS NO
SUL DO BRASIL**

Santa Maria, RS

2016

Serinei César Grígolo

**A RENOVAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE LUTAS NA AGRICULTURA: O CASO
DAS FESTAS DAS SEMENTES CRIOULAS NO SUL DO BRASIL**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Extensão Rural**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vivien Diesel

Santa Maria, RS

2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Grígolo, Serinei César

A renovação das estratégias de lutas na agricultura: o caso das festas das sementes crioulas no sul do Brasil. / Serinei César Grígolo.- 2016.

294 p.; 30 cm

Orientadora: Vivien Diesel

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2016

1. Sementes 2. Agroecologia 3. Produção simbólica 4. Mobilização social 5. Resistência I. Diesel, Vivien II. Título.

©2016

Todos os direitos autorais reservados a Serinei César Grígolo. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua das Flores, 770, casa 01. B. Nova Petrópolis - Francisco Beltrão - PR

Fone: 46 990715213; E-mail: serineister@gmail.com

Serinei César Grígolo

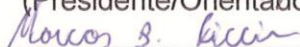
**A RENOVAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE LUTAS NA AGRICULTURA: O CASO
DAS FESTAS DAS SEMENTES CRIOLAS NO SUL DO BRASIL**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Extensão Rural**

Aprovado em 30 de agosto de 2016:



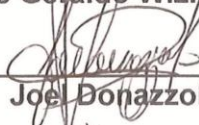
Vivien Diesel, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)




Marcos Botton Piccin, Dr. (UFSM)



José Geraldo Wizniewsky, Dr. (UFSM)



Joel Donazzolo, Dr. (UTFPR)



Iara Aquino Henn, Dra. (IFPR)

Santa Maria, RS
2016

DEDICATÓRIA

Ao povo que resiste a dominação, que do inesperado ressurgem, emprestando-me os elementos para este trabalho. Dedico também à minha orientadora, Vivien Diesel pela sensibilidade com as coisas da ciência e da vida e aos demais professores que tive na vida. A minha esposa Adriane pelo apoio, a minha filha Letícia e a meu filho Bernardo, pela força e pelas habilidades quando estava afastado do convívio familiar. Aos amigos e colegas, sem eles, a vida seria muito dura. Ao amigo, Valdir Duarte (In Memoriam).

AGRADECIMENTOS

Durante os estudos de doutoramento em Santa Maria-RS tive que forçosamente passar pelo que chamo de transformação. Explicitando melhor, passar de um pensamento cético e pessimista da realidade para um pensamento que vê nas práticas sociais um grande processo de mudança, que pese as análises generalistas de refluxo. Por debaixo da hegemonia e da dominação corre um rico processo criativo de transformações.

A concretização deste trabalho ocorreu, principalmente, pelo auxílio, compreensão e dedicação de várias pessoas. Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste estudo e, de uma maneira especial, agradeço:

A Prof. Dra. Vivien Diesel, minha orientadora. Poucos sentimentos na vida são tão eternos como a lembrança grata de pessoas que fizeram da nossa formação objeto de suas vidas. Devo a ela os importantes avanços acadêmicos por que passei durante o doutoramento e, com certeza, daqueles que virão. A sensibilidade e os ensinamentos que insistem em nos alertar que de tudo que julgamos avançado, há outro tanto de limitado, bem como pelas melhores sínteses que já tive a oportunidade de presenciar. Dedicção incomum, paciência, franqueza e atributos intelectuais extraordinários servirão de exemplo.

As pessoas, que no México, sem conhecer-me, que de forma incondicional, propiciaram uma das mais ricas experiências de minha vida, o que fez do processo desta tese uma realização pessoal, como muito gosto. Agradeço especialmente a Ivonne Vizcarra Bordi e Angélica Espinoza Ortega, investigadores comprometidos com a sociedade, que me receberam no Instituto de Ciencias Agropecuarias y Rurales (ICAR) de la Universidad Autónoma del Estado de Mexico (UAEM) pela oportunidade de conhecer a perspectiva de seus projetos. Agradeço a amizade e a convivência com Alan Sainz Sanchez que me acompanhou em Toluca, bem como a María José e Fernando pela acolhida.

Agradeço a Mônica Andrea Agudelo López, pelo êxito inesquecível da minha visita a Universidad Autónoma Chapingo, na ocasião da Feria Nacional de la Cultura Rural de Chapingo.

A Alida Corey, colega, que muito fez para que eu conhecesse o Instituto Nacional de Investigaciones Forestales, Agrícolas y Pecuárias - INIFAP - Campo

Experimental Valles Centrales de Oaxaca. Da mesma forma agradeço sua mãe, Martha Marcia Cruz e sua irmã, Tania Monserrat Arango e seu sogro, Eduardo Yescas Ramos (In Memoriam), que proporcionaram apoio, solidariedade, além da amizade e da melhor culinária Mexicana. Agradecer é pouco pelo que vivi nesta estadia em Oaxaca, coroada que foi pela atenção e pela conversa prazerosa e esclarecedora que nos proporcionou o pesquisador Flávio Aragon, do INIFAP. Agradecer de forma especial aos organizadores das Festas das Sementes Crioulas, como a ASSESOAR, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o CAPA, a ABAI, a Diocese de Santa Cruz – RS, ao Coletivo Triunfo e a AS-PTA, que disponibilizam suas experiências para estudos.

Agradecer a todos os amigos e colegas que colaboraram nos debates e em especial a Adilson Bellé, pelas longas conversas e pelo conforto do lar em Santa Maria. Da mesma forma, aos colegas Álisson e Vinícios. Ainda há muitos outros, em especial, a Iolanda, que soube dar seu apoio nos momentos críticos desta tese.

Agradecer aos pais pela referência sólida que significam em nossas vidas. Agradecer a esposa Adriane aos filhos Letícia e Bernardo, por terem suportado as angústias que passei. Que de alguma forma se converta em estímulo.

Agradecer a Universidade que estou lotado e ao programa de Pós-Graduação em Extensão Rural pela oportunidade.

Ao grupo de Agroecologia, da UTFPR, que deu suporte e informações enquanto estava distante, no qual realizamos nossos trabalhos mais significativos.

EPÍGRAFE

Soy la semilla nativa
La del saber ancestral
Sembrada por campesinos
De manera natural

Comamos sabor regional
En olla comunal
Chatarra no – orgánico si
Que no sea artificial
Sembremos en nuestro jardín
La huerta personal
Cuidemos nuestra identidad
Con un Pacto Mundial

Desde el fogón te saludo
Que florezcan tus talentos

Soy la semilla nativa
El alimento local
No necesito toxinas
Ni la Multi-nacional

Soy la Semilla nativa!

Hector Buitrago

RESUMO

A RENOVAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE LUTAS NA AGRICULTURA: O CASO DAS FESTAS DAS SEMENTES CRIOULAS NO SUL DO BRASIL

AUTOR: Serinei César Gríolo
ORIENTADORA: Vivien Diesel

O objetivo desta tese foi examinar as iniciativas com sementes crioulas tratando-as como um movimento social, elucidando os significados culturais e simbólicos mobilizados para a transformação da sociedade. A partir da noção de campo de Bourdieu, reconstituímos o campo das sementes posicionando no polo dominante os agentes profissionais ligados a indústria de sementes e no polo dominado os agentes da resistência, ligados aos movimentos e organizações sociais. A partir desta demarcação, buscamos identificar os mecanismos pelos quais se reproduzem os agentes dominantes e caracterizar as estratégias de luta dos agentes de resistência, problematizando seu sentido e alcance. A reconstituição do campo das sementes foi realizada a partir da análise de bibliografias produzidas no próprio campo, observando-se que o polo dominante do campo das sementes tem suas principais características definidas a partir da produção de sementes híbridas e se consolida com a transgenia. Na sua gênese a consolidação recebe aportes significativo de agentes do campo da ciência e da política. Em torno do processo que denominamos de gênese das sementes crioulas identificamos os estratégias pelas quais se busca subverter a dominação, concedendo especial atenção às festas das sementes crioulas. Com vistas a caracterizar a diversidade de estratégias de luta e seu sentido realizou-se revisão bibliográfica das iniciativas de resistência e estudo de caso em festas de sementes crioulas no sul do Brasil bem como levantamento de campo no México. Os dados primários foram obtidos, sobretudo, pela observação, entrevistas informais, registros sonoros e fotográficos, visita a museus, universidades, instituições de pesquisa, festas e feiras. As festas foram tratadas como instrumento simbólico, constituinte de movimentos contra-hegemônicos. Identifica-se que a resistência se dá no contexto amplo, ou seja, em relação ao modelo de agricultura e de forma específica, pela luta conformada na defesa das sementes crioulas. A produção de sementes crioulas como bem simbólico, denega o mercado, constitui grupos produtores que se reconhecem e se legitimam, nascem e se reforçam a partir de produções autônomas, mas, sobretudo, diante da lógica dominante, vem exigindo dos participantes a construção do outro possível, no que se pode compreender como lutas para transformar a sociedade. Nesta luta, o estudo das festas das sementes crioulas revela seu potencial na produção simbólica. Este estudo contribui com análises sobre os mecanismos e alcance da produção simbólica, tanto para manter como para subverter a dominação das sementes industriais.

Palavras-chave: Sementes. Agroecologia. Produção simbólica. Mobilização social. Resistência.

ABSTRACT

THE RENOVATION OF STRUGGLES STRATEGIES IN AGRICULTURE: THE CASE OF CREOLE SEEDS FESTIVALS IN SOUTH OF BRAZIL

AUTHOR: Serinei César Grígolo
ADVISOR: Vivien Diesel

The objective of this thesis was to examine the experiences with creole seeds as a resistance movement and to verify the cultural and symbolic significates associated with those seeds, mobilized for the transformation of society. We reconstructed through Bourdieu's notion of *field*, the field of seeds. This field is composed of professional agents linked to the seed industry as dominant agents, as well as agents of resistance, linked to social movements and organizations as dominated agents. Around the domination process, we structure the practices by which dominant agents reproduces himself and resistance strategies used by dominated agents. The reconstitution of the field of seeds was made with analysis of bibliographies produced by the field agents and it reveals that the dominant pole of the field of seeds, in its general characteristics, emerges from hybrid seeds and it is consolidated with the transgenia. From its genesis to its consolidation receives significant contributions of the science and politics fields. On the other hand, the resistance agents depend on diversified struggle strategies, with emphasis on creole seeds feasts. We take for to study the Creole Seeds feasts of the South of Brazil and some practices of resistance of Mexico. We take the feasts as symbolic instruments and constituent of counter-hegemonic movements. The primary data were obtained mainly through observation, informal interviews, sounds and photographic records of the places visited like a museums, universities, research institutions, feasts and fairs. The study points out that the resistance occurs in the broad context, that is, to agriculture model as a specific way, and in defense of creole seeds. The production creole seeds as a symbolic good, denies the market, constitute producer groups that are recognize and legitimize, are born and reinforced from autonomous productions, but, above all, in the face of the dominant logic, has been requiring of the participants the construction of the other possible, in what is understood as struggles for to transform the society. This study contributes with analysis of the reach of symbolic production both for to maintenance as to subvert the domination on the industrial seeds.

Keywords: Seeds. Agroecology. Symbolic production. Social mobilization. Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Agentes destacados do campo das sementes em diferentes períodos.....	67
Figura 2 – Agentes contestatório destacados do campo das sementes em diferentes períodos.	90
Figura 3 – Agentes destacados do campo das sementes no Brasil em diferentes períodos	115
Figura 4 – Capa da obra intitulada “Programa de Sementes” publicada em 1974	118
Figura 5 – Regras de análise de Sementes da AOSA tomadas como referência para as normas brasileiras.....	119
Figura 6 – Publicação da ISTA referente a treinamento sobre regras de análise de sementes realizado no Brasil	119
Figura 7 – Regras de Análise de Sementes Brasileiras segundo normas da ISTA e AOSA.....	120
Figura 8 – Agentes contestatórios do campo das sementes no sul do Brasil em diferentes períodos	132
Figura 9 – Possibilidades de distinção do trabalho instituinte com sementes crioulas no sul do Brasil.	154
Figura 10 – Diversidade de referenciais para a “boa semente”.	157
Figura 11 – Cenário possível e tendências de disputas pelas sementes.....	159
Figura 12 – Participação de significativo número de pessoas no Encontro Diocesano de Sementes Crioulas nos momentos de “discussão séria”.....	170
Figura 13 – Momento da troca de sementes na Festa Regional de Sementes no Sudoeste do Paraná	172
Figura 14 – Declaração pública em placa de entrada na instituição ABAI.....	173
Figura 15 – Destaque para os dois principais agentes promotores do Dia da Troca de Sementes Crioulas, Ibarama – RS.....	174
Figura 16 – Festa promovida pelo Coletivo Triunfo em Rio Azul (PR).....	176
Figura 17 – Especificidades do formato das festas das sementes crioulas	178
Figura 18 – Fotos do embelezamento do espaço da festa das sementes de Ibarama (RS) e Mandirituba (PR).	181
Figura 19 – A expressão estética de formatos e cores de sementes crioulas	182
Figura 20 – Conservação pelos agricultores de espécies sem interesse utilitário. .	183
Figura 21 – Representação das sementes com asas e relação das sementes crioulas como as pessoas.....	184
Figura 22 – Alguns exemplos de cartazes das festas das sementes.....	185
Figura 23 – Empresas sementeiras apresentadas como monstros e crianças representam a liberdade das sementes.....	187
Figura 24 – Interação dos participantes na Festa de Mandirituba - PR. Troca simbólica de sementes	188
Figura 25 – Momento da partilha dos alimentos na festas de Mandirituba - PR.....	189
Figura 26 – Momento da troca das sementes em festas realizadas no sul do Brasil.....	192
Figura 27 – Conferindo prestígio a agentes que desenvolvem trabalhos com sementes crioulas	193
Figura 28 – Identidade do guardião de semente preservada na troca de sementes face a face em Ibarama – RS.....	194

Figura 29 – Infógrafos da Red maíz para a campanha “En Defensa del maíz”.....	245
Figura 30 – Altar de rãs. Relação festa com <i>maíz</i>	247
Figura 31 – Uso de termos “agricultura sustentável” pela Bayer fazendo alusão a cultura da soja.	266

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da produção de sementes selecionadas entre os anos 1965 a 1975 nas regiões Sul e Centro-Oeste (ton).....	104
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Acordos internacionais destacados sobre recursos genéticos.....	84
Quadro 2 – Ano e localidade onde foram realizados experimentos do Ensaio Nacional do Milho Crioulo no sul do Brasil.....	143
Box 1 – Origem de algumas sementes no período Brasil Imperial	97
Box 2 – Memorando enviado a corte em 1851 solicitando o envio de sementes ao Brasil.	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	– Associação Brasileira de Agroecologia
ABAI	– Associação de Amparo a Infância e da Fundação Vida para Todos
ABCSEM	– Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas
ABRASEM	– Associação Brasileira de Sementes e Mudas
ABRATES	– Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes
AGIPLAN	– Ação Governamental para Implantação do Plano Nacional de Sementes
AID	– Agency For International Development
ANA	– Associação Nacional de Agroecologia
AOPA	– Associação de Agricultura Orgânica do Paraná
AOSA	– Association of Official Seed Analysts (Associação dos Analistas Oficiais de Sementes (Washington))
APACO	– Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - SC
APTA	– Associação de Programas em Tecnologias Alternativas — ES
ASA/PB	– Articulação do Semi-Árido Paraibano
AS-PTA	– Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASSESOAR	– Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural — PR
ASSINSEL	– International Association of Plant Breeders for the Protection of Plant Varieties
ATER	– Assistência Técnica e Extensão Rural
BRASPOV	– Associação Brasileira de Obtentores Vegetais
CAPA	– Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CDB	– Convenção sobre Diversidade Biológica
CBU	– Convenção sobre Biodiversidade Ecológica
CEB's	– Comunidades Eclesiais de Base
CENARGEN	– Centro Nacional de Recursos Genéticos
CEPAL	– Comisión Económica para América y el Caribe
CETAP	– Centro de Tecnologias Alternativas Populares — RS
CGIAR	– Consultative Group on International Agricultural Research
CIAT –	International Center for Tropical Agriculture
CIMI	– Conselho Indigenista Missionário
CIMMYT	– International Maize and Wheat Improvement Center
CNBB	– Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEPA	– Centros Nacionais de Ensino e Pesquisa Agronômica
CNPMS	– Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo
CNPq	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTNBio	– Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CONIA-FONIAP	– Consejo Nacional de Investigaciones Agrícolas - Fondo Nacional de Investigaciones Agro-pecuarias (Venezuela)
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPO	– Comissão Pastoral Operária
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
DIPOA	– Departamento de Inspeção dos Produtos de Origem Animal
DIPOV	– Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DISEM	– Divisão de Sementes e Mudas
DNA	– Ácido desoxirribonucleico
DNPV	– Departamento Nacional de Produção Vegetal

EMATER	– Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA	– Encontro Nacional de Agroecologia
ESPLAR	– Centro de Pesquisa e Assessoria,
EUA	– Estados Unidos da América
FAO	– Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FASE	– Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETRAF	– Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FIS	– Fédération Internationale du Commerce des Semences
GATT	– Rodada Uruguaí do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GRAIN	– Genetic Resources Action International
IAC	– Instituto Agrônomo de Campinas
IAF	– Inter-American Foundation
IAPAR	– Instituto Agrônomo do Paraná
IBASE	– Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBEC	– International Basic Economic Corporation
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	– Instituto Colombiano Agropecuario (Colômbia)
ICAR	– Instituto de Ciencias Agropecuarias y Rurales (México)
ICMS	– Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
IFOAM	– International Federation of Organic Agriculture Movements
IICA	– Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IITA	– Instituto Internacional para Agricultura Tropical
INDA	– Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INIA	– Instituto Nacional de Investigaciones Agrícolas (Chile)
INIA –	– Instituto Nacional de Investigaciones Agrícolas (México)
INIAP	– Instituto Nacional de Investigaciones Agropecuarias (Equador)
INIFAP	– Instituto Nacional de Investigaciones Forestales, Agrícolas y Pecuárias (México)
INSTA	– International Seed Testing Association
INTA	– Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (Argentina)
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEAS	– Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Sul
IPPC	– International Plant Protection Convenção
ISF	– International Seed Federation
JAC	– Juventude Agrária Católica
LLP	– Low Level Presence
LPC	– Lei de proteção de Cultivares
MAB	– Movimento dos Atingidos por Barragens
MAIC	– Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
MAPA	– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	– Ministério de Desenvolvimento Agrário
MISEREOR	– Organização Episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a Cooperação
MMC	– Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	– Movimentos dos Pequenos Agricultores
MST	– Movimento Sem Terra
NBTs	– New Breeding Techniques
OCDE	– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC	– Organização Mundial de Comércio
OMPI	– Organização Mundial da Propriedade Intelectual
ONGs	– Organizações Não Governamentais
OVMs	– Organismos vivos modificados
PAA	– Programa de Aquisição de Alimentos
PDA	– Projetos Demonstrativos
PLANASEM	– Plano Nacional de Sementes
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	– Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRJ	– Pastoral da Juventude Rural
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PVPA	– Plant Variety Protection Act
RALLT	– Red por una America Latina Libre de Transgenicos
RECOOP	– Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária
REDE	– Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
RENASEM	– Registro Nacional de Produção, Comércio e Fiscalização de Sementes
RNC	– Registro Nacional de Cultivares
RURECO	– Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região
SABIÁ	– Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá — PE
SASOP	– Serviços de Assessoria a Organizações Populares Rurais — BA
SDA	– Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SDT/MDA	– Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento
SEC	– Socioeconomic Considerations
SIPA	– Servicio de Investigación y Promoción Agraria (Peru)
SNA	– Sociedade Nacional de Agricultura
SNPA	– Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas
SPSB	– Serviço de Produção de Sementes Básicas
STR	– Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TA	– Tecnologias apropriadas
TRIPs	– Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio)
UAEM	– Universidad Autónoma del Estado de Mexico
UCCS	– Unión de Científicos Comprometidos con la Sociedad
UFRGS	– Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	– Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFMS	– Universidade Federal de Santa Maria - RS
UNAIC	– União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu – RS
UNAM	– Universidad Nacional Autónoma de México
UNIOESTE	– Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UPOV	– International Union for the Protection of New Varieties of Plants (União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais)
USAID	– United States Agency for International Development
UTFPR	– Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	AS DISPUTAS PELAS SEMENTES.....	31
2	AGENTES ECONÔMICOS E SUAS ESTRATÉGIAS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NATURALIZAÇÃO DAS SEMENTES INDUSTRIAIS EM ÂMBITO INTERNACIONAL.....	37
2.1	A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS RELATIVAS AS SEMENTES.....	39
2.1.1	A diferenciação das práticas em favor das sementes selecionadas.....	39
2.1.2	A diferenciação das práticas em favor das sementes híbridas	46
2.1.3	A diferenciação das práticas em favor das sementes de alto rendimento.....	51
2.1.4	A diferenciação das práticas em favor das sementes transgênicas	58
2.2	DETERMINANTES DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS: AGENTES E SUAS ESTRATÉGIAS PARA NATURALIZAÇÃO DAS SEMENTES INDUSTRIAIS.....	62
2.2.1	Agentes atuantes na naturalização das sementes de origem industrial	63
2.2.1.1	<i>A relevância dos cientistas.....</i>	<i>64</i>
2.2.1.2	<i>A relevância das entidades de representação.....</i>	<i>66</i>
2.2.1.3	<i>A relevância dos agentes políticos.....</i>	<i>69</i>
2.2.2	Agentes atuantes na desnaturalização das sementes de origem industrial	70
2.2.2.1	<i>A contestação dos impactos ambientais do modelo de agricultura industrial.....</i>	<i>71</i>
2.2.2.2	<i>A contestação dos princípios subjacentes à legislação do campo de sementes.....</i>	<i>73</i>
2.2.2.3	<i>A contestação das relações entre biotecnologia e desenvolvimento.....</i>	<i>76</i>
2.2.2.4	<i>A contestação do discurso sobre as implicações da transgenia para a saúde e meio ambiente</i>	<i>78</i>
2.2.2.5	<i>A contestação do discurso sobre a neutralidade política da introdução de sementes transgênicas.....</i>	<i>79</i>
2.3	ALCANCE DAS LUTAS CONTESTATÓRIAS: DESNATURALIZAÇÃO DAS SEMENTES INDUSTRIAIS EM CURSO?.....	80
2.3.1	Influência dos agentes contestatórios do campo cultural sobre campo político	81
2.3.2	nfluência dos agentes contestatórios do campo cultural sobre campo econômico	88
2.3.3	Uma revisão das estratégias de luta dos agentes contestatórios está em curso?	91
3	AGENTES ECONÔMICOS E SUAS ESTRATÉGIAS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NATURALIZAÇÃO DAS SEMENTES INDUSTRIAIS NO BRASIL.....	95
3.1	HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS RELATIVAS ÀS SEMENTES NO BRASIL.....	96
3.1.	A diferenciação das práticas em favor das sementes selecionadas no Brasil.....	96

3.1.2	A diferenciação das práticas em favor das sementes híbridas no Brasil	100
3.1.3	A diferenciação das práticas em favor das sementes de alto rendimento no Brasil	103
3.1.4	A diferenciação das práticas em favor das sementes transgênicas no Brasil	109
3.2	DETERMINANTES DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS: AGENTES E SUAS ESTRATÉGIAS PARA NATURALIZAÇÃO DAS SEMENTES DE ORIGEM INDUSTRIAL NO BRASIL	115
3.2.1	A dinâmica do processo de naturalização das sementes de origem industrial no Brasil	115
3.2.2	A dinâmica do processo de desnaturalização das sementes de origem industrial no Brasil	121
3.2.2.1	<i>A luta mediante contestação e elaboração de narrativas alternativas ...</i>	123
3.2.2.1.1	A contestação do sentido da legislação de sementes no Brasil.....	123
3.2.2.1.2	A contestação do potencial das tecnologias modernas na superação da pobreza na agricultura no Brasil	126
3.2.2.2	<i>A mobilização em torno de iniciativas instituintes</i>	130
3.3	ALCANCE DAS LUTAS CONTESTATÓRIAS: DESNATURALIZAÇÃO DAS SEMENTES INDUSTRIAIS EM CURSO NO BRASIL?	133
3.3.1	Influência dos agentes contestatórios do campo cultural sobre o campo político	133
3.3.2	Influência dos agentes contestatórios do campo cultural sobre o campo econômico	138
3.3.2.1	<i>Aproximando-se ao alcance das iniciativas instituintes</i>	139
3.3.2.1.1	Iniciativa do IAPAR	139
3.3.2.1.2	Iniciativa articulada em rede nacional pelo PTA	141
3.3.2.1.3	Iniciativa do sindicato em Anchieta (SC).....	145
3.3.2.1.4	Iniciativas do CAPA em Canguçu e Ibarama	147
3.3.2.1.5	Iniciativa da Caritas na Região de Santa Cruz (RS)	150
3.3.2.1.6	Iniciativa da Assesoar (PR).....	151
3.3.2.2	<i>Diversidade de orientações e formatos das iniciativas instituintes</i>	154
3.3.3	Uma revisão da estratégia de luta dos agentes está em curso?	157
4	ESTRATÉGIAS CONTESTATÓRIAS COM INCIDÊNCIA SOBRE PODER SIMBÓLICO: AS FESTAS DAS SEMENTES CRIOULAS COMO “ALQUIMIA SÓCIO SIMBÓLICA”	163
4.1	O PODER SIMBÓLICO E O PODER DAS FESTAS	166
4.2	APROXIMANDO-SE ÀS FESTAS I: O LOCUS, ATORES E ORIGEM DAS FESTAS DAS SEMENTES CRIOULAS	169
4.3	APROXIMANDO-SE ÀS FESTAS II: O FORMATO DAS FESTAS.....	177
4.4	REVELANDO OS MEANDROS DA “ALQUIMIA SÓCIO-SIMBÓLICA” I: A DIVERSIDADE DE MECANISMOS E INTERAÇÃO DE LINGUAGENS NA “ALQUIMIA SÓCIO-SIMBÓLICA”	180
4.5	REVELANDO OS MEANDROS DA ALQUIMIA SÓCIO-SIMBÓLICA II: INCIDINDO SOBRE AS DISPOSIÇÕES POR MEIO DA TROCA	191
4.6	REVELANDO OS MEANDROS DA ALQUIMIA SÓCIO-SIMBÓLICA III: A SELETIVIDADE DAS AUTORIZAÇÕES DE ENUNCIÇÃO E DAS CONSAGRAÇÕES	197
4.7	REVELANDO OS MEANDROS DA ALQUIMIA SÓCIO-SIMBÓLICA IV: OS DISCURSOS COMO MOBILIZADORES DE IDENTIFICAÇÕES.....	200

4.7.1	Visão de mundo e luta das sementes na Festa de Mandirituba	202
4.7.2	Visão de mundo e luta das sementes na Festa de Rio Azul – Coletivo Triunfo	209
4.7.3	Visão de mundo e luta das sementes na festa de Ibarama	214
4.8	ANÁLISE DAS FESTAS COMO ALQUIMIA SOCIO-SIMBÓLICA E ESPAÇO INSTITUINTE	221
4.9	REVELANDO O POTENCIAL INSCRITO NA ALQUIMIA SIMBÓLICA: DA DESNATURALIZAÇÃO DAS SEMENTES INDUSTRIAIS À DESNATURALIZAÇÃO DA SOCIEDADE QUE AS PROMOVEM	223
5	ESTRATÉGIAS CONTESTATÓRIAS COM INCIDÊNCIA SOBRE PODER SIMBÓLICO: O MOVIMENTO MEXICANO DE RESISTÊNCIA	227
5.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA DIVERSIDADE	229
5.2	UMA DIVERSIDADE MANTIDA PELA CULTURA	231
5.3	UM CAMPO QUE COEVOLUI.....	233
5.4	SOB AMEAÇA.....	236
5.5	AGENTES E VALORES DEFENDIDOS.....	240
5.6	UM ESTUDO DA SÓCIO-ALQUIMIA SIMBÓLICA DAS FESTAS MEXICANAS	246
5.6.1	Trabalhando sobre o legado cultural: as festas populares nas culturas pré-hispânicas do México indígena	246
5.6.2	As festas das sementes mexicanas promovidas pelos agentes contestatórios	251
5.7	APRENDIZADOS COM O CASO MEXICANO: RESISTIR É RESGATAR, NUTRIR E DEFENDER	257
6	AS AMEAÇAS E VALORES A PRESERVAR NAS DISPUTAS PELAS SEMENTES	259
6.1	MUDANÇA DE POSTURA DA INDÚSTRIA EM RELAÇÃO AS SEMENTES CRIOULAS	260
6.1.1	Valorização das sementes crioulas pela indústria de sementes	260
6.1.2	Reconfigurações nas relações entre agentes econômicos no campo das sementes	261
6.2	RECONFIGURAÇÕES NAS DISPUTAS SOBRE AS SEMENTES CRIOULAS?	264
6.2.1	A transfiguração dos agentes como característica destacada do cenário político	264
6.2.1.1	<i>A transfiguração da indústria de sementes</i>	264
6.2.1.2	<i>Transfigurações simbólicas de agentes contestatórios</i>	268
6.3	RECONHECIMENTO DO VALOR DAS CRIOULAS PELA INDÚSTRIA DE SEMENTES SIGNIFICA SUPERAÇÃO DAS DISPUTAS?	269
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	273
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	281
	APÊNDICE A – LISTA DE INTERLOCUTORES NO BRASIL E NO MÉXICO	293

1 AS DISPUTAS PELAS SEMENTES

Iniciamos nossos estudos com o interesse pela avaliação das possibilidades de transformação social a partir de ampliação do alcance de experiências oriundas dos movimentos populares por meio de políticas públicas. Como sabemos, nas sociedades as coisas nascem, se expandem, se conservam, se transformam ou se extinguem de forma não natural, ou seja, são produto de lutas entre grupos sociais. Portanto, presume-se que tanto o interesse pelas experiências oriundas dos movimentos populares quanto sua expansão não ocorrem sem conflitos.

Para compreender esta dinâmica conduzimos uma investigação exploratória em torno dos casos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e do Proambiente¹. Com a realização desta investigação, percebemos que a estruturação de políticas públicas, a partir de experiências dos movimentos populares, implica em constantes disputas em âmbito econômico, científico e o político. Identificou-se, também, que esta dinâmica pode resultar num “esvaziamento” do sentido original de uma experiência ou proposta, em relação a visão dos agentes proponentes. Dada a complexidade destes processos optamos por realizar um recorte no objeto de estudo, selecionando uma das lutas dos movimentos populares com repercussões no âmbito das políticas públicas: lutas em torno às sementes.

A natureza das sementes usadas na agricultura vêm sendo um objeto original de preocupação e de luta social, com disputas em múltiplos níveis. Chamou-nos atenção a utilização de estratégias singulares pelos movimentos populares, como as Festas das Sementes Crioulas.

O interesse pelas festas surge por considerarmos, inicialmente, que as festas poderiam significar uma renovação das formas de mobilização dos movimentos populares, pois a luta enunciada nas festas não se restringia à questão das sementes, problematizando os princípios que regem as relações sociais em si. Neste processo de aprendizado e de busca pelo tema de estudo, teríamos então nos aproximado definitivamente do estudo das sementes crioulas e das festas.

A investigação da luta em torno das sementes levou-nos à uma demarcação do objeto de estudo como produto histórico, cuja gênese haveria de ser

¹ Ver mais em Little (2005).

reconstituída. Surgiu, então, a necessidade de compreender a evolução dos interesses, estratégias e disposições dos agentes ligados às sementes melhoradas e dos agentes que atualmente se mobilizam em torno das “sementes crioulas”. Sementes melhoradas foram identificadas, nesta tese, como aquelas que são resultantes do processo de melhoramento, que servem como principal referência técnica em cada época, adotado pelas indústrias na produção de sementes comerciais (por isso podem ser denominadas de sementes industriais). Desta forma, o termo se opõe a produção artesanal de sementes. Quando o melhoramento de sementes é realizado pelo trabalho artesanal e ligado à cultura local, denominaremos de sementes crioulas, evitando o termo melhoradas, dado o peso histórico que este termo carrega por sua vinculação com a indústria de sementes. Nesta perspectiva as sementes são reconhecidas como produto histórico-cultural, como componente de uma prática relacionada a uma determinada conformação econômico-política, a qual está sendo disputada.

A relação desse pesquisador com o tema das lutas sociais, movimentos populares rurais e com o tema das lutas em prol das sementes crioulas se deve a sua vida profissional, iniciada no âmbito de organizações não governamentais, orientadas à educação popular². Ainda que tenham sido realizadas tentativas necessárias de afastamento destas origens para evitar que tais influências mascarassem os resultados, é justo informar esta condição, visto que pode ter influenciado na escolha do tema e na abordagem teórico/metodológico de análise do mesmo³.

A perspectiva de abordagem do tema parte do reconhecimento de que as sementes, que ora denominamos de crioulas, têm sido utilizadas por milhares de anos, apesar de toda sorte de eventos naturais e sociais que concorrem para a sua desvalorização, abandono ou extinção. Neste contexto, identificamos a emergência de renovadas estratégias de valorização e defesa do uso de sementes crioulas, quase sempre relacionadas a lutas pela transformação social, a partir da visão de

² Entre elas citamos a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar, que, em seus planos trienais, incluiu a realização de práticas sociais contestatórias ao poder estabelecido e eventos festivos em torno das sementes crioulas. Atualmente o autor é Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Dois Vizinhos – UTFPR.

³ Nestes casos, segundo Bourdieu (2004), deve-se procurar comprometer um saber a uma realidade por meio de um trabalho científico.

mundo de agentes em posição subordinada em relação aos grupos dominantes, que se agregam em torno a defesa e expansão da indústria de sementes⁴.

Os instrumentos de dominação sempre foram objetos dos mais variados estudos nas ciências sociais. Segundo Wacquant (2013), desvendar os mecanismos da dominação foi uma obsessão científica de Bourdieu, de modo que suas obras revelam as diferentes facetas da dominação. Em nosso entendimento, o estudo das disputas em torno às sementes poderia ser suportado teoricamente pela noção de campo trabalhada por Bourdieu, pressupondo-se que a “naturalização” da semente melhorada (negação do caráter histórico-cultural da mesma e sua apresentação como única possibilidade) é produto de estratégias de reprodução dos agentes dominantes do campo e que esta noção tem sido contestada, enseja resistência e proposição de alternativas (instituinte) por parte dos agentes subordinados. Nesse contexto o estudo das disputas simbólicas em torno às sementes é um componente importante da investigação e conduz a um aprendizado amplo sobre as possibilidades e as estratégias de transformação social.

Dentre as noções introduzidas por Bourdieu (2004a) para análise das relações de força entre grupos sociais, neste estudo assumem especial relevância as noções de campo⁵ e de poder simbólico. Assim passamos a tratar os conflitos em torno das sementes como estruturadores de um campo, com agentes dotados de posse desigual de capitais, ou seja, entre agentes dominantes, identificados com a produção das sementes melhoradas e agentes contestatórios, ligados as sementes crioulas. Seguindo a noção de campo de Bourdieu (2004a; 2004b), o campo das sementes será compreendido como um espaço relativamente autônomo, ou seja, um espaço social especializado da sociedade que tem o poder de produzir leis específicas para si e estabelecer critérios de classificação do que denominam de “boa semente”, segundo seus próprios interesses, refratando ou retraduzindo, sob a sua lógica, as pressões internas e externas.

⁴ Compreendemos que o campo das sementes acompanha a evolução da lógica das relações capitalistas na agricultura, das transformações por que passaram os agricultores, de agricultores autossuficientes à agricultores especializados e dependentes da indústria. Este estudo considera a produção de sementes como atividade especializada que faz parte de um processo de mudança estrutural de divisão do trabalho.

⁵ A noção de Campo é encontrada em muitas das obras de Bourdieu. Em “Os usos sociais da ciência”, encontra-se uma das abordagens mais acessíveis sobre a noção. Esta tese é perpassada, sobretudo, por este e outros termos extraídos das obras de Bourdieu como conceitos de capital, poder simbólico, habitus, bem como desnaturalização da dominação e a sua concepção de Estado.

Segundo Bourdieu (2004a), um campo possui uma fronteira, dentro das quais, agentes lutam pelo domínio do campo. Desta forma definem-se os agentes legítimos do campo, os dominantes e os subordinados, de modo que a noção de “boa semente” passa a ser utilizada para definir os que podem e não podem operar na produção e distribuição de sementes, restringindo a entrada de novos agentes como produtores de sementes. Quanto mais autônomo for um campo, maior seu poder de refração, portanto, maior será a dificuldade dos agentes desafiantes para contestar as regras do campo.

Nesta luta, então, a enunciação de princípios classificatórios em torno a “boa semente” visa legitimar o poder de fazer valer um interesse específico dos agentes dominantes, como se fosse interesse de todo o campo, cumprindo uma função política.

Conforme perspectiva de Bourdieu iniciativas mais radicais de crítica social haveriam de incidir sobre a dimensão simbólica:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 2007, p. 15).

Em nossa investigação consideramos que o campo das sementes é composto por dois polos, por um lado, pelos agentes ligados a indústria das sementes, que produzem e controlam as sementes melhoradas, entre elas as transgênicas. Por outro, os agentes ligados as sementes crioulas, que empenham esforços em sua valorização, ao mesmo tempo em que contestam o controle e a posse das sementes exercidas pelos agentes dominantes. O campo das sementes possui, portanto, um polo especializado em produzir sementes de forma industrial, com profissionais da área, como maior poder de decisão sobre as regras e as estruturas do campo. Possui no outro polo, agentes contestatórios, que lutam para subverter a lógica impressa pelos agentes dominante e estabelecer novas classificações das sementes e do mundo, no sentido de controlar e validar principalmente as sementes crioulas como “semente”.

Diante do exposto, o presente estudo buscará compreender as especificidades do campo das sementes, levando em conta que segue as características gerais do espaço social, mas que também possui suas leis próprias, específicas para o campo, como um microcosmo na acepção de Bourdieu (2004a; 2004b), onde se estabelecem relações de força entre agentes que desenvolvem estratégias de naturalização da dominação das sementes melhoradas e agentes que desenvolvem suas práticas como resistência, buscando a desnaturalização do controle sobre as sementes, valorizando desta forma as sementes crioulas⁶. Nesta perspectiva, o que está em jogo é o poder de imposição do interesse do campo; da lógica de funcionamento; da definição das fronteiras e dos agentes legítimos e os princípios classificatórios das sementes, como a definição da “boa” sementes, do próprio termo “semente”.

Dada a dificuldade e complexidade de reconstituição da estrutura do campo (com suas variações históricas e geográficas), optamos por realizar, inicialmente uma análise da formação do campo em âmbito global e, depois, do caso brasileiro. Na análise da formação do campo focamos, inicialmente, no polo dominante, interpretando as estratégias a que a indústria de sementes recorreu para “naturalização” das sementes melhoradas em âmbito global para, depois, considerar o polo dominado, em sua luta pela desnaturalização das sementes industriais. A partir desta recomposição será realizado um esforço analítico para aproximação à estrutura do campo das sementes e poder de influência dos agentes contestatórios.

Num terceiro momento o estudo se deterá num exame de uma das principais estratégias a que recorrem os movimentos contestatórios, relacionadas à produção simbólica. Esta ênfase do estudo deve-se ao entendimento da importância das disputas simbólicas, uma vez que o poder simbólico, para Bourdieu, é capaz de subverter a ordem, construir grupos de interesse que se reconhecem e geram proposições alternativas alinhadas a princípios comuns e que produzem mais movimento e coesão de práticas. Dito de outra forma, as festas e as demais práticas com sementes crioulas se colocam à pesquisa no sentido de compreender o poder

⁶ Carvalho (2003) afirma que, para a maioria das pessoas, ciência, tecnologia e inclusive o próprio Estado seriam neutros politicamente e por isso atuariam para o benefício de todas as classes. O “desmascaramento” da suposta neutralidade da ciência, da tecnologia e do Estado, corresponde ao que denominamos nesta tese de desnaturalização. Desta forma nos somamos à perspectiva de Carvalho (2003), na reconstrução teórica da evolução do campo das sementes, reconhecendo que interesses da indústria de sementes se naturalizam nas leis do Estado, nas ciências e nas tecnologias, ao se apresentar como interesse de todos.

de mobilização que possuem. Portanto, se faz necessário o estudo da formação de um campo de lutas, de representações sociais alternativas, de acúmulo de “capitais” que podem se traduzir ou apontar para o embate com os grupos dominantes do espaço social e nos próprios campos.

Por fim, busca-se reconstituir o cenário atual das lutas em torno as sementes, confrontando e discutindo representações simbólicas e lutas de agentes dominantes e dominados.

2 AGENTES ECONÔMICOS E SUAS ESTRATÉGIAS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NATURALIZAÇÃO DAS SEMENTES INDUSTRIAIS EM ÂMBITO INTERNACIONAL

“O personagem, nunca conseguirá chegar até ao topo, nem os donos do poder permitirão que o faça. Em vez disso, o suposto agrimensor – porque nem mesmo sobre a sua ocupação se pode ter certeza – busca reivindicar seus direitos a um verdadeiro cortejo de burocratas, que o atiram de um lado para outro com argumentos que desenham o labirinto intransponível em que se entrincheira a dominação” (KAFKA, 2008).

É amplamente reconhecida a existência de um grande mercado para sementes de origem industrial. Sob uma perspectiva histórica, salienta-se que a prática da utilização de sementes de origem industrial é um fenômeno relativamente recente. Tais constatações levam a questionar como a prática da utilização de sementes de origem industrial veio a tornar-se hegemônica nas sociedades ocidentais.

A interpretação deste processo pode ser realizada tomando-se como referencial a noção de “campo” de Bourdieu (2004a; 2004b)⁷, conduzindo a investigação ao interesse pela identificação dos agentes dominantes, mecanismos e estratégias de dominação na constituição do campo das sementes.

Como linha orientadora da pesquisa, pressupomos que a indústria de sementes se constituiu num agente que, ao longo da história recente, passou a atuar como agente dominante. Tal posição resulta de luta para impor sua visão de mundo e interesses, traduzida em critérios de classificação sobre “boa semente” aos demais agentes, refratando as pressões internas discordantes. Pressupomos, também, que nessa luta assumiu especial relevância o acúmulo de capital simbólico, que legitimou a indústria como agente dominante e legitimou a defesa dos interesses da indústria. Nesse sentido, entendemos que os mecanismos e estratégias de dominação estenderam-se à própria definição de semente, com a naturalização das sementes melhoradas, de origem industrial. Assim efetivou-se a possibilidade de produção de

⁷ Considerando, nesse caso, que o campo das sementes faz parte de um campo maior. Suas características são homólogas de um campo econômico, do qual faz parte e reproduz seus princípios, mas também possui regras específicas de funcionamento, que se expressam em normativas que instituem a própria indústria.

riquezas a partir da mercantilização de sementes. A aceitação tácita das sementes industriais, pela maioria da sociedade, revela o grau de naturalização do processo de abandono das sementes crioulas.

Este capítulo trata, então, do estudo do processo histórico de naturalização das sementes de origem industrial, considerado como resultante da atuação de agentes que, na sua luta, virão a se tornar dominantes⁸, e das disputas que emergiram neste processo.

Como o processo de naturalização das sementes de origem industrial tem abrangência global, foi necessário extrapolar a análise para além do caso brasileiro, de forma a contemplar a organização estrutural e estratégias próprias da indústria de sementes e de outros agentes que contribuem na sua luta.

A pesquisa histórica revelou a conveniência de compreender a evolução da diferenciação das práticas relativas às sementes⁹ nos EUA, dado o protagonismo dos agentes oriundos deste país na conformação da estrutura e referências simbólicas em âmbito internacional.

Na redação deste capítulo considerou-se que os agentes dominantes têm disposição a incidir sobre as práticas relativas as sementes e que, em cada momento histórico, recorrem a critérios de classificação sobre o que pode ser considerado “boa semente”. A observação das diferenças nos critérios reivindicados pelos agentes hegemônicos constitui um bom ponto de partida para estruturação do texto, que passa a ser estruturado em torno das noções de “boa semente” afirmadas em cada período: a semente selecionada, a semente híbrida, a semente de alto rendimento e a semente transgênica.

Assim, pela reconstituição histórica procurou-se desnaturalizar o processo pelo qual as sementes artesanais foram sendo relegadas e substituídas pelas sementes industriais, demonstrando a existência de um longo conflito entre os agentes envolvidos, que disputam o poder legítimo de nominar, classificar, dar valor, controlar e impor regras à produção de sementes. Estudou-se a posse, a produção e

⁸ Desta forma, para efeito de análise, primeiramente analisaremos este grupo de agentes e na seção 3, analisaremos os agentes contra-hegemônicos, entendendo que ambos constituem o campo.

⁹ Conforme Bourdieu (2004) as práticas (na medida em que são condicionadas pelo habitus) são sempre históricas e socialmente contextualizadas. Assim, todo esforço para caracterizá-las sempre significa uma simplificação que pode vir a descaracterizá-las em sua complexidade.

distribuição das sementes, que implicam em disputa de interesses de ordem econômica e cultural.

Para esta reconstituição histórica, entre as bibliografias consultadas estão aquelas publicadas pelos agentes dominantes do campo a nível internacional em diferentes épocas. Elas são importantes porque elucidam os princípios, práticas e regras que serão afirmadas frente aos outros agentes do campo, replicando-se em todo o mundo. Dentre as obras consultadas inclui-se um livro publicado em 1927, intitulado *Seed Production and Marketing*, que especifica o que, na época, era considerado como avanço científico na produção de sementes. Dentre outras publicações de época relevantes para a investigação incluem-se: *Rules for testing seeds: proceedings of the Association of Official Seed Analysts* (da *Association of Official Seed Analysts (AOSA)*, publicada em 1965) a qual revela a visão de um dos primeiros agentes a criar regras no campo das sementes e *Report of Instructors, International Training Course on Seed Improvement for Latin America*, publicada pela *International Seed Testing Association (ISTA)* em 1965 que, de autoria de um dos principais e pioneiros agentes do campo com alcance internacional, evidencia a influência internacional na constituição da indústria de sementes nos países em desenvolvimento. Estas publicações mais antigas foram confrontadas com publicações mais recentes, como de Bruins (2009) que estabelece uma linha do tempo da fundação e consolidação das principais empresas sementeiras no mundo e das associações que produzem as leis sobre sementes com alcance internacional.

Na sequência do texto apresenta-se a reconstituição histórica com descrição das especificidades dos diferentes períodos e, posteriormente, sua análise e interpretação tendo em vista os objetivos do capítulo.

2.1 A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS RELATIVAS AS SEMENTES

2.1.1 A diferenciação das práticas em favor das sementes selecionadas

A literatura geralmente representa os primórdios da produção de sementes como a domesticação das espécies e depois como uma época em que cada agricultor produzia e guardava suas próprias sementes, realizando melhoramento genético assistemáticamente, pela seleção natural das melhores plantas locais,

tomando por base características desejáveis do fenótipo. Nesse sentido, também é registrado o interesse dos agricultores pela troca de material genético (entre vizinhos) e mesmo experimentação com material genético provindo de outros territórios. O cruzamento intencional entre plantas pode ser considerado um avanço, uma prática diferenciada que, aos poucos, passa a se afirmar conforme a maior parte das narrativas sobre a evolução do melhoramento genético nos EUA.

É importante destacar evidências de atuação do Estado na introdução de material genético que – distribuído aos agricultores – visava ampliação da base genética e a identificação de melhores variedades. O Estado atuava também na publicização dos ganhos do processo de melhoramento mediante realização de concursos em feiras públicas (BARKER; FREESE; KIMBRELL, 2013).

Um livro sobre sementes publicado em 1927 nos Estados Unidos, intitulado *Seed Production and Marketing*, editado por Joseph Cox e George E. Starr, com 23 capítulos escritos por vários autores, especifica o que, na época, era considerado como avanço científico na produção de sementes, e deste modo nos introduz à visão da época sobre a “boa semente”.

No livro observa-se a incipiência da aplicação de conhecimentos botânicos na definição de semente, que passa a ser conceituada como um embrião de uma planta, envolto em uma pequena quantidade de alimento, rodeado por um revestimento (COX; STAR, 1927). A “boa semente”, por sua vez, era o material proveniente de plantas matrizes selecionadas e, em alguns casos, fruto de cruzamentos intencionais e que recebeu cuidados especiais. Ainda, nesta época já se começava a incentivar a adoção de práticas que permitem maior controle e sistematização no processo de seleção, visando a identificação de variedades melhor adaptadas a determinados territórios. Das plantas mais bem adaptadas recomendava-se a seleção dos melhores exemplares para a criação de linhagens mais produtivas e resistentes a doenças. Então tais características haveriam de ser testadas quanto a sua capacidade de serem transmitidas para as futuras gerações de plantas (COX, STARR, 1927)¹⁰.

¹⁰ O livro de Cox e Starr (1927) apresenta na segunda seção os métodos “modernos” de reprodução de plantas. Basicamente são processo de seleção de plantas “melhores” para produção de linhagens por autofecundação ou por polinização cruzada, incluindo experiências com hibridação. Portanto, as primeiras informações sobre as sementes híbridas se dão no início dos anos 1900. Estas terão especial relevância no período posterior.

O título do livro (“Produção e comercialização de sementes”) revela a preocupação existente na época com a formação do mercado das sementes a partir do reconhecimento de uma prática diferenciada (especialidade): produção de boas sementes. Os autores ressaltam que as “boas práticas” haveriam de ser adotadas especialmente no caso das sementes comercializadas. Além da genética superior, elucidam que a “boa semente” deve ser produzida seguindo boas práticas. As boas práticas de produção de sementes, então preconizadas, se referiam aos cuidados no isolamento dos campos para evitar polinização cruzada, à limpeza e ao preparo do solo, à fertilização, ao tratamento de semente, à remoção das plantas indesejadas (ervas daninhas, plantas doentes e plantas fora do padrão), cuidados na debulha, secagem e limpeza das sementes, bem como cuidados relativos às características das embalagens onde as sementes serão comercializadas¹¹.

Conforme Cox e Starr (1927) o mercado de sementes assumiu proporções significativas no início do século XX. Entendemos que, para compreender esse quadro de ampliação do mercado de sementes é necessário considerar tanto as dificuldades do agricultor de assegurar a produção anual de boas sementes ou a “superioridade” da semente comercializada em relação àquela a que pode ter acesso o agricultor, quanto as mudanças estruturais que estavam ocorrendo na agricultura norte-americana no período.

Ao referirem as dificuldades de obtenção de “boas sementes” de forma autossuficiente, Cox e Starr (1927) mencionam problemas para assegurar provisão de quantidade suficiente de sementes (devido a intempéries climáticas e outras) ou para assegurar controle sobre fatores que influenciam na qualidade destas¹².

¹¹ Na referida publicação, as boas práticas são indicadas para cada cultura. Recomendações de como produzir, preservar, embalar e comercializar são descritas para o milho (inclusive milho doce, pipoca), sorgo, pequenas sementes (trigo, aveia, cevada, trigo mourisco e linho); sementes de trevo; sementes de alfafa; grama azul e outras gramas; sementes de algodão; batatas; feijão, soja, feijão frade, ervilhaca; sementes de pepinos, melões, abóboras, morangas; repolho, couve-flor, couve-rábano, couves de Bruxelas, nabo, couve-nabo, radich, repolho chinês, agrião, rábano; tomate, pimenta, berinjela, tabaco; beterraba açucareira, acelga e espinafre; cenoura, pastinaga, aipo e salsa; cebola, alho, alface, chicória e alcachofra; aspargo, quiabo e ruibarbo (COX; STARR, 1927, p. 43). Outros tópicos técnicos também são objetos de lembrança, por exemplo, maquinário necessário para produzir uma boa semente.

¹² Cox e Starr (1927) questionam “por que é que todos os agricultores não produzem suas próprias sementes, ficando com o lucro que aferido ao comerciante na ocasião da compra das sementes?” (p. 393, tradução nossa, não literal). A resposta dos especialistas era a seguinte: “(1) seus campos podem estar sujos com ervas daninhas; (2) as condições de solo, clima, entre outras condições em sua fazenda pode ser desfavorável para a produção de sementes em um determinado ano; (3) altitude, latitude, ou precipitação na sua localidade pode impedir a produção de um determinado tipo de semente em qualquer ano; (4), ele pode ser capaz de comprar melhores sementes a um

Entretanto, recorrendo-se a análise das mudanças estruturais, esse fenômeno pode ser explicado como associado ao avanço do capitalismo na agricultura norte-americana. Reconhecendo esse período como de vigência do primeiro regime alimentar (vigente de 1870 a 1930), observa-se que este estava estruturado em torno do poderio inglês¹³ e operava a redução dos custos do trabalho pelo barateamento dos alimentos (produção extensiva, em grande escala, explorando ao máximo a fertilidade natural dos solos das fronteiras agrícolas). Sob essa ordem estruturou-se um padrão de comércio internacional de alimentos onde países centrais terceirizavam a produção de alimentos básicos em países de colonização (Estados Unidos, Canadá e Austrália). Estas mudanças teriam favorecido o mercado de sementes de duas formas: ao afirmar o produtor capitalista (que tende a ser especializado e integrado ao mercado) e ao representar, para os pequenos agricultores, uma pressão em termos de especialização produtiva e incremento da eficiência técnica mediante incorporação dos avanços científicos na produção (QUEDA, 1987).

Assim, um fenômeno a destacar nesse período refere-se a emergência das “indústrias de sementes”, devendo-se observar que os EUA não foram pioneiros neste âmbito. Com relação à emergência de “indústrias de sementes” Bruins (2009) refere que as primeiras indústrias foram criadas na França em meados do século XVIII¹⁴. Em 1743 criou-se a Vilmorin em 1743 e em 1785 a Tezier (em 1891 a Tezier funda a Clause, em Paris)¹⁵. Estas, se em seu nascedouro se assemelhavam a atividades artesanais, logo se expandiram para muito além de seu local de origem,

custo mais baixo do que pode ser produzido em sua localidade; (5), ele pode achar que é mais rentável aumentar a produção de feno ou forragem do que produzir sementes; (6) ele pode não ter as instalações para a colheita, limpeza, secagem, para preparar a semente para fins de plantio; (7) ele pode precisar de semente de uma cultura que não tem sido cultivado por ele durante vários anos, ou nunca ter sido; e (8), ele pode ter que replantar os seus campos com o mesmo tipo de semente, esgotada com o primeiro plantio ou com sementes de alguma cultura secundária.

¹³ Convencionalmente identificam-se dois regimes alimentares globais: um primeiro, vigente de 1870 a 1930 e um segundo, vigente de 1950-1970. Conforme registros de diversos autores (CAMPBELL, DIXON, 2009, McMICHAEL, 2009, FRIEDMANN, 2009), a discussão atual se estabelece em torno da possibilidade de vigência e das características de um terceiro regime alimentar global.

¹⁴ “Indústria de sementes” é um termo que Bruins (2009) utiliza para denominar pequenos comércios especializados em sementes (correspondendo, portanto, ao atacado e varejo na concepção de Cox e Starr, 1927).

¹⁵ O fornecedor das sementes para Vilmorin era um botânico. A Tezier nasce alguns anos depois como “empresa de sementes” e segundo informação de seu site, foi fundado por uma pessoa “apaixonada” por plantas. Percebe-se que na gênese do campo vai ocorrendo uma fusão de interesses entre pessoas com algum conhecimento específico sobre melhoramento de plantas, na época, sobretudo os botânicos e pequenos comércios destas.

se aglutinando em torno de associações e empresas privadas cada vez mais comerciais. Para Bruins (2009) foram os pequenos comércios especializados que deram origem à indústria de sementes como conhecemos atualmente.

Nos EUA, segundo relato de Bruins, a primeira indústria de sementes foi formada em 1811¹⁶, seguindo uma tendência geral de crescimento deste tipo de indústria em diferentes países a partir de meados de 1800. Em nosso entendimento, a expansão da empresa privada de sementes nos EUA não se deu rapidamente ou sem resistências uma vez que requeria a superação das estruturas sociais então estabelecidas que asseguravam relativa autossuficiência na produção de sementes em âmbito dos territórios (do que infere-se um mercado de sementes inexistente ou muito limitado). As informações apresentadas por Cox e Starr (1927) revelam que, na época, existia uma diversidade de formas alternativas (a produção própria) de prover o abastecimento de sementes: incluíam associações de produtores, agricultores e empresas especializadas que produziam sementes segundo a aptidão de determinada zona geográfica e sob “métodos bem-sucedidos”¹⁷. Ainda, mencionam-se comerciantes de sementes, a exemplo de cooperativas de distribuição de sementes e o próprio Estado, com o serviço de sementes federado dos EUA¹⁸.

A existência de diversidade de agentes com interesses específicos leva a questionar como se deu a afirmação de interesses da indústria privada de sementes. O livro de Cox e Starr (1927) “ao definir as boas práticas a partir de métodos bem-

¹⁶ Segundo Bruins (2009) a maior consolidação de “indústrias de sementes” se deu nos anos 1800, com criação de indústrias: nos EUA (Comstock em 1811); na Holanda (Groot em 1813; Sluis e Groot em 1867; Royal Sluis em 1868 e Vander Have em 1879); Japão (TAKII em 1835), Alemanha (em 1856), Suíça (Asgrow em 1865) e Suécia (Weibull em 1870).

¹⁷ Eram muito presentes, por exemplo, os produtores especializados em sementes, observando-se que muitos deles eram também criadores de variedades pela experimentação que realizavam, a exemplo da Associação Experimental Wisconsin; da Associação de Produtores de Sementes de tomate, alfafa, algodão e soja dos Estados Unidos (COX; STARR, 1927, p. 43).

¹⁸ Em geral, os agricultores obtêm a suas sementes a partir de três fontes, a saber, a partir de suas próprias fazendas, de outros agricultores, ou a partir de concessionários” (COX; STARR, 1927 p. 395. tradução nossa) Agricultores “informados” faziam a adaptação local das variedades com relativa eficácia e com custos favoráveis, produzindo a própria semente. Mas os problemas, listados na citação acima, foram criando a oportunidade para que alguns produtores se especializassem na produção de tais sementes e as comercializarem em seus próprios territórios. Segundo os autores, a disponibilidade de sementes era um problema, sobretudo para hortaliças. Havia, segundo eles, mais comerciantes do que produtores de sementes, ou seja, faltavam campos de produção. Poucos eram os agricultores especializados para este tipo de sementes. Ainda não se observava, para estas espécies, que os agricultores guardassem suas próprias sementes. Contudo, as dificuldades inerentes à produção de sementes de hortaliças, não se aplicavam as demais sementes, como as de milho, trigo, aveia, cevada, centeio, arroz e de outros cereais. Para estas culturas, a produção de sementes ainda coincidia com a demanda.

sucedidos e ideias de um grande número de produtores de sementes; melhoristas de plantas e vendedores de sementes por atacado e por varejo”, revela que esses são considerados os agentes reconhecidos como legítimos para impor normas e definir o que é e o que não é aceito no emergente campo (COX; STARR, 1927, p. ix)¹⁹. Assim, junto com o crescimento do comércio de sementes emergem as legislações e, com elas, os critérios laboratoriais de análise (certificação) e as associações de analistas e de comerciantes de sementes²⁰.

Segundo Delouche (1965, p. 19), na linha do tempo sobre as legislações de sementes revela-se que a elaboração de leis de sementes inicia ainda nos anos 1800, a partir do regramento das boas práticas de produção. Nesse sentido, destaca-se em pioneirismo a Suíça (primeira lei de sementes em 1816). Nos EUA a primeira lei de sementes teria sido elaborada no estado de Connecticut em 1821²¹. Apreende-se de Bruins (2009) que no início da formação do campo das sementes, algumas normas não se aplicavam ou eram flexibilizadas, a título de permitir a consolidação da indústria. Se aplicadas com rigor, a priori à consolidação da indústria, poderiam significar severas restrições à sua expansão inicial.

Em âmbito internacional, o primeiro laboratório de análise data de 1869, localizado na Alemanha, país que publica, em 1876, *Der Samenkunde* [o cliente de sementes]. Em meados de 1900 emergiram um conjunto de outros laboratórios e de regras de análise laboratorial que se somam às regras de produção, de forma que este conjunto veio a constituir as regras aceitas pelos agentes dominantes.

Nos EUA, a dinâmica de análise-certificação das sementes tem como destaque a criação da Association of Official Seed Analysts (AOSA), com sede em Washington, em 1908, que se organizou em resposta à iniciativa de alguns estados que estavam, de forma individualizada, produzindo leis de sementes²². A AOSA foi criada para harmonizar as regras e procedimentos de análise de sementes e

¹⁹ Um agente central do campo começa a ser legitimado: o melhorista de sementes e suas associações. Os temas reunidos neste livro são predominantemente técnicos, mas traz a tona a necessidade de criar associações dos melhoristas.

²⁰ Para Kastler (2015) inicialmente a troca de sementes era baseada na honestidade e na confiança entre vizinhos, no entanto, a medida que a distância entre os agricultores e os produtores de sementes aumenta, cresce a possibilidade de fraudes e é com este objetivo que foi se erigindo as leis de sementes.

²¹ O Estado atuava na verificação da origem das sementes através Secretaria do Departamento de Economia e de Agricultura dos Estados Unidos (COX; STARR, 1927, p. 43).

²² Este fato marca o início regulamentado do comércio de sementes nos Estados Unidos e Canadá (AOSA, 2015).

influenciar nas legislações sobre sementes. Seus membros efetivos eram os laboratórios, mas possibilitava participação de pessoas e membros honorários que contribuem para a associação ou para a indústria de sementes. Em 1917 publicaram-se as primeiras “Regras para Teste de Semente” da AOSA. Em 1924 a AOSA se associou à Organização da Associação Europeia de Teste de Semente (criada em 1921) para criar a Organização da *International Seed Testing Association* (ISTA) e, em 1931, publicaram as primeiras regras internacionais para análise de sementes, revelando a expansão internacional das referidas normas, o que assegurava semelhanças nas regras para análises laboratoriais sobre qualidade das sementes em muitos países. Cabe perceber que a AOSA estende sua influência no tempo da Revolução Verde, como apontado na citação:

AOSA é uma organização de laboratórios [públicos], estaduais e federais e de laboratórios de universidades do Canadá e dos Estados Unidos da América. [...] O AOSA tem suas próprias regras para análise de sementes que datam de 1917. Estas regras têm tido uma enorme influência sobre o desenvolvimento das normas ISTA. Também, muitos trabalhadores em AOSA tomaram parte ativa em todas as matérias ISTA desde 1924 (JUSTICE, 1965, p. 17).

Temos em contrapartida ao avanço na regulamentação por parte do Estado, uma mobilização das organizações que atuavam na comercialização de sementes visando incidir sobre as condições para comercialização de sementes. Dentre as associações de comerciantes protagonistas na definição das regras do campo das sementes, destaca-se a Associação Americana de Comércio de Sementes, criada nos EUA em 1883, precedendo a formação de associações em outros países (BRUINS, 2009)²³. Associações de diferentes países uniram-se em 1924 para formar a *Fédération Internationale du Commerce des Semences* (FIS) considerada a “voz global da indústria de sementes” (ISF, 2016). As primeiras regras sobre comercialização foram apresentadas no congresso da organização em 1928 e entraram em vigor em 1929.

As contribuições de Cox e Starr (1927) permitem perceber que faz parte do discurso da época afirmar que o progresso da humanidade e da própria vida humana dependem de “boas sementes”. Cox e Starr (1927, p. 02) afirmam que “de todos os fatores que entram na produção de produtos vegetais de alta qualidade, a

²³ Destacando-se a Associação Holandesa de Sementes em 1909; a Associação Polonesa de Sementes em 1919; a Associação Italiana de Sementes em 1921 e a Associação Canadense de Comércio de Sementes em 1923 (BRUINS, 2009).

semente é o mais importante” e por ser um insumo vivo, tem uma especificidade única entre os demais insumos agrícolas. Justifica-se desta forma, que o campo das sementes em formação, constituído sobretudo pela iniciativa privada, utilize-se de princípios universais, como a vida, para atrair a defesa política e burocrática no Estado. Os autores apresentaram as “boas sementes” como uma materialização, no âmbito da agricultura, da ideia de progresso²⁴, dentro dos marcos de uma tendência histórica que vai da indústria doméstica para a indústria capitalista. Portanto, desde 1927, as sementes contam com significados simbólicos e ideológicos, tomados pela indústria para a sua promoção e controle do campo.

Em síntese, neste período afirma-se a diferenciação da “boa semente”, como aquela que atende a critérios de produção, a critérios de qualidade laboratoriais e critérios de comercialização propostos pelos agentes dominantes. A primeira constatação é que um conjunto de agentes, que se articula em torno da indústria de sementes se organiza e traça estratégias para defender seus interesses, definindo o que é desejável e aceitável em relação as sementes, antes mesmo da utilização de sementes híbridas, atuando como agentes dominantes em um campo. Assim, uma semente passa a ser considerada semente somente se atender todas as regras que permitem sua comercialização. Portanto, só pode fazer parte do mercado quem aceitar tais condições. Assim, as regras de produção de sementes para comercialização são elementos que contribuem para conformar barreiras de entrada a certos agentes, favorecendo um grupo de comerciantes, produtores e analistas que passam a defender a produção de sementes melhoradas como uma atividade especializada e um negócio. Esta dinâmica tende a expulsar do campo todos aqueles agentes que produzem sementes de outras formas, explicitando o conflito entre agentes.

2.1.2 A diferenciação das práticas em favor das sementes híbridas

Vimos que no período anterior afirmou-se a noção de “boa semente” que deixou de corresponder ao produto de uma seleção baseada no fenótipo e feita pelo

²⁴ Segundo Elias (2006), entre 1750 e 1850 a ideia de progresso era uma novidade. Ver o mundo presente e o mundo futuro melhor que o passado era entendido como um processo necessário para a humanidade. O que havia de novo na ideia de progresso era o fato de corresponder a uma obra humana, não mais sobre-humanas. No caso das sementes, nos países industrializados, a expansão dos conhecimentos científicos, estava alinhada a visão de progresso.

agricultor para resultar de uma seleção controlada – com cruzamento intencional e cada vez mais orientada pela herdabilidade – feita por especialistas. Essa mudança de concepção trouxe em si uma potencial separação das atividades (e de agentes) de produção e de consumo de sementes, distinguindo-, no âmbito da produção, subatividades de melhoramento, multiplicação e comércio. Destacou-se, também, a emergência das “indústrias de semente” e do início da atuação reguladora do Estado, que passa a controlar a qualidade do material sujeito a comercialização mediante processos de certificação por laboratório autorizado protegendo, ao mesmo tempo, interesses de grupos de consumidores e de um grupo de produtores de sementes.

O período seguinte, sobre o qual versa esta seção, será diferenciado a partir da descoberta de técnicas de melhoramento que permitem renovar a concepção de “boa semente” pela introdução de características desejáveis de base genética pré-estabelecida, por cruzamento controlado em espécies alógamas²⁵. Segundo Fernandez Cornejo (2004, p. 2) a hibridação é um processo de melhoramento em que linhas puras são cruzadas para criar variedades de sementes com maior potencial de rendimento do que qualquer dos pais, destacando-se que o milho, como cultura de polinização aberta, mostrou-se bem adequado para o processo de hibridação. Assim, um marco representativo do melhoramento de plantas ocorreu em 1921, quando foi liberado para comercialização, nos Estados Unidos, o primeiro milho híbrido²⁶ (BRUINS, 2009).

Embora os avanços da pesquisa no desenvolvimento de híbridos tenham dependido fortemente de recursos públicos, um dos traços distintivos deste período vai ser o maior investimento de indústrias privadas no melhoramento de plantas, principalmente para o milho híbrido (FERNANDEZ CORNEJO, 2004, p. 2). Segundo o autor, a primeira empresa de produção comercial de milho híbrido foi organizada em 1926, mas em 1930 já existiam muitas outras. Na época, cerca de 150 empresas se formaram para produzir sementes de milho híbrido e outras 40 já existentes ampliaram seus negócios.

²⁵ Conforme Fernandez Cornejo (2004, p. 2) a pesquisa de Mendel ampliou os estudos e a aplicabilidade da hereditariedade no melhoramento de plantas.

²⁶ Contudo as primeiras hibridizações experimentais já teriam ocorrido em 1866. No meio científico, podemos conferir, que em 1902, publicava-se o processo de cultura de células vegetais e em 1904 as técnicas de cultura de embriões. Em 1908 se descobre o vigor híbrido (BRUINS, 2009). Percebe-se que já em 1920 se produzem plantas melhoradas com uso de laboratórios.

As informações disponíveis apontam que o mercado para híbridos cresceu muito rapidamente. Ao final de 1920 o milho híbrido já proporcionava grandes aumentos de rendimento e nesse contexto, segundo Fernandez Cornejo (2004, p. 2 e 4), em 1960, 95% de toda área com milho nos EUA era cultivada com variedades de sementes híbridas.

Entendemos que tais tendências devem ser interpretadas considerando-se tanto o contexto relativo ao comércio de sementes, quanto as características da inovação em si. Assim, a mudança estrutural – de expansão da indústria de semente – pode ser situada num contexto de aumento do mercado de sementes (como provável resultado da tendência de avanço da lavoura capitalista, especialização produtiva dos agricultores e regramentos restritivos às formas de comercialização e troca não normatizadas – que não atendem requisitos de controle de qualidade etc.), ao mesmo tempo, há de considerar-se a rápida expansão do mercado para híbridos (por seu desempenho agrícola) e oportunidades de lucros para empresas - que tem condições de realizá-los.

Segundo Fernandez Cornejo (2004) o maior potencial produtivo, a maior uniformidade e a resistência ao acamamento, tornando a mecanização possível em larga escala, eram vantagens perceptíveis aos agricultores.

As vantagens das sementes híbridas eram também grandes para a indústria de sementes. A hibridação permitiu que o melhoramento de planta fosse mais rápido e mais preciso que a seleção ao acaso das mutações. Ao mesmo tempo, a semente híbrida não revela a sua origem, e como o vigor híbrido não é transmitido para seus descendentes assegura-se à indústria a propriedade sobre a inovação, obrigando o agricultor comprar as sementes todos os anos, se desejar obter o mesmo resultado (FERNANDEZ CORNEJO, 2004).

Entretanto, ao mesmo tempo que representa uma possibilidade de retorno aos investimentos, o desenvolvimento de variedades híbridas requer investimentos significativos. Uma variedade de milho híbrido pode levar até doze anos para chegar ao mercado e ainda pode apresentar características indesejadas (FERNANDEZ CORNEJO, 2004). Reforçou-se, assim, a ideia de que a atividade de produzir e comercializar sementes é considerada muito exigente em capital financeiro e dispendiosa de tempo. Dizem os autores: “Semente é de primordial importância para a agricultura e a produção e a comercialização de sementes envolvem grande investimento em capital e ocupam o tempo e as energias de um grande número de

indivíduos...” (COX; STARR, 1927, p. ix, tradução nossa). Além do capital financeiro e da disposição para esperar em longo prazo o retorno dos investimentos, o conhecimento científico sobre plantas constitui uma necessidade específica para o desenvolvimento da atividade e do próprio campo. Tais condições explicam a tendência à concentração na indústria de sementes, aproximação aos cientistas, como também a luta pela adoção de mecanismos para assegurar a apropriação privada dos retornos pelo investimento em pesquisa. Os riscos, a demora e o volume de capital necessário ao processo de melhoramento de plantas justificam – na visão de determinados grupos de agentes - a necessidade de mecanismos que assegurassem retorno econômico aos investimentos privados.

Nesse contexto, defendeu-se a ideia de que a configuração de um campo a partir da iniciativa privada requer necessidade de adoção de mecanismos de proteção àqueles que se aventuram em investir conhecimento, tempo e dinheiro nos propósitos do melhoramento de sementes, além da atuação de reforço às fronteiras do campo, mediante um aumento do rigorismo em termos dos requisitos de qualidade da semente a comercializar (regulamentação).

Barker, Freese e Kimbrell (2013) relatam que a indústria de sementes já vinha pressionando por uma lei de patentes desde 1885. Em 1930 foi aprovada uma Lei de Patentes de Plantas (PPA) mas esta excluiu as plantas que se reproduzem por sementes. Essa postura de luta pela lei de patentes - que buscava o reconhecimento de direito de controle e recompensa pelas inovações, visava impedir a reprodução de práticas tradicionais - de produzir e guardar a própria semente - que, na perspectiva das empresas, representa uma restrição a expansão de mercado e – deste modo - para o próprio melhoramento de plantas. Os interesses divergentes da indústria e agricultores revelam, em nosso entender, a existência de conflitos pela definição dos agentes legítimos do campo.

Na sequência deste processo, as indústrias de sementes se consolidaram como agentes dominantes graças a expansão do uso das sementes híbridas. Como se diz nos termos ortodoxos liberais, a hibridação implicava uma barreira a entrada de novos *players*, ao impedir, mesmo que não houvessem leis, que agricultores produzam sementes se não tiverem condições de realizar grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento ou acessar subsídios oficiais. Assim, a hibridação permitiu uma garantia - advinda da ciência - de que só alguns *players* da indústria reuniam as condições de operar na produção de sementes melhoradas.

Paulatinamente, nos EUA, “a indústria de sementes começou, também, a defender a eliminação de programas de sementes federais, visto ser uma barreira para o lucro privado potencial [...]” (BARKER; FREESE; KIMBRELL, 2013, p. 4, tradução nossa).

Se neste período a ciência foi decisiva para a consolidação das sementes híbridas e a legitimação dos agentes dominantes no campo, também haviam, por outro lado, reações orientadas a “proteger” a ciência dos interesses privados das indústrias, pois boa parte destas inovações ainda se desenvolvia no espaço das universidades e, embora houvesse um longo percurso entre a geração de um híbrido pelos melhoristas e sua oferta comercial (permeado pelos mais diferentes interesses privados), possivelmente a nova semente ainda era mais associada aos esforços da ciência, do que das empresas. Para Barker; Freese; Kimbrell (2013, p. 4) o embate sobre o direito do melhorista “[...] refletiu a convicção de senso comum que às entidades do setor privado não deve ser confiada o controle de monopólio sobre a própria fonte da nossa alimentação”. Assim, um dos aspectos mais característicos desse período é a criação da International Association of Plant Breeders for the Protection of Plant Varieties (ASSINSEL) em 1938, que pode ser considerada uma expressão da necessidade de proteger o trabalho mas também os investimentos dos melhoristas de plantas²⁷. Buscou-se assegurar o reconhecimento do direito do melhorista, referindo-se às suas capacidades específicas, com legitimidade conferida pela posse de um capital específico, o conhecimento científico. Este capital foi diretamente associado a habilidade de manipulação dos recursos genéticos de plantas e animais.

O quadro de reconhecimento político da categoria de melhorista tornou-se mais completo em 1951, com a realização da International Plant Protection Convenção (IPPC). Seu objetivo foi criar uma organização internacional para a proteção de novas variedades de plantas, que veio a ser denominada de International Union for the Protection of New Varieties of Plants (UPOV). A primeira Conferência da UPOV foi realizada em 1957 e a primeira lei da referida organização foi aprovada em 1961 (ISF, 2015, BRUINS, 2009). Se percebe que, neste ano, afirmou-se uma institucionalidade e organicidade de alcance internacional, uma vez que a UPOV é considerada como um espaço para dirimir conflitos e para “impor”, por meio simbólico, “prestígio” às sementes melhoradas.

²⁷ À medida que se verifica o potencial dos investimentos em ciência, busca-se reforçar a proteção ao investimento pelo estabelecimento de regras.

Toda essa dinâmica foi favorecida ideologicamente na medida em que o uso dos híbridos passou a ser considerado desejável sob a perspectiva da sociedade, pois se considerava essa tecnologia “revolucionária”. A semente híbrida foi associada com superioridade de desempenho, padronização e previsibilidade, materializando o controle do homem sobre a natureza e, nestes termos, o progresso e o desenvolvimento. Começava a se configurar, entretanto, um conflito em torno ao controle (público ou privado) dos recursos e processo de melhoramento.

Assim, avaliamos que a hibridização ampliou a presença e o domínio de um grupo de agentes ligados a indústria sobre o campo das sementes.

2.1.3 A diferenciação das práticas em favor das sementes de alto rendimento

A diferenciação das práticas que vai caracterizar esse período é o melhoramento genético associado a definição de parâmetros ideais relativos ao sistema de cultivo da semente melhorada²⁸. Refere-se, então, à “*high yielding varieties*”, variedades selecionadas a partir de sua resposta a um conjunto restrito (e combinado) de insumos de origem industrial - com destaque aos fertilizantes químicos. Este tipo de referência é associado – emblematicamente – aos Centros Internacionais de Pesquisa, constituindo a base do que veio a ser conhecido como Revolução Verde.

Em nosso entender as principais mudanças observadas neste período estão associadas às iniciativas de agentes de cooperação internacional e se referem aos esforços de legitimação política de uma dada estratégia de desenvolvimento agrícola (que tem as sementes como um componente essencial) e a criação das condições para a adoção desta estratégia no âmbito dos países em desenvolvimento (o que favorece a expansão dos mercados para sementes de origem industrial e internacionalização da indústria da semente).

A iniciativa da Fundação Rockefeller - com seus investimentos no México para o desenvolvimento de variedades melhoradas – é considerada o principal marco de

²⁸ Neste período se desenvolvem os experimentos com tratamento de sementes com desinfetantes de mercúrio. A ciência avança na descoberta dos mecanismos de transmissão da informação genética e passa a conhecer melhor a estrutura do DNA. Desenvolvem-se a cultura de tecidos, a manipulação de pólen e embriões e lança o sorgo híbrido. Com o desenvolvimento do computador na década de 1950, as pesquisas genéticas ganharam uma nova ferramenta para decifrar o sequenciamento genético (BRUINS, 2009).

referência da Revolução Verde. Segundo Paarlberg (1971) a Revolução começou no México em 1944 com Norman Borlaug, pesquisador de genética e de fitossanidade da Fundação Rockefeller. Norman Bourlaug destacou-se por ter conseguido, com seus experimentos em genética e fitopatologia, desenvolver variedades de trigo altamente produtivas e resistentes às doenças fúngicas, principalmente a ferrugem. Assim, Norman Borlaug foi considerado o criador técnico-científico da Revolução Verde.

Uma das características deste período foi a apropriação e uso político desta experiência. Num contexto de pós-guerra, de disputa política em torno de modelos de sociedade, procurou-se – com base nessa iniciativa - apresentar o potencial do melhoramento genético e modernização tecnológica na agricultura como estratégia de desenvolvimento capaz de superar problemas sociais iminentes nos países em desenvolvimento – como a fome. A partir dos avanços conquistados na iniciativa do México, expandiu-se este modelo de desenvolvimento agrícola para outros países, a exemplo da Índia, Paquistão e Filipinas. Um dos primeiros passos da estratégia de implantação deste modelo consistia no reforço à pesquisa agrícola, mais especificamente na criação de condições de viabilidade para o melhoramento genético e uso de insumos de origem industrial na agricultura nos países em desenvolvimento. Assim, o avanço da Revolução Verde veio associado à criação de centros internacionais e fortalecimento das instituições nacionais de pesquisa agrícola. Vejamos citação:

Em 1959 foi criado o Instituto Internacional de Pesquisa de Arroz (IRRI), nas Filipinas, por meio de acordo entre as fundações Ford e Rockefeller. Em 1963 foi estabelecido, no México, o Centro Internacional para Melhoramento de Milho e Trigo (CIMMYT). Nesse período, estas duas instituições colaboraram na criação do Instituto Internacional para Agricultura Tropical (IITA), na Nigéria, e do Centro Internacional para Agricultura Tropical (CIAT), na Colômbia. (FUCK; BONACELLI, 2009, p. 91).

A pesquisa agrícola passou a ter uma coordenação internacional em 1971, representada pelo Consultative Group on International Agricultural Research (CGIAR):

Em 1971 foi criado o Grupo Consultivo para Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), que incluía membros do Banco Mundial, da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como patrocinadores, e nove representantes de governos nacionais, dois bancos regionais e três fundações (FUCK; BONACELLI, 2007, p. 91).

Conforme referido, para além dos centros internacionais, buscou-se fortalecer a pesquisa agrícola nos países aliados. Na Argentina, em 1957 foi criado o INTA, no Equador em 1959, foi criado INIAP; o complexo CONIA-FONIAP da Venezuela foi criado entre 1959 e 1961; INIA do México em 1960; o SIPA do Peru em 1963; ICA da Colômbia em 1963 e INIA do Chile em 1964. No Brasil em 1973 foi criada a EMBRAPA. Segundo os autores,

[...] o objetivo era criar uma infraestrutura em condições de adaptação das tecnologias disponíveis no âmbito internacional, objetivando a transposição para esses países [...] esse modelo viabilizava a difusão de tecnologia pela pesquisa adaptativa, generalizando um padrão tecnológico originado, principalmente, nos Estados Unidos (FUCK; BONACELLI, 2007, p. 92).

No decurso do processo ficou claro para os promotores que a criação de centros de pesquisa não seria suficiente. No campo das sementes, a expansão dos mercados e da indústria passava pela necessária compreensão da lógica interna do modelo pelos governos dos países pobres. Delouch e Potts (1974) indicam que um dos principais problemas para a implantação de um programa de sementes, leia-se indústria de sementes em países em desenvolvimento, era o fato de não compreender completamente o programa em seu todo. Conforme citação:

é um conhecimento incompleto ou inadequado do que é realmente um programa de sementes. [...] Um entendimento e conceitos claros dos elementos variados e muitas vezes únicos, de um programa de sementes bem elaborado [...] constitui parte do conhecimento necessário [...] tão essenciais para o planejamento e organização do programa-indústria de sementes [...]" (DELOUCH; POTTS, 1974. p. 31).

Desta forma Delouche e Potts (1974) falam da necessidade de apropriação de conceitos únicos, próprios do campo das sementes. Reforçam a necessidade de entendimentos comuns e conhecimentos "adequados e completos", a partir de suas visões de mundo claramente liberais. Os autores ilustram os requerimentos necessários, apresentando as bases de um programa de sementes. Elas correspondem a: introdução, melhoramento e competição de cultivares²⁹ (que

²⁹ As sementes então são classificadas em: a) genética; b) básica; c) comerciais. A semente genética corresponde a uma pequena quantidade de sementes que representa uma nova cultivar desenvolvidas pelo melhorista/geneticista. Envolve hibridação, autofecundação, seleção e ensaios. O geneticista deve manter tais sementes para garantir a pureza original da sua variedade. Muitas vezes, ele também é o responsável por manter sementes genéticas importadas. A semente básica é aquela produzida a partir da semente genética. É desenvolvido por um especialista/fitotecnista em sementes. Estas sementes serão utilizadas para a produção de sementes comerciais por

justificam o programa); um programa de extensão e educação (o que estimulará mudanças nas práticas e nas tradições agrícolas)³⁰ e um programa de desenvolvimento e fortalecimento de outros insumos (para que a semente alcance o rendimento potencial)³¹.

Assim, recorreu-se ao apoio das organizações da cooperação internacional para o desenvolvimento (bilaterais e multilaterais) como estratégia para reforçar alianças políticas para a implementação do conjunto de ações necessárias para a viabilização da modernização da agricultura (e nesta a indústria de sementes). A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), por exemplo, foi a instituição que, oficialmente, assumiu uma campanha mundial de melhoramento de sementes já a partir de 1961. A cooperação tratou, então, de propor acesso a novos materiais genéticos melhorados, mas também buscou assegurar a expansão do mercado das sementes com qualidade assegurada em todos os países. Reforçou-se, além disso, a necessidade da implementação de “Programa de sementes” nos países em desenvolvimento, pois considerava-se necessário que se criassem as condições institucionais para tal (pesquisa, produção efetiva de sementes, existência de programas relacionados, motivação dos agricultores, agências e agroindústria existentes e adequação da legislação).

A implantação dos programas de sementes, por sua vez, haveria de ser assumida pelos Estados Nacionais. A indústria de sementes estabelecia os princípios e conteúdos para tais programas. Quando os governos dos Estados promoviam “ingerências” em tais programas, ou não compreendiam os propósitos privados do programa, ocorria uma avaliação negativa da ação destes governos. Para tanto, a qualidade de um programa continha indicadores que exigiam do Estado certo investimento e demonstrassem a criação das condições necessárias

qualificados produtores de sementes. A indústria privada de sementes seria o núcleo básico da produção de boas sementes comerciais (DELOUCHE; POTTS, 1974).

³⁰ Tais sementes precisariam chegar ao maior número possível de agricultores. Por esta razão, condições objetivas que se estendiam para além da harmonização das regras de comércio internacional de sementes precisavam ser garantidas pelo Estado.

³¹ Uma pesquisa da FAO em 22 países africanos, citada por Bruins (2009) revela os itens avaliados como indicadores do grau de desenvolvimento dos principais aspectos que se referem à qualidade das sementes de um país. São eles: 1) existência de uma política nacional de sementes; 2) legislação sobre sementes; 3) disponibilidade do programa de desenvolvimento de variedades; 4) sistema de liberação de variedade; 5) comitê de aprovação de variedades; 6) disponibilidade de sementes melhoradas; 7) controle de qualidade e certificação de sementes; 8) laboratórios oficiais de teste de sementes; 9) fiscais e técnicos de laboratórios. Estes mesmos elementos eram objeto de ações de cooperação internacional nos anos 50, para que se criassem tais estruturas nos países em desenvolvimento. Atualmente eles se tornaram indicadores de qualidade.

para que se estabelecesse o desenvolvimento privado da atividade de produção de sementes. Assim, além da criação das estruturas, há previsão de realização de um conjunto de mudanças nos marcos legais. Conforme Rallt (2015, p. 19):

Las primeras leyes de semillas en la región fueron desarrolladas en las décadas de 1960 y 1970, y promovidas por los Institutos de Investigación Agrícola creados en los países con el apoyo del IICA y la Fundación Rockefeller. Su propósito fue la consolidación de la revolución verde en la región.

Esta dinâmica no âmbito dos países em desenvolvimento articulou-se, potencialmente, com as estratégias das indústrias de sementes em países como EUA e novas configurações do regime agroalimentar.

Nos EUA, a partir dos híbridos, a indústria de sementes gerou lucros suficientes para reinvestir em pesquisa e desenvolvimento de novas variedades. Estas indústrias foram ficando grandes, delegando às pequenas, de gestão familiar e regional que não realizavam pesquisas e desenvolvimento, serviços de limpeza, manuseio, armazenamento, embalagem e venda de variedades produzidas no setor público (FERNANDEZ CORNEJO, 2004). É a partir deste período que se criaram as condições para que as empresas de sementes se internacionalizassem, iniciando-se as aquisições de empresas nacionais pelas sementeiras multinacionais (BRUINS, 2009).

Em termos gerais, numa leitura estruturalista identifica-se que vivia-se o segundo regime alimentar, que teve vigência de 1950-1970. Nesse período, EUA assumiu posição de centro de poder e uma das características principais de sua atuação foi a canalização dos seus excedentes agrícolas para países recentemente independizados, a título de “ajuda alimentar”. Paralelamente, agentes do *agribusiness* investiram na internacionalização de suas atividades com subdivisão do mundo em uma série de agriculturas especializadas vinculadas a uma cadeia de suprimento global (adotando-se como exemplo o caso do complexo transnacional de proteína animal).

Do ponto de vista do regramento defendido pelos agentes do campo, observa-se reforço a uma tendência que já vinha sendo observada no período anterior. Em 1961, com a criação da UPOV, se fortaleceu o reconhecimento do direito à exploração econômica pelo “criador” da nova variedade. A UPOV reivindica a proteção de variedades, através do direito de obtentor (que lhe garante o controle

total sobre as sementes desenvolvidas) desde que ela mostre ser nova, distinguível de outras variedades, uniforme e estável. A proteção de variedades mediante princípio de reconhecimento de propriedade intelectual de cultivares se fez hegemônica nas décadas seguintes, na maioria dos países na forma de direito de obtentor ou de patentes. Deste modo as ingerências no campo político ampliaram, ainda mais, a abrangência da ação dos agentes dominantes do campo.

Cabe lembrar que nem sempre a lógica liberal de mercado era aceita naturalmente pelos governos dos países em desenvolvimento, de modo que projetos nacionalistas podiam ser considerados, também, um entrave para o programa de sementes. Observamos duas linhas gerais de argumentação em defesa da expansão do mercado e da indústria de sementes: uma que justificava a iniciativa com base na conjuntura dos países pouco desenvolvidos e outra – mais geral – que a associava à tendência “inexorável” de evolução da humanidade.

O discurso oficial dos integrantes da Fundação Rockefeller - entidade sem fins lucrativos – remetia à conjuntura dos países em desenvolvimento apontando que a agricultura tradicional (dominante nos países para os quais se propunha a Revolução Verde) apresentava baixa produtividade e não gerava produtos de qualidade, uma vez que era realizada sem conhecimentos técnicos científicos – resultando, assim, em fome e pobreza (PAARLBERG, 1971). Na visão destes agentes a agricultura moderna, de alta produtividade e de padrão industrial com modernas máquinas e insumos químicos, seria capaz de cumprir com a missão de afastar os prognósticos de fome associados a “explosão” do crescimento populacional³². Assim, a Revolução Verde se sustentou numa argumentação com apelo social e humanitário. A questão da superação da fome se tornou o argumento ideológico central nos discursos da cooperação internacional, na medida que permitiu encobrir os interesses políticos e econômicos da indústria produtora dos insumos modernos. A Revolução Verde foi, assim, aquela que reclamou distinção entre outras revoluções, justamente por ser uma “revolução dos campos de cultivos” e não uma revolução armada, uma “revolução que se utiliza das plantas que

³² Paarlberg exemplifica descrevendo a realidade do México de 1944, quando a equipe de Borlaug iniciara seus trabalhos. Segundo Paarlberg (1971) a descrição, era um país que praticava, de forma majoritária em seus campos de cultivo, uma agricultura tradicional de baixa produtividade, ocupado por agricultores analfabetos, cuja renda era muito inferior aos moradores das cidades. Somados a este diagnóstico comparativo e classificatório, as projeções de crescimento da população mundial viriam a colocar em risco o suprimento de alimentos.

produzem alimentos”³³. Seus promotores, muito prestigiados (capital simbólico) em todo o mundo, apresentam troféus que atestam sua identificação com a causa humanitária, a exemplo de prêmio Nobel da Paz concedido à Norman Borlaug. Desta forma os agentes dominantes acumularam capital simbólico e, por esta via, adesão à sua visão de mundo.

A expressão “sem fins lucrativos”, utilizada para identificar as fundações de alcance internacional, é significativa para a nossa análise, pois revela a utilização de um discurso que denega³⁴ o econômico, quando tem o real propósito de criar um mercado para as indústrias em expansão, pois estas buscam o lucro através da venda de sementes de origem industrial.³⁵ Entendemos que a eventual explicitação do real interesse dessas fundações - de obter lucros com a ciência, com as sementes e com a produção de alimentos diante de uma população empobrecida - seria extremamente prejudicial aos interesses expansionistas das indústrias de sementes.

Por outro lado, para os países em desenvolvimento, muitas das mudanças propostas podiam ser percebidas como desejáveis, pois representavam simbolicamente “o ingresso na era do desenvolvimento” num contexto em que um conjunto de avanços científicos vinham transformando a agricultura do mundo. Assim, as tecnologias passaram a figurar, de forma mais evidente, como uma ferramenta de luta simbólica e ideológica. Apesar do inquestionável avanço associado à introdução da lógica das máquinas sobre a lógica do trabalho braçal e das novas práticas de manejo de plantas e animais, foi na genética que se centrou a revolução de princípios na produção agropecuária neste período. Isto permitiu que a agricultura até então existente fosse classificada como tradicional e a agricultura emergente como moderna. Uma revolução desta magnitude alterou as regras, o conhecimento, a lógica e as fronteiras da produção agrícola. E soube-se, durante a

³³ O que não se sabia era a extensão que o ato de produzir alimentos poderia ganhar. Atualmente a ligação entre poder, controle das sementes, produção e consumo de alimentos se faz mais evidente.

³⁴ O termo “denegação do econômico” pode ser compreendido em Bourdieu enquanto uma das características gerais presentes nos campos culturais e que polariza com os campos econômicos.

³⁵ O suposto idealismo e generosidade está também presente no programa de ajuda técnica dos EUA ao mundo subdesenvolvido, denominado de “Ponto IV” da política de Truman sobre segurança internacional. Portanto, a expansão das tecnologias, conforme o discurso da época, presentes no primeiro mundo e ausentes nos países subdesenvolvidos, promoveria a paz mundial. Contudo dividiria o mundo em desenvolvidos e subdesenvolvidos, demarcando o agente dominante.

revolução verde, converter capital científico em prestígio e, sobretudo, em capital político.

Do exposto percebe-se que, neste período, os interesses de um grupo específico passaram a ser legitimados e reconhecidos como interesses da sociedade como um todo, processo este muito semelhante ao de uma revolução simbólica. De uma “simples” dádiva da natureza (sementes), a tecnologia faz variedades enriquecidas, de atributos produtivos “superiores”, já como criação técnica e científica com autor passível de identificação, gerando uma semente que muito se distanciou de sua primeira natureza. Segundo Bourdieu (2004a, 2004b), grandes transformações só são possíveis diante da existência de uma Revolução Simbólica. Desta forma, novos princípios de visão e divisão do mundo social associam-se a sucessivas transformações na agricultura.

2.1.4 A diferenciação das práticas em favor das sementes transgênicas

Entre os anos 80 e 90 se consolidaram os conhecimentos em torno da Biotecnologia³⁶. Técnicas envolvendo marcadores polimórficos permitiram estudos de uma região específica de um genoma, segundo os interesses de proceder variações genéticas. A clonagem de DNA foi alcançada em âmbito científico internacional. Inicialmente a transgenia se oferecia como um grande salto em relação a hibridização e ao melhoramento convencional, pois esta modalidade de melhoramento permitiu reduzir as características indesejadas e o tempo necessário para o desenvolvimento de uma nova cultivar. Além disso, ampliaram-se as possibilidades do melhoramento. Fernandez Cornejo (2004, p. 4) adota a distinção de três linhas de melhoramento a partir da biotecnologia: a) transgenia de entrada, ou seja, aquelas que tornam as plantas resistentes a agrotóxicos, insetos e a estresses ambientais; b) transgenia que incrementa nutrientes nas plantas e c) transgenia que leva as plantas produzirem elementos fármacos, combustíveis e alimentos não tradicionais.

Nesse contexto observou-se grande mudança na estrutura industrial do setor de sementes nos EUA distinguindo-se, na descrição de Fernandez Cornejo (2004, p. 26), dois grandes ciclos de fusões e aquisições a partir da década de 1970.

³⁶ Fernandez Cornejo (2004, p. 4) destaca a criação da primeira planta geneticamente modificada em 1982.

No primeiro ciclo de fusões e aquisições as indústrias de sementes menores – que haviam persistido até os anos 70 - desapareceram e as que persistiram juntaram-se mediante fusões e aquisições, resultando em concentração no mercado, com surgimento de destacados *players* internacionais. Segundo o autor, mais de 50 empresas de sementes foram adquiridas pela indústria farmacêutica, petroquímica e empresas alimentares. O autor ilustra que multinacionais como Ciba-Geigy, Sandoz, a Royal Dutch / Shell, Upjohn, e Celanese, entraram no ramo das sementes em meados da década de 1970. Segundo Wilkinson e Castelli (2000, p. 20), neste período, observou-se interesse da indústria de insumos, sobretudo a agroquímica e o interesse do setor de fármacos, da petroquímica e do setor agroalimentar pela indústria de sementes, realizando-se grandes aquisições e fusões, que se iniciam nos 70 e que “continuaram nos anos 80 e aceleraram-se nos 90”.

Um segundo ciclo de fusões, aquisições e *joint ventures* ocorreu na década de 1980, envolvendo empresas que buscavam alcançar a economia de escala para compensar os grandes investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento necessários aos avanços na biotecnologia. Nesse processo emergiram, também, os complexos empresariais identificados com a “ciência da vida”, em torno de produtos como agroquímicos, sementes, ingredientes alimentares e farmacêuticos – gerados pela aplicação de pesquisa genética e biotecnológica.

Nesse contexto, o movimento de capitais acabou sendo condicionado pelo sentido das estratégias corporativas: sejam elas a busca de ampliação da participação no mercado, posicionamento estratégico em relação a acesso a mercados e recursos-chave, captação de capitais para viabilizar altos recursos necessários para investimento em pesquisa biotecnológica, busca de convergências de negócios, busca de oportunidades de diversificação de negócios – entre outras – ressaltando-se a questão das economias de escopo, que também geravam ganhos, pois um gene isolado para determinada especificidade pode ser usado em diversas culturas (FERNANDEZ CORNEJO, 2004. p. 27). O processo de reestruturação industrial mostrou-se complexo e dinâmico, em razão das fusões e da concentração das grandes corporações.

Se durante o período sob os híbridos as interferências das indústrias se restringiam a algumas espécies agrícolas, durante a transgenia - onde conhecimentos em biologia molecular são requisitados – estendeu-se o melhoramento de maneira genérica a todas as espécies e, devido a exigência em

quantidade de investimento, redefiniram-se as relações entre investimentos privados e públicos no setor.

O uso da transgenia foi moldando a estrutura da indústria e os papéis – na pesquisa e desenvolvimento – do Estado e da iniciativa privada. Com os investimentos do setor privado no domínio das pesquisas sobre sementes, as tecnologias de sementes passaram para o controle da iniciativa privada. Este é um dos elementos marcantes no avanço da subordinação dos agentes do campo das sementes à lógica do campo econômico. Podemos dizer que, com o aporte da biotecnologia, o campo das sementes encontra a maturidade e o setor privado se consolida como definidor da lógica dominante, sobretudo na pesquisa e desenvolvimento, o que se traduz em maior número de certificados de proteção de variedades vegetais (FERNANDEZ CORNEJO, 2004).

Na produção de sementes passaram a distinguir-se empresas ligadas ao melhoramento de plantas, onde estão os melhoristas privados e públicos; os produtores de sementes, desde a semente genética até as sementes certificadas (que podem ser associações de produtores ou empresas privadas que trabalham sob licença das empresas de melhoramento); empresas de tratamento e embalagem de sementes, responsáveis pelas informações que se traduzem em segurança aos consumidores, bem como um setor de fiscalização, onde se inserem os analistas de sementes e um setor de *marketing* e distribuição de sementes, onde figuram representantes comerciais de diversa natureza, observando-se uma tendência à integração vertical da indústria. Nesse contexto, os certificados conferidos pelo Estado para as virtudes das sementes melhoradas funcionam como símbolo ou troféu resultante do jogo, conferindo prestígio aos agentes dominantes.

Associado a essas mudanças na estrutura das indústrias, se observa uma mudança no tamanho dos mercados e nas práticas produtivas com adoção das sementes geneticamente modificadas pelos agricultores no âmbito dos maiores cultivos. Segundo Fernandez Cornejo (2004) o mercado de sementes saltou de US\$ 500 milhões em 1960 para mais de US \$ 6,7 bilhões em 1997. Em boa parte isso indica o uso, cada vez maior, de sementes compradas. Para explicar essa significativa mudança estrutural há de se remeter a diversas questões. Fernandez Cornejo (2004) enfatiza a importância dos novos marcos legais estabelecidos pelo reconhecimento do direito do melhorista no início da década de 1970, que apontam para possibilidade de retorno do investimento em Pesquisa e Desenvolvimento

privado e ampliação de mercado. No contexto neoliberal, o papel do Estado é assegurar, sobretudo via legislação, a existência e a lógica de mercado à atividade. Importa destacar, também, a relevância dos marcos legais internacionais orientados ao direito do melhorista aos quais os Estados Nacionais foram obrigados a ajustar-se. O destaque é para a ampliação da proteção para produtos da biotecnologia agrícola e a instituição da Organização Mundial de Comércio (OMC) em 1995, que estabeleceu o acordo Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPs), sobre propriedade intelectual no âmbito do comércio internacional, incluindo o direito de obtentor e patente como mecanismos de proteção de variedades vegetais. Desta forma, a propriedade intelectual sobre sementes é tratada como qualquer outro aspecto do comércio internacional. Assim sua aplicabilidade se torna obrigatória, sob pena de retaliação (RALLT, 2015).

Nos marcos legais os direitos são assegurados tanto pela Lei de Proteção de Cultivares (LPC) quanto pelo direito de patente. A LPC concede proteção e direitos exclusivos para comercializar uma nova variedade vegetal durante 18 anos (FERNANDEZ CORNEJO, 2004). Ou seja, todo esse movimento no âmbito da indústria se ampara no fortalecimento do reconhecimento dos direitos do melhorista – que criam novas oportunidades de negócio no campo das sementes.

Entendemos que essas medidas puderam ser, de certo modo, naturalizadas pela referência a inexorabilidade do “progresso”. Nesse sentido a biotecnologia poderia ser vista como uma forma de melhorar as plantas para além do que a natureza e os homens teriam sido capazes em sua história milenar de coevolução. Da mesma forma que nos anos 50, os anos 2000 repetiram o discurso da Revolução Verde, uma vez que os agentes referem aos mesmos propósitos humanitários, naturalizando a supremacia das opções tecnológicas que lhes servem de referência sobre outras proposições; contudo as potencialidades da transgenia se ampliaram para muito além do controle da fome. A transgenia se apresenta com finalidades múltiplas. Ela está atualizada com os problemas consensualizados para este tempo, a exemplo do aquecimento global e com as preocupações com a saúde. Tais potencialidades também servem de motivação para a aceitação das tecnologias transgênicas e legitimação dos agentes vinculados a ela. Alguns argumentos dos agentes dominantes chegam mesmo a indicar a aplicabilidade da biotecnologia à produção orgânica e, desta forma, tomam a bandeira dos agentes contestadores, confrontando com o discurso contra a biotecnologia. Deste modo, os agentes

contestatórios perdem aderência às enunciações contra a biotecnologia em si enquanto ciência e são obrigados a contestar apenas o controle político da mesma.

A emergência do conflito entre agentes do campo econômico e campo cultural, “desinteressados”³⁷, mostra-se potencialmente inevitável. As características da inovação em si; a apropriação dos mecanismos da ciência na manipulação genética das plantas; a monopolização do setor; tornam o campo das sementes um campo científico e, ao mesmo tempo, um campo econômico. Ou seja, o processo realizado no âmbito da ciência, impulsiona geração de novas referências para a produção de sementes, sendo que o rumo da pesquisa pode orientar-se em maior ou menor medida por interesses privados ou sociais. Nestas condições, para que determinados agentes do campo científico ou econômico se fortaleçam, eles necessitam de certificação, ratificação do campo político, assegurando o retorno de seus investimentos. O controle via Direito de Obtentor e via Patentes, mediante avaliação dos atributos de tais sementes – novas e boas sementes – serão os elementos principais de dominação sobre os agentes que se pautam pela lógica cultural.

2.2 DETERMINANTES DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS: AGENTES E SUAS ESTRATÉGIAS PARA NATURALIZAÇÃO DAS SEMENTES INDUSTRIAIS

Nas seções anteriores descreveu-se o processo histórico de diferenciação de práticas de produção de sementes, os agentes precursores das mudanças e suas estratégias. Percorreu-se um caminho que se inicia com a afirmação das sementes selecionadas, e passa pela afirmação das híbridas, de alto rendimento e transgênicas.

Na recomposição histórica auferiu-se ênfase inicial ao contexto norteamericano, reconhecendo-se a internacionalização do campo – sobretudo após a Revolução Verde.

Na sequência do texto buscaremos uma aproximação aos agentes dominantes e suas estratégias. Neste sentido, se evidenciara que embora os agentes dominantes atuem segundo a lógica dominante no campo econômico, na potencialização de suas estratégias de dominação se associam a agentes do campo

³⁷ Segundo Bourdieu (2007a), o desinteresse é do ponto de vista econômico. Estariam mais propensos agentes que defendem o interesse público, bem como intelectuais e artistas.

científico, cultural e político³⁸ e enfrentam contestação de agentes do campo cultural, requerendo estratégias específicas para assegurar hegemonia dos interesses da indústria no campo.

2.2.1 Agentes atuantes na naturalização das sementes de origem industrial

Para atender aos requisitos do campo econômico as sementes sofreram os mais significativos incrementos tecnológicos, mercadológicos e ideológicos, entre todos os outros insumos e máquinas utilizados na produção agrícola. Seria, portanto as sementes o símbolo que representa melhor a revolução de princípios, a di-visão de mundo que se processara no campo dos cultivos.

Nos anos 50, a semente ainda é concebida botanicamente, ou seja, um óvulo amadurecido, resultante da fecundação do núcleo do ovo com um grão de pólen. Toda a estrutura das sementes passa a ser conhecida em detalhes pela ciência, a exemplo: plumule, cotilédones, hipocótilos, radícula, endosperma, hilo, etc. (PORTER, 1959), que são denominações que só os especialistas compreendem, transformando-se em um capital específico dos especializados. Desta forma surgiu a classificação das sementes.

Para a Kiekebusch (2015) semente não é todo grão que germina. Semente é tecnologia. Portanto semente e grão seriam dois produtos distintos. Semente é *specialities* e grão é *commodities*. Ou seja, semente tem uma finalidade específica para a sementeira. Portanto, a classificação das sementes, que naturaliza como semente aquela que é produzida pelos agentes dominantes do campo, se faz através de uma luta de classificação, excluindo e condenando o uso de outros materiais, supostamente sob o controle dos grupos dominados, como são as sementes crioulas. O significado de sementes, ao longo das transformações do campo, passa de um produto biológico que germina, para um produto que atende requisitos de controle corporativo, visando a sustentação dos agentes dominantes do campo.

A indústria de sementes, cada vez mais, se apresenta como legítima produtora de sementes, à medida que padroniza, a nível mundial, a garantia de

³⁸ O campo científico e o campo político influenciaram decisivamente para a consolidação da autonomia relativa do campo das sementes, para a definição do que se considera seus agentes legítimos e ilegítimos, para a sua institucionalização e para a sua expansão global.

determinadas qualidades as sementes e as diferencia sobremaneira da produção artesanal, considerada assim de baixa qualidade por não possuir os quesitos da indústria. Este fato também corrobora com a naturalização da superioridade das sementes industriais.

2.2.1.1 A relevância dos cientistas

Conforme observam Wilkinson e Castelli (2000) a partir da produção de sementes híbridas, se pode classificar o setor como "baseado nas ciências" (*science based*).

De um modo geral, observa-se uma interação potencial entre agentes de diferentes campos, onde atuação de agentes do campo científico amplia as possibilidades de negócio de agentes do campo econômico. A importância dos agentes do campo científico revela-se pelo vínculo da evolução do campo com as possibilidades abertas por avanços nas teorias e técnicas de melhoramento vegetal. Evidência da relação entre estes campos é dada, por exemplo, pelo fato que a entrada da indústria de sementes nos países em desenvolvimento coincide historicamente com intensificação da pesquisa³⁹. Uma quantidade significativa de pesquisas sobre sementes foi realizada no Brasil no período entre 1950 a 1970 e entre 1970 e 1980⁴⁰, por exemplo. A "Lista Bibliográfica de Sementes" organizada por Wetzel (1972) e publicada pela divisão de Sementes e Mudanças do Ministério da Agricultura apresentava 1158 referências em 87 periódicos, sendo 35 revistas e 647 autores⁴¹. Em 1980, Wetzel, como presidente da Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes (ABRATES), comemora o lançamento de três volumes pela

³⁹ As bibliografias permitem evidenciar, a exemplo do desenvolvimento das variedades de alto rendimento, a interface do campo das sementes com o campo da ciência. Esta interface é também comprovada pela criação de uma coordenação internacional da pesquisa agrícola, denominada de CGIAR, onde participam agentes como a FAO e Banco Mundial, além da criação de muitos outros centros internacionais de pesquisa que tem nas sementes uma das principais preocupações.

⁴⁰ Nota-se certa evolução na agenda de pesquisa. Na edição de 1972 os assuntos estão melhores organizados, sendo possível perceber uma concentração de temas sobre germinação (mais citações), armazenamento, botânica, conservação, doenças, inseticidas, fungicidas, produção, tratamento e variedades. Os estados mais citados, onde se realizaram as pesquisas é o Rio Grande do Sul e São Paulo, seguidos pelo Paraná e Minas Gerais. Os assuntos mais recorrentes na edição de 1980 foram análise de sementes, produção, conservação, tratamentos, germinação, doenças, fungicidas, sementes básicas, fiscalizadas, certificada, cultivares, semeadura, vigor, híbridos entre outras.

⁴¹ As publicações vinham embaladas de desejo de aumento da produtividade pelo uso da "boa semente", então compreendida como semente selecionada e certificada.

EMBRAPA da “Bibliografia Brasileira de Sementes”. Neste ano se contavam 1985 referências⁴².

Pode se inferir que o capital específico que propiciou afirmar práticas relacionadas ao uso de sementes melhoradas, dando origem ao mercado de sementes foi uma espécie de capital científico. Obviamente o campo necessitou mobilizar grande volume de capital financeiro para esta produção, que lhe garantiu o domínio sobre o capital científico, produzindo e se valendo dos conhecimentos em genética e em química para criar novas plantas.

O reconhecimento da relevância dos agentes do campo científico levou-nos a periodização de “fases”, guardando a relação com os avanços no âmbito do melhoramento genético. A importância da pesquisa científica tornou-se tão relevante na criação de possibilidades para os agentes econômicos que, por fim, uma parte significativa da pesquisa passou a ser feita dentro do campo (pesquisadores como funcionários da indústria ou trabalhando a seu serviço mediante modalidades diversas de relações contratuais). Entendemos que, quando tais aspectos passam a ocorrer, observa-se a internalização da pesquisa no campo – de forma que pode ser considerada uma atividade econômica específica – geradora de valor, por exemplo, através do patenteamento das descobertas, descaracterizando-se a especificidade da lógica cultural.

Outro aspecto a considerar refere-se ao papel dos agentes do campo científico para além da criação de possibilidades para os agentes econômicos, ou seja, o papel que os agentes da ciência passam a exercer no campo cultural. Nesse sentido, a internalização das noções de progresso pela sociedade se deu a partir de discursos gerais da ciência sobre a evolução das sociedades os quais, por sua vez, ressaltam a centralidade da pesquisa para os avanços de bem-estar da humanidade. Segundo Scandizzo (2009), a evolução da agricultura mundial é contada como uma narrativa de conquistas onde há somente heróis. Esta história sustenta avanços científicos ininterruptos e com aumentos contínuos de produtividade. Nesse contexto, observa-se que agentes do campo científico foram capazes de produzir simbolicamente a chamada “ideologia da modernização”, que

⁴² Sendo 725 para as culturas do algodão, arroz, feijão, milho, soja, trigo, entre outras (volume 1). Sobre sementes florestais, ornamentais, forragicultura, fruticultura e olericultura (volume 2) foram encontradas 615 referências e 645 para assuntos diversos. Se contam 659 autores no volume 1 e 502 no volume 2.

permitiu a aceitação tácita de sua visão de mundo. Desta forma, as tentativas de questionamento do *status quo* de agentes do campo, são respondidas como se fossem ataques a ciência e a ordem institucional. Da mesma forma, o interesse das indústrias é enunciado como se fosse o interesse da ciência e da humanidade.

2.2.1.2 A relevância das entidades de representação

A recomposição histórica aponta para a relevância de um conjunto diverso de entidades de representação. Para entender a importância destes diferentes agentes é necessário considerar que as normas assumem influência definitiva na dinâmica do campo. Wattm (2016) enumera quatro características das normas que as tornam poderosas. A primeira é que depois de instituída, se naturaliza, se torna óbvia e, portanto, não é objeto de contestação. Segundo porque se comporta como um poder anônimo. Terceiro porque incorpora as preferências dos agentes dominantes e quarto porque gera dependência. Desta forma, a autora se reporta as teses que afirmam que aqueles que definem e fazem os outros cumprirem as normas são muito poderosos. Ou seja, são os agentes dominantes do campo.

Em termos do estabelecimento das fronteiras do campo observa-se que as normas avançaram em termos de institucionalização de controles sobre o direito a comercialização de sementes (registro, certificação, proteção), de variedades melhoradas e direitos sobre material genético. Assim, o estudo das normas é essencial na revelação dos agentes do campo. Tais normas, supostamente vindas da ciência são retraduzidas como lei. Dada a potencial legitimidade, as normas podem ser estabelecidas de forma autônoma por este conjunto de poucos agentes dominantes e especializados do setor⁴³. Segundo a AOSA, “É desejável ter definições e procedimentos fundamentais acordados, baseados em um conhecimento profundo dos princípios envolvidos” (AOSA, 1965, p. 01). As associações que se erigiram para criar, desenvolver e salvaguardar tais interesses asseguram que esta estrutura funcione, não somente em um país, mas nível mundial, com os mesmos princípios ao promover treinamento de pessoal e

⁴³ Percebeu-se que o campo das sementes se monta com aportes científicos específicos, por exemplo, de conhecimentos de análise de sementes, entre outras ciências agrícolas. Desta forma, participam deste espaço, cientistas de empresas públicas e privadas, que se intitulam autoridades em ciência e tecnologias no que diz respeito a sementes.

imposição legítima de legislações acordadas em espaços de concertação intencional uma vez que, ao longo dos anos, as estruturas nacionais dos EUA e da Europa evoluíram para organizações de alcance internacional. Na Figura 1 apresenta-se um conjunto de agentes destacados do campo das sementes em diferentes períodos.

Figura 1 – Agentes destacados do campo das sementes em diferentes períodos.

1883 - EUA	1908 – EUA e Canadá	1921	1924	1924	1924 - 1938	2002
<ul style="list-style-type: none"> • Associação Americana de Comércio de Sementes e outras associações nacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • - Association of Official Seed Analysts (AOSA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Europeia de Análise de Sementes 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Internacional de Análise de Sementes – ISTA 	<ul style="list-style-type: none"> • Federação Internacional de Comércio de Sementes - FIS 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Internacional dos Melhoristas de Plantas para a Proteção das Obtenções Vegetais - ASSINSEL 	<ul style="list-style-type: none"> • Federação Internacional de Sementes - ISF (FIS + ASSINSEL). • Svalbard. Cofre Global de Sementes. Noruega, 2008.

Fonte: (Elaborado pelo autor)

Destaca-se que a comercialização esteve, desde os primórdios, condicionada ao atendimento de normas de qualidade do produto, que haveriam de ser certificadas por entidade devida. No que se refere a análise de sementes, nas palavras de Justice⁴⁴ tudo teria se iniciado em 1921 com a criação da Associação Europeia de Análise de Sementes, que em 1924 se transformou na ISTA. A evolução das regras comuns se deu conforme a citação: “entre 1924 e 1928 um comitê de pesquisa elaborou regras para análise de sementes, mas alguns problemas não resolvidos impediram a sua adoção. No entanto, esses obstáculos foram finalmente eliminados e as primeiras normas ISTA foram adotadas em 1931”⁴⁵ (JUSTICE, 1965, p. 13).

Portanto, o estabelecimento de normas para análise de sementes, certificação internacional de qualidade de sementes e pesquisa em melhoramento de plantas

⁴⁴ Proferidas por ocasião de um curso para formação de analistas de sementes, realizado no Brasil em 1964.

⁴⁵ Desta forma fica confirmada a relação harmonizada entre as regras da AOSA e da ISTA e das legislações de sementes pelo mundo, estabelecendo-se sociedades comerciais de sementes conformadas a lógica e os princípios, mantidas as condições de autonomia de estabelecê-la e de impô-las a quem do campo se aproximar.

são os objetivos principais da ISTA. Segundo Justice (1965) 41 países, mais de 100 unidades experimentais de sementes eram membros da ISTA, oferecendo a exato alcance a instituição. Segundo Justice “As normas ISTA são publicados oficialmente em inglês, francês e alemão, e de forma não oficial em espanhol, português e chinês” (JUSTICE, 1965, p. 17). Este fato permite evidenciar que um mesmo conjunto de normas internacionais foram se institucionalizando em diferentes países. Desta forma é correto afirmar que, no campo das sementes, não se pode falar, em qualquer país em desenvolvimento, de produção autêntica de regramentos sobre sementes.

Os melhoristas de sementes, por sua vez, são os agentes que, por sua especificidade, se posicionam de forma estratégica no controle de todo o campo, como afirmam Fernandez Cortejo (2004). A necessidade de investimentos econômicos, científicos e de produção em escala cobra compensação pelas suas criações, evitando, por intermédio de mecanismos, que os concorrentes copiem e que os produtores reproduzam livremente as inovações. O argumento do autor é que se não houver exclusão destas possibilidades, o setor corre o risco de ver os incentivos privados para as inovações cessarem. Por esta razão, agentes, por meio de entidades de representação, lutam por adoção de mecanismos - a exemplo de leis de patentes ou de efeitos similares – justificando tal medida na tese de que só o setor privado recompensado seria capaz de inovar. Para o Estado, reservam o papel de suprir os investimentos onde a iniciativa privada não tem interesse. Fernando Cortejo (2004) destaca que os agentes do campo competem pelas inovações, mas estão de acordo entre si que sem mecanismos que impeçam a livre reprodução de sementes o campo estaria ameaçado. A citação a seguir explica as mudanças que ocorreram em relação a posição dos melhoristas e sua representação nestes últimos anos no campo das sementes:

O meado dos anos 1970 viu mudanças significativas no melhoramento de plantas e na indústria de sementes com fusões, consolidações e "integração" de toda a cadeia de sementes. Melhoristas de plantas e produtores de sementes tornaram-se uma única entidade. A lógica de ter duas organizações distintas que representam a indústria de sementes estava sob questão. Uma primeira tentativa frustrada de fundir FIS e ASSINSEL foi feita em 1986. Após dois anos de intensas conversações e negociações, finalmente se fundiram na ocasião do Congresso anual em Chicago em 2002 para se tornar ISF, a International Seed Federation (ISF, 2015, tradução nossa).

A Fédération Internationale du Commerce des Semences (FIS), carrega os elementos da gênese e evolução dos agentes dominantes do campo das sementes: primeiro como instituição que desenvolve as normas de comercialização e depois assume a defesa as novas tecnologias da indústria de sementes e dos direitos dos melhoristas. Conforme citação extraída da International Seed Federation (ISF):

Desde o início a FIS salientou a importância da evolução tecnológica para a indústria de sementes. Em 1954 FIS enfatizou a importância dos Direitos dos Criadores de Plantas e estimulou seus membros a pressionar os governos para reconhecer a proteção recíproca de produtos de melhoramento. Em 1958, o Congresso (FIS) aprovou uma resolução reconhecendo direitos de obtentor e o direito de cobrar taxas de licença quando variedades protegidas forem vendidas (ISF, 2015).

2.2.1.3 A relevância dos agentes políticos

Ao campo político cabe o estabelecimento de mecanismos de *enforcement* de determinadas possibilidades e nesse sentido atuam tanto Estados Nacionais como organizações de cooperação, por exemplo. Neste contexto, uma vez alcançada a legitimidade, busca-se por meio da política criar condições favoráveis aos projetos dos agentes econômicos implicados no campo das sementes.

Normas de análise de sementes, leis de sementes, programa de sementes e treinamento de pessoal constituem-se ferramentas que contribuem para formação de discursos harmonizados entre os países que seguem os princípios classificatórios dos agentes dominantes do campo das sementes a nível internacional. A interface do campo das sementes com o campo da política, dá-se no sentido da expansão do campo para os países pouco desenvolvidos. A própria Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em 1961 promove a campanha *World Seed Year*, que assegurava politicamente a expansão do uso das sementes melhoradas pelo mundo. Publicações de Delouch e Potts (1974) revelam os esforços políticos para a implantação da indústria de sementes nos países pobres, cujo esforço, na época, se transmutava sob o nome de “programa de sementes”.

Em 1953 cria-se o Sistema de Sementes dentro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que indica o reconhecimento pela OCDE dos princípios econômicos do campo das sementes. O ano de 1961 vai ser designado como *World Seed Year* pela FAO. Atendendo esta ênfase, quase de forma simultânea em muitos lugares do mundo realizaram-se cursos para formação

de analistas de sementes, tomando por base as regras de análise de sementes do ISTA. Comprova-se estes fatos com duas publicações, uma para América Latina e a outra do Oriente Médio, que foram realizadas por influência da referida associação e dos organismos multilaterais, a exemplo da FAO. A saber:

A Campanha Mundial de Sementes de 1961, patrocinada pela Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, foi culminando com uma reunião de seis dias em Roma, Itália, em abril de 1962. Por sugestão do Dr. AF Schoorel do Comitê Executivo da Internacional Seed Testing Association (ISTA) decidiu continuar o trabalho recomendado na reunião de Roma. Assim, foi explorada a possibilidade de realizar cursos de formação de melhoramento de sementes para os países em desenvolvimento. Em fevereiro de 1963, o Comitê Executivo havia definitivamente decidido realizar três cursos de formação [...] (JUSTICE; BUNCH, 1965, p. 01).

Os registros indicam colaboração das Universidades nestas iniciativas. A importância dos agentes dominantes internacionais revela-se também aos países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), que são obrigados a atualizar sua legislação de Direito de Propriedade Intelectual de acordo com as normas internacionais. As normas incluem a proteção de variedades de sementes e plantas com patentes ou direitos de propriedade semelhante e prevêm sanções pelo descumprimento (FERNANDEZ CORTEJO, 2004. p. 23).

2.2.2 Agentes atuantes na desnaturalização das sementes de origem industrial

A aplicação dos diversos regramentos relativos às práticas com sementes gera, potencialmente, um conflito com agentes mais próximos a lógica cultural, que se manifestam em defesa de valores sociais compartilhados. Nesta seção, as análises focalizarão os agentes que resistem à naturalização das sementes de origem industrial, especialmente aqueles que contestam mediante elaboração de crítica ao discurso dominante o qual vem a ser divulgado para sensibilização da opinião pública e em espaços de tomada de decisão sobre regras sociais onde se manifesta disputa de visões de mundo.

Scandizzo (2009) aponta para uma possibilidade metodológica de aproximação às disputas constituídas considerando-se, em nível discursivo, as narrativas que se propõe a desvelar a realidade, as quais se referem a agricultura mundial. Trata-se, portanto, de identificar discursos que – como narrativas – se referem a como os agentes enunciadores acreditam que um evento foi causado e como as ações humanas explicam as transformações de um estado para outro.

Scandizzo (2009) ao investigar as narrativas sobre a agricultura identifica a convivência de duas grandes narrativas opostas: uma narrativa “moderada” ou conservadora a qual se opõe uma narrativa “radical” ou contrária. Para o autor, a narrativa conservadora é uma narrativa de conquistas, contadas como histórias evolutivas, sem vilões e com muitos heróis, como se avanços científicos fossem ininterruptos, e a evolução da agricultura mundial caracterizada por seus aumentos crescentes de produtividade. A narrativa oposta, classificada como radical, lhe contesta, referindo-se, por exemplo, ao esgotamento dos efeitos da revolução verde, bem como revela que os supostos benefícios da biotecnologia ainda não se materializaram, e que só os grandes agricultores se beneficiam do aumento da produtividade. Argumentam que embora os pequenos agricultores sejam mais eficientes recebem apenas benefícios marginais pois geralmente os ganhos de produtividade resultam em maior produção, queda de preços dos produtos agrícolas e, por isso, diminuição das rendas dos pequenos agricultores (SCANDIZZO, 2009).

Nos embates identificamos como pertinentes para nossa análise, as narrativas alternativas sobre os impactos ambientais do modelo de agricultura industrial, sobre o sentido da legislação no campo de sementes, sobre a relação entre biotecnologia e desenvolvimento, sobre as implicações dos transgênicos para a saúde e meio ambiente e sobre a neutralidade política da introdução de sementes melhoradas (e transgênicas). Faremos, portanto apenas uma aproximação geral à diversidade de agentes e narrativas, com base em revisão bibliográfica (complementada com consulta eventual de documentos), haja vista que tais agentes empunham outras bandeiras para além das sementes, a exemplo da transformação da sociedade.

2.2.2.1 A contestação dos impactos ambientais do modelo de agricultura industrial⁴⁶

Luzzi (2007) faz referência que movimentos de oposição ao modelo de agricultura enunciado pela Revolução Verde já se iniciara, a nível mundial, desde

⁴⁶ Esta narrativa é contemplada porque nesta tese busca-se compreender os embates em torno das sementes e as lutas que se renovam para a transformação social. Presume-se que o movimento ambientalista exerceu grande influência pois embora tal movimento originalmente não problematizasse especificamente as práticas relativas as sementes, os princípios expressos em suas narrativas alternativas estão na origem de muitos movimentos atuais que tomam as sementes como mote para a mobilização social.

1960 com publicações acadêmicas que denunciavam os danos ao meio ambiente e que tiveram influência na emergência de movimentos ambientalistas locais e globais. O exemplo de publicação mais citado é a obra “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, publicada em 1962. É uma obra que se produz no seio da academia americana, demonstrando a existência de um embate no próprio país que gerou o modelo que se expandiu aos países em desenvolvimento.

Carson (1962) abre seu livro criando imaginariamente uma cidade que, em determinado ano, vive uma situação inusitada no período da primavera. Constrói uma representação do mundo social, onde a primavera – entendida como a expressão da força da vida – fora silenciada pelo uso de agrotóxicos. Assim introduz uma classificação de mundo dividido em dois tempos: antes e depois dos agrotóxicos. Denunciava a eutrofização dos lagos, o uso excessivo de DDT e a toxicidade residual de longa duração de agroquímicos. A partir da denúncia, a autora aponta para os caminhos alternativos. Carson assim se posiciona:

Eu critico os atuais métodos, porque eles estão fundamentados num patamar de pensamento científico muito baixo. Nós realmente somos capazes de um grau maior de sofisticação para solução deste problema” (CARSON, 1962 apud DE MOURA, 2013. p. 52)⁴⁷.

De Moura (2013) afirma que foi com base nos métodos alternativos propostos por Carson que se desenvolveram o Controle Integrado de Pragas, aplicação no ambiente de insetos macho-estéreis (para controle da mosca da fruta), uso de substâncias atraentes e repelentes, uso de inimigos naturais, de microrganismos e do uso de *Bacillus thuringiensis* (BT) para o controle da lagarta⁴⁸. Ainda, segundo observação De Moura (2013), as denúncias de Carson criaram – nos EUA – um movimento nacional para proibir o DDT do mercado.

Como enunciação de visão de mundo, “Primavera Silenciosa” foi além e funcionou como força mobilizadora de grupos sociais ambientalistas, críticos ao modelo de agricultura industrial / de sociedade.

Não se tem dúvida, assim, de seu papel na geração de embates sobre modelos de agricultura⁴⁹. O discurso apresenta-se como contestação àquele da

⁴⁷ Discurso, proferido numa solenidade em sua homenagem, em fins de 1962 (DE MOURA, 2013. p. 52).

⁴⁸ Tais métodos também sofreram, com o tempo, esvaziamento.

⁴⁹ Este embate, no Brasil, ficaria girando em torno dos agrotóxicos até meados dos anos 80 e se somam a luta pela terra, que foi outra dimensão que fundou muitos movimentos e organizações.

Revolução Verde. ONGs ambientalistas de desenvolvimento rural começaram a denunciar a Revolução Verde, principalmente porque se constituiu um esforço tecnológico a serviço dos interesses das empresas que preconizavam o uso de mais fertilizantes e mais “venenos”. Portanto, são distintos princípios que geram visões de mundo que entram em conflito e lutam para impor-se a sociedade.

De forma geral, as sementes melhoradas ainda não tinham suscitado reações de oposição. Até então, não teriam sido percebidas, pelos movimentos, como epicentro da lógica da Revolução Verde. Porém, na década de 1980 ficou evidente a associação entre o sistema de melhoramento genético utilizado para seleção das variedades (de alto-rendimento) e a dependência dos insumos de origem industrial. Sementes melhoradas e insumos de origem industrial passam, então, a ser vistos como partes indissociáveis do mesmo modelo de agricultura.

2.2.2.2 *A contestação dos princípios subjacentes à legislação do campo de sementes*

Conforme relatos constantes na literatura, na década de 1970 quando se proliferavam iniciativas relacionadas ao reconhecimento de direito do melhorista (na Austrália, no Canadá e na Irlanda) surge um movimento que problematiza os efeitos dessas ações sobre a base genética.

Conforme se apreende de Mooney (1987), nos anos 70 a erosão da diversidade genética já estava ficando evidente aos cientistas e movimentos sociais, levando empresas e países desenvolvidos a realizarem coletas de germoplasma do mundo inteiro. Pat Mooney ressalta o trabalho pioneiro de Erna Bennett de coleta de recursos genéticos a nível mundial, dentro da FAO, a partir do ano de 1957, apresentando-a como uma das maiores pesquisadoras sobre o tema. Ela teria cunhado o termo “recurso genético” e denunciava que estariam se perdendo recursos devido a substituição das sementes tradicionais por sementes industriais⁵⁰.

Em 1978, um documento “Alimento para o Povo” produzido pelo SCIC (*Saskatchewan Council for International Co-operation* /Conselho Canadense para

⁵⁰ Erna teria se demitido da FAO em 1982 por não concordar com as pressões que o organismo sofria das grandes corporações. Erna foi uma das pessoas fundadoras da RAFI, que é originária de uma organização denominada *The National Sharecroppers' Fund* criada em 1930, nos EUA (RAFI, 2016). Hoje se conhece como ETC Group.

Cooperação Internacional) expressava a contrariedade à lei de sementes que estava por ser aprovada no Canadá. Mobilizados por este trabalho, ativistas produziram, em 1978, um documento intitulado “Recursos Genéticos e os Direitos dos Melhoristas” que influenciou o debate em toda a Europa. Em 1979 Cary Fowler publica o livro *The Graham Center Seed Directory* considerado a primeira publicação sobre as questões políticas em torno da perda das sementes tradicionais. Também, neste mesmo ano, Pat Mooney publica o livro *Seeds of the Earth*, traduzido em sete línguas, que constitui uma vigorosa crítica geopolítica da erosão genética, do direito dos melhoristas e fusões de empresas e controle de sementes e agroquímicos, originados da Revolução Verde (HARDON; MONTECINOS; ROBERTS. 2005. p. 9)⁵¹

O movimento de contestação buscava alertar para a redução da diversidade genética que acompanhava o avanço sobre fronteiras agrícolas, o uso de sementes melhoradas (de origem industrial) e os prováveis impactos do sistema legal que estava sendo proposto para reconhecimento do direito do melhorista – que, ao requerer homogeneidade de características para registro de cultivar reforçava a tendência à homogeneidade, padronização e redução da diversidade genética das plantas cultivadas. Do mesmo modo indicava-se que as empresas já anteviam instrumentos para exercer maior controle sobre as potencialidades dos recursos com potencial de uso econômico. Denunciava-se, sobretudo, o comportamento oportunista de empresas que desenvolviam estratégias para apropriação privada de bancos de germoplasmas públicos com vistas a lucros futuros, as ameaças ao direito do agricultor e, ainda, apontavam-se as implicações éticas e políticas relacionadas ao patenteamento. Neste amplo movimento pela biodiversidade, pode-se dizer que os ativistas se propuseram a ver a realidade a partir de uma perspectiva

⁵¹ Este conjunto estudos, incluindo as publicações *Seeds of the Earth*, de 1979; *Law of the Seed*, de 1983, foram utilizadas por comissões da FAO para o Tratado de Uso de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (PGRFA), (1988-1991) (HARDON; MONTECINOS; ROBERTS. 2005, p. 9) Portanto, nos anos 80 já estava claro a fusão das empresas agroquímicas com a indústria de sementes e a imposição de leis para controlar a pesquisa genética, controlar as cultivares e controlar a circulação das sementes e alimentos, ou seja, se vislumbrava o controle do mercado e a imposição dos seus pacotes tecnológicos. Nos anos 80 as ONGs denunciavam mais fortemente a erosão genética. A relação das “leis de proteção” com a redução da biodiversidade passa pelo reconhecimento de que tanto para a lei de patentes como para a de proteção de cultivares, que prevê que uma nova semente deve ser distinta, uniforme e estável. Desta forma, para toda as sementes, é necessário que se tenha um certificado e em muitos casos, controlada por uma patente. Com as duas legislações, a comercialização das sementes se constitui um monopólio a favor do criador da planta distinta. Apreende-se que o resultado da imposição das referidas regras a todo o mundo foi a perda de biodiversidade e perda de poder dos agricultores (SEEDLING 2005).

da genética enquanto ciência (onde conceitos de gens são centrais na argumentação) e evidenciar o vínculo de certas atividades econômicas com a manipulação da base genética. Nesse processo, admite-se a existência de componentes genéticos e esses passam a ser vistos como “recursos”. A discussão que foi colocada, então, refere-se a preservação dos recursos e, sobretudo, as disputas em torno à apropriação desses recursos. Deste então fica explícito a disputa pelo controle da “riqueza” genética (MARTÍNEZ, 1998). Entendemos que o subtítulo do livro de Pat Roy Mooney (*Seeds of the Earth: A Private or Public Resource?*) traduz as disputas da época. Estas disputas podem ser entendidas como problematizações das transformações em curso, de privatização das atividades relacionadas ao melhoramento genético (e controle do banco de germoplasma) que, tradicionalmente, eram consideradas atribuições do Estado⁵².

Na argumentação concede-se destaque aos riscos que a privatização implica em termos de dependência do capital privado para alcançar interesses nacionais de soberania e segurança alimentar – sobretudo num contexto de expansão, internacionalização e concentração corporativa nas indústrias de sementes. Ou seja, busca-se afirmar esse recurso como essencial para a sobrevivência dos povos / nações.

As lutas centrais parecem consistir em definir e implementar estratégias para manutenção da diversidade genética e para manter o controle público sobre recursos genéticos.

Alguns movimentos contestatórios têm se apoiado na nova proposta de que semente poderia ser como um código aberto, que impede a apropriação indevida ao tempo que garante aos usuários a livre utilização e posse legal. Destacam o desafio de “mantê-las livre, como bens de domínio público, acessível a toda a

⁵² Relembrando o histórico relacionado a evolução da legislação sobre direitos de propriedade intelectual – “A União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV) foi estabelecida pela Convenção Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (“Convenção da UPOV”). A Convenção da UPOV foi aprovada em 2 de Dezembro de 1961, por uma Conferência Diplomática realizada em Paris. A Convenção da UPOV entrou em vigor em 10 de agosto de 1968, tendo sido ratificada pelo Reino Unido, Holanda e Alemanha. A Convenção da UPOV foi revisada em 10 de Novembro de 1972, em 23 de Outubro de 1978, e em 19 de março de 1991, a fim de refletir os desenvolvimentos tecnológicos no melhoramento de plantas e experiências adquiridas com a aplicação da Convenção da UPOV. Estados e organizações intergovernamentais que aderem à Convenção da UPOV têm leis sobre proteção de cultivar, de acordo com a Lei da Convenção de 1991. (UPOV, 2016).

humanidade” (ASSESOAR, 2008, p. 03)⁵³. Esta estratégia de resistência tem a ver com a proposta de Kloppenburg (2010), que prevê acordos biológicos *open-source* ou “BIOLINUX”, ou seja, um bem comum e protegido dos monopólios. O referido movimento encontrou uma forma de resistência dentro de um ambiente limitado por direitos autorais e patentes. A troca de código livre de *Software* criou uma maneira de usar a lei dos direitos de propriedade intelectual para reforçar a troca. Ainda, o código-fonte aberto, assim protegido, impede a utilização para fins exclusivos, impedindo a apropriação do que está sob o domínio público (KLOPPENBURG, 2010).

2.2.2.3 A contestação das relações entre biotecnologia e desenvolvimento

As “promessas” associadas a “revolução biotecnológica” são bem sintetizadas por Shiva (2011).

Foi-nos dito repetidamente que culturas geneticamente modificadas (GM) iriam salvar o mundo, aumentando a produtividade e produzindo mais alimentos. Elas iriam salvar o mundo, controlando pragas e ervas daninhas. Elas salvariam o mundo, reduzindo o uso de químicos na agricultura. Elas iriam salvar o mundo com sementes resistentes a seca e mais resistência em tempos de mudanças climáticas (SHIVA, 2011, p. 11. Tradução nossa).

Com o suposto “aquecimento global” acrescenta-se uma nova justificativa para o uso das técnicas da engenharia genética, ou seja, a adaptação das plantas à seca, à solos inaptos e ao aumento da temperatura (PESSANHA; WILKINSON, 2003, p. 273).

O argumento da iminência da escassez de alimentos foi sempre contestado pelas visões contrárias a Revolução Verde e defendido por aqueles que a promovem, formando um campo de conflito entre o interesse econômico e interesses culturais. Ou seja, frente a este quadro, atores diversos (parte dos quais relacionados a defesa do patrimônio genético) lançaram publicações e mobilizações desde a década de 1980, buscando antecipar-se a própria consolidação da biotecnologia, contribuindo para desmistificar suas potencialidades e alertar para os riscos associados.

⁵³ A ASSESOAR mantém desde o ano 2001, uma postura de defesa ao uso de software livre (Linux) em seus servidor e terminais. Esta mesma postura era refletida para a questão das sementes.

Um dos exemplos emblemáticos desta crítica encontra-se na obra *The Laws of Life: Another Development and the New Biotechnologies*, publicada em 1987 que procurava evidenciar a incompatibilidade de alcançar “Outro desenvolvimento” (no Terceiro Mundo) a partir da trajetória biotecnológica. Aí encontramos referência a realização de um encontro emblemático⁵⁴ do qual resultou uma declaração que sintetiza a perspectiva então adotada.

A declaração afirma que é muito provável que a biotecnologia sirva mais aos interesses dos ricos do que as necessidades dos pobres. Os autores reconhecem o potencial da tecnologia para o benefício da humanidade, mas também enfatizam os riscos potenciais para a saúde e para o ambiente. Ainda, destacam que a biotecnologia pode aumentar a vulnerabilidade, a dependência dos agricultores e concentrar o poder no agronegócio. De forma geral, aqueles que firmam a declaração tendem a acreditar que – na escolha das opções tecnológicas - falarão mais alto as oportunidades de rentabilidade para as grandes corporações do que os requisitos básicos para a qualidade de vida da população em geral (FAWLER, 1988).

Esse mesmo tipo de crítica se mantém no decorrer do tempo e se, inicialmente era baseada em princípios, observa-se que, desde então, foi realizado um esforço sistemático para reunir evidências que suportassem as críticas e narrativas alternativas apresentadas. Com base nas evidências recolhidas neste esforço, Shiva (2009) afirma que as promessas dos organismos geneticamente engenheirados falharam. Na publicação *The GMO Emperor Has No Clothes* (O Imperador dos OGM está nú), reúne-se um conjunto de evidências de que a tecnologia teria falhas.

⁵⁴ Sobre o encontro: “vinte e oito participantes de 19 países reuniram-se em La Soleillette, Bogève, França, 07-12 março, de 1987, Dag Hammarskjöld Seminário sobre 'O impacto socioeconômico de novas biotecnologias na saúde básica e agricultura no terceiro mundo'. O seminário foi organizado e patrocinado pela Dag Hammarskjöld Foundation, Uppsala, Suécia, e o Rural Advancement Fund International (RAFI), Pittsboro, EUA, e Brandon, Canadá, em cooperação com a Organização Internacional de Uniões de Consumidores (IOCU), Penang, Malásia, a Campanha Coalização Internacional de Sementes para ação do desenvolvimento, Barcelona, Espanha, as Nações Unidas, e Non-Governmental Liaison Service (NGLS) in Geneva (FAWLER, 1988. p. 290. Tradução nossa).

2.2.2.4 A contestação do discurso sobre as implicações da transgenia para a saúde e meio ambiente⁵⁵

Pessanha e Wilkinson (2003) afirmam que a polêmica contra os transgênicos começou a nível global em meados dos anos 90. As disputas se estabeleceram em torno a noção de “segurança” dos transgênicos para consumo humano (para os ativistas é considerado um alimento inseguro) e utilização produtiva na agricultura (para os ativistas é considerado fator de risco para equilíbrio ambiental). Tais disputas narrativas tem alimentado intensa controvérsia científica.

Neste sentido, os ativistas, conforme Pessanha e Wilkinson (2003), asseguram que “a possibilidade de escolher entre transgênicos, produtos convencionais, orgânicos ou mesmo diversas especialidades não está assegurada aos consumidores no atual estágio de organização do sistema agroalimentar”. O exemplo mais recente é o debate sobre a rotulagem e retirada do símbolo que indicava presença de produtos cultivados com tecnologia transgênica. A imposição de um triângulo de alerta nas embalagens vinha sendo objeto de controvérsia. Podemos acrescentar mais um elemento a análise do autor. Diz respeito a avaliação ética. A medida que ser humano tem as capacidades mentais de escolher, não pode ele ficar sem a possibilidade de dizer o que não quer. Mas se consumidores e agricultores só podem optar pelos transgênicos a condição de escolha de um não transgênico é anulada. Esta perspectiva é anulada pelos mecanismos de mercado e se constitui uma privação do ato de exercer a ética. Plantar transgênico passa a ser uma forma natural e única de fazer a produção agrícola e não uma forma racional de escolha. A escolha que condiciona o uso dos demais componentes do cardápio é uma imposição inerente a transgenia. Naturaliza-se a aceitação do cardápio porque simplesmente não há outro cardápio a escolher.

⁵⁵ Desta forma, Pessanha e Wilkinson (2003) revelam as principais ações que ocorreram em diversas partes do mundo entre 1996 ao ano 2000, que foi o momento da liberação comercial dos cultivos transgênicos, contra os transgênicos. Não o bastante, reações para promover os transgênicos eram também realizadas a nível global. A defesa e a promoção da transgenia compreende campanhas de esclarecimento da população e estabelecimento de protocolos de procedimentos. Envolve produtores e suas federações, indústria de sementes, melhoristas e empresas de biotecnologia. Segundo os autores, “Os grupos de posição contrária e favorável falam de distintos pontos de vista, que refletem visões de mundo e concepções antagônicas acerca do papel e do processo de desenvolvimento científico e tecnológico” (PESSANHA e WILKINSON, 2003, p. 273).

A persistência de controvérsias científicas, por sua vez, tem sido mencionada, pelos ativistas, como justificativa para estratégias de adiamento legal de concessão de direitos a utilização de transgênicos com base em princípios de precaução.

2.2.2.5 A contestação do discurso sobre a neutralidade política da introdução de sementes transgênicas

Para entender a força que ganha essa perspectiva é apropriado considerar o movimento de afirmação de identidades culturais diferenciadas – respeito e valorização da diversidade cultural que se manifesta, por exemplo, nas constituições de Bolívia e Equador, orientadas ao *buen vivir* (TOLEDO; ESPEJEL, 2014).

Os movimentos de afirmação da diversidade cultural vêm ressaltando as diferenças entre povos quanto a admissibilidade de valores centrais para as sociedades ocidentais, como a racionalidade instrumental, o utilitarismo e a mercantilização do mundo. Nesse sentido, o esforço de estender o regramento internacional sobre o uso das sementes à grupos sociais caracterizados como comunidades tradicionais, por exemplo, têm implicado em conflitos.

Entendemos que um conjunto de fatores traz à cena a relação das populações tradicionais com a biodiversidade (e nesta, com as sementes). Um dos aspectos a considerar é que as maiores fontes de biodiversidade (*hot spots*) estão em países em desenvolvimento e, nestes, em áreas com ambiente pouco artificializado (habitadas por comunidades tradicionais) ou referem-se a variedades agrícolas manejadas por comunidades tradicionais. Os estudos têm ressaltado, inclusive, a interrelação entre diversidade cultural e biodiversidade, de forma que a luta pela biodiversidade implica luta pela defesa da diversidade cultural.

Para a Genetic Resources Action International (GRAIN), a conservação *in situ* da biodiversidade, também denominada de conservação na roça, ou ainda, usando corretamente os termos, conservação *on farm*, deve ir além de uma ação conservacionista. Trata-se do controle popular dos recursos genéticos e “o que está em jogo é a capacidade das comunidades agrícolas optarem por suas próprias formas de desenvolvimento sustentável” (MARTÍNEZ, 1998. p. 117). Desta forma, a GRAIN defende “o livre fluxo, tanto de germoplasma como de conhecimento, o uso

de variedades adaptadas localmente, sistemas agrícolas diversificados e complexos e a livre comercialização” (p. 117)⁵⁶.

Esta perspectiva tem fundamentado a oposição à extensão da legislação das sementes e à utilização de transgênicos em muitos países, interpretando-o como ameaça à identidade cultural.

2.3 ALCANCE DAS LUTAS CONTESTATÓRIAS: DESNATURALIZAÇÃO DAS SEMENTES INDUSTRIAIS EM CURSO?

O desafio colocado aos agentes contestatórios à naturalização das sementes industriais deve ser situado num contexto de disputas gerais em torno às narrativas sobre o sentido da evolução da agricultura. A classificação de narrativas proposta por Scandizzo (2009) permite caracterizar o discurso de naturalização das sementes industriais como uma narrativa conservadora que se atualiza permanentemente com vistas a justificar o potencial da ciência para melhoria das condições da sociedade. A partir do estudo realizado na seção anterior entendemos que, sobre essa narrativa geral, os movimentos introduzem derivações gerando-se práticas e narrativas mais específicas, geradoras de espaços e formas de confronto. Mas, as narrativas alternativas estariam em permanente disputa de legitimidade, sendo examinadas por aqueles que detêm o poder (a autoridade) de falar em nome da sociedade - definindo o que é aceitável sobre um assunto (SCANDIZZO, 2009).

Tendo localizado os principais agentes internacionais que resistem aos avanços da erosão genética, da apropriação privadas das sementes e da transgenia, e caracterizado sua perspectiva, nesta seção será concedida ênfase às suas estratégias de luta e suas implicações em termos de configuração do campo e perspectivas de alcance de seus propósitos de desnaturalização das sementes industriais. Tal abordagem será desenvolvida buscando aproximações à influência dos agentes contestatórios do campo cultural sobre campo político e sobre campo econômico.

⁵⁶ Há uma base consensual entre os agentes em disputa. A livre disponibilidade de germoplasma seria responsável pela grande diversidade de culturas que dispomos hoje e portanto o livre acesso seria uma condição para novas possibilidades. Contudo, agentes de contestação acusam que a orientação das atuais estratégias tem levado a erosão dos recursos genéticos. O cultivo de monoculturas exigentes em grande volume de insumos externos, a busca pela maior produtividade, a proteção os direitos de propriedade intelectual e a sobrevalorização dos conhecimentos formais seriam componentes deste processo.

2.3.1 Influência dos agentes contestatórios do campo cultural sobre campo político

As estratégias de luta dos agentes contestatórios do campo cultural mostram-se diversas e com ênfases variadas no tempo. Na descrição buscaremos aproximações à influência dos agentes contestatórios do campo cultural sobre campo político. A convivência de narrativas conflitivas no campo das sementes tem implicado na criação de espaços para resolução de controvérsias. Entendemos que nestes espaços revelam-se as diferentes visões de mundo.

Iniciando-se pela crítica elaborada por Rachel Carson, estima-se que sua contribuição teve o mérito de um movimento social, ou seja, de publicar fatos nefastos decorrentes do uso de agrotóxicos, inclusive documentados, mas desconhecidos da sociedade. Suas críticas, nascidas dentro do campo acadêmico, logo foram retraduzidas no campo popular como luta política contra o sistema. Que pese a ação dos lobistas e parlamentares, a população ambientalista americana saiu às ruas com jovens e adolescentes, fazendo surgir o movimento ambientalista (*Environmental Movement*). Em 1970 este movimento promoveu o primeiro dia da terra – *Earth's Day*. Tal evento é considerado marco para “uma cultura ambientalista que se espalha pelo mundo”, fazendo surgir inúmeras lutas locais assumidas por ONGs, e que ainda hoje, como bem dissera De Moura (2013), 40 anos depois ainda existem.

Em relação as iniciativas de problematização da privatização dos recursos genéticos, as informações recolhidas levam a interpretar que este grupo – ao perceber a problemática como uma disputa política sobre recursos (genéticos) – define uma estratégia de incidir para assegurar o controle social sobre os recursos genéticos. A adesão a princípios democráticos levou a definir uma agenda de luta centrada na informação para qualificar a opinião pública e a tomadas de decisão política no âmbito dos países (que então discutiam a legislação relativa ao reconhecimento dos direitos do melhorista e de patentes). Neste sentido, além das publicações, merecem destaque as campanhas internacionais de formação da opinião pública contra os direitos de propriedade intelectual. Em 1979, Cary Fowler e Pat Mooney empreendem, por exemplo, uma campanha contra alterações que visavam cercear o direito do melhorista (de livre acesso aos recursos genéticos).

Em termos gerais, pode-se dizer que estes grupos inicialmente mobilizados em torno de “campanhas”, passaram a atuar a partir de organizações permanentes de *advocacy*, a exemplo de Action Group on Erosion, Technology and Concentration (ETC Group) e GRAIN. ETC Group é registrada no Canadá e Holanda (ETC GROUP, 2015) e a GRAIN na Espanha. Estes são dois agentes principais a nível internacional que produzem discursos que são apropriados, em muitos países, pelos movimentos sociais que lutam em torno de questões relacionadas a biodiversidade genética. Assim, estas organizações constituem referência até o tempo atual (2015) no suporte às lutas contestatórias no campo das sementes. Essas organizações tentam ter incidência política em fóruns de decisão nacionais e acordos globais. Operam como *experts* visando *advocacy* de causas sociais⁵⁷.

A principal frente de batalha destes agentes se refere ao âmbito da regulação internacional. Pode-se dizer que a luta em torno dos direitos se manifesta no esforço de definição de marcos regulatório com disputas no âmbito da FAO (sobre o uso de recursos fitogenéticos), na OMC (acordo TRIPs) e na ONU (Convenção sobre Diversidade Biológica). A introdução deste tema nestes organismos multilaterais, como a FAO e ONU, revela a existência de disputas onde participam agentes dominantes e agentes dominados.

Ações pró e contra transgênicos são identificadas em todo o mundo. Na Europa as manifestações contra os alimentos transgênicos compreendem: processo contra supermercados que teriam enganados consumidores ao omitir a presença de componentes transgênicos nos alimentos; campanhas contra o consumo de transgênico⁵⁸; protestos contra a liberação dos transgênicos, contra o patenteamento da vida e contra uso em plantas de genes resistentes a antibióticos. Na América do Norte os protestos contra os transgênicos versaram sobre “os procedimentos de testes e de rotulagem”; entrega de abaixo-assinados ao congresso e

⁵⁷ Uma das lutas centrais refere-se a formulação de uma narrativa alternativa sobre o impacto da legislação das sementes propostas pelos atores dominantes no campo. Nesse sentido, a GRAIN, por exemplo, realiza trabalhos visando aumentar a consciência da população sobre a importância dos recursos genéticos e da sua diversidade, denunciando as motivações que levam a destruição dos recursos genéticos, tratando de explicitar como foi se dando a dominação das sementes, ao mesmo tempo que enuncia princípios para enfrentá-las (GRAIN, 2005). Estimula-se, também, atividades e políticas aos níveis locais, nacionais e internacionais, principalmente na África, na Ásia e América Latina, a partir da defesa dos interesses de pequenos agricultores e movimentos sociais, a exemplo, na atualidade, da Via Campesina.

⁵⁸ Pessanha e Wilkinson (2003) asseguram que mais de 50 organizações não governamentais globais se mobilizam a partir de 1997, por exemplo, promovem o “Dia de ação global contra alimentos transgênicos” - *Global Days of Action Against Gene Foods*.

recomendações aos produtores que não comprem sementes geneticamente modificadas. Na Austrália as ações contra incluem uma publicação de 100 alimentos livres de transgênicos; semana de ação contra os supermercados que vendem transgênicos; oposição a liberação dos transgênicos, tanto vegetais como animais e ao mesmo tempo defendem pesquisas para a produção por métodos naturais (PESSANHA; WILKINSON, 2003).

Encontros entre movimentos sociais e cientistas, que se projetam a nível internacional, constroem alternativas sobre agricultura e sementes, reabrindo as possibilidades de contestação, a medida que questionam os argumentos, as verdades presentes. Dentre as alternativas discutidas distinguem-se diversas possibilidades: acordos internacionais sobre agrobiodiversidade; preservação por meio da economia de mercado, como inclusão dos povos tradicionais na fatia; produção de conhecimentos via cientistas comprometidos – caracterização de materiais crioulos e domínio de processos; fortalecimento da cultura e identidade; preservação da vida e da semente como dádiva; adoção de mecanismos de *Bio Open Source*, mobilização da produção simbólica para subversão do estabelecido ou desobediência ao instituído.

No mundo muitos países tentam proibir a liberação dos cultivos transgênicos. Por outro lado, os agentes que tem interesse na transgenia procuram maneiras de promover e forçar os países a adotar mecanismos que permitam o cultivo. Acordos internacionais sobre recursos genéticos e sobre propriedade intelectual, na ONU/OMC/FAO refletem e explicitam o conflito entre agentes do campo das sementes.

Scandizzo (2009) afirma que frente as posições extremadas entre conservadores e “radicais”, são os organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial, que se posicionam como “observador neutro” que buscam atenuar tais posturas, equilibrando as interpretações. Por este entendimento, consideramos que no campo das sementes, a FAO tem cumprido este papel (ao se pronunciar sobre recursos fitogenéticos), mas outros espaços internacionais também são importantes como a OMC e a própria ONU, principalmente ao que está relacionado a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que funciona como uma regulamentação internacional sobre recursos genéticos.

No Quadro 1 sistematizamos os principais espaços e acordos de embate internacional sobre recursos genéticos.

Quadro 1 – Acordos internacionais destacados sobre recursos genéticos

Ano	Evento	Interesse Defendido
1983	Compromisso Internacional sobre Recursos Fitogenéticos - Comissão de Recursos Genéticos – FAO.	Recursos genéticos são patrimônios da humanidade – Acesso sem restrições.
1992	Convenção sobre Diversidade Biológica (ONU)	Conservação; uso sustentável e repartição justa dos benefícios do uso da diversidade. Recursos genéticos passam a ser objeto da soberania dos países.
1995	Direito de Propriedade Intelectual Relacionado ao Comércio (TRIPS) na Organização Mundial de Comércio (OMC)	Lei de Patentes; Leis de Proteção de Cultivares e sanções comerciais. Patentes deveriam ser respeitadas mundialmente
2001	Tratado Internacional sobre recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura – (Tirfaa) - FAO	Diretrizes da CDB para a Agricultura (conservação, uso e repartição dos benefícios) Facilitar o acesso aos recursos genéticos para alimentação e agricultura e repartir os benefícios

Elaboração do autor

A disputa no âmbito da FAO remete a 1981, quando ativistas (entre os quais Pat Mooney) lideraram um *lobbying* da sociedade civil na reunião intergovernamental sobre recursos genéticos na FAO, em Roma (HARDON; MONTECINOS; ROBERTS, 2005). Tão logo iniciada a mobilização, se alcança em 1983, no âmbito da FAO, o reconhecimento de que os recursos genéticos são “uma herança comum do gênero humano”, e que deveriam estar disponíveis sem restrições (SULLIVAN, 2004). Tais princípios foram expressos no “Compromisso Internacional sobre Recursos Genéticos”. Sullivan (2004) afirma que o discurso “patrimônio comum” não agradou a todos, principalmente aos países desenvolvidos, pois atacava os direitos de propriedade intelectual. Esforços em conciliar o direito do melhorista, previsto na UPOV, com Compromisso Internacional, resultaram nas alterações do acordo em 1989 – resolução 4/89. Uma outra luta é travada em torno do reconhecimento do direito dos agricultores. A "resolução 5/89, aborda "Os Direitos dos Agricultores", entendidos como decorrentes das contribuições dos

agricultores na conservação e melhoramento dos recursos genéticos durante muitas gerações, principalmente aqueles dos centros de origem, que preservaram os recursos genéticos em benefício da humanidade. Por esta razão entendeu-se que a comunidade internacional deveria prestar-lhes apoio (SULLIVAN, 2004)⁵⁹.

Na sequência observam-se avanços na discussão dos direitos dos países frente a casos de biopirataria. Nesse sentido a resolução 3/91 reconheceu os direitos soberanos dos países sobre a sua biodiversidade, visando coibir casos de patenteamento de plantas típicas dos países em desenvolvimento nos países desenvolvidos, sem que os países de origem do recurso recebessem qualquer compensação. Por outro lado, o preceito da resolução foi questionado tendo em vista o direito do melhorista, haja visto que a soberania dos países poderia restringir o acesso aos recursos genéticos (SULLIVAN, 2004).

Outro espaço em que se observa disputa de visões de mundo em disputa é relativo a Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Martínez (1998) coloca que o debate sobre a então Biodiversidade ganha um marco legal internacional denominado de “Convenção sobre Diversidade Biológica”. Segundo a GRAIN (2005), a Convenção sobre Diversidade Biológica é quem estabelece oficialmente as regras do jogo para o controle dos recursos genéticos. Desta forma, mesmo que a Convenção preconize “partilha justa e equitativa dos benefícios oriundos da utilização de recursos genéticos” (p. 117), as possibilidades de negociação desigual ficam evidentes ao comparar o poder de empresas transnacionais com comunidades locais e indígenas, que deveriam ser consideradas como relevantes para a conservação da biodiversidade. Outras dificuldades são apontadas por Sullivan (2004, p. 10). A CDB, aberta na Rio-92, com objetivos de conservação, uso e repartição dos benefícios dos recursos genéticos, desencadeou uma série de outros acordos e ações a nível internacional, a exemplo do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que regula a circulação internacional dos organismos geneticamente modificados e o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e Alimentação (TIRFAA), que também é um dos principais espaços que estabelece

⁵⁹ A GRAIN entende que os direitos dos agricultores são direito coletivo – e, no caso de direito de obtentor, entendido como apropriação privada. GRAIN defende que os agricultores deveriam não apenas ser recompensados, mas também serem considerados no direito de controlar os recursos genéticos e usufruir dos benefícios derivados, bem como possuir o direito de trocar livremente germoplasmas e o direito de negar o acesso quando este se destinar a apropriação privada (MARTÍNEZ, 1998).

mecanismos que afetariam o uso dos recursos genéticos, como as sementes crioulas. Desde a abertura da CDB, o princípio que guia o debate tem sido a soberania dos países sobre os seus recursos genéticos. Portanto, procura estabelecer uma relação entre os países que possuem a diversidade com aqueles desenvolvem tecnologias e produtos a partir da biodiversidade. Garante também acesso a informações, documentos e estudos sobre a biodiversidade. No âmbito interno dos países, também vem sendo conformados espaços desta natureza ao se colocar em discussão políticas públicas que precisam estar em conformidade com as resoluções da CDB.

O acordo TIRFAA, coordenado pela FAO, também constitui “espaço” internacional que unifica as tensões, funciona, por exemplo, como “Estado Maior” onde os discursos buscam legitimidade. As iniciativas neste âmbito são tratativas no sentido de estabelecer regras para a exploração, preservação e estudo dos recursos fitogenéticos. Assim, as tratativas no âmbito da FAO mostram-se de especial relevância para a temática dos recursos genéticos utilizados na agricultura e permitem uma aproximação à dinâmica das disputas do campo.

O Tratado TIRFAA, aprovado na FAO foi negociado 1993 a 2001, quando foi adotado. O tratado está em conformidade com as regras da CDB. Tem por objetivo a conservação e o uso sustentável dos recursos fitogenéticos e a repartição “justa e equitativa” dos benefícios da sua utilização. Reconhece a soberania dos países sobre os recursos genéticos e que o acesso a eles depende dos governos nacionais. Este tratado prevê medidas de conservação, como inventariar, coletar, dar apoio a comunidades locais nos esforços de conservação *on farm*. Para o uso sustentável prevê ações como políticas e medidas legais para o uso, para a ampliação da base genética e de variedades locais, entre outras. Em relação ao direito dos Agricultores, TIRFAA prevê que é de responsabilidade dos governos locais prever os mecanismos necessários como as leis que protegem o conhecimento tradicional e a repartição dos benefícios. Ao nível internacional, o tratado prevê acesso facilitado e gratuito aos recursos genéticos para fins de pesquisa e utilização. Caso de produtos comerciais protegidos, produzidos a partir dos recursos genéticos, o tratado prevê a repartição dos ganhos monetários obtidos⁶⁰.

⁶⁰ Na disputa no âmbito da FAO, a GRAIN se colocava também ao lado da proposta do “Compromisso Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos” que, no seu entendimento, deveria ser um mecanismo voluntário de intercâmbio de germoplasma e de reconhecimento do direito dos

O acordo sobre os Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs), foi assinado em 1994, ou seja, durante o período das negociações do TIRFFA. TRIPs é de certa forma uma reação ou uma estratégia paralela, que impõem aos países o estabelecimento propriedade intelectual e leis de proteção de cultivares em conformidade ao previsto na UPOV de 1991 ou proteções *sui generis*. Estas tendem a relativizar a efetivação do direito do agricultor e a distribuição de benefícios, pois é um mecanismo dentro da OMC que vincula o uso de sementes protegidas a pagamentos de direitos dos melhoristas. O acordo TRIPs que prevê avanço dos direitos sobre propriedade intelectual é a condição para a entrada dos países na OMC⁶¹.

Nas reuniões das partes (COP) da CDB, que se realizam periodicamente desde 1994, participam organizações do campo da ciência, organizações não governamentais, representações empresariais, lideranças indígenas e observadores. Portanto, o espaço tem aspectos técnicos e políticos onde se confrontam visões de mundo. Uma questão conduzida pelos agentes dominantes em debate é a identificação dos produtos que contém a transgenia em cada país. Este foi um dos debates da 7.^a Reunião das Partes do Protocolo na Coréia do Sul em 2004. O que existe acordado é o uso dos termos “Pode conter “Organismos Vivos Modificados” (OVMs). Da mesma forma existe uma celeuma sobre a conveniência ou não da elaboração de um guia de análise de riscos. Apesar dos contrários, os favoráveis acham que o guia serviria de base para os países que não possuem lei de Biossegurança na realização de análise de risco. Além das análises de risco à diversidade e à saúde, o protocolo de Cartagena se pergunta pelos impactos socioeconômicos, sociais, religiosos, éticos e culturais da transgenia. Segundo Lima (2014), essa agenda é apelidada de *Socioeconomic Considerations* (SEC) e podem vir a constituir em novas barreiras ao comércio. Outro tema polêmico é a posição frente a Biologia Sintética, que é aquela que faz “com que uma bactéria ou um micro-organismo expressem ou desenvolvam produtos que naturalmente não

agricultores com alguma compensação aos países ricos em germoplasma e a seus agricultores, que são considerados os “criadores e guardiões da diversidade agrícola”, o que se enuncia em contraposição ao direito de melhorista (p. 115). Contudo, como sustenta Martínez (1998), no decorrer do debate, o direito de agricultores foi se esvaziando de efeitos legais, enquanto o contrário acontecia com o direito do melhorista.

⁶¹ Contudo, alguns países não fizeram a ratificação. A noção de propriedade intelectual causa estranheza para as culturas indígenas, a medida que questiona práticas agrícolas tradicionais, a exemplo da troca de sementes entre os agricultores. Há muitas objeções culturais e morais em razão do patenteamento de formas de vida, restringindo os usos tradicionais.

expressariam ou desenvolveriam” (p. 16). ONGs são contrárias e pedem moratória a este processo. Já é corrente em muitos os países o princípio da precaução. Existe, portanto, uma diferença entre precaução e moratória. Esta última impede as pesquisas e a primeira não.

2.3.2 Influência dos agentes contestatórios do campo cultural sobre campo econômico

Interpreta-se de Fernandes (2007), que o campo das sementes, com o tempo, passou a ser dominado por um pequeno grupo de empresas transnacionais. Pela noção de campo, a transgenia nada mais seria que um procedimento técnico que garante o monopólio da produção de sementes; garante-lhes o poder de classificar e controlar a produção e a circulação das sementes. Portanto a transgenia é o elemento que confere a autonomia relativa do campo, nos termos de Bourdieu, por duas razões: a primeira se deve a especificidade a barreira da tecnologia e segunda pela imposição do monopólio de produção via regras, que são específicas do campo, contudo adotadas como lei de sementes nos estados nacionais. Apreende-se a partir de Bourdieu, que a produção de classificações e de representações sobre o mundo social se faz com a produção simbólica, onde o que conta é a legitimidade política para construir a autonomia do campo e para manter a reprodução e a imposição de um modelo. Bourdieu (2004b) ao tratar dos princípios gerais de um campo aborda os capitais mobilizados para manter e fazer valer os princípios de divisão do mundo social enunciados pelo campo. A resultante é geralmente fruto da posse desigual de um capital específico e de um capital simbólico entre agentes em luta no campo.

As leis são, portanto, fonte de autonomia ao campo, a medida que permitem refutar as pressões externas e as tentativas de subversão ou ataque de agentes hereges. Fernandes (2007), se referindo a controvérsia sobre a transgenia afirma que “há pouca prática científica envolvida na regulamentação e na avaliação destes organismos” (p. 5) e que “a ausência de rigor científico é uma marca da difusão dos transgênicos”(p. 7). Desta forma, a transgenia não seria uma obra da ciência pela ciência. Sugere que são os mecanismos de comércio internacional, assumidos, por exemplo, na Organização Mundial do Comércio, nas legislações internacionais e nacionais sobre propriedade intelectual, o mercado oligopolizado e o domínio

tecnológico que fundam o domínio da produção transgênica. Da mesma forma, as advertências de riscos de cientistas, assim como de movimentos sociais, são também eliminadas sob a afirmação que se trata de organismos “equivalentes” aos não transgênicos. Fernandes (2007) sugere, com este exemplo, que os promotores da transgenia se utilizam de conceitos “mascarados”, pretensamente científicos (p. 10) para convencer a opinião pública, e que também servem para desencorajar e até mesmo impedir testes científicos.

A rejeição de estudos mais aprofundados sobre os possíveis riscos da transgenia e a implementação de cobranças de *royalties* associados as patentes, por exemplo, completam uma estratégia de controle da atividade agrícola pela lógica econômica dos agentes dominantes. O campo se autonomiza quando não permite que os “não habilitados” cientificamente opinem sobre riscos, liberação e controle da transgenia. Os de fora do campo das sementes, mesmos cientistas, são considerados hereges do ponto de vista dos interesses econômicos do campo e são refratados. As fronteiras de um campo são, portanto delimitadas pela definição dos agentes legítimos e pelo seu poder de impor as regras para si expulsando do campo os agentes hereges. Nesse contexto, cabe perguntar-se sobre o poder de influência dos agentes contestatórios tendo em vista a forma como as disputas são tratadas no campo.

Devemos ainda citar o Concílio Vaticano II que influenciou ações contestatórias pelo mundo e mais recentemente a Via Campesina internacional com ações em muitos países.

Com os elementos reunidos distinguem-se os agentes e espaços onde ocorrem confrontos de visões de mundo, possibilitando também uma aproximação às posições dentro do campo. A Figura 2 reúne os principais agentes contestatórios a nível internacional.

Figura 2 – Agentes contestatório destacados do campo das sementes em diferentes períodos.

Até os anos 70	70 a 1999	2000 - 2015
<ul style="list-style-type: none"> • The National Sharecroppers' Fund" - 1930 - EUA • Concílio Vaticano II - 1962 - 1956; • Movimento Ambientalista (Environmental Movement) EUA - 1970; 	<ul style="list-style-type: none"> • Coalizão Internacional para a Ação para o Desenvolvimento (ICDA) - 1977 - Bruxelas; • Navdanya - 1987 - Índia; • Genetic Resources Action International (Ação Internacional sobre os Recursos Genéticos) (GRAIN) 1990 - Espanha; • Rural Advancement Fund International (RAFI) - 1990 - EUA. • Via Campesina Internacional - 1992 	<ul style="list-style-type: none"> • Action Group on Erosion, Technology and Concentration (ETC GROUP) - 2001 (Canadá e Holanda)

Elaborado pelo autor

Frente a esta configuração internacional de agentes dominantes e dominados do campo das sementes, tratamos os agentes dominantes como aqueles que possuem elevado capital total e os agentes dominados como menos capital total. Dentro destes capitais, os agentes dominantes detêm maior parte em capital econômico e os agentes dominados detêm sua maior parte em capital cultural. Os agentes dominantes são inflexíveis a livre circulação das sementes e tratam as sementes como uma mercadoria, enquanto que os agentes dominados negam as sementes como mercadoria e são favoráveis a livre circulação de sementes, se opondo a apropriação privada das mesmas. Contudo, em ambos os grupos de agentes, sementes são consideradas como um importante meio de produção, ao mesmo tempo que sintetizam distintas visões de mundo. A conformação do campo explicita as estratégias de naturalização e de desnaturalização das sementes melhoradas como um jogo de forças.

Percebemos a configuração do poder de um campo de sementes, bem como os desafios dos agentes contestadores e que se mobilizam contra a mercantilização dos recursos genéticos, o que enseja uma polarização entre o econômico e a cultura, cuja interferência, um no outro, faz parte das disputas políticas.

Organizações de importância internacional são disputadas pelos dois grupos de agentes, a exemplo da FAO e Banco Mundial. Estas organizações funcionam como espaço de embate direto entre os agentes oponentes e geralmente resultam em mecanismos de regulação como a Convenção sobre Diversidade Biológica e o

Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura.

Os agentes de resistência, a nível internacional, que tem mobilizado princípios e práticas com sementes crioulas tem sido, principalmente, a GRAIN; o ETC Group, Navdanya, assim como da Rede por uma América Latina Livre de Transgênicos – RALLT e Via Campesina. Frente a esta hierarquização a alternativa adotada refere-se a articulação dos agentes contestatórios em torno da construção de visões de mundo compartilhadas e estratégias de luta colaborativas. Nesse sentido ressalta-se a importância de agentes que – historicamente – tem sustentado a luta contestatória (como ETC e GRAIN). Diversas evidências colhidas na pesquisa apontam a relevância das interrelações entre agentes e organizações contestatórias de diferentes países na compreensão das narrativas enunciadas.

A GRAIN denuncia que nos embates internacionais sobre proteção da agrobiodiversidade se busca blindar a agricultura convencional, não a apresentando como a causa da perda da biodiversidade, o que torna as medidas e os acordos internacionais de proteção a agrobiodiversidade um tipo de “quebra galho”. Neste contexto uma das estratégias de luta é o fortalecimento político nos espaços internos dos diferentes países. A investigação realizada nesta seção revelou a pluralidade dos movimentos de resistência e a crescente tendência a que se articulem de forma colaborativa, atuando em rede.

2.3.3 Uma revisão das estratégias de luta dos agentes contestatórios está em curso?

As leituras sobre o alcance contestatório dessas iniciativas conduzem para situações diversas. Kloppenburg (2010, p. 367) ressalta as limitações nas propostas dos movimentos de contestação. Reconhece que os movimentos são robustos e bem distribuídos globalmente, contudo salienta que suas proposições em relação aos recursos genéticos tem sido acomodacionistas, a medida que estão envolvidos em mecanismos para compensar quem tem germoplasma coletado, ou seja, assegurar-lhes uma garantia de alguma fatia no mercado dos recursos genéticos.

Desta forma, a disputa travada durante estes anos não foi suficiente para subverter a lógica da indústria de sementes, mas também, considera que nem toda a dominação exercida foi capaz de eliminar os movimentos de resistência. Os

movimentos populares enunciam a continuidade da luta dentro de determinados espaços, contudo já tendem a constituição de um sistema rebelde ao acordo de produção e distribuição dos recursos fitogenéticos, o que pressupõe acúmulos de capitais de lutas anteriores e a conquista de autonomia de definição sobre seus próprios recursos.

As dúvidas sobre o alcance desses movimentos residem na dificuldade que manifestam em assegurar possibilidades de mudanças no âmbito das comunidades rurais. Demeulenaere (2014) ressalta as potencialidades de iniciativas de resistência na França. Aponta para a criatividade do movimento, variando e promovendo variações semânticas, como referências às “sementes camponesas”, para reinventar práticas e paradigmas científicos. Da mesma forma, vê estes movimentos em aliança com as lutas em defesa do bem comum.

Na análise foi dada ênfase à análise crítica das estratégias de agentes que constroem a crítica ao discurso conservador (de naturalização das sementes industriais), mas cabe reconhecer que esta não é a única estratégia destes agentes – destacando-se um movimento instituinte. A luta internacional pela biodiversidade também pode ser entendida através das práticas instituintes – de construção de alternativas reais com o uso das sementes crioulas. Consideramos emblemática a colocação encontrada na página da GRAIN sobre sua trajetória institucional:

Em meados da década de 1990, a GRAIN chegou a um ponto de inflexão importante. Nós percebemos que precisávamos se conectar mais com as alternativas reais que estavam sendo desenvolvidos no Sul. Por todo o mundo, a nível local, muitos grupos tinham começado o resgate sementes locais e saberes tradicionais e a construir e a defender os sistemas alimentares sustentáveis baseados na biodiversidade, sob o controle de comunidades locais, e davam as costas para as “soluções” desenvolvidas em laboratórios, que o único que fizeram foi levar os agricultores a problemas mais profundos (GRAIN, 2016. Tradução nossa).

Vernooy et al. (2015) buscaram fazer um estudo sobre as diversas iniciativas que se identificam em âmbito internacional em torno da noção de bancos comunitários de sementes⁶². Eles identificam estas iniciativas como emergentes nos últimos 30 anos (portanto guardam relação histórica com a problematização da erosão genética) e dotadas de orientações diversas. Buscando compreender essas manifestações, propõe distinguir três tipos de orientações principais: conservação de

⁶² Os autores adotaram essa denominação como “guarda-chuva” reconhecendo a existência de diferentes denominações locais.

recursos fitogenéticos, acesso e disponibilização a diversidade de cultivos locais e soberania alimentar.

A orientação à “conservação de recursos fitogenéticos” refere-se a serviços de conservação em curto prazo de variedades locais; em longo prazo de variedades raras (preservação); restauração de variedades; capacitação em práticas de conservação de sementes e sensibilização de comunidades.

A orientação à função “acesso e disponibilização” refere a serviços que disponibilizam acesso a sementes a nível comunitários; manutenção de sementes adaptadas ao local a baixo custo; fomento da troca; acesso à diversidade não conservada localmente; disponibilização de sementes à comunidades onde as sementes comerciais não chegam; garantia de suprimento de sementes em caso de escassez relacionada a crises climáticas, por exemplo; multiplicação e criação de variedades de forma participativas. Muitas destas iniciativas podem ser consideradas conservação *on farm*, ou seja, a conservação pelo uso.

A orientação à “soberania alimentar” refere-se aos serviços que exercem o controle local sobre produção e circulação local das sementes; geração de renda através venda de sementes; troca de conhecimentos; estabelecimento de laços entre conservação *in situ* e *ex situ*; suporte a cultura alimentar e étnica e à agricultura ecológica (VERNOOY et al., 2015).

Devido a diversidade do movimento instituinte ele será caracterizado somente por ocasião do estudo do caso brasileiro.

3 AGENTES ECONÔMICOS E SUAS ESTRATÉGIAS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NATURALIZAÇÃO DAS SEMENTES INDUSTRIAIS NO BRASIL

Neste capítulo, a exemplo do que se fez no capítulo anterior, analisa-se o processo de naturalização das sementes de origem industrial no Brasil e as disputas surgidas em torno deste processo. Tal reconstituição foi realizada a partir de revisão bibliográfica e pesquisa documental (especialmente obras de valor histórico por elucidarem visões características de determinado período histórico).

A investigação permite perceber que, enquanto no mundo, até aos anos 1900, já se fundavam empresas e federações especializadas em sementes, se harmonizavam regras de produção e de comercialização e se instituíam mecanismos para promover as sementes melhoradas (a exemplo de sistemas de extensão rural e de pesquisa), o Brasil ainda era uma colônia de Portugal, que, no máximo, realizava adaptações de espécies. Esta condição objetiva, não impedia que se conhecesse a evolução tecnológica relacionada as sementes em diferentes países. Mas, neste campo, o Brasil não era protagonista e nem foi original na forma como tratou da questão das sementes, ainda que ao longo da história se tenha exemplos bem-sucedidos de pesquisas na área. A formação da indústria de sementes no Brasil se relacionou à expansão do campo no mundo, resultando numa replicação do que havia nos países desenvolvidos. Quanto aos agentes contestatórios, destaca-se o investimento em práticas instituintes de sistemas alternativos de produção e distribuição de sementes.

Buscamos uma aproximação às práticas com sementes realizadas pelos agentes contestatórios, ou seja, das alternativas que estavam promovendo em nível local, as quais chamamos de práticas instituintes. Trata-se de experiências com sementes crioulas, a exemplos dos bancos comunitários de sementes e de outras iniciativas articuladas ao debate das Tecnologias Apropriadas. Tais iniciativas, um tanto difusas, emergiram nos últimos trinta anos e enunciam principalmente a conservação e acesso aos recursos fitogenéticos, bem como o debate da segurança alimentar. Buscamos por estas iniciativas no sul do Brasil, a exemplo do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA/FASE), atual ASPTA; no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Anchieta (em Anchieta-SC), no Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) (Canguçu e Ibarama - RS), na Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e as iniciativas do Instituto Agrônomo

do Paraná (IAPAR) no Paraná e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Abordou-se, a partir de revisão bibliográfica e dados de campo, iniciativas brasileiras que se distinguem entre resgate, conservação, melhoramento e disponibilização e que enunciam uma disputa pela definição do que consideram uma “boa semente”. Tais agentes procuram se posicionar com legitimidade no campo a partir das suas práticas com sementes crioulas.

Este estudo sobre as práticas com sementes crioulas fez-se necessário para que pudéssemos compreender as Festas das Sementes Crioulas, uma estratégia mais recente.

3.1 HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS RELATIVAS ÀS SEMENTES NO BRASIL

3.1.1 A diferenciação das práticas em favor das sementes selecionadas no Brasil

Em relação ao melhoramento vegetal no Brasil, podemos fazer referências ao trabalho pioneiro de adaptação de espécies do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado em 1808. Neste espaço atuavam principalmente especialistas em Botânica, que eram conhecedores das preocupações econômicas e políticas nacionais e internacionais, bem como possuidores dos conhecimentos científicos da época. Em comum com as estratégias internacionais está a sua preocupação em explorar a utilidade econômica de algumas plantas com potencial, ou seja, esses agentes atuavam com alguma motivação econômica.

Algumas citações de época são interessantes porque revelam que os governos imperiais atuavam no sentido de promover a importação e distribuição de sementes com vistas a atender solicitações de agricultores (e suas representações) visando contornar problemas como “a degeneração das espécies”. Até então, as sementes aqui distribuídas resultavam de importações (encomendadas de outros lugares), como se pode perceber no Box 1, recortado da Revista Universal Lisbonense, de um número publicado em 1851, que faz referências à “boas sementes” que se utilizam em outros países e o fazem por reconhecer nestas as qualidades desejadas. As sementes importadas eram testadas e adaptadas ao

mesmo tempo, seguindo o “preceito da ciência agrônômica” visando renovar aquelas que, em uso nas lavouras comerciais, tinham degenerado.

Box 1 – Origem de algumas sementes no período Brasil Imperial

A Sociedade recebeu e fez distribuir as sementes que lhe foram remetidas pelo governo imperial. O trigo foi enviado para as províncias do Sul, e também para algumas do Norte; o algodão e o fumo para todas as do império. Nesta côrte distribuiu-se grande copia de todas estas sementes, e a Sociedade observou, com satisfação, a grande demanda que ellas tiveram, principalmente as de fumo e algodão herbáceo.

Também tem feito distribuir as cannas cayannas que lhe foram ultimamente remetidas; mas os pedidos tem sido em tão grande numero, que muito conviria repetir-se, e por mais de uma vez, outras remessas do Pará, para o que a Sociedade sollicita novas ordens.

A renovação das sementes, para prevenir a degeneração completa das espécies, é um preceito da sciencia agronomica; a verdade deste preceito se verifica com a canna denominada cayanna, transplanteda do equador para as províncias do Sul. Pelo que consta, esta canna tem degenerado muito, principalmente no município de Campos.

Seria igualmente de grande conveniência, sobre tudo para certas províncias do Norte onde se cultiva o algodão em grande escala, distribuir novas sementes do algodão herbáceo, e mandar vir dos Estados-Unidos sementes do excellente algodão cultivado na Geórgia e na Carolina do Sul, conhecido debaixo do nome de — algodão das ilhas do mar (Sea Island cotton), a melhor das espécies conhecidas. O algodão denominado herbáceo tem produsido excellentemente em todos os lugares para onde a sociedade enviou sementes, e de que tem noticia. A conveniência de sementes do algodão desta espécie resulta não sómente da sua bondade e facilidade da sua cultura, como também porque, constando a deterioração successiva da espécie até hoje cultivada, a renovação das sementes deve regenerar a cultura e reanimar o agricultor. [...] As sementes de trigo enviadas de Hamburgo pelo Dr. Schmidt vão ser remetidas para a Coritiba, à disposição do Sr. Barão de Antonina. A situação geographica dessa comarca, e as suas circunstancias peculiares fazem crer á sociedade que a cultura desse utilíssimo cereal deve prosperar muito alli. O milho denominado — dente de carvalho, ou antes — dente de cão, tem sido distribuído aqui na corte por vários agricultores (DE SÁ, 1851. p. 413).

Fonte: DE SÁ, 1851. p. 413

Ainda podemos evidenciar que tais preocupações se fazem presentes no documento enviado à corte portuguesa, que demandava plantas a serem enviada ao Brasil. No Box 2 apresenta-se o memorando enviado à corte portuguesa em 1851, que solicita o que julga ser necessário para o desenvolvimento da indústria agrícola no Brasil.

Box 2 – Memorando enviado a corte em 1851 solicitando o envio de sementes ao Brasil.

Memorandum, a que se refere o supra relatório.

Recommendação do governo imperial aos agentes consulares do império era todas as partes do mundo, para que enviem sementes e plantas de toda a natureza, taes como de arvores que possam ter qualquer uso util ou pela sua madeira, pela sua tinta, pela gomma ou resina que destillam ou pelo seu fructo; de legumes, grãos, etc. Estas sementes e plantas devem vir acompanhadas de memorias ou informações tão completas como fôr possível sobre a maneira de as cultivar, terrenos que mais lhes convém, épochas do plantação, etc. Devem ser remetidas de espaço em espaço, 1 , 2 ou 3 annos por exemplo. Sementes ou plantas que designadamente se podem já mandar buscar;

1. De Portugal, as da arvore que dá a cortiça (*Quercus suber*) as do llex (azinheira) a que dá a noz de galha (*Quercus coccifera*).
2. Dos Estados-Unidos: Fumo da Virginia; do Maryland, Algodão herbáceo, Algodão das ilhas do mar (sea Island cotton), Milho, sobre tudo o denominado vermelho, e dente de cão.
3. De Havana, sementes das melhores espécies de fumo, acompanhadas de uma descripção do seu cultivo, da sua colheita, e das manipulações em uso para o arranjar em folhas próprias para a fabricação dos charutos.
4. De Manilha, sementes de fumo, com as informações acima pedidas.
5. Da Europa ou dos Estados-Unidos, sementes de trigo sobre tudo dos trigos duros, branco e vermelho, e de trigo Spelta.
6. Da Africa, trigo de Pongo-Andongo, e arroz seco de Sofala.
7. Do Pará, a maior porção possível de plantas de canna cayanna.
8. Do Maranhão ou do Pará, alguns sacos do seu arroz de qualidade, para renovar as sementes nesta provincia e na de S. Paulo.

Modelo da machina de descarocar algodão herbáceo, usada nas fabricas da Inglaterra.

- Ensino{ 1°. Eschola de chimica applicada ás artes. 2.º Eschola de geometria e mecânica, idem. 3°. Eschola normal de agricultura theorica e pratica.

Fonte: DE SÁ, 1851. p. 414

Em 1860, como parte de um esforço mais sistemático de promoção da pesquisa aplicada, criam-se os Institutos Imperiais de Agricultura no Brasil. A partir de então não se pode falar mais de ausência de trabalhos científicos com sementes no país e o que acontecia no mundo a respeito do tema era, cada vez mais, de interesse e de conhecimento do Império. Entre outros papéis⁶³, os Institutos Imperiais de Agricultura deveriam promover a aquisição das melhores sementes, testá-las e facilitar sua distribuição.

Com a proclamação da República as instituições do Império ruíram, mas novas instituições surgiram. No campo político, na agricultura brasileira, em 1897 fundava-se a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)⁶⁴ que vai ter uma atuação favorável ao avanço do progresso técnico na agricultura, seja pela edição da revista

⁶³ São instituições que buscavam dar respostas tecnológicas as dificuldades e conflitos percebidos na época, especialmente decorrentes da dificuldade de obter mão-de-obra escrava, exigindo, de certa forma, a modernização da produção e qualificação de trabalhadores.

⁶⁴ Segundo Mendonça (2013), a SNA se apresentava como oposição a oligarquia paulista, que até então, ou seja, durante o império, ditava as regras para a agricultura. A SNA ocupa o lugar do extinto ministério da agricultura dos tempos imperiais. Em 1908 já eram 188 associações congêneres sob o comando da SNA.

“A Lavoura”, pela instalação de “campos experimentais” ou pela atuação política em prol da recriação, em 1909, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (RODRIGUES, 1987)⁶⁵.

Em 1910 cria-se o Serviço de Fomento Agrícola, que realizava a distribuição de semente e mudas, bem como panfletos de propaganda das referidas sementes e dos demais insumos (MENDONÇA, 2013). O amparo técnico e científico à grupos setoriais específicos e grupos regionais se deu com a criação dos denominados Serviços Especializados. Segundo Rodrigues (1987) os serviços especializados criados foram: Serviço do Algodão; Serviço de Sementeiras⁶⁶ e Serviço Viticultura e Silvicultura. Os serviços especializados, segundo Rodrigues (1987), eram compostos por laboratórios centrais e unidades descentralizadas, de estações ou fazendas experimentais que realizavam trabalhos de fomento e assistência aos agricultores. Neste conjunto se incluíam os serviços de introdução, seleção e melhoramento genético de sementes, bem como sua produção em larga escala nos campos de cooperação e nas estações experimentais para sua distribuição gratuita aos “lavradores”. Sua ação consistia, então, em distribuir mudas e sementes selecionadas de algodão, forrageiras, milho, arroz e feijão entre outros insumos “destinados a difundir os preceitos da agricultura científica” (RODRIGUES, 1987, p. 50). Além dos Serviços Especializados, segundo Rodrigues (1987), o sistema federal de pesquisa agropecuária até os anos 20 incluía a Estação Experimental de Cana de Açúcar de Campos-RJ⁶⁷, o Instituto de Química e o Instituto Biológico⁶⁸ de Defesa Agrícola cujas atividades tinham relação com a questão das sementes.

⁶⁵ Em 1909 a SNA é a protagonista da recriação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), que tinha como primeira função contribuir para a construção de um projeto nacional. Segundo Mendonça (2013), no primeiro momento, o MAIC era praticamente uma “versão estatizada da SNA” (p. 52), o que se pode compreender como um estado penetrado por grupos de interesse que disputavam seus recursos, ou seja: de um lado grupos ligados ao café e os grupos que buscavam a “diversificação agrícola para o mercado interno” (p. 48).

⁶⁶ O serviço de Sementes foi criado em 1920 para a melhoria da produção de sementes e mudas. Tinha como finalidade a formação de linhagens puras e criação de variedades. Também aclimatava variedades exóticas e realizava testes de sementes comerciais.

⁶⁷ Em relação ao melhoramento de plantas, a Estação Experimental de Campos, estabelecida em 1913, melhorou a cana-de-açúcar através de experimentos que colocaram em competição 22 variedades. Em cinco anos já se tinham variedades com produtividades superiores a aquelas normalmente utilizadas e novas técnicas como espaçamento e adubação tinham sido determinadas, sendo que em 1915, 60 toneladas de material reprodutivo tinham sido distribuídas. Em 1919 já se realizavam trabalhos de melhoramento genético e obtenção de novas variedades, inclusive muito prestigiadas pela indústria canavieira e pela pesquisa agropecuária internacional.

⁶⁸ Dentre as suas atribuições, incluía-se a seleção e melhoramento de plantas imunes e resistentes, bem como técnicas de controle biológico, com experimentos realizados nos laboratórios de

Além das iniciativas do governo federal, governos estaduais e universidades iniciaram uma atuação com incidência no âmbito das sementes, visando melhoramento vegetal. Neste sentido destaca-se a atuação do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), vinculado ao governo de São Paulo, criado como Estação Agrônoma de Campinas em 1887, e de Universidades, como a Escola de Agricultura de Lavras⁶⁹, fundada em 1908.

Pelas informações disponíveis percebemos que na época se realizava seleção e melhoramento de sementes, aplicando-se testes de vigor, produtividade e de valor nutritivo, o que denota atividade profissional de sementes de pessoal técnico especializado. Por seu caráter de atividade especializada, era realizada dentro dos Jardins Botânicos, Museu Nacional, Universidades ou nos institutos criados pelo governo como o de Química e o de Biologia. Em todos os casos, era uma iniciativa do Estado e não da iniciativa privada.

A atuação - quase que exclusiva - do Estado no melhoramento de sementes com vistas à doação à agricultores constituiu a base do desenvolvimento de um suposto campo das sementes no Brasil. Tal atuação poderia estar amparada no ideário do progresso⁷⁰ mas poderia, também, ser interpretada como uma resposta do Estado à demandas específicas de segmentos da oligarquia rural brasileira.

3.1.2 A diferenciação das práticas em favor das sementes híbridas no Brasil

Trata-se de um período em que se reforça – mediante centralização - a pesquisa governamental, ao mesmo tempo em que se alcança a apropriação da técnica de hibridização e sua aplicação na geração de novas variedades para a agricultura brasileira. Demarca, também, a criação da primeira “indústria de sementes”, no sentido de constituir uma iniciativa privada e especializada na produção de sementes no Brasil.

Com relação à atuação do governo federal no âmbito da pesquisa agrícola, segundo Rodrigues (1987), o Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agrônoma

fitopatologia do Jardim Botânico e o de Entomologia do Museu Nacional. Em 1938 é transformado em Instituto de Experimentação Agrícola.

⁶⁹ Em 1915 a Escola de Agricultura de Lavras promoveu a realização da Primeira Exposição Nacional de Milho.

⁷⁰ Algumas instituições do Brasil estavam atualizadas no que se referia ao discurso de progresso, incluindo a promoção das sementes melhoradas, a exemplo da Escola de Agricultura de Lavras.

(CNEPA) foi reorganizado e passou a ser denominado de Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas (SNPA) em 1943, passando a dirigir as pesquisas agronômicas no País. Dentre outras atribuições, incluía-se o estudo do melhoramento genético de plantas cultivadas, de plantas nativas e a introdução de novas plantas no Brasil. Este Serviço era composto por três unidades centrais e uma rede nacional de Institutos Regionais e de Estações Experimentais. Percebe-se, a partir de 1950, a existência de pesquisa em genética já bem desenvolvida no Brasil. Relatos informam que variedades melhoradas apresentaram ganhos de até 150% em produtividade em relação as variedades de milho mais usadas no Brasil (a Catete e a Palha Roxa). Rodrigues (1987) ainda destaca a criação das variedades de cana CB (Campos-Brasil), que eram superiores às variedades exóticas (que predominavam até 1932), referindo-se também à produção de clones de seringueiras.

No âmbito da pesquisa estadual o IAC começou a desenvolver em 1932 um programa de melhoramento de milho e, em 1939, produziu seu primeiro milho híbrido. Desta forma, a hibridização do milho como forma de melhoramento de plantas já estava estabelecida no Brasil desde o início dos anos 40, pelo menos no setor público.

No que tange ao investimento privado na indústria de sementes destaca-se a criação de variedades híbridas de interesse comercial. Em 1935, Antônio Secundino trouxe dos Estados Unidos muitas linhagens de milho. Em 1945 ele criou a AGROCERES⁷¹, produzindo o primeiro milho híbrido comercializado no Brasil, fato que ocorreu 25 anos depois da criação da primeira indústria de sementes híbridas nos Estados Unidos. Conforme esclarecem Wilkinson e Castelli (2000, p. 50):

A empresa Agrocerees foi fundada em 1945 como resultado da iniciativa de dois geneticistas que em 1937 colocaram em funcionamento um dos primeiros programas de pesquisa em milho híbrido na Universidade Federal de Viçosa. Essa iniciativa havia sido precedida por experiências anteriores realizadas na Universidade de Campinas (1932). Em 1948, produzidos os primeiros híbridos de milho comerciais, estabeleceu-se um convênio com a empresa Ibec, do Grupo Rockefeller, e, em 1951, a Agrocerees transformou-se em sociedade anônima, passando ao controle da Fundação Rockefeller, sócio majoritário. A fusão com a Ibec permitiu a incorporação de equipamentos modernos empregados internacionalmente na produção de sementes, o aumento dos recursos financeiros e o acesso a bancos nacionais e internacionais, elemento indispensável para ampliação de suas atividades.

⁷¹ Calil (1999) com elogios a Nelson Rockefeller, o atribui a criação da empresa Agrocerees.

O final do período foi caracterizado pelo paulatino recuo da atuação do Estado no âmbito da distribuição de sementes. As evidências apontam para certa persistência das estratégias baseadas nos campos de cooperação, iniciativa de produção de sementes em parceria onde o Estado fornecia agrônomos, máquinas e sementes selecionadas⁷². Conforme Wilkinson e Castelli (2000, p. 28):

Os anos 50 marcaram o fim do período de produção de sementes realizada pelo Ministério da Agricultura (desde o período colonial) e muitas secretarias estaduais de agricultura (à exceção do Estado de São Paulo). O setor privado, formado por agricultores com técnicas mais avançadas de cultivo e boa saúde econômica, veio então a ocupar esse espaço e expandir o mercado de sementes, praticamente inexistente à época (com a exceção do milho híbrido, comercializado pelas multinacionais e pela empresa nacional Agrocerec, e das sementes de hortaliças, todas importadas).

Wilkinson e Castelli (2000, p. 28-29) consideram que a indústria brasileira de sementes teve início na década de 1960 com a Campanha de Fitossanidade e da Semente do Trigo, promovida pelo Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Sul (IPEAS), com sede em Pelotas/RS. A ação teria sido iniciativa das Cooperativas de Trigo do Rio Grande do Sul.

No âmbito da regulação destaca-se provável maior intervenção do Estado no âmbito do controle da comercialização de sementes associado ao desenvolvimento do sistema de fiscalização e padronização dos produtos agropecuários visando o aprimoramento da qualidade comercial da produção agrícola, observado no início dos anos 1930. Criou-se, para este fim, o Departamento de Inspeção dos Produtos de Origem Animal (DIPOA) e o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (DIPOV), em 1938⁷³. Conforme esclarecem Wilkinson e Castelli (2000, p. 29) “até a primeira metade da década de 1960, a legislação que regulamentava a produção, comercialização e distribuição de sementes no país tinha caráter eminentemente estadual”.

O lema “o milho que vale um milhão” e as inscrições na embalagem de “mais produtivo, mais resistente, mais uniforme e de germinação garantida” na propaganda do milho da Agrocerec (AGROCERES, 2015), integrantes da linha do tempo encontrada em seu site, traduzem o ideário internacional do campo das sementes e

⁷² Neste período, fazia-se também a transição para a agricultura mecânica. Entre 1943 e 1945 as máquinas agrícolas começaram a ser difundidas pelos campos de demonstração.

⁷³ Segundo Mendonça (2013), este processo estava imbuído em centralizar as decisões e descentralizar as ações, promovendo a padronização de produtos agrícolas exportáveis, ao tempo que suprimia os regionalismos.

demarcam uma efetiva liberalização da produção e do comércio de sementes e o próprio desenvolvimento da indústria privada no Brasil.

Que pese a condição de produção de sementes híbridas já existentes no Brasil, as condições objetivas da agricultura brasileira no sul do Brasil quanto ao grau de modernização tecnológica era pouco expressiva antes de 1960. Entretanto, conforme Fonseca (1985) já era possível prever um conflito típico de um campo, a medida que o milho híbrido precisava substituir o “milho de paiol” e ainda, restringir a produção de sementes pelo setor público para que a indústria privada prosperasse e se tornasse dominante.

3.1.3 A diferenciação das práticas em favor das sementes de alto rendimento no Brasil

O período foi caracterizado pela consolidação das “indústrias de sementes” no Brasil. Segundo Sorj (2008), o conhecimento sobre a produção de sementes estava inicialmente concentrado no estado de São Paulo, que detinha orçamento superior aos recursos federais. A partir de 1965, o governo estadual começa a transferir para cooperativas e empresas privadas este papel, e se cria o Sistema Nacional de Produção de Sementes.

Além da Agroceres, que foi fundada em 1945, na década de 60 ocorreu a entrada das multinacionais de semente no Brasil. Se instalaram a Cargill e a Pioneer-Hy-bred. Na década de 70 vieram a Limagrain e Asgrow. No final da década de 1970 a Dekalb e da Ciba-Geigy (FUCK; BONACELLI, 2009).

Estas empresas se instalam no Brasil com relativo atraso. Elas aguardaram as condições objetivas para sua implantação, especialmente uma regulamentação que lhes garantissem certas condições favoráveis. Nesse período as ações de conformação do referido campo das sementes foram ganhando força – o que se reflete no volume de sementes selecionadas produzidas. O aumento da produção de sementes selecionadas foi notável, sobretudo a partir da entrada das grandes empresas transnacionais no Brasil. Na Tabela 1 apresenta-se um comparativo da quantidade de sementes produzidas após a entrada das grandes corporações (entre 1965 e 1975). O período corresponde, também, a um dos primeiros momentos da abertura econômica do Brasil ao capital internacional.

Tabela 1 – Evolução da produção de sementes selecionadas entre os anos 1965 a 1975 nas regiões Sul e Centro-Oeste (ton)

Ano	Batata	Algodão	Soja	Trigo	Arroz	Milho
1965	4.528	47.457	3.559	31.183	9.892	45.562
1975 ^a	31.078	64.827	557.027	633.090	219.967	111.466

*a Estimado

Fonte: (LIMA, 1978 apud SORJ, 2008, p. 28)

Esta modificação na composição dos agentes do campo das sementes no Brasil deveu-se, segundo Sorj (2008) ao desenvolvimento do complexo agroindustrial, mas sobretudo do contexto político e econômico, que privilegiou, a certo momento, a abertura da economia ao capital estrangeiro. A aceitação das “tecnologias importadas”; das máquinas e dos insumos, se deveu também a subsídios estatais.

No caso brasileiro, a consolidação da “indústria da semente” (como um tipo de agroindústria) fez parte de uma estratégia política mais ampla de promoção da transformação estrutural da agricultura brasileira – processo esse conhecido como modernização da agricultura. Esse processo é caracterizado pelo significativo investimento de capital estrangeiro e rápida consolidação de setor agroindustrial de produção de maquinaria e insumos agrícolas e processamento de alimentos, como detalhado em Sorj (2008). Para a ocorrência deste processo, entretanto, houve necessidade de alcançar-se pré-condições políticas – favoráveis a abertura da economia ao capital estrangeiro.

O final da Segunda Guerra Mundial marca o fim da Era Vargas e o Início da República Populista⁷⁴. A dinâmica de abertura ao capital estrangeiro e simultânea disposição à intervenção do Estado na dinamização da produção agrícola afetou, por fim, as condições do investimento agroindustrial.⁷⁵ Como ilustra Calil (1999) a introdução das sementes híbridas em substituição ao milho de paiol foi projetada

⁷⁴ Fonseca (1985) sustenta que no Brasil já se fazia valer o conflito de interesses entre os conservadores brasileiros e os interesses econômicos e políticos dos países aliados estrangeiros. O projeto nacionalista e centralista de Vargas era então um obstáculo à própria Revolução Verde. O golpe de estado ocorreu em 1945, dando fim ao projeto nacionalista. Os vencedores renunciavam a abertura do Brasil a entrada e saída sem restrições de capital estrangeiro e a eliminação dos órgãos de intervenção econômicos estatais.

⁷⁵ A afirmação de Fonseca sobre a realidade da agricultura antes dos anos 50 confirma o momento que a agricultura brasileira começa a ser modificada pelo conjunto de conhecimentos e práticas que estavam sendo transferidos dos países ricos para os países pobres, que segundo a autora, poderia ser lido como um processo de expansão de relações de produção capitalista.

acompanhada de outras três: a substituição da avicultura caipira pela avicultura industrial; a substituição da enxada e do arado pelas máquinas e a implantação do binômio milho-porco. O argumento que sustentou tais intervenções referia aos seguintes aspectos: o milho de paiol - que predominava nas lavouras- era de baixa produtividade e não tinham o padrão industrial, a avicultura caipira não tinha nenhum padrão de qualidade ou sanitário, a enxada e o arado estavam ultrapassados pelas máquinas e o milho deveria ser transformado em porco uma vez que a indústria permitiria agregação de valor a este último. Percebemos neste discurso a presença de uma classificação das sementes, mediante a desqualificação do milho de paiol e promoção do milho híbrido.

Embora a indústria das sementes tenha se instalado no contexto da expansão do complexo agroindustrial, ela requereu condições específicas ao seu desenvolvimento para cuja criação convergiram agentes diversos: governos e um complexo de organizações públicas e privadas, envolvidas em iniciativas de cooperação internacional. Nesse sentido, destaca-se que a concepção e implantação dessa iniciativa tiveram apoio da United States Agency for International Development (USAID) e Universidade do Mississippi. De modo geral, passou-se a requerer do Estado uma intervenção que ia além da elaboração de legislação que controlasse o comércio de sementes. Segundo Wilkinson e Castelli (2000, p. 29).

A primeira legislação de âmbito nacional para a indústria de sementes, que data de 1965⁷⁶, instituiu normas exclusivamente relacionadas ao disciplinamento da atividade de fiscalização do comércio, não dispensando qualquer tratamento à organização da produção de sementes e mudas. Os padrões adotados foram criados com base na experiência dos estados que já haviam estabelecido legislações de fiscalização de sementes, como o Rio Grande do Sul e o Paraná. No bojo dessa “nova” legislação, regulamentada por portarias em 1967, foi articulada uma política de produção de sementes que ficaria conhecida como Plano Nacional de Sementes (PLANASEM). [...] Por meio desse plano foram estabelecidas as principais diretrizes de competências dos órgãos governamentais para o segmento produtivo, que podem ser consideradas o marco preliminar da implementação de um sistema organizado de produção de sementes do país. Oficializam-se, então: a) a supletividade do Poder Público na produção de sementes básicas e comerciais; b) a organização de programas de treinamento para os produtores de sementes e mudas; c) a obrigatoriedade do registro de todas as pessoas e entidades dedicadas à produção de sementes e mudas.

⁷⁶ “A primeira lei de sementes brasileira, por exemplo, foi editada em um período histórico em que muitos países adotaram legislações semelhantes, influenciados pelo paradigma do produtivismo e da ‘modernização’ da agricultura, da padronização dos produtos agrícolas e da fragmentação das várias etapas da produção agrícola. Nesse novo paradigma industrial, as variedades de alto rendimento, homogêneas, estáveis e dependentes de insumos externos, introduzidas pela revolução verde nos anos 1960 e 1970, adquiriram papel central” (SANTILLI, 2009, p. 2012).

A substituição das sementes de “baixa qualidade” por “sementes melhoradas” contou com a Política Nacional de Sementes (melhoradas) em 1967⁷⁷. A referida política conferiu incentivos do Ministério da Agricultura para a iniciativa privada produzir e distribuir as referidas sementes. Segundo os preceitos da norma legal, caberia ao Estado o provimento de infraestrutura para “o progresso da iniciativa privada” (p. 15). Assim, o programa de sementes visava fazer chegar tais sementes aos agricultores, especialmente pelo estabelecimento de uma indústria de sementes, com base no setor privado. Conforme citação:

Esta disponibilidade de sementes de qualidade superior, no entanto, não ocorre de maneira simples e espontânea. Uma série de atividades altamente especializadas precisa ser conduzida, seguindo-se uma sequência preestabelecida e um cronograma de execução. Essas operações são tão especializadas, revestidas, cada uma, de características próprias, que um complexo de atividades específicas e inter-relacionadas é a única maneira de se transformar pequenas quantidades de sementes genéticas em volumes comerciais disponíveis ao agricultor. [...] Este conjunto de atividades específicas e inter-relacionadas forma o complexo conhecido como indústria de sementes. Esta é a filosofia que norteia os trabalhos do subprograma AGIPLAN – o estabelecimento, no país, de uma indústria de sementes, com base no setor privado [...] (VECHI, 1974, p. X).

Neste momento histórico, duas frentes de batalha foram abertas para promover as sementes melhoradas no Brasil. Uma que estimulava o uso das “boas sementes” e outra que proibia a comercialização de sementes fora dos “padrões”. Com relação a questão da comercialização de sementes fora do padrão, vale recordar a regulamentação inicial (da lei de sementes no período 1965/68⁷⁸) que previa a proibição de comercialização de todo material que não tivesse passado por análise experimental e que não tivesse o certificado dos órgãos oficiais. Visava-se, desta forma, assegurar o rendimento, adaptação, resistência a doenças e qualidade industrial das safras. Se conclamava a oficialidade do Estado para legitimar as variedades melhoradas – o Estado como certificador do valor que dizem ter tais sementes e como impositor de leis que também institucionalizam a discussão,

⁷⁷ O levantamento bibliográfico registrado por Wetzel (1972) evidencia que o conhecimento sobre sementes já não era tão escasso no Brasil. Foram encontrados 232 trabalhos científicos sobre estas culturas, sendo 54 para milho, 53 para trigo, 30 para soja e 29 para cacau. Contudo, fora destas oito culturas, que eram prioritárias para o governo, os pesquisadores publicaram 84 trabalhos para batatas, 65 para hortaliças, 64 para algodão e 62 para o arroz. Para forrageiras foram apenas 8 trabalhos.

⁷⁸ Nenhuma alteração fundamental ocorreu até o ano 1977. Somente em 1977 que a legislação nacional se equipara as legislações internacionais, pois rege a fiscalização, a produção e a comercialização de sementes.

servindo de árbitro legítimo nas situações de conflito. O exercício efetivo desse poder de controle requereu tanto a formação de “experts” em análise de sementes, quanto uma infra-estrutura de laboratórios e fiscalização⁷⁹. Coube ao Estado, então, constituir os serviços de fiscalização da comercialização das sementes, em conformidade a lei no. 4.727 de 1967, que estabeleceu a infraestrutura de fiscalização. Segundo Wilkinson e Castelli (2000, p. 29):

Também foram dadas atribuições e competências às Secretarias de Agricultura do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais na condição de "Entidades Certificadoras", outorgando-se-lhes ainda competência para homologarem os boletins de análises emitidos pelos laboratórios oficiais.

Para a operação deste sistema investiu-se na preparação de técnicos, ou seja, sua especialização no exterior, reforçando a importância dos convênios com USAID – Universidade de Mississipi, anteriormente referidos. Em 1965, uma publicação da *International Seeds Testing Association* (ISTA), intitulada *International Training Course on Seed Improvement for Latin America*⁸⁰ registra que participaram do curso 19 pessoas do Brasil; sete pessoas do Perú; duas da Colômbia; uma da Costa Rica; uma de Honduras; duas do México; uma do Chile e quatro do Uruguai (JUSTICE; BUNCH, 1965).

Como fruto desse processo os agentes do campo das sementes começaram a existir oficialmente e ocupar suas posições para garantir as regras de produção e distribuição de sementes segundo os interesses dos agentes dominantes do campo⁸¹. Neste momento tornaram-se mais evidentes os atores e os papéis dos agentes do campo de sementes, pois as regras e a lógica de produção de sementes já se encontram efetivas e ocorreu a formação de grupos e sua organização para representação política, os quais funcionam como frações de classe, a saber: produtores de sementes, comerciantes e especialistas (melhoristas e analistas) os quais passam a ditar, de forma mais autônoma, a dinâmica do campo, bem como a

⁷⁹ Uma condição para que isso ocorresse era a criação de laboratórios de análise de sementes nos estados. As regras para a qualidade das sementes para os laboratórios brasileiros seguiam a regras divulgadas em bibliografias internacionais.

⁸⁰ Esta publicação era resultante de um curso realizado em Campinas, em novembro de 1964, relatados por Oren L Justice, que era presidente da referida associação e H. Dean Bunch, que era diretor da US-AID/Mississipi, State University.

⁸¹ Estes irão se dedicar a delimitar a fronteira de um campo que lhes garanta autonomia no processo de análise, de produção e de comercialização.

refutar medidas e formular demandas segundo os interesses da indústria de sementes harmonizados internacionalmente.

Em 1967 se estabeleceram as regras nacionais de análise de sementes. Junto ao II Seminário Brasileiro de Sementes, realizado em Pelotas, no ano de 1968, realizou-se o I Encontro Nacional de Analista de Sementes. Como se pode constatar, o evento foi uma reunião de um conjunto de técnicos especializados em análise de sementes. Nota-se que a temática apresentada neste encontro reproduz, de forma homóloga, os objetivos, preocupações e interesses já estabelecidos pelas regras e organizações internacionais de sementes. Como um campo profissional, os analistas brasileiros reproduzem as regras internacionais para análise de sementes, pressionando para que se tornassem lei e, assim, viessem a ser impostas e aceitas por todos⁸². O grupo também demonstrou ter autoridade de falar sobre política de sementes e de endereçar ações ao Ministério da Agricultura, ou diretamente aos setores específicos.⁸³

Os agentes dominantes do campo das sementes brasileiros se revelaram a partir dos anos 70. Em 1970 fundou-se a Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes (ABRATES) e a Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas (ABCSEM). Em 1972 registrou-se a fundação da Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM)⁸⁴ A ABCSEM é uma “Sociedade civil sem fins lucrativos, que representa, assiste, orienta e une os comerciantes de sementes e mudas de todo o Brasil” (ABRASEM, 2015). Sua trajetória foi marcada pela influência no Estado (como associação, buscou prestígio para interferir no governo e defender os interesses em nome das empresas associadas) e por barganhas para

⁸² Neste seminário, houve pressão para a efetivação da lei de sementes (lei n 4727/65 – regulamento 57.061/65) no Brasil. Ela se dá exatamente quando começa a se identificar um possível e provável campo das sementes no Brasil.

⁸³ A questão da especialidade pode ser conferida pelos temas discutidos no encontro: a) problemas de produção e beneficiamento; b) legislação, c) certificação, d) política de sementes; e) organização da produção; f) laboratórios de análise; g) regras de análise e pesquisa sobre análise de sementes; criação de entidades de produtores de sementes e entidades de análise de sementes.

⁸⁴ Ao mesmo tempo que se institucionalizavam as regras do campo das sementes na forma de lei, a iniciativa privada estava incumbida de criar entidades estaduais e nacionais de produtores, comerciante e especialistas em sementes e mudas. Há também uma nova discussão que se apresenta a época, no campo das sementes, que é a proteção de cultivares. No Brasil, até a criação em 1997, da Associação Brasileira de Obtentores Vegetais (BRASPOV), o tema da proteção dos direitos do melhorista não tinha ganhado a mesma força que os analistas de sementes tiveram no campo das sementes.

aumentar os ganhos, como por exemplo, visando isenções de impostos. A ABRASEM, enquanto agente coletivo do campo congrega, segundo a citação:

Associações Estaduais de Produtores de Sementes e Entidades Representativas de todo o setor de sementes do Brasil, de obtentores a usuários; passando pelos setores de pesquisa, produção, multiplicação, beneficiamento, armazenamento e comercialização, e objetivando uma representação institucional forte e atuante. Foi criada para congregar, representar, assistir e orientar as Associações Estaduais e do Distrito Federal, bem como as demais associações, entidades correlatas e associadas. É também função da ABRASEM a coordenação e gerenciamento de assuntos em âmbito nacional, de interesse de suas associadas e da agricultura nacional (ABRASEM, 2014).

Neste contexto, as sementes não melhoradas passaram a ser consideradas de baixa tecnologia, não adequadas (paleontológicas) recomendando-se sua substituição antes mesmo da criação do termo “Revolução Verde”. Portanto, o termo é mais bem explicado como uma estratégia política de expansão de uma determinada visão de mundo que reforçava as hierarquias do espaço social.

3.1.4 A diferenciação das práticas em favor das sementes transgênicas no Brasil

A Revolução Verde marca, de forma significativa, a penetração da indústria de sementes e conformação das regras específicas do campo das sementes no Brasil, ou seja, a vinda das empresas sementeiras multinacionais para o país, que operam aos moldes internacionais. A participação do Estado na pesquisa e na produção de sementes, inicialmente mais proeminente, foi perdendo importância relativa frente a iniciativa privada.

Este processo acabou impactando profundamente a pesquisa com sementes na Embrapa. Segundo Boas (2008), foi na década de 1990 que a Embrapa redesenhou a sua relação com o mercado de sementes. Nesta época o setor privado prevalecia ao setor público na produção e distribuição de sementes. Grandes indústrias de sementes privadas passaram a produzir com base em novas tecnologias, dominando a maior parte do mercado de sementes. Ou seja, passaram a ser o agente dominante no campo das sementes, trazendo dificuldade para a manutenção dos obtentores públicos, como a Embrapa. Conforme a citação:

A pesquisa e o desenvolvimento de cultivares, que até então era um ambiente em que predominavam as instituições públicas, passou por

profundas modificações. Fortaleceu-se a presença dos grandes conglomerados que passaram a atuar com o aporte de novas tecnologias, altos investimentos e estratégias agressivas para a conquista de mercado. Empreendimentos de grupos nacionais com capacidade de inovação também surgiram, buscando oportunidades criadas pela segmentação de mercado. O setor de sementes passou a ser bastante competitivo, o que exigiu um grande esforço de adaptação dos obtentores para permanecerem no mercado (BÔAS, 2008. p. 16).

Nos anos 90, diante da distinção entre agricultura familiar e empresarial, a Embrapa como instituição pública de pesquisa, precisou estabelecer estratégias diferenciadas segundo o público-alvo. Conforme Bôas (2008, p. 17):

Para a agricultura familiar, em que predomina a função social, as cultivares são obtidas por meio de projetos especiais de melhoramento e os canais para introdução de cultivares envolvem programas comunitários e ações governamentais. Para atender a agricultura empresarial utilizam-se as parcerias para a pesquisa e o desenvolvimento de cultivares e os contratos de licenciamento para a produção e comercialização de sementes.

Com a aprovação da Lei de Proteção de Cultivares, em 1997, a participação de algumas variedades desenvolvidas pela Embrapa e por cooperativas ou empresas privadas de caráter nacional, cedem espaço às empresas multinacionais. Neste período, segundo Bôas (2008), o Brasil fez importantes modificações nas legislações sobre sementes:

Paralelamente às modificações da legislação de propriedade intelectual, promoveram-se outras alterações na legislação, como a Lei de Sementes, n. 10.711/03 (BRASIL, 2003), a Lei de Inovação Tecnológica, n. 10.973/04 (BRASIL, 2004), a Lei de Biossegurança, n. 11.105/05 (BRASIL, 2005), e o Registro Nacional de Cultivares, instituído no MAPA pela Portaria n. 527/97 (BRASIL, 1997), as quais têm fortes vínculos entre si e em conjunto proporcionaram condições para a modernização do setor de produção de sementes no Brasil (BÔAS, 2008, p. 21 e 22).

No Brasil as empresas que produzem sementes em geral não desenvolviam pesquisa tecnológica (WILKINSON; CASTELLI, 2000). Segundo Wilkinson e Castelli (2000), a transgenia encontra um país que precisava enfrentar a pobreza e as injustiças sociais, mas que ao mesmo tempo estava se modificando, a nível regulatório, para assegurar a garantia dos direitos de propriedade intelectual sobre sementes. Tal processo resultou no que Wilkinson e Castelli (2000) viriam a chamar de “Transnacionalização da Indústria de Sementes no Brasil”. Em 1997 a Monsanto compra a Agrocères, consolidando um movimento de compra da indústria sementeira pela indústria química, que se converte em uma das mais poderosas

“Empresas da Vida”, o agente dominante entre os dominantes do campo. No Brasil, a soja RR foi liberada em 1998 e o milho transgênico em 2008 (BRUINS, 2009).

Entre 1990 e 2013, segundo Santos (2014), as fusões e aquisições no Brasil foram as seguintes: Sakata compra a empresa Agroflora; a Limagrain compra as sementes Gerra; a Dupont compra a Pioneer Hi-Bred (que por sua vez havia comprado as Sementes Dois Marcos); a Monsanto compra as empresas FT sementes, Agroceres, Canavialis, Seminis, MDM, Delta e Pineland, Agroeste, Alellyx e Braskalb; a Bayer compra as empresa: Granja 4 irmãos, Soytech Seed, Biotrigo Genética, Sementes Ribeiral, Sementes Fatura, Mitla Pesquisa Agrícola, Wehrtec e a Melhoria Agropastoril; a Dow Agrosiences compra as empresas FT biogenética, Híbridos Colorado, Dinamilho, Empresa Brasileira de Sementes, Agromen e Coodetec.

Estas aquisições e fusões trouxeram impactos para a indústria de sementes no Brasil. Surgiram novos negócios como licenciamento e terceirização da produção, bem como novas parcerias público-privadas. No período de 2005 a 2012, para a soja transgênica, as Liberações Planejadas no Meio Ambiente (LPMA) concedidas pela CTNBIO foram assim distribuídas: a Dupont teve 25%, a Monsanto 21%, a Syngenta 13% e a Embrapa 8%. Para o milho, a Monsanto ficou com 36 % das liberações, a Du Pont com 25%, a Syngenta com 18% e a Dow com 15%, considerando-se apenas as principais empresas. Desta forma “Grandes multinacionais como Monsanto (27%), Du Pont/Pioneer (19%), Dow AgroSciences (10%), Syngenta (10%), Bayer (5%) e Basf (4%) passaram a dominar a pesquisa e o desenvolvimento de produtos biotecnológicos no País” (SANTOS 2014, p. 139). Na mesma fonte se percebe que a Embrapa é responsável por 3,5% das LPMA.

Segundo a Celeres (2014), ao longo dos últimos anos o uso da transgenia se consolidou no Brasil, sobressaindo-se sobre as sementes convencionais. Ou seja, a transgenia passou a ser o padrão e as convencionais orientadas a um nicho de mercado (um crescente mercado de produtos GMO-free de países europeu e asiáticos). A soja é a cultura líder no uso de sementes transgênicas, seguida do milho. As sementes transgenicas atingem percentagens próximas de 90% da área de cultivo nestas especies. O dinamismo do setor de sementes pode ser inferido a partir da dinâmica de registro de cultivares. Segundo a Celeres (2014), os pedidos de proteção estão aumentando ano a ano desde a aprovação da lei de proteção de cultivares, que coincide com a liberação dos cultivos transgênicos. No conjunto se

percebe o aumento de pedidos de proteção para variedades estrangeiras⁸⁵. As culturas com maior número de pedidos de proteção são a soja e outras grandes culturas, somadas à ornamentais.

Segundo Celeres (2014) a simplificação do manejo tem sido uma das motivações para opção pelas cultivares transgênicas, que passam a constituir o uso padrão. Contudo, as empresas tem tido problemas com a vida útil das tecnologias propostas, de modo que o manejo inadequado da tecnologia vem obrigando a constantes atualizações tecnológicas. Entretanto, para entender a importância assumida pela transgenia deve-se considerar, também, a dinâmica recente do agronegócio brasileiro que influencia na disposição dos agentes econômicos ao investimento (influenciando no tamanho do mercado) bem como o sucesso das estratégias de institucionalização de regras que garantam o retorno dos investimentos privados no melhoramento: adoção de iniciativas de proteção da propriedade intelectual e de legislações que regulam os produtos da biotecnologia.

Os momentos de crise econômica são, frequentemente, momentos em que se avivam as discussões sobre a modernização e fortalecimento do agronegócio, apresentando-se o aumento das exportações de produtos agropecuários como parte da solução da crise. Desta forma facilitou-se a entrada das sementes transgênicas no Brasil. Uma série de fatos relevantes comprovam a atenção dada, no início da década de 1990, à globalização dos mercados agrícolas. Em 1994 estabeleceu-se o acordo do Mercosul e implementou-se o plano Real. Em 1995 renegociou-se as dívidas dos grandes agricultores, operação chamada securitização. Em 1996 foi aprovada a Lei Kandir que isenta de ICMS produtos agrícolas exportados, inclusive as operações das *tradings*. Em 1998 implementou-se o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP) para salvar as cooperativas do agronegócio da falência. No ano 2000 lançou-se o programa Moderfrota e, em 2003, aprovou-se o cultivo comercial de sementes transgênicas. Esse conjunto articulado de medidas proporcionou condições para um novo dinamismo no agronegócio, manifestado, no que se refere às sementes, por fusões de grandes

⁸⁵ Segundo a fonte, este crescimento das solicitações estrangeiras, para proteção de suas cultivares é reflexo do princípio da reciprocidade entre países membros em conceder o mesmo tratamento aos obtentores nacionais ou estrangeiros. Outra razão é que, na atualidade, as leis e procedimentos técnicos estão harmonizados. Ainda “a segurança jurídica proporcionada por um sistema de proteção intelectual de cultivares estimula as empresas obtentoras a expandirem suas operações a outros países” (SANTOS et al., 2013. p. 27). Segundo a mesma fonte, 97% das cultivares de flores e plantas ornamentais pertencem a obtentores não-residentes.

empresas, lançamento de novas variedades e patenteamento de eventos biotecnológicos, alterando o mercado de sementes. Assim, o mercado brasileiro de sementes em 2015 alcançou movimentação de R\$ 10 bilhões, com venda de 4 milhões de toneladas de semente, ficando atrás apenas dos EUA e China. Soja e milho corresponderam a 74% do valor do mercado de sementes e as forrageiras a 11% (RODRIGUES, 2015).

O cenário de crise e de demandas por políticas públicas e legislações específicas garante, aos agentes dominantes do campo das sementes, o poder de definição e controle de muitas regras, aumentando o grau de autonomia dos agentes dominantes. A disponibilidade de capital econômico suficiente para produzir uma nova variedade, por si só, limita a participação de muitos agentes no campo. Em razão do alto investimento econômico, o produto criado, a partir da posse do capital científico, precisa novamente converter-se em capital econômico. A forma de assegurar a realização desse propósito recai sobre normas que garantam os direitos sobre propriedade intelectual e os direitos dos obtentores. À medida que os princípios do campo se institucionalizam e são valorizados por mecanismos formais do Estado, mais intransponíveis se tornam suas fronteiras e mais restrições ao uso das sementes próprias são observadas.

No polo dominante do campo das sementes, a Associação Brasileira de Obtentores Vegetais (BRASPOV) é uma das mais recentes institucionalizações, uma organização que representa as empresas criadoras das variedades, abrindo caminho para a proteção dos eventos biotecnológicos. Vejamos a citação:

A Associação Brasileira dos Obtentores Vegetais (BRASPOV), fundada em 1997, é uma sociedade Civil sem fins lucrativos, que foi criada para congregar, representar, assistir e orientar os obtentores vegetais, ou seja, as empresas públicas e privadas que mantêm programas de melhoramento genético e desenvolvem cultivares, com o objetivo primordial de disponibilizar ao agricultor brasileiro, materiais altamente produtivos, estáveis, resistentes a doenças e adaptados às nossas condições edafo-climáticas (ABRASEM, 2015).

Os membros do conselho da BRASPOV são a Coodetec, Pioneer, Syngenta, Monsanto, Embrapa, Dow Agrosiences, Sakata, Basf, Iapar, Bayer, Biotrigo e Monsoy. São sócios da BRASPOV as seguintes empresas: Basf S.A, Bayer S.A, GDM Genética do Brasil Ltda., Biotrigo Genética Ltda., Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola (Coodetec); Centro de Tecnologia Canavieira CTC), Delta And Pine Land Company, Dow Agrosiences Industrial Ltda., Du Pont do Brasil S.A –

Divisão Pioneer Sementes, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Fundação Centro de Experimentação de Pesquisa (Fecotrigo), Igra Sementes, Instituto Mato-Grossense do Algodão (IMAmt); Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), Monsanto do Brasil Ltda., Monsoy Ltda., Nidera Sementes Ltda., OR Melhoria de Sementes Ltda., Ricetec Sementes Ltda., Sakata Seed Sudamerica Ltda., Syngenta Seeds Ltda., Tropical Melhoria e Genética (TMG) e Wehrtec Tecnologia Agrícola Ltda. (ABRASEM, 2015).

Desde a formação do campo das sementes, ou seja, os agentes que defendem as sementes industriais preconizam proteção via patente ou por direito de obtentor. Entretanto, a transgenia fez com que a Lei de Proteção de Cultivares se parecesse defasada. O desequilíbrio entre as formas de propriedade intelectual no tempo da transgenia é amplamente favorável a Leis de Patentes. Nesse contexto, mesmo com o sucesso da Lei de Proteção de Cultivares (LPC) (MACHADO, 2014), os agentes dominantes do campo lutam por maiores avanços. Uma das principais questões diz respeito ao direito do obtentor sobre os produtos da colheita, que afeta diretamente as plantas ornamentais, mas que também passou a ser demanda para as grandes culturas, como soja, trigo, arroz e algodão, que reclamam da disposição sobre o uso próprio de sementes e a extensão dos direitos aos produtos da colheita. Por esta razão apresentaram ao Congresso Nacional dois Projetos de Lei (PL) com o objetivo de alterar a LPC, PL 2325/2007.

Diante do exposto, a Figura 3 sintetiza um conjunto de agentes interessados nas sementes, que figuram no polo dominante do campo das sementes no Brasil.

Figura 3 – Agentes destacados do campo das sementes no Brasil em diferentes períodos

1800 - 1900	1900	1940 (híbridos)	1960 - 1980 (Revolução Verde)	1980 - 2000 (Biotecnologia + transgenia)	2000 - 2015 (Trasngenia)
<ul style="list-style-type: none"> Jardim Botânico do Rio de Janeiro 1808; Institutos Imperiais de Agricultura no Brasil - 1860; Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) - 1887; Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) - 1897 	<ul style="list-style-type: none"> Escola de Agricultura de Lavras - 1908; Serviço de Fomento Agrícola - 1910; Estação Experimental de Cana de Açúcar de Campos-RJ - 1913; Serviço de Sementes - 1920 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (DIPOV) 1938; Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas - (SNPA) - 1943 Agroceres - 1945; Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Sul - (Ipeas) - 1960; Cooperativas tritícolas - RS - 1960 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Nacional de Produção de Sementes - 1965; Cargill e a Pioneer-Hybrid - 1960; Limagrain e Asgrow; Dekalb e da Ciba-Geigy - 1970 a 1980. Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes - (ABRATES) e a Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudanças - (ABCSEM) - 1970; Associação Brasileira de Sementes e Mudanças - (ABRASEM) - 1972 Associações de Produtores de Sementes (estaduais) International Plant Breeders (IPB) - 1974 Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEN) 	<ul style="list-style-type: none"> Associação Brasileira de Obtenedores Vegetais (BRASPOV) - 1997 (Basf S.A.; Bayer S.A.; GDM Genética do Brasil Ltda; Biotrigo Genética Ltda; Coodetec - Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola; CTC - Centro de Tecnologia Canavieira; Delta And Pine Land Company; Dow Agrosociências Industrial Ltda; Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer; Sementes; Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Fecotrigo - Fundação Centro de Experimentação de Pesquisa; Igra Sementes; IMAmT - Instituto Mato-Grossense do Algodão; Iapar - Instituto Agrônomo do Paraná; Irga - Instituto Rio-Grandense do Arroz; Monsanto do Brasil Ltda; Monsoy Ltda; Nidera Sementes Ltda; OR Melhoramento de Sementes Ltda; Ricetec Sementes Ltda; Sakata Seed Sudamerica Ltda; Syngenta Seeds Ltda; TMG - Tropical Melhoramento e Genética; Wehrtec Tecnologia Agrícola Ltda) RENASEM e RNS 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO) 2005; Associação Nacional dos Produtores de Sementes de Gramíneas e Leguminosas Forrageiras - ANTROSEM - 2009; (agente não citado no texto) Associação para o Fomento à Pesquisa de Melhoramento de Forrageiras - UNIPASTO - 2002; (agente não citado no texto)

Figura do autor

Nota-se que agentes permanecem ao longo da história e alguns se reconfigurando. A Brasprov é a mais recente organização brasileira dos agentes dominantes e revelam as empresas associadas. Mas recentemente mereceram a atenção o interesse pelas sementes de forrageiras, sendo constituída a Antrosem em 2009 e a Unipasto em 2002. Vale ressaltar que uma das agências mais importantes dos anos 2000 é a própria CTNBIO, constituída em 2005.

3.2 DETERMINANTES DAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS: AGENTES E SUAS ESTRATÉGIAS PARA NATURALIZAÇÃO DAS SEMENTES DE ORIGEM INDUSTRIAL NO BRASIL

3.2.1 A dinâmica do processo de naturalização das sementes de origem industrial no Brasil

As preocupações com as sementes no Brasil já se evidenciavam durante a instituição de Jardins Botânicos, criação de Institutos de pesquisas (a exemplo do

Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) fundado já em 1887 e que desenvolveu importantes pesquisas com sementes), criação de universidades como a Escola de Agricultura de Lavras (fundada em 1908 e que já em 1915 promovia a primeira a exposição nacional de milho) ou serviços de fomento estatais. Estas são iniciativas do Estado que contribuem para a diferenciação das práticas relativas às sementes no Brasil e que são anteriores a disseminação das sementes híbridas.

Consideramos que a expansão da indústria de sementes se manifestou, de forma mais evidente, a partir das iniciativas relacionadas a internacionalização da indústria de sementes promovida no contexto da Revolução Verde. No caso brasileiro, assumiu especial relevância a promoção do “Programa Sementes”, razão pela qual identifica-se protagonismo das organizações de cooperação internacional na formação do campo das sementes.

No prefácio da edição em Inglês, do livro “Programa de sementes, planejamento e implantação”, Delouche e Potts (1974) revelam os objetivos que levaram a Universidade de Mississippi e Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) realizarem estudos nos países menos desenvolvidos sobre a potencialidade de aí se estabelecer a indústria de sementes. Entre os objetivos estava: “estudar a participação atual e o interesse da indústria dos Estados Unidos na Indústria de sementes de países menos desenvolvidos...”(1974 p. IX).

A Universidade de Mississippi constituía uma referência em melhoramento de diversos tipos de sementes e já vinha desenvolvendo trabalhos na América Latina em três frentes. A primeira era a realização de cursos nos EUA⁸⁶. A segunda frente de atuação era uma espécie de contrato, firmado desde 1958 entre a Universidade de Mississippi e Agency For International Development (AID) para desenvolver

⁸⁶ Conforme citação: “Curso Especial de Aperfeiçoamento em Semente nos EUA – Participantes de todos os países em desenvolvimento são elegíveis para participar. O uso do idioma Inglês é necessário. O curso é ministrado em junho-agosto de cada ano. Este curso tem 10 semanas e é organizado pelo Serviço de Agricultura Estrangeira e patrocinado pela Agência de Serviço Internacional, Washington, DC, EUA. As primeiras 5 semanas do curso é dado na Mississippi State University Seed Technologic Laboratory, enquanto as seguintes cinco semanas é gasto nos estados de Minnesota, Michigan, Illinois, Oklahoma e Louisiana. Da Universidade do Estado de Mississippi, os participantes são ensinados em análise de sementes, beneficiamento de sementes, armazenamento das sementes e os princípios de multiplicação e distribuição de variedades de sementes melhoradas. Programas específicos de melhoramento de sementes, equipamentos de limpeza de sementes, produção de sementes agrícolas e de inspeção de campo para fins de certificação de sementes, são alguns dos temas estudados nos outros cinco estados” (BUSCH, 1965, p. 14 e 15).

seminários, curso e assessorias nas montagens de laboratórios de sementes em todo o mundo. A terceira frente era um contrato da AID / Universidade de Mississippi para o Brasil, atendendo a um “pedido” do governo brasileiro para a assistência no desenvolvimento do “Programa Sementes”. São esclarecedoras as informações trazidas por Bunch (1965), que revelam como se deu esta relação. Segundo Bunch (1965), dois instrutores vieram com suas famílias para atuarem no Laboratório de Tecnologia de Sementes de Campinas, com o Ministério da Agricultura e com os Governos dos Estados do centro sul do Brasil. Os sete pontos principais do programa Sementes (segundo previsto no contrato AID/ Universidade de Mississippi no Brasil) foram: promover a legislação de sementes no país; criar um sistema de multiplicação e distribuição de sementes; desenvolver a indústria privada de sementes; treinamento de técnicos; estabelecer os laboratórios de análise de sementes; planejar e conduzir as pesquisas sobre sementes e promover a produção de sementes e melhoria dos seus estoques.

Em 1974 foi publicada no Brasil a obra “Programa de Sementes, planejamento e gestão”, pelo Ministério da Agricultura (Figura 4). Esta define as recomendações básicas para o desenvolvimento do setor de sementes e corresponde a uma tradução do livro *Seed Program Development*, publicado pela *United States Agency for International Development (USAID)* e *Mississippi State University* em 1971. Trata-se de mera tradução, o que se comprova da citação a seguir:

O livro ora lançado é consequência desta prioridade e desta filosofia de trabalho. **É uma tradução, logicamente com as desvantagens de ser uma tradução**, mas com grande e maior vantagem de procurar trazer para o Brasil, a experiência de algumas décadas de trabalho da equipe do Laboratório de Tecnologia de Sementes da Universidade do Estado do Mississippi. Presente trabalho traduz a experiência daquela equipe adquirida através de vários anos de atividades de assistência técnica e consultorias concedidas a países em desenvolvimento, em todas as partes do mundo (VECHI, 1974, p. X. grifo nosso).

Figura 4 – Capa da obra intitulada “Programa de Sementes” publicada em 1974

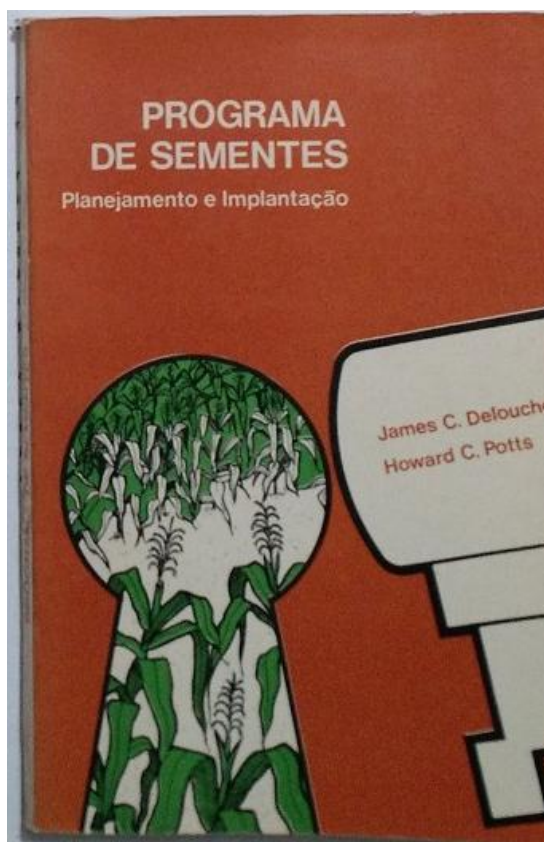


Foto do autor

Organizações de cooperação internacional assumiram um papel importante também na definição das normas de produção e distribuição de sementes. Fruto desse processo, as normas brasileiras para a análise de sementes tendencialmente reproduzem as normas internacionais da AOSA (Figura 5) e da ISTA (Figura 6) e, por essa via, os princípios e visão de mundo dos agentes dominantes do campo em âmbito internacional.

Figura 5 – Regras de análise de Sementes da AOSA tomadas como referência para as normas brasileiras.

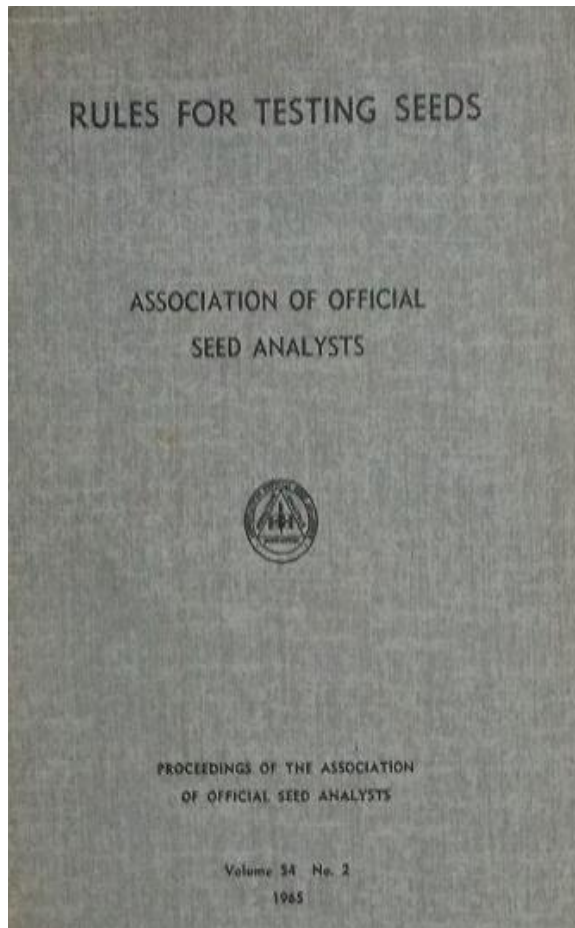


Foto do autor

Figura 6 – Publicação da ISTA referente a treinamento sobre regras de análise de sementes realizado no Brasil

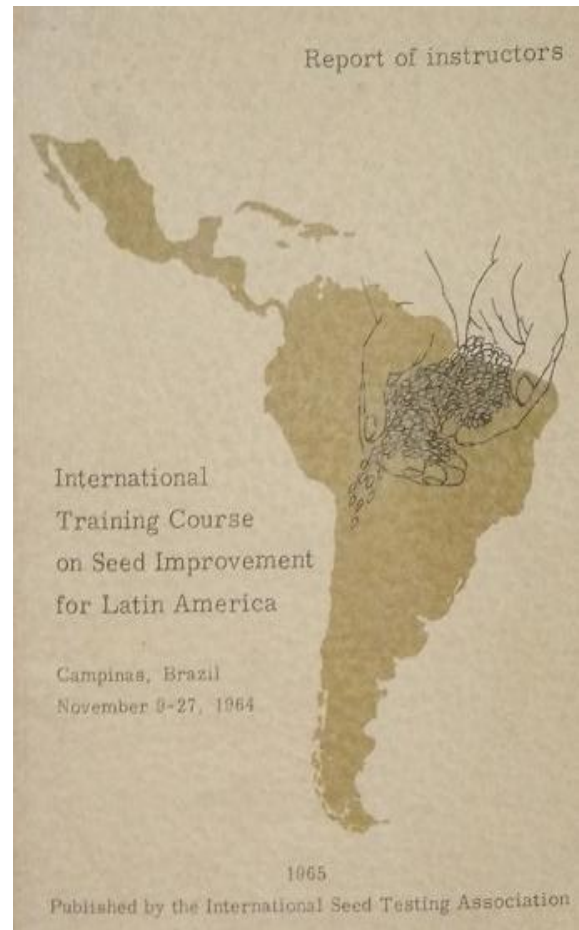


Foto do autor

Segundo Justice, (1965, p. 18):

ISTA e AOSA são muito influentes na promoção do desenvolvimento de experimentos com sementes. Eles têm feito dos ensaios com sementes uma ciência que mantém prestígio entre outras ciências agrícolas. Tal organização ou associação também pode ajudar a elevar os padrões de ensaio de sementes na América Latina. As regras de AOSA e ISTA podem ser usadas como guias quando vocês estiverem prontos para formar uma associação na América Latina. Se desejar, nós, nos Estados Unidos da América, teremos o prazer de ajudar na organização de uma associação na América Latina. Estou certo de que os líderes entre vocês podem fazer de tal organização um sucesso completo.

Em “Regras para análise de sementes” publicado em 1976, pelo Ministério da Agricultura/Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV)/ Divisão de

Sementes e Mudas (DISEM) do Brasil, vê-se que as regras internacionais foram aplicadas ao comércio nacional de sementes. A citação confirma:

As presentes regras para Análise de Sementes se baseiam naquelas adotadas pela 'International Seed Testing Association' – ISTA, em seu 17º Congresso realizado em Varsóvia, Polônia, em 1974 [...] complementou-se o seu texto com informações técnicas obtidas das Regras da 'Association of Official Seed Analysts' (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1976, p. 7).

A publicação referente as normas brasileiras (Figura 7), reproduz as publicações internacionais, tanto na visão de mundo como nos conteúdos técnicos. O texto é praticamente uma edição brasileira das publicações internacionais. Vejamos:

... informar sobre a qualidade das sementes [...] procurando evitar alguns riscos a que está sujeita a agricultura. [...] Além de servir de guia ao agricultor que usará a semente, tais informações são convenientes ao produtor ou comerciante de sementes para fins de beneficiamento e venda de seu produto, bem como necessárias para o serviço de controle do comércio de sementes. Em qualquer dos casos, o objetivo final da análise é determinar o valor da semente para a sementeira (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1976, p. 07)⁸⁷

Figura 7 – Regras de Análise de Sementes Brasileiras segundo normas da ISTA e AOSA.

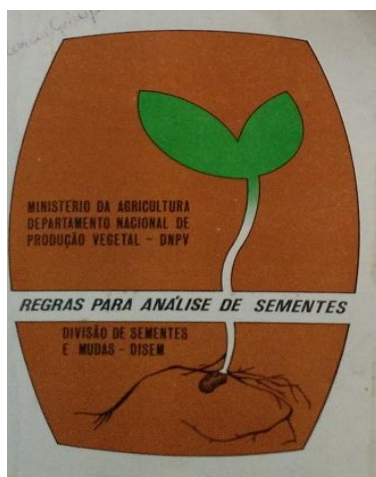


Foto do autor

No que tange a legislação brasileira, em 1977, ela se equiparava a legislação internacional e já se fazia ampla, ou seja, tratava da fiscalização, da produção e da

⁸⁷ Nesta publicação, é considerado semente, todo material genético de um novo e superior cultivar.

comercialização de sementes, o que contribuiu para que a lógica dominante estivesse sendo naturalizada. Assim, criavam-se as condições para a classificação dos agentes do campo em legítimos e hereges.

O reflexo da Conferência sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil, em termos de lei, foi a edição da medida provisória no. 2.186 de 23 de agosto de 2001, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético e dos conhecimentos associados, bem como a repartição dos benefícios. Define que o acesso ao patrimônio genético precisa de autorização do país. No Brasil, a Embrapa está disponibilizando o acesso do germoplasma que possui, conforme o acordo TIRFAA, que no Brasil foi ratificado no ano de 2006. O Decreto no. 6.476 de 5 de julho de 2008 promulga o tratado. Por outro lado, o Brasil também adequa sua legislação de sementes para atender a proteção de variedades.

A apropriação pelo Brasil da lógica estabelecida pelos agentes dominantes internacionais, como válida para o campo das sementes brasileiro, a exemplo das normas de análise e de propriedade intelectual, ajuda a perceber a conformação dos princípios universais do campo. A enunciação das condições para participar do campo das sementes é estar em acordo com tais princípios. Na sequência, fruto de acordos diversos, as leis de sementes foram acompanhadas de leis de propriedade intelectual, sejam as de proteção de cultivares, seja a de patentes, observando-se que as legislações sobre propriedade intelectual são de alcance internacional.

Estes fatos permitem uma inferência sobre a autonomia do campo das sementes em produzir e impor suas próprias regras e falar com autoridade aos demais campos e ao Estado as regras que deseja ver implantado em todos os países.

3.2.2 A dinâmica do processo de desnaturalização das sementes de origem industrial no Brasil

Tomando por base o caso brasileiro, verifica-se a emergência de resistências e contestações a medida que os agentes dominantes do campo das sementes buscaram expandir-se e afirmar suas regras.

Do mesmo modo que, no âmbito internacional, os agentes contestatórios vinculam-se, predominantemente, ao campo cultural e, frequentemente, as críticas e narrativas alternativas que apresentam constituem uma espécie de eco daquelas

anteriormente expressas. Nos anos 2000, por exemplo, com o advento da transgenia e seu exclusivo domínio por um pequeno grupo de indústrias transnacionais, ocorreu o fortalecimento de um movimento de contestação em duas frentes: uma fundada nas ameaças a biodiversidade e a outra aos direitos dos agricultores e dos consumidores. Desta forma, os agentes dominantes sofreram questionamentos sobre os possíveis danos causados pelas sementes transgênicas ao meio ambiente, a saúde e aos direitos de agricultores e de consumidores, principalmente ao limitar a escolha do que produzir e do que consumir de forma relativamente homologa ao identificado no âmbito internacional. As ações contrárias foram coordenadas por cientistas, ONG ambientalistas, associações de consumidores e de saúde, bem como de lideranças religiosas⁸⁸ (PESSANHA; WILKINSON, 2003) muitas vezes com clara articulação à discussão internacional, fortalecida pela participação em redes. Entretanto, entendemos que há especificidades tanto na formulação de narrativas alternativas quanto nas estratégias de luta.

Quando nos referimos às experiências brasileiras é importante ressaltar que a contestação do modelo de agricultura industrial encontrou eco em organizações que trabalhavam em proximidade aos pequenos agricultores. Muitas destas organizações tinham vínculos estreitos com organizações da cooperação internacional, o que pode ter facilitado o trabalho em rede (nacional e internacional), qualificando e unificando a intervenção, comungando princípios e visões de mundo que mobilizam para luta.

Algumas das narrativas podem ser percebidas como associadas ao movimento internacional de contestação (caracterizado na seção anterior), entretanto, outras tem maior especificidade na medida em que refletem particularidades locais. Assim, os agentes contestatórios, reproduzem os princípios enunciados a nível internacional e produzem pautas locais. As estratégias de luta, por sua vez, abrangem a contestação e elaboração de narrativas alternativas, mas também iniciativas instituintes de sistemas alternativos, sendo esta uma especificidade do caso brasileiro.

⁸⁸ Não se identificou na coordenação direta destes processos os produtores de sementes crioulas, convencionais ou agroecológico. Nesta perspectiva, a disputa não é pelo capital específico do campo – semente em sí, mas pelas visões de mundo que carregam. Trata-se da produção simbólica.

3.2.2.1 A luta mediante contestação e elaboração de narrativas alternativas⁸⁹

Para os fins do presente estudo caracterizaremos apenas duas narrativas alternativas, consideradas de maior especificidade e destaque e relevância em relação ao objeto de estudo. Neste sentido, abordaremos a narrativa alternativa sobre o sentido da legislação de sementes e narrativa alternativa sobre o potencial das tecnologias modernas na superação da pobreza.

3.2.2.1.1 A contestação do sentido da legislação de sementes no Brasil

O movimento que fez essa contestação pode ser considerado diverso, inicialmente com caráter conservador, que é renovado com teoria da dependência e que depois vai sendo atualizado pelos aportes recolhidos no diálogo com o movimento internacional. Compreender como se estruturavam as disputas para a aprovação da legislação em cada momento é penetrar no mundo dos agentes que disputavam o campo e assim, também estruturavam o campo e os movimentos de resistência.

Para entender a especificidade das narrativas formuladas no Brasil, expressa de forma mais evidente na década de 1970/1980, convém situar historicamente a origem desta narrativa. Nesse sentido, o período pós-guerra foi caracterizado pela sua ênfase na promoção do desenvolvimento econômico. Embora com algumas diferenças, havia certa concordância em torno às teorias da modernização – que apregoavam unilinearidade na sequência de etapas do desenvolvimento. Uma das divergências centrais nesse sentido no período pós-guerra se referia a relação (aliança) com capital internacional – como já foi abordado noutra momento nesta tese. Cabe observar que a formação do campo das sementes no Brasil implicava em conflitos potenciais sobre a redução ou não da atuação do Estado no melhoramento e distribuição de sementes, a abertura ou não para investimentos da “indústria das sementes” internacionais e sobre a aplicação das regras internacionais específicas

⁸⁹ Entre os discursos identificados no conflito, não se identificou na coordenação direta destes processos os produtores de sementes crioulas, convencionais ou agroecológico. Nesta perspectiva, parece não haver uma defesa da condição de produtores de sementes crioulas, uma disputa pelo capital específico de produzir sementes, a exemplo do conhecimento científico necessário. As lutas são pelas visões de mundo que carregam os agentes de contestação. Trata-se da produção simbólica ou da luta política.

sobre as sementes. Não temos uma “genealogia” dos embates nesse sentido, mas é possível observar uma disputa por ocasião da discussão das leis das sementes na década de 1970. A disputa foi centrada na defesa do papel do Estado (por considera-lo legítimo representante dos interesses nacionais) e restrições às estratégias propostas pelas empresas internacionais.

As diferenças de concepção entre agentes do campo se tornaram evidentes a partir de 1977 quando se inicia a discussão sobre a “Lei de Proteção de Cultivares” no Brasil. Segundo Paschoal (1987), neste ano circulava uma proposta da ABRASEM, da referida legislação, no Instituto Agrônomo de Campinas. A referida proposta de lei continha a justificativa e a regulamentação. Segundo o autor, a concordância do IAC seria importante para o trâmite da proposta no congresso nacional. Contudo, alguns pesquisadores perceberam que, apesar do uso da palavra proteção de cultivares, o conteúdo tratava do patenteamento de cultivares. Segundo o autor, um jogo linguístico utilizado para favorecer sua aprovação e esconder o real interesse das sementeiras, que já dominavam o mercado em muitos países.

A referida proposta previra a criação da Comissão Nacional dos Direitos dos Melhoristas, da Unidade de Registro de Cultivares, a desvinculação do Cenargen da Embrapa (e, preferencialmente, sua vinculação a Unidade de Registro de Cultivares) e a criação da Associação Nacional de Melhorista de Plantas. Conta Paschoal (1987) que a rapidez com que se queria aprovar a lei foi frustrada, em um primeiro momento, quando a Assembleia Legislativa de São Paulo rejeitou a proposta sob o argumento que a mesma traria embutido a desnacionalização do setor e o patenteamento das sementes – com possíveis consequências em termos de encarecimento deste insumo. Os deputados estariam preocupados também com os possíveis prejuízos ao trabalho do Instituto Agrônomo de Campinas e de outros estabelecimentos de pesquisa nacionais, que atuavam no sentido de fornecer sementes a preços módicos aos agricultores. Neste sentido, a Assembleia entendeu que o patenteamento era também uma estratégia empresarial para fixar preços altos para as sementes. Segundo Paschoal, o documento de rejeição da proposta citava a aquisição de uma empresa nacional de produção de milho híbrido por uma multinacional. Este era considerado um prenúncio de um futuro indesejado, ou seja, que colocaria os agricultores brasileiros em situação de dependência em relação às companhias estrangeiras. O documento ainda denunciava que se tratava de uma política internacional e não de uma política nacional. Assim, a reprovação da

proposta se fez com base em supostos interesses nacionalistas, sobre o qual estariam de acordo pesquisadores e empresas nacionais⁹⁰.

Paschoal (1987) aponta que a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) foi o agente que desenvolveu uma das mais importantes campanhas contra a lei de cultivares⁹¹. Como nos informa o autor, a referida proposta descoberta em 1977 no IAC, teria se originado em 1974, na *International Plant Breeders* (IPB), multinacional de sementes de capital inglês e holandês que detinha o primeiro lugar no mundo no mercado de sementes de soja e trigo e que acabara, na época, de se instalar no estado do Rio Grande do Sul de modo que “A legislação – uma vez aprovada- lhes garantiria o monopólio da comercialização de sementes no Brasil”. Esta empresa, em 1974, entregou um documento intitulado *Four Lines Plan for Brazilian Agriculture* contendo o esboço da legislação enviada ao ministro da agricultura brasileiro. Esta proposta foi estudada pela Embrapa e enviada ao Ministério da Agricultura que, por sua vez, a enviou para ABRASEM onde, em 1974, formou-se a Comissão de Acompanhamento à Criação da Lei de Proteção as Cultivares, presidida pelo diretor da IPB. Não obstante, o presidente da ABRASEM era também superintendente da Agroceres. Este detalhamento da gênese da lei de sementes no Brasil revela os interesses predominantes que a construíram e os meandros políticos de sua elaboração e também da sua contestação. Na época, a revelação de que a Agroceres e IPB eram as reais propositoras da Lei de Proteção de Cultivares teve a sonoridade de um escândalo e determinou a contrariedade manifestada pela AEASP; pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência(SBPC); Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP); Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP); Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB); Federação dos Estudantes de Engenharia Agrônômica do Brasil (FEAB); e pela sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul; entre outras.

⁹⁰ Contudo, parece mais evidente supor que as sementeiras privadas nacionais sentiram que a lei de proteção de cultivares poderia inviabilizá-las, a medida que se abria a concorrência internacional.

⁹¹ Cita que durante os anos 76 a 81, sua diretoria levou a cabo causas ecológicas. Entre elas a oposição ao uso de agrotóxicos e a agricultura industrial, ao desmatamento da Amazônia, ao Proálcool e ao programa nuclear brasileiro. Desta forma, também se posicionava contra a lei de proteção de cultivares, assumindo a liderança da luta a nível nacional. Segundo o autor, eram 20 pesquisadores e técnicos ligados a institutos de pesquisa e a produção de sementes, sediados no IAC, que formaram a comissão que decidiu combater a proposta.

Neste meio tempo também tramitava no congresso nacional, segundo Paschoal, sem que ninguém soubesse, um projeto de lei que preconizava que as sementes de novas variedades agrícolas e florestais fossem regidas pela Código de Propriedade Industrial. Descoberta a tempo, a proposição também teria fracassado em sua intencionalidade de aprovação, devido a mobilização da opinião pública e política já existente contra o patenteamento de variedades. Basicamente, a rejeição se deu por dois argumentos práticos: medo do monopólio das sementes pelas multinacionais e aumento dos preços das sementes caso viessem a passar o controle para o setor privado.

Salienta-se que este movimento se deu no Brasil antes da publicação do Escândalo das Sementes, em 1979, que trouxera outros argumentos, como a erosão genética e o casamento entre a indústria química com a de sementes.

Os esforços de contraposição ao controle legal das sementes se estenderiam por muitos anos. Uma nova lei começou a ser discutida no Governo Collor e foi aprovada no ano de 1997 no governo de Fernando Henrique Cardoso. A mobilização contra a lei de cultivares trouxe à tona o debate sobre o direito dos agricultores de produzir a própria semente, mais conhecido com privilégio de agricultor. As mobilizações contra a lei de patentes trouxeram à tona o patenteamento da vida, basicamente em sintonia com as discussões internacionais. Em suas derivações, o movimento questionava a neutralidade e os limites da técnica (apresentada enquanto determinante do sentido da evolução social, enfatizando-se o quanto a autonomização do campo da técnica resulta em prejuízo do interesse social). Defendiam, assim, o exercício do controle político sobre escolhas técnicas, consideradas então como escolhas sociais (reivindicando-se direito à participação política). Assim, fortaleciam-se resistências mais amplas à tecnocracia e a defesa da retomada do controle político da ciência e dos interesses da sociedade sobre os interesses econômicos particulares.

3.2.2.1.2 A contestação do potencial das tecnologias modernas na superação da pobreza na agricultura no Brasil

A narrativa de desmistificação do potencial das tecnologias modernas se nutriu em várias fontes: igreja, ambientalistas, acadêmicos comprometidos e ativistas de ONGs de desenvolvimento rural, sindicatos e, via de regra, reuniu esses aportes

para uma releitura da condição e perspectivas do “pequeno produtor” (correspondente a categoria de agricultor familiar).

Os intelectuais comprometidos com questões sociais deram importantes contribuições, especialmente para revelação das origens macroestruturais das crises. A leitura acadêmica negativa sobre a Revolução Verde problematizou aspectos sociais e ambientais. Graziano Neto (1982) denominou o processo como “modernização conservadora” e Graziano da Silva (1982) de “modernização dolorosa”. Este período foi, também, reconhecido como de gênese dos “complexos agroindustriais” (SORJ, 1980; DELGADO, 1985) e como de “industrialização da agricultura” (DA SILVA, 1987; MULLER, 1989). Denuncia-se que todos estes processos teriam beneficiado um número menor de agricultores do que teria excluído.

O acesso ao debate internacional também “fertilizou” o movimento. Algumas poucas figuras nacionais tinham contato com o debate internacional, a exemplo de Adilson Pascoal, Ana Primavesi e José Lutzemberger, Sebastiao Pinheiro. Além disso, encontros nacionais já traziam, por exemplo, Pat Mooney, que veio ao EBA em 1984 (INTERLOCUTOR 01 Brasil, 2015)⁹². Estas interações fertilizaram o movimento pela Agricultura Alternativa. No Brasil, segundo pesquisa realizada por Luzzi (2007), a Federação de Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), nos anos 80, liderada por ex-dirigentes do movimento estudantil, carregava a bandeira contra os agrotóxicos. Segundo a autora, José Lutzemberger, como ativista ambiental reconhecido internacionalmente influenciou os profissionais de agronomia brasileiros não alinhados ao padrão hegemônico para que enfrentassem o embate ambiental. Suas críticas partiam das contribuições de Rachel Carson: contaminação do meio ambiente com resíduos de agrotóxicos, ameaça a vida silvestre, intoxicação e acúmulo de substâncias tóxicas em seres humanos e presença de agrotóxicos nos alimentos. Vem, portanto, da academia internacional as primeiras preocupações e enunciações dos descuidos do homem com a natureza.

A atuação das Organizações Não-governamentais (ONGs) de desenvolvimento rural, por sua vez, vinculava-se à iniciativa da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) preocupada em exercer um

⁹² Informação verbal (em entrevista ao autor, Santa Maria, 2015).

trabalho de base, de educação popular, resistência e renovação de práticas produtivas. Dados estes vínculos, pode-se considerar que o início da contestação à Revolução Verde no Brasil teria se dado com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na década de 70, o que marcaria, segundo Almeida, Petersen e Cordeiro (2001), a gênese dos embates em prol da reforma agrária, mas também da Agricultura Alternativa. Assim, uma das entidades que deu origem a um processo continuado de resistência à expansão da agricultura industrial foi a FASE, fundada em 1961. Os movimentos populares ligados à igreja e à agricultura eram, sobretudo, orientados pelos princípios da Teologia da Libertação. Estes movimentos foram forjados nas manifestações que antecederam a redemocratização. O principal movimento do campo formado neste período foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este foi uma renovação das lutas anteriores pela terra e teria se forjado no seio da CEBs e também de outros movimentos dos anos 70 e 80. Por outro lado, dada a influência da igreja, os movimentos de contestação contestaram, apontando que processo de desenvolvimento capitalista em curso representava o domínio da lógica econômica sobre a agricultura e sobre a própria cultura. Como iniciativa de educação popular – preocupados com conscientização, realizavam a problematização da inculcação ideológica associada à modernização tecnológica da agricultura.

Londres e Almeida (2009) tratam, por exemplo, do reconhecimento do papel da produção simbólica na reprodução da dominação no campo a partir de nomações. Apontam que “A ofensiva ideológica de exaltação das sementes comerciais de alta produtividade e do 'plantio na técnica' se converte num instrumento de diferenciação social e de desqualificação entre os 'modernos' e os outros” (LONDRES; ALMEIDA, 2009, p. 53). Esta atribuição de prestígio a quem usava a técnica - tratada como ideologia – era, então, alvo de problematização nos processos de conscientização promovidos pelos agentes de contestação. As ações buscavam revitalizar as práticas culturais locais, a exemplo de experimentos com sementes crioulas e adubação verde, relacionando-as à visões de mundo (críticas) que aprofundavam a leitura da realidade e indicavam que a modernização tecnológica estava resultando em milhões de agricultores expulsos da terra (HENN, 2011). Além disso a imposição da modernização tecnológica foi criticada por seu conteúdo conservador, ou seja, pela opção de manutenção da estrutura fundiária concentrada (ALMEIDA, PETERSEN; CORDEIRO, 2001).

Nesta época, as regras da produção agrícola estavam sendo submetidas aos interesses da indústria (LUZZI, 2007), se observando o mesmo no que se refere às sementes. A partir de meados da década de 1970 ficavam evidentes os limites de apropriabilidade das tecnologias “modernas” às condições dos pequenos agricultores. No que se refere as questões ambientais, o movimento da agricultura alternativa já criticava o modelo de produção agrícola monocultor por comprometer a biodiversidade. Acrescenta-se que não se tratava apenas de assinalar as perdas de biodiversidade ou trata-la como questão técnica. A crítica apresentava a perda da biodiversidade como associada à materialização de interesses econômicos, de forma que se argumentava que a biodiversidade estava ameaçada pelo modelo econômico (LUZZI, 2007, NUNES, 2012). Conforme citação: “os problemas ambientais passaram a ser vistos como problemas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo” (LUZZI, 2007, p. 24). Entre estes “os núcleos ligados ao MST tendem a desenvolver uma análise mais crítica do sistema do capital e de compreender a dinâmica do sistema capitalista” (NUNES, 2012, p. 39). Nota-se, em Luzzi (2007) registro de referências críticas em relação à perda da biodiversidade e de variedades locais, o que remete problematização das práticas com sementes, propondo-se o uso de sementes crioulas como contraponto as sementes industriais. O uso de sementes crioulas, portanto, constituía-se em prática social vinculada a iniciativas de educação levadas a cabo por algumas organizações do campo.

Ao mesmo tempo, os agentes contestatórios buscavam realizar assessoria para contribuir para melhoria das condições de vida ao pequeno agricultor por via da valorização dos recursos locais e autonomia, o que também tinha relação com as sementes. Os primeiros trabalhos com agricultores procuravam otimizar o uso de recursos locais e proporcionar mais autonomia às comunidades rurais. Nesse sentido, destaca-se que a rede PTA nasceu como um projeto especial da FASE em 1983, o Projeto de Tecnologias Alternativas. No contexto desta iniciativa houve diálogo com o movimento de “tecnologias apropriadas”, que tem caráter majoritariamente técnico e guarda protagonismo da pesquisa, mas procura desenho de modelos tecnológicos apropriados às condições dos pequenos produtores⁹³.

A atuação em diversas frentes (educação popular, construção de alternativas tecnológicas e mobilização política) se manteve, levando à participação nas diversas

⁹³ A relação pesquisa oficial, legislação, sementes crioulas e movimentos sociais.

lutas populares. A partir de 2004, no Brasil, incluem-se as sementes crioulas na disputa por políticas públicas.

3.2.2.2 A mobilização em torno de iniciativas instituintes

A seção anterior tratou dos embates voltados aos espaços formais de tomada de decisão e estava mais preocupado em analisar as enunciações discursivas, ou seja, os princípios de classificação e de visão de mundo dos agentes contestatórios. A presente seção busca a identificação e compreensão de iniciativas coletivas orientadas a práticas com sementes que se apresentam como alternativas ao sistema hegemônico de oferta comercial de sementes industriais. Salienta-se que para os agentes contestatórios a dimensão enunciativa não se distingue da construção de alternativas de forma que esta divisão constitui, apenas, um recurso metodológico.

Como experiências difusas que emergem em âmbito internacional e nacional em diferentes períodos históricos e contextos, não se dispõe de levantamento sistemático sobre as mesmas. Cabe a esta seção reunir um conjunto de iniciativas realizadas no sul do Brasil, visando identificar a diversidade de formatos que essas iniciativas instituintes assumem no sul do Brasil;

Nosso estudo focalizará a caracterização geral de iniciativas instituintes destacadas no sul do Brasil com vistas a distinguir a diversidade encontrada nesse território. Partindo das suas especificidades distinguimos duas grandes linhas: iniciativas orientadas ao melhoramento de variedades locais (foco em experiências do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), da rede Projetos de Tecnologias Alternativas (PTA) e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Anchieta) e iniciativas orientadas ao resgate e disponibilização de sementes (experiências do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), Caritas e Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar). Após a caracterização discute-se a orientação dessas iniciativas (a luz dos tipos propostos por Vernooy) e problematiza-se sua relação com o campo profissional das sementes.

Uma das linhas de trabalho refere-se as iniciativas com ênfase no melhoramento das sementes para adequação às condições (e restrições ambientais, sociais e econômicas) dos pequenos produtores. A discussão em torno da necessidade de tecnologias apropriadas (TA) às condições do “pequeno produtor”

(que teve eco nos centros internacionais de pesquisa) também foi estruturante de iniciativas encontradas no sul do Brasil.

As situações difíceis pelas quais passavam os agricultores “pequenos”, termo que se utilizava antes de 1995 (entendidos como pequenas unidades de produção com relativa escassez de terra e capital, desfavorecida em relação modernização da agricultura), levaram à iniciativas orientadas a superação da pobreza, da degradação ambiental e da perda da biodiversidade. Neste caso parte-se do reconhecimento da especificidade das condições agroecológicas onde se desenvolve a produção, da inter-relação entre atividades produtivas - que caracteriza os sistemas de produção familiares - da especificidade da lógica produtiva e dificuldades de acesso à recursos externos. Partindo desse reconhecimento se propõe a geração de tecnologias apropriadas.

O movimento das Tecnologias Apropriadas (TA) encontrou eco em algumas entidades públicas e, principalmente, ONGs. Procurava-se alternativas tecnológicas para a pequena propriedade, como a adubação verde e produção própria de sementes⁹⁴. No sul do Brasil, o acesso à sementes era um problema concreto. Os agricultores tinham que pagar caro pelas sementes híbridas de milho (um componente essencial dos sistemas de produção dos “pequenos produtores”). Organizações como Capa, Assesoar, Centro Ecológico Ipê, Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), PTA-Sul, Pastorais, MST e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre muitas outras, inclusive entidades públicas como o IAPAR e Embrapa, desenvolveram experiências com sementes, dado sua contribuição para autonomia dos agricultores e por se constituir em fundamento da agricultura ecológica. Dentre as experiências orientadas pelo referencial das tecnologias apropriadas destacamos: IAPAR – Produção Comunitária de Sementes; a iniciativa do Ensaio Nacional do Milho Crioulo, articulada pela rede PTA e Embrapa e iniciativa do sindicato em Anchieta, como o Programa de Produção Própria de Sementes – filiado ao Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA.

Outra linha de trabalho refere-se a iniciativas com sementes orientadas ao resgate e disponibilização de recursos locais no contexto de projetos de agricultura alternativa. Neste caso as iniciativas conduzidas por organizações do campo popular

⁹⁴ No contexto das críticas ao modelo convencional dos anos 80, se propõe a Agricultura Alternativa. Nesta época este movimento é comprovado pela realização dos Encontros Regionais, Estaduais e Brasileiros de Agricultura Alternativa.

que se aproximam à agricultura alternativa mantêm certas características comuns, já anunciadas, ao apresentar-se como narrativas alternativas às tecnologias modernas. O que distingue essa linha, entretanto, são os marcos referenciais utilizados pelos agentes, que mostram-se mais sensíveis a problemática ambiental (e nesta da biodiversidade) e da diversidade cultural, à necessidade de orientar o desenho tecnológico pela ideia de co-evolução e promover o empoderamento dos agricultores.

Tendo elencado um conjunto de agentes com interesse no tema das sementes crioulas, apresenta-se na Figura 8 uma síntese dos agentes que desenvolvem ações com sementes crioulas.

Figura 8 – Agentes contestatórios do campo das sementes no sul do Brasil em diferentes períodos

Até os anos 70	70 a 1999	2000 - 2015
<ul style="list-style-type: none"> • Juventude Universitária Católica (JUC) - 1955 • Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - (FASE), 1961; • Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar) - 1966; 	<ul style="list-style-type: none"> • Bancos Comunitários de Sementes • Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) - (durante o período de 1976 a 1981); • Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) - 1978; • Federação de Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) (anos 80); • Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na década de 70; • Rede PTA, (Projeto de Tecnologias Alternativas) 1983; • Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA) - 1990; • Centro Vinei de Educação Popular - 1983 • Rede Sementes, 1983. • Centro Ecológico Ipê (CAE - Ipê) - 1985 • Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) 1986 • União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu e Região (UNAIC) 1988 • Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - 1984 • Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) (1986, 1987, 1988 e 1989) • Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (Ensaio Nacional do Milho Crioulo - ENMC durante 1990 a 1996) • Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB - 1991 • Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA - 1996 • BioNatur - 1998 • Rede Ecológica de Agroecologia - 1999 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação Nacional de Agroecologia - 2002 • Via Campesina - 2003 • Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), 2003 • Associação Brasileira de Agroecologia - (ABA) - 2004

Elaboração do autor

Para fins de caracterizar genericamente a diversidade de iniciativas encontradas, tomamos como referência a atuação do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) (em Canguçu e Ibarama, RS), da Caritas na região de

Santa Cruz do Sul, RS, e da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar) no sudoeste do Paraná.

3.3 ALCANCE DAS LUTAS CONTESTATÓRIAS: DESNATURALIZAÇÃO DAS SEMENTES INDUSTRIAIS EM CURSO NO BRASIL?

3.3.1 Influência dos agentes contestatórios do campo cultural sobre o campo político

Tendo em vista a reconstituição histórica realizada, observa-se que após a Revolução Verde a produção e distribuição de sementes no Brasil passou a reproduzir a estrutura internacional, com as indústrias de sementes (altamente oligopolizadas e internacionalizadas) como agente dominante no campo, amparadas pelo complexo de normas compartilhadas internacionalmente. Esta estrutura manifestou seu potencial com a introdução de transgênicos, o que despertou contestação. Diante dos avanços obtidos pelos agentes dominantes do campo, há espaços de contraposição aos interesses da indústria. O Brasil participa da Convenção sobre Diversidade Biológica, do Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança e um exemplo de embate direto entre agentes dominantes e dominados vem se dando principalmente por meio da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO) e em algumas comissões que se montam dentro dos ministérios no âmbito de outras políticas.

Dadas as controvérsias existentes - sobretudo sobre a transgenia - no Brasil recorreu-se a formação de comissões para regulação. A Lei de sementes (No 10.711), de 2003, instituiu as comissões de sementes nos estados, composta pelas representantes públicos e privados vinculados ao campo das sementes. No que se refere a transgenia temos ainda a Lei de Biossegurança (11.105/05) e a constituição da CTNBIO.

Os agentes de contraposição aos transgênicos, ligados à agricultura, são muito diversos. Além de entidades de classe (caracterizadas na descrição anterior) os principais agentes com alcance nacional de atuação são AS-PTA, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), CÁRITAS, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Via Campesina, MST, (Movimento dos Pequenos

Agricultores (MPA) e Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB). Há, também, um conjunto de outras organizações de alcance regional. No sul do Brasil, por exemplo, destacam-se a Assesoar, o Capa, Cetap, sindicatos, associações, pequenas cooperativas, redes, fóruns e articulações populares, só para citar aquelas que estiveram mais presente no nosso campo empírico. Na região sul do Brasil os agentes disputam setores da Embrapa, do Iapar, da Emater e das Universidades. Cabe destacar, também, o vínculo destas organizações com agentes externos. No caso brasileiro, por exemplo, a FASE tinha forte contato com instituições da Europa e, portanto, teve em seus princípios, influências das organizações financiadoras e dos movimentos contestatórios internacionais. Segundo o Interlocutor 01 (2015)⁹⁵, assessores da AS-PTA, tinham uma ligação com Miguel Altieri⁹⁶ e outros nomes que tinham influência internacional, a exemplo de assessores da GRAIN, que representavam a América Latina e participavam também do Conselho de Biodiversidade da Via Campesina e edição da Revista Biodiversidad. Pode-se perceber a articulação da luta local com questões de agendas mais amplas e de caráter internacional, que vieram influenciar as práticas sociais dos movimentos populares no Brasil⁹⁷. Mais tarde entram outras pessoas, bem como a Fundação ILEIA, da Holanda, que publica experiências de agricultura familiar através de Revista *Leisa (Low External Input Sustainable Agriculture)* de cobertura internacional, que no Brasil é publicada pela AS-PTA, como Revista *Agriculturas*.

As noções de campo e capitais mostram-se fundamentais para análise proposta. O exame do caso brasileiro permite uma primeira aproximação à crítica desta dinâmica:

O que está em jogo é a disputa entre interesses econômicos e pontos de vista opostos, que se confrontam inclusive no que se refere à adoção de princípios jurídicos para a tomada pública e governamental de decisões sobre a produção e consumo de alimentos transgênicos (PESSANHA; WILKINSON, 2003. p. 273).

⁹⁵ Informação Verbal ao autor (Santa Maria - RS, 2015).

⁹⁶ O Interlocutor 01(2015), nos informa que em 1996, o grupo inicial da Rede PTA encontrou a Agroecologia em Miguel Altieri. É quando o termo agroecologia começa a substituir o termo Agricultura Alternativa no Brasil. A propósito, a AS-PTA traduziu um Livro de Miguel Altieri "Agroecologia, as Bases Científicas da Agricultura Alternativa", publicado em 1989 Miguel Altieri viera ter grande influência no Brasil introduzindo o termo a Agroecologia como sustentação científica para as práticas da Agricultura Alternativa.

⁹⁷ Em um surpreendente capítulo do livro "Milho Crioulo, Conservação Uso da biodiversidade" de 1998, publicado pela AS-PTA, encontramos o que pode ser a matriz explicativa dos enunciados realizados nas disputas pelas sementes crioulas no Brasil. Trata-se de um capítulo escrito por Anna Rosa Martínez, da GRAIN. Portanto, uma elaboração internacional da questão objetivando a mobilização de indivíduos ou grupos preocupados com a mesma questão no mundo.

Segundo o autor, os dados “fabricados” para promover os transgênicos são divulgados pela imprensa para pressionar a liberação, mesmo que não seja possível a comprovação da fonte e mesmo que não se possa dar qualquer rigor científico na sua produção.

Se expressa no Brasil o padrão global imposto pelo *status quo* científico, em que as informações apresentadas pelas empresas são tidas como suficientes para demonstrar a segurança do produto e todas as demais críticas, objeções e evidências científicas que apontem em direção contrária à do complexo genético-industrial são desconsideradas (FERNANDES, 2007, p. 21).

Como se pode ver nos debates, os critérios de avaliação do que é ciência, do que vai ser publicado e o que não vai, dos conceitos que serão promovidos ou não, se é ou não equivalente, configuram a existência de um espaço que se comporta como campo autônomo. A noção de campo pode também ser sustentada pela análise de Fernandes na seguinte citação:

O complexo genético-industrial, com seus métodos de manipulação política, econômica, científica e da opinião pública está voltado para sua auto-reprodução e crescimento e não para mitigar esses problemas. (se referindo aos problemas reais da agricultura) (FERNANDES, 2007, p. 31).

Então, existem diversas arenas de embates onde se manifestam os interesses que buscam limitar o controle absoluto da indústria de sementes. Um exemplo é a lei de sementes brasileira que prevê adoção de mecanismos para o uso das sementes crioulas. Embora pouco operacional, revela uma disputa no campo.

A OMC, pelo acordo TRIPs, exige dos países membros a adoção do respeito a direitos intelectuais, sejam as patentes ou outro mecanismo de efeito similar. As formas atuais são a Lei de Proteção de Cultivares (LPC, Lei n.º 9.456/1997); e a Lei de Propriedade Industrial (LPI, Lei n.º 9.279/1996).⁹⁸ Esta última permite o patenteamento de processos da engenharia genética e da biotecnologia usados principalmente para incorporar novas características a uma variedade produzida pelo melhoramento clássico, esta, por sua vez, conta como a proteção da LPC. Para Machado (2014) a possibilidade de incidir duas formas de proteção sobre uma

⁹⁸ Em 2015, destaca-se outro ponto da pauta da Abrasem e organizações associadas: a modificação da Lei de Proteção de Cultivares e da Lei de Sementes e Mudas com vistas a harmonizá-las, cada vez mais, com os tratados internacionais (RODRIGUES, 2015).

mesma cultivar é origem de desequilíbrio⁹⁹. Segundo Machado, o desequilíbrio tem um componente importante nas exceções ao direito de obtenção, contido na LPC. A LPC no artigo 10, faz exceções ao direito de propriedade, que não fere o direito de propriedade sobre a cultivar “sendo pequeno produtor rural, multiplica sementes, para doação ou troca, exclusivamente para outros pequenos produtores rurais [...]” (BRASIL, 2007). A Lei de sementes, n.º 10.711/2003 dispensa, ou seja, “Ficam isentos da inscrição no Renasem os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária e os indígenas que multipliquem sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização entre si”. Contudo, ainda nos termos da Lei de Sementes e Mudas, o decreto regulamentador n.º 5.153/2004, estabelece formalidade da inscrição dos campos de produção de sementes para uso próprio, quando esta cultivar for protegida.

No Brasil a regra diz que só as cultivares inscritas no RNC pode ser produzidas e comercializadas¹⁰⁰. As sementes “salvas”, ou seja, produzidas para o uso próprio, que sejam protegidas, devem ter origem em áreas inscritas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e devem comunicar o Ministério da Agricultura, sob o risco de serem julgadas piratas e o agricultor sofrer ação civil visando sua criminalização (SILVA, 2013). O registro exige a informação dos descritores da variedade. Portanto, a lei, ao mesmo tempo em que permite, também proíbe.

A Lei n.º 10.711/2003 institui o Sistema Nacional de Semente e Mudas no Brasil e determina que todo ente envolvido no Sistema (produtor de sementes e de mudas, beneficiador, reembalador, armazenador, laboratório de análise de sementes e mudas, comerciante e responsáveis técnicos) deve se inscrever ou se credenciar (conforme o caso) no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM. O registro/credenciamento no RENASEM é o primeiro passo que habilita o interessado a atuar no segmento. Portanto, para fins legais, a semente e a muda só podem ser consideradas como tais se forem produzidas, beneficiadas, embaladas, analisadas e comercializadas por entes no RENASEM (SILVA, 2013).

⁹⁹ Machado (2014) nos oferece um comparativo entre as duas legislações, onde fica evidente os problemas em relação a LPC, do ponto de vista da indústria, que deseja alterá-la no sentido de permitir que os direitos de propriedade sejam assegurados para o melhorista de plantas, bem como para as inovações biotecnológicas inseridas em tais variedades. Desta forma, poderia incidir as duas formas de proteção sob uma mesma variedade, ao tempo que favorece a criminalização e prisão dos “infratores”. Além disso a LPI permite a proteção de processos e pode ser aplicado aos produtos da colheita e veda o uso próprio de sementes.

¹⁰⁰ Fruto da Lei de Proteção de Cultivares (Lei 9.456/97), em 1998, cria-se no Ministério da Agricultura o RENASEM (Registro Nacional de Produção, Comércio e Fiscalização de Sementes) e o RNC (Registro Nacional de Cultivares), que garante o direito de propriedade para o obtentor, atendendo ao movimento internacional. Ambas as leis são editadas sob o regime da transgenia.

Produzir ou reservar sementes ou mudas para uso próprio, de cultivares de domínio público, em desacordo com a legislação é infração de natureza leve e a penalidade vai desde advertência até multa, que pode chegar a 80% do valor da semente/muda reservada ou produzida, se houver reincidência (SILVA, 2013).

O projeto de lei prevê que cultivares utilizadas por comunidades locais e indígenas e agricultores familiares¹⁰¹ - para uso em suas comunidades- sejam dispensadas da inscrição do registro nacional de cultivares. No entanto, há previsão de que o MAPA, por intermédio de uma comissão, julgaria em que casos se concederiam tal concessão. Esta comissão é composta pelos principais agentes do campo das sementes.

Dado o crescente grau de restrição e controle legal sobre o uso de sementes é possível referir-se a “sementes piratas”, de modo que o “combate às sementes piratas” passa a integrar a agenda recente dos atores dominantes no campo¹⁰². Para Machado (2014) a fiscalização é um ponto falho sob vigência da LPC, porque é pouco efetiva, enquanto que no caso da patente, pode ser identificada facilmente, onde está presente a inovação. A defesa dos interesses dos agentes dominantes do campo das sementes no Brasil é, então, expressada pelo termo “semente pirata”, designando as sementes que são produzidas sem o seu controle. Segundo a Associação Brasileira de Sementes e Mudanças, ABRASEM (2015), no Brasil, a semente considerada por eles “pirata” é ainda um grande desafio para o uso da semente legal. Conforme citação:

Apesar do crescimento no uso de sementes legais no Brasil, a Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (ABRASEM) considera que combater a pirataria e conscientizar os produtores ainda é o principal desafio do setor para os próximos anos. As principais culturas do país – soja, milho e

¹⁰¹ A Lei No. 10.711, de 5 de agosto de 2003 – Lei de Sementes e Mudanças, entende por: “XV - cultivar: a variedade de qualquer gênero ou espécie vegetal superior que seja claramente distinguível de outras cultivares conhecidas, por margem mínima de descritores, por sua denominação própria, que seja homogênea e estável quanto aos descritores através de gerações sucessivas e seja de espécie passível de uso pelo complexo agroflorestal, descrita em publicação especializada disponível e acessível ao público, bem como a linhagem componente de híbridos” (BRASIL, 2003). “XVI - cultivar local, tradicional ou crioula: variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do Mapa, considerados também os descritores socioculturais e ambientais, não se caracterizem como substancialmente semelhantes às cultivares comerciais” (BRASIL, 2003).

¹⁰² A ameaça quase que iminente ao campo é a chamada semente pirata ou os piratas de sementes. Pirata é uma cópia sem autorização. Neste sentido, semente pirata é aquela que produzida sem a autorização dos direitos de proteção. “Na prática, o termo “pirata” tem sido usado para qualquer semente ou muda produzida fora das regras do Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, seja de cultivar protegida ou não” (SILVA, 2013, p. 07).

algodão –apresentaram evolução na utilização de sementes certificadas em relação à safra 11/12 (ABRASEM, 2015).

O milho é o grande destaque, com adoção de 91%. Porém, a soja e o algodão ainda sofrem com a pirataria. Hoje, as sementes certificadas representam 67% e 55%. Ou seja, de cada três sacos de sementes de soja, um é ilegal – e quase metade das sementes de algodão também (ABRASEM, 2015).

Neste sentido, outro desafio que aponta o autor se chama LLP (*Low Level Presence*), ou seja, “baixa presença, em um lote de sementes, de um OGM aprovado no país de origem, mas não aprovado no país de destino” (p 38), o que limita o comércio da produção transgênica. Esforços estão sendo feitos para que leis sejam provadas quase que simultaneamente em vários países. Por esta razão a indústria de sementes defende a adoção de alguns princípios gerais sobre LLP, quais sejam: inocuidade alimentícia; baixa exposição; aceitação de dados regulatórios de outros países.

Contudo, como já discutimos, a ciência em um ambiente de criação de riquezas é cercada de patentes e, por isso, os agentes contestadores, realizam combate por meio dos princípios da precaução e da moratória.

3.3.2 Influência dos agentes contestatórios do campo cultural sobre o campo econômico

Observa-se, com Vernooy et al. (2014), que a maior parte das iniciativas instituintes estudadas tem sua origem nos últimos 30 anos. Conforme apontam Vernooy et al. (2014) a partir da década de 1980 um conjunto de organizações de cooperação passaram a auferir importância as questões relativas a conservação dos recursos genéticos¹⁰³. Cabe salientar a importância que podem assumir - inclusive no âmbito das iniciativas instituintes - organizações que trabalham no apoio ao movimento contestatório¹⁰⁴.

¹⁰³ Citamos a GRAIN, ETC Group.

¹⁰⁴ No caso de GRAIN, por exemplo, a organização assume a existência de um “turning point” nas suas estratégias, valorizando esforços instituintes, o que determinou, inclusive, reorganização institucional. Vejamos a citação. “Na virada do século, GRAIN tinha-se transformado. De um grupo de informação e de lobby, na sua maioria com sede na Europa, se tornou em um coletivo dinâmico e verdadeiramente internacional, que funciona como uma organização coerente e que se conecta com as realidades do Sul e as vincula com o que ocorre e se transforma ao nível global. Nesse processo, a agenda de GRAIN deslocou do lobby e da advocacia, se moveu para apoiar e colaborar diretamente os movimentos sociais que respalda, mantendo sua força histórica de

Os protagonistas das experiências do sul do Brasil estudadas são principalmente ONGs, com atuação no campo da agricultura alternativa (CAPA, ASSESOAR, AS-PTA) e suas organizações parceiras (sindicatos e igreja). Estas organizações mantêm, historicamente, uma relação de parceria entre si. A rede PTA, por exemplo, é uma referência histórica que pode ter se deslocado para o que hoje conhecemos como Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, com a diferença que reúne mais atores do que antes e alcança todas as regiões do Brasil (INTERLOCUTOR 01, 2015). A igreja, mediante as Comissões Pastorais, apoiou a criação de movimentos sociais populares no Brasil, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Movimento de Mulheres Campesinas (MMC); Pastoral da Juventude Rural (PRJ); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Todos estes movimentos constituem parceiros potenciais ou possuem atualmente ações de promoção das sementes crioulas, destacando-se as festas das sementes e os bancos de sementes. Cabe registrar a presença de organizações públicas como protagonista ou parceiro em algumas das experiências descritas. Neste sentido ressalta-se a atuação do IAPAR enquanto organização estadual de pesquisa orientada à agricultura familiar, da Embrapa (como parceira da AS-PTA no ENMC) e da EMATER (organização estadual de extensão rural) no apoio ou continuidade de iniciativas de ONGs.

Dada a diversidade de formatos, questiona-se o alcance e radicalidade destas iniciativas instituintes frente aos agentes dominantes do campo. Para esclarecer tal questão, focalizaremos a análise dos agentes, da diversidade de orientações e formatos, dos desafios e estratégias instituintes nas quais vem investindo os agentes dominados para promover as sementes crioulas, com a apresentação de um conjunto de estudos de caso que são, posteriormente, analisados.

3.3.2.1 Aproximando-se ao alcance das iniciativas instituintes

3.3.2.1.1 Iniciativa do IAPAR¹⁰⁵

A geração de tecnologias apropriadas era uma das preocupações centrais do IAPAR na década de 1980, que é marcada pelo questionamento da neutralidade da

pesquisa e de análise independente (GRAIN, 2016. tradução nossa)

¹⁰⁵ A experiência do IAPAR poder ser vista em: NEUMAIER, M. C.; YU, C. M.; FREIRE, C. J. Avaliação sócio-econômica da produção comunitária de sementes em Rio Azul-Paraná. Londrina, IAPAR, Boletim Técnico no. 29. 1990.

ciência e o desenrolar de ações interdisciplinares, bem como o reconhecimento do saber popular e das condições sociopolítica e econômica dos pequenos agricultores para a geração de tecnologias, principalmente geradas e adaptadas pela pesquisa participante. Os maiores problemas diagnosticados foram a qualidade, a quantidade e os custos das sementes.

Nos anos 1986, 1987, 1988 e 1989 o IAPAR realizou o projeto “Viabilidade da Produção de Sementes Melhoradas ao Nível de Comunidades de Agricultores”. O projeto teve duração de três safras e se realizou nas comunidades de Invernada e Porto Soares do município de Irati-PR. O projeto visava à produção caseira de sementes de boa qualidade e de baixo custo, compatível com a realidade sócio econômica dos agricultores. A baixa qualidade das sementes que os agricultores utilizavam era um dos problemas que se queria resolver.

Nessa experiência, não se tratava de produção de sementes crioulas e sim de sementes melhoradas especialmente pelo IAPAR, sobretudo variedades de milho, IAPAR 15, IAPAR 26 e de feijão como o IAPAR 20 e Rio Negro.

Segundo Neumaier (1990), no primeiro momento, “tentou-se transferir o 'pacote tecnológico' utilizado para a produção comercial de sementes aos pequenos agricultores”. Pela iniciativa, testaram-se tecnologias em campos comunitários e individuais de produção de sementes e realizavam-se experimentos em estações experimentais para milho, feijão, arroz, aveia, triticale, tremoço e trigo.

As análises mostraram inviabilidade econômica de produção própria de sementes quando se seguia o pacote tecnológico padrão, a não ser que toda a colheita fosse comercializada como semente. Entendeu-se, assim, que havia necessidade de adaptação da produção de sementes às condições práticas dos agricultores, como o uso do milho para a produção animal e para o cultivo em consórcio, bem como a realização de ensaios de tecnologia mínima em estações experimentais com sementes crioulas. Desta forma, avaliou-se que preconizar a adoção do pacote tecnológico pelos agricultores não seria adequado e que o projeto teria negligenciado a “problematização das condições de produção de sementes” com os agricultores ao focar especificamente no repasse da tecnologia em si (NEUMAIER, 1990).

Ao final buscou-se adaptar tecnologias para produzir sementes de qualidade e suficientes para o auto consumo; comparar as práticas dos agricultores com sementes com as recomendações da pesquisa e desenvolver “ensaios de tecnologia

mínima”, compreendida como uma medida mínima de tecnologia consideradas necessária (NEUMAIER, 1990. p. 07).

3.3.2.1.2 Iniciativa articulada em rede nacional pelo PTA

A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), como mencionado anteriormente, foi fundada em 1961. A rede PTA nasce como um projeto especial da FASE em 1983 e vai até 1990. A equipe constituída com este propósito passou a buscar experiências alternativas em organizações já existentes no Brasil, principalmente em Pernambuco, Paraíba Recife, Bahia, Minas Gerais e depois no sul do Brasil, onde já haviam por exemplo a ASSESOAR e o Centro Vianei de Educação Popular¹⁰⁶. Ao conjunto de instituições, que já possuíam experiências alternativas de produção agrícola, e passaram a colaborar entre si e com a FASE, se deu o nome de Rede PTA, que conformavam o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), também conhecido como período PTA/FASE (INTERLOCUTOR 01 Brasil, 2015).

Neste período, na busca pelo resgate e desenvolvimento de tecnologias apropriadas às condições da pequena propriedade, a atuação das organizações formais e informais dos agricultores incluía linha de trabalho que visava à autossuficiência comunitária de sementes. O milho, como cultura principal, deu início aos trabalhos. O trabalho se desenvolvia com variedades locais – pressupondo prévio resgate – e variedades oriundas de centros de pesquisa. As variedades resgatadas eram enviadas aos Bancos de Sementes Comunitários e aos Bancos de Sementes das entidades de apoio, como da ASSESOAR, CETAP. Estes bancos serviram como estruturas de apoio aos processos de conservação que se desenvolviam a nível comunitário e estavam sob a coordenação dos agricultores (SOARES, 1998).

A rede milho começou a ser projetada em 1986, em Lages, em uma reunião na qual participaram o Centro Vianei de Educação Popular, a ASSESOAR e Rede PTA com a EMBRAPA. Nesta ficou acordada a realização de ações conjuntas de resgate e de testes com sementes crioulas¹⁰⁷. Em 1987, em Francisco Beltrão – PR

¹⁰⁶ Os trabalhos, a época, não alcançavam a região Centro Oeste e a Amazônia.

¹⁰⁷ Desta forma, o ENMC encontra um ambiente favorável para sua implantação. As entidades buscavam acrescentar uma avaliação científica sobre seus experimentos e as suas práticas educativas.

reúnem-se estes agentes mais a RURECO e o CETAP (SOARES, 1998). Estas entidades tinham proximidade entre si devido a natureza do trabalho desenvolvido e também por terem a MISEREOR como financiadora de parte de suas ações.

Depois de 1990, as ONGs da Rede PTA traçam uma estratégia comum. Primeiro formam a Rede Milho e posteriormente Rede Sementes PTA. Sua principal iniciativa no âmbito das sementes foi a realização - com EMBRAPA - do Ensaio Nacional do Milho Crioulo. Assim, a partir de 1990, com a participação da EMBRAPA, inicia-se o Ensaio Nacional de Milho Crioulo – ENMC, ampliando o espaço do debate técnico sobre sementes crioulas dentro das entidades populares e introduzindo a pauta de reivindicação populares na pesquisa oficial (DAVID, 1998)¹⁰⁸. No Ensaio Nacional do Milho Crioulo participaram as ONGs, sindicatos e associações, bem como a CPT e a EMBRAPA. Portanto, estabeleceram-se relações com as entidades que, de alguma forma, já vinham trabalhando com questão das sementes. No sul do Brasil, participaram a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), o Centro Vianei de Educação Popular, a ASSESOAR e o CETAP.

Desta forma, as organizações locais instituem valor as sementes crioulas, contrapondo-se as sementes híbridas. Contudo, de fundo, estavam questionando os efeitos negativos do processo da modernização da agricultura. Este trabalho, concreto, permite que tais agentes acumulem um certo capital específico sobre recursos genéticos e de agricultura ecológica, de onde obtêm a maior parte de seu capital simbólico para mobilizar setores da sociedade, pautando inclusive importantes trabalhos no campo da ciência.

O ENMC desenvolveu-se no período de 1990 a 1996 e teve como propósito o resgate a multiplicação de sementes que se encontravam em posse das comunidades rurais. Em reunião dos participantes, realizada em Mendes (Rio de Janeiro), em 1992, tratou-se do resgate e da valorização das sementes crioulas. Na reunião discutiu-se seleção e melhoramento de variedades crioulas bem como a legalidade de produção de sementes pelos agricultores. O que comprova que este

¹⁰⁸ O CETAP, no âmbito da Agricultura Alternativa, já tinha iniciado ações com sementes em 1987, estimulando a produção própria, que se dava pelo cruzamento de híbridos e variedades, tendo como principal razão mobilizatória a diminuição dos custos de produção. Visavam a discussão de alternativas. Desta forma o ENMC foi bem-aceito na comunidade e implementado na safra 90/91. Entre os resultados está a formação de compostos locais, que na região se denominou de “Sete Variedades”. Os trabalhos locais eram coordenados pelo CETAP e pelo sindicato de trabalhadores rurais (GUSSON, 1998).

trabalho também estava conectado com ao debate internacional sobre direitos de propriedade intelectual e os direitos de agricultor.

Neste seminário se chega a conclusão que o foco do ENM deveria estar focado sobre as sementes crioulas e não sobre as variedades melhoradas em razão da perda da biodiversidade. Ou seja, no decorrer dos trabalhos as reflexões vão assumindo as pautas globais em relação aos recursos genéticos.

Contudo, no aspecto metodológico da ciência, as etapas do ENMC seguem o “Programa de Sementes” do Estado, ou seja, as normas oficiais, prevendo estabilização do material, avaliação em rede nacional ou ensaios locais, onde são testados com outros materiais nas características desejadas. Só então se inicia a multiplicação em campos de produção de sementes e desta forma, se bem avaliados, começam a ficar disponíveis para o uso dos agricultores. Assim julgava-se que o objetivo de aumentar a diversidade sobre o controle dos agricultores seria alcançado a medida de novas variedades melhoradas fossem incorporadas às suas práticas agrícolas (SOARES, 1998; SILVA, SANTOS, 1998). Conforme Quadro 2, os ensaios foram realizados nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os locais de avaliação do ENMC, nos três Estados do sul do Brasil foram: Chapecó - SC; Francisco Beltrão, PR; Guarapuava, PR; Lages, SC; Laranjeiras do Sul, PR; Vaca Morta, RS; Campos Novos, SC.

Quadro 2 – Ano e localidade onde foram realizados experimentos do Ensaio Nacional do Milho Crioulo no sul do Brasil

Ano	RS	SC	PR
1992/93	Vaca Morta	Chapecó	Francisco Beltrão
	Pontão	Campos Novos	Guarapuava
		Lages	Laranjeiras do Sul
1993/94	Passo Fundo	Chapecó	Francisco Beltrão
	Santa Cruz do Sul	Lages	Guarapuava
1994/95	Vaca Morta		Francisco Beltrão
	Pontão		Guarapuava

Fonte: (Elaborada pelo autor, a partir de dados de Soares et. al. 1998, p. 96).

Desta forma, as experiências pelo Brasil para testar variedades de milho contavam com a diretividade do método científico em meio a um ambiente de

reformulação dos métodos da extensão rural, com influência da pesquisa participante, aproximando-se neste caso, dos princípios aceitos pelos movimentos populares que estavam envolvidos com a promoção da então “Agricultura Alternativa”. A escolha dos tipos de milho para a avaliação, por exemplo, era realizada em conjunto por técnicos, agricultores e instituições promotoras. É o que se pode atualmente identificar por Melhoramento Genético Participativo.

Segundo Silva (1998), foram testadas mais de 30 variedades crioulas e mais de 10 variedades melhoradas pela pesquisa oficial e ambas eram comparadas com milhos híbridos nos experimentos nas comunidades. O trabalho realizado com o ENMC produziu resultados duradouros como a manutenção da diversidade crioula, mas também encontrou seus limites, o que levou ao término da experiência em 1996.

No estudo desta experiência do ENMC é importante destacar, também, seu papel da articulação de um conjunto de atores em torno de lutas mais gerais – que vão além da geração de alternativas para contextos sociais locais. Nesse sentido, os seminários anuais de avaliação aparecem como um espaço de sensibilização, construção de consensos e mobilização em torno de lutas conjunturais. Passaremos de forma rápida por estes encontros de avaliação, a medida que nos oferecem o contexto conflituoso do campo na época, a exemplo das leis de sementes.

Em 1991 ocorreu o primeiro seminário “Alternativas de produção de milho para pequenos agricultores” em Minas Gerais, no Centro Nacional de Pesquisas de Milho e Sorgo da EMBRAPA de Sete Lagoas. Os temas abordados remetiam às questões técnicas de produção e também às preocupações com a lei de sementes, que segundo o debate, traria prejuízos as tecnologias nacionais. Ou seja, logo no início da década de 1990 o debate sobre a lei de sementes e a cobrança de *royalties* parecem ocupar o centro das preocupações, pois colocam em questão a viabilidade das práticas dos movimentos sociais com sementes crioulas. No terceiro seminário o debate pendia para a importância dos recursos genéticos como um todo, ou seja, vegetais e animais. O seminário sentiu a necessidade de mobilizações nacional contra a lei de Patentes. O quarto seminário aconteceu em Vitória – ES em 1994 e privilegiou a troca de experiência, considerando os bancos de sementes diversificados do Nordeste, apontando para a realização de seminários regionais de troca de experiências e elaboração de moção contra o patenteamento da vida. O quinto seminário foi realizado no Recife – PE, em maio de 1996. Além do debate

sobre questões técnicas sobre os bancos de sementes alternativos, discutiu-se as políticas internacionais e nacionais que condicionariam o uso da biodiversidade (SILVA, 1998).

Comprova-se desta forma que os princípios mobilizatórios enunciados pelos agentes contestatório a nível internacional, se replicam nas experiências brasileiras, aferindo a importância de tais organizações. O trabalho é um somatório de resistência e enfrentamento concreto. A isso damos o nome de práticas instituintes. Instituinte de resistência, de práticas, de mobilização e de organizações contra-hegemônicas e de valorização das sementes crioulas.

3.3.2.1.3 Iniciativa do sindicato em Anchieta (SC)¹⁰⁹

Segundo Vogt; Canci; Canci, (2007) em 1996, no município de Anchieta – Santa Catarina, o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Anchieta (Sintraf/Anchieta) começou, junto com a prefeitura e ONGs, um trabalho de resgate e conservação de variedades locais, tomando por base o trabalho anterior realizado pelo ENMC.

Segundo Canci (2002), após um período de efervescência do sindicalismo, durante a redemocratização do país, os sindicatos, em meados dos anos 90, entraram em crise diante do projeto neoliberal. A crise de representação afetou a sustentação econômica dos sindicatos. Muitos sindicatos, para resolver parte deste problema, desenvolveram atividades assistencialistas como o troca-troca de sementes híbridas. Em 1995, um grupo opositor venceu as eleições do sindicato de Anchieta e então se iniciou o trabalho com sementes. Conforme citação:

Para se contrapor ao modelo que aí está, tínhamos a convicção que uma coisa era certa, tínhamos que ter autonomia na produção, resgatar sementes crioulas, adubação verde, construir pequenas indústrias, e começamos o trabalho de base, colocando a situação financeira, e sobre as sementes de milho crioulo, como proposta inicial de nosso trabalho (CANCI, 2002. p. 12).

Os baixos rendimentos agrícolas e a crise das atividades econômicas das famílias, geralmente atreladas as agroindústrias, fez com que muitos buscassem alternativas. É neste contexto que emergiu o resgate das variedades crioulas e do

¹⁰⁹ Esta narrativa está baseada na obra de CANCI, A. **Sementes crioulas**: construindo soberania, a semente na mão do agricultor. Ed. do Autor, 2002.

conhecimento associado. Objetivou-se, assim, a autonomia técnica e econômica em relação as agroindústrias. Conferiu-se destaque para o milho em razão de ser muito utilizado pelos agricultores para a criação de animais, sendo portanto central para as famílias agricultoras. A estratégia visava diminuir custos e assegurar a segurança alimentar através do uso da agrobiodiversidade.

O relato de Canci (2002) revela que de início chegou-se a cruzar híbridos, mas que depois passaram a produzir sementes de milho variedade, tanto aquelas antigas como daquelas advindas da EMBRAPA. Conforme citação:

[...] durante os anos de 1997 e 1998 foram identificadas e resgatadas sete variedades locais de milho: amarelão, cunha, palha roxa, asteca, mato grosso, palha branca, branco e cateto (p. 36). [...] executando atividades em grupo para o plantio de campos de produção de sementes; o resgate de variedades crioulas; o desenvolvimento de variedades compostas e novas variedades; a implantação de ensaios e unidades de observação; e a redistribuição de sementes entre os agricultores (p. 37).

Em 1997 já se tinha encaminhamentos práticos de produção de sementes em muitas comunidades do município de Anchieta, culminando no denominado “Programa de Produção Própria de Sementes”. Segundo Canci (2002), em 1998 se iniciou a formação de 15 variedades denominadas de MPA, sendo que o MPA 01, MPA 02 e o MPA 03 foram desenvolvidos em Anchieta – SC. Já os Pixurum, variedades de polinização aberta de milho, foram desenvolvidas no Centro Viane de Educação Popular de Lages ainda em 1985 (p. 45). Não há informações que estas variedades estejam registradas.

Canci (2002) afirma que os trabalhos que realizaram com sementes “não são isolados, a luta pela produção da semente crioula é um aprendizado, um acúmulo de forças, cada movimento acumulando, experiência e conhecimentos” (p. 23). Revela desta forma conexões e trabalhos em redes. Como estratégia do SINTRAF, em 1997, foi lançado o “Programa Municipal de Produção Própria de Sementes”, que envolveu 118 famílias.

[...] Em 1997 acentuamos mais este trabalho indo para a prática [...] organizando grupos para produzir sementes e produtos orgânicos. Neste período no RS, surge o MPA (Movimento do Pequenos Agricultores) [...] (CANCI, 2002, p. 12).

Em 1998 o sindicato de Anchieta assume-se como parte do MPA. Este fato proporcionou maior visibilidade ao trabalho com as sementes realizado em Anchieta.

Em 2002, época em que se fortaleciam os eventos festivos com sementes crioulas, inclusive em outras regiões, em Anchieta, produzia-se um livro que bem representa os trabalhos anteriores com sementes. Neste sentido, Canci (2002) já assegurava “a necessidade de conservar a biodiversidade que ainda resta com os pequenos agricultores [...] certamente de um valor incalculável, que estão jogados a própria sorte” (CANCI, 2002, p. 07). O autor, um dos pioneiros com o trabalho de resgate de sementes crioulas na região, expressa de forma clara que a biodiversidade teria um valor incalculável, apontando para uma possível disputa. A prova desta preocupação é expressada com a inclusão, na referida publicação, de uma abordagem de Sebastião Pinheiro sobre os transgênicos, que então começavam a bater a porta dos movimentos populares.

Os agentes contestatórios apresentam ações concretas que os legitima na luta pelas sementes crioulas. Uma série de variedades são produzidas por trabalhos locais, que inclui a participação dos agricultores no campo da ciência. Percebe-se um trabalho preocupado com o resgate de variedades locais, ou seja, preocupações em torno dos recursos genéticos, ao mesmo tempo que representa uma renovação das estratégias de luta diante do avanço de estratégias neoliberais dos anos 90. A luta por transformações sociais, em parte é realizada com a mobilização dos recursos genéticos. Portanto, a luta dos agentes contestatórios não é um discurso no vazio, ele está ancorado em práticas efetivas e articuladas as pautas nacionais e internacionais.

Vimos que as experiências até aqui relatadas guardam proximidade com o campo da ciência. Seu trabalho tem haver com o melhoramento dos recursos genéticos, seja a partir do resgate, mas sobretudo pela geração de novas variedades e testes entre elas. No entanto, há outro conjunto de práticas que estão mais preocupadas em dar disponibilidade a tais recursos, a medida que também os resgatam.

3.3.2.1.4 Iniciativas do CAPA em Canguçu e Ibarama¹¹⁰

O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), organização não governamental, criada pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

¹¹⁰ As informações sobre esta iniciativa foram extraídas de SARAVALLE, C. Y. Sementes Crioulas: estratégias de resistência camponesa na União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu-RS (UNAIC), Canguçu, Rio Grande do Sul. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, 2015; De interlocutores entrevistados no Dia da Troca de Sementes Crioulas em Ibarama.

(IECLB)¹¹¹ em 1978 é uma das organizações pioneiras no Rio Grande do Sul a promover a agroecologia. Entre as preocupações que estavam presentes em sua gênese era o avanço da agricultura industrial sobre os então denominados pequenos agricultores.

O CAPA estimulou a criação da União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC), em 1988. Desta forma o CAPA é um dos agentes principais que fomentou inicialmente a estratégia de valorização das sementes crioulas em Canguçu¹¹².

É correto afirmar que já haviam trabalhos a nível nacional, coordenado principalmente pela AS-PTA de promoção das sementes crioulas, e que estes trabalhos eram tanto fruto de experiências locais, quanto estímulo para recriação de experiências semelhantes ou “capitais” que se acumulavam em instituições congêneres por todo o país; por isso certamente influenciavam as estratégias das ONGs vinculadas, como o CAPA, que também participava Rede Sementes PTA.

A iniciativa do CAPA com sementes em Canguçu se apoiou em um trabalho com grupos de agricultores que resgatavam sementes desde o ano de 1994. Em 1997 criou-se o Banco Comunitário de Produção de Sementes. A partir de 1997 percebeu-se o interesse de comercializar tais sementes. Em 1999 criou-se o Programa de Produção de Sementes Crioulas e no período entre 1999 a 2002 agregou-se as estruturas de beneficiamento de grãos – revelando a profissionalização por que passa a atividade de produzir sementes crioulas. No ano de 2002 dá-se também a estratégia de realização de feiras das sementes crioulas, que foram mantidas e expandidas no decorrer do tempo. A UNAIC, neste sentido, tem buscado adequação as exigências legais para poder vender sementes, a exemplo, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (SARAVALLE, 2015).

Outra iniciativa de preservação de variedades crioulas do CAPA teria se iniciado em Ibarama. Em 1982 o Capa inicia os trabalhos no município de Arroio do Tigre e em 1987 em Santa Cruz do Sul. Em 1988 o trabalho alcança a comunidade Lomba Alta – Arroio do Tigre, mais tarde submersa pela Usina Dona Francisca, implantando um dos experimentos de milho pela Rede Sementes, da qual o CAPA fazia parte.

¹¹¹ O público da IECLB era 70% rural nos anos 60, segundo linha do tempo divulgada no site do Capa, o que corroborava com a preocupação.

¹¹² De certa forma dava vazão ao trabalho com sementes, anteriormente realizado pela Rede PTA.

O CAPA - como participante da Rede Sementes - considerando que o plantio de sementes crioulas era também, por sua vez, uma prática em comum nestas comunidades, trabalhou com a sua base com uma narrativa que tratava como equivalentes o desterramento produzido pela barragem e aquele produzido pela Revolução Verde. Anunciava, assim, nas comunidades rurais que seriam atingidas, a barragem e a Revolução Verde como ameaças que poderiam levar à exclusão de suas terras. Em contrapartida, as práticas agroecológicas passaram a ser enunciadas como possibilitadoras da superação.

Em Sobradinho, na então Vila Ibarama, hoje município de Ibarama, a origem dos trabalhos locais de preservação das sementes crioulas remonta aos anos finais da década de 90 quando se iniciavam os trabalhos de construção da Barragem Hidrelétrica de Dona Francisca¹¹³. Este fato local e concreto afetou as comunidades rurais da região. Como ação de destaque menciona-se o plantio de milho crioulo na área da escola: “o primeiro foi o Rogério do CAPA. Era de Sobradinho. Ele trabalhou na ressaca do rio Jacuí. No colégio Estadual só tinha o terreno e ele trouxe semente de milho crioulo e plantou” (GUARDIÃO L, 2014)¹¹⁴.

A EMATER - que se instalou em Ibarama devido a sua emancipação, em 1989 - assumiu este trabalho. Passou a reunir as famílias e mobilizar para a criação da festa das sementes. Conforme citação de um guardião:

O Giovane da EMATER veio aqui um dia e começou, ele disse assim, vamos juntar e ver quanto temos de milho crioulo. O primeiro trabalho foi identificar os agricultores que produziam as próprias sementes. Deu 10 famílias que queriam cuidar das sementes, selecionar (GUARDIÃO L, 2014, Brasil).

A institucionalização do trabalho tem como marco o ano de 2002, quando ocorreu a formalização da associação dos guardiões de Ibarama, denominada de “Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama, RS”, e foi neste ano que teve início o “dia da troca das sementes crioulas”, já sob a coordenação da EMATER.

Uma sucessão de ações se seguiram em continuidade a esse trabalho. Em 2009 a UFSM começou a participar no desenvolvimento de trabalhos com sementes crioulas com a referida Associação. Em 2011 se iniciaram trabalhos com os

¹¹³ Entre 1998 e 2001 se tem início dos trabalhos e o início das operações da barragem Dona Francisca.

¹¹⁴ Informação verbal ao autor no dia da troca das sementes crioulas de Ibarama em 2014.

Guardiões Mirins e 2012 dois novos eventos se somariam a festa: o Seminário Regional dos Guardiões Mirins; o Seminário Regional da Agrobiodiversidade Crioula e a Feira da Economia Popular Solidária. Portanto essa é uma iniciativa que resgata, mas sobretudo, realiza esforços para dar acesso aos agricultores e agricultoras as sementes, promovendo a troca.

Esta iniciativa será melhor explorada na seção específica sobre as festas das sementes crioulas.

3.3.2.1.5 Iniciativa da Caritas na Região de Santa Cruz (RS)

A Caritas brasileira foi fundada em 12 de novembro de 1956 e a CPT em 1975. Ambas são organismos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Caritas foi fundada para assumir a distribuição de alimentos do “Programa Alimentos para a Paz”, que era um eixo do “Programa Aliança para o Progresso”, que como se sabe, assumia o discurso da promoção das sementes melhoradas. Com o fim do programa em 1974, a organização se renova, aproximando-se das “orientações sociais do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín”. Em 1980, a Caritas assumia a “Educação Popular” como orientação em suas ações nas “Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) e nos Organismos e Pastorais Sociais (CIMI, CPT, CPO)”. Nos anos 90, a Caritas desenvolve os “Projetos Alternativos Comunitários” (CARITAS, 2015).

A Diocese de Santa Cruz do Sul e a Ação Social Diocesana de Santa Cruz do Sul (ASDISC), foram criadas em 1970. A ASDIC para abrigar as pastorais sociais. Encontra-se em suas ações muitas pistas sobre os primórdios dos trabalhos com sementes crioulas também na região sul do Brasil.

Registra-se nas publicações da Diocese que realizavam feiras livres ecológicas a partir do início dos anos 90. Em 1991 a CPT organizou a feira ecológica de Rio Pardo¹¹⁵. Esta feira é considerada o embrião das demais feiras ecológicas do RS. Neste mesmo ano promoveram-se eventos de orientação aos agricultores sobre produção de sementes de milho. Nesse contexto, o bispo emérito, considerado grande apoiador dos trabalhos com sementes crioulas, se refere ao ano de 1990 como o ano em que percebeu que as sementes melhoradas teriam provocado o

¹¹⁵ Em 1992 registra-se no Jornal Pé na Terra o uso de Rolo Faca – um dos instrumentos mais conhecidos em relação a agricultura alternativa.

abandono das sementes tradicionais. Segundo o bispo, as sementes híbridas foram “arapucas” que teriam contribuído sobremaneira para o êxodo rural, pois teriam levado a ruína muitas famílias camponesas. Conforme citação, “por isso em nossa diocese criamos o Banco de Sementes Crioulas¹¹⁶, por precaução; a nós ninguém pegará desprevenido” (EJR/CPT, 2015. p. 04).

O desenvolvimento deste trabalho foi revelando harmonia com os princípios da igreja, a exemplo da partilha, do valor a vida e das relações de trocas não econômicas. Semente é, tradicionalmente, um tema presente nas liturgias, sendo frequentemente acionadas para reforçar os objetivos da igreja, a exemplo da “parábola do semeador”.

Assim, os trabalhos com sementes crioulas se iniciaram antes mesmo da realização do Primeiro Encontro Diocesano de Sementes Crioulas, realizado no ano de 2001. A proposta de realizar um evento festivo e de troca para a promoção das sementes crioulas teve origem nas práticas das pastorais sociais, neste caso da CPT. Há de se reconhecer, entretanto, que as festas estão articuladas a uma iniciativa maior de fortalecimento da produção agroecológica. Os encontros Diocesanos de Sementes Crioulas constituem uma iniciativa da diocese que, segundo seus organizadores, têm como resultado “a organização de grupos de produção ecológica, organização de encontros municipais de sementes crioulas, [...] disseminação da luta em defesa das sementes crioulas e da agroecologia” (EJR/CPT, 2015. p. 07).

Esta é mais uma experiência preocupada com a disponibilização das sementes crioulas. O valor das sementes está associado a visão de mundo dos agentes promotores. A culminância do trabalho com sementes com a promoção de um dia festivo, denominado Encontro Diocesano de Sementes Crioulas comprova força de mobilização que a troca proporciona.

3.3.2.1.6 Iniciativa da Assesoar (PR)

A Assesoar é uma organização de agricultores, fundada com apoio de padres Belgas e pessoas ligadas a Juventude Agrária Católica (JAC) em 1966, em Francisco Beltrão. Seus trabalhos estão orientados a Agricultura Familiar

¹¹⁶ São bancos rústicos em apoio ao trabalho das pastorais nas comunidades.

Camponesa, ao Desenvolvimento Multidimensional (ecologia, agroecologia, tecnologias ecológicas, educação popular e pública, educação do campo, gênero e gerações) (ASSESOAR, 2016).

A experiência da Assesoar com sementes se intensificou partir do ano de 1985. Esta passou a desenvolver um trabalho de formação de Grupos em Agricultura Alternativa e o próprio Banco de Sementes. Desta forma, práticas com adubação verde, composteiras, recuperação de solos, mineralização de animais, teste de equipamentos, planejamento da produção e experimentação de materiais crioulos (milho, feijão e trigo e adubos verdes) faziam parte de uma mesma estratégia de trabalho direto com agricultores, onde o mais importante era o processo educativo, técnico e participativo que visava sobretudo construir grupos, formar associações, centrais de associações e pequenas cooperativas, que mais tarde viriam impulsionar as tecnologias alternativas e a própria produção de sementes crioulas. Neste contexto, o objetivo do Banco de Sementes Nativas era preservar todas as espécies de culturas, auxiliando assim no trabalho da entidade com a “Agricultura Alternativa” e com o “Associativismo” (ASSESOAR, 2008).

Com o decurso do trabalho, diante das sementes melhoradas (híbridas), a entidade constatou que muitas variedades antigas - muito apreciadas pelos agricultores - começavam a desaparecer, como o trigo denominado de Fontana e de Peladinho; o milho Cateto e o Asteca. Já na época, a revista da entidade, a “Cambota”, registrava que a indústria de químicos estava comprando a indústria de sementes e que este fato levaria o controle da atividade agrícola, a medida que tais empresas venderiam junto as sementes os insumos, o que atualmente pode-se chamar de venda casada. Este cenário justificava a criação do Banco de Sementes Nativas. O banco de sementes, portanto, além de permitir a conservação de variedades valorizadas culturalmente – constituindo recurso em vias de extinção, representava independência em relação a indústria de insumos e de sementes (ASSESOAR, 2008).

O trabalho com sementes combinava Banco de Sementes com implantação de lavouras demonstrativas, que ficaram conhecidas como “parcelões”. O trabalho foi desenvolvido desta forma por três anos, ou seja, de 1987 a 1990 quando se testou 11 variedades crioulas e seis melhoradas¹¹⁷. O trabalho com os agricultores

¹¹⁷ Registra-se que na década de 80, no sudoeste do Paraná, em torno de 1000 agricultores

contava com a realização de “experiências” de comparação entre milhos crioulos e híbridos. Estas experiências já ocorriam no sul do Brasil antes mesmo dos trabalhos do ENMC, no âmbito da PTA/FASE. A ação procurava evidenciar que a realidade correspondia ao contrário da propaganda da época, que condenava a utilização de “milho caseiro” como sementes. O registro dos resultados de tais experiências informavam as vantagens visíveis do milho crioulo sobre o milho híbrido. Estas experiências eram pouco adequados para análises científicas clássicas, mas serviam para análise conjunta com os agricultores que, desta forma, se apropriavam dos resultados da experiência. A Assesoar não dispunha de experiência em pesquisas acadêmicas e os parcelões não seguiam um instrumental metodológico rígido segundo as regras da academia (DAVID, 1998).

Em meados de 1990 o banco de sementes foi desativado por dificuldades administrativas e a estratégia derivou para manter um banco vivo nas comunidades e não mais em uma construção arquitetônica específica e com itinerários regrados. No anos 90, a ASSESOAR, realizava seu trabalho a partir da análise crítica da matriz tecnológica prevalecente, desta forma ensinava fortalecer a reflexão e a organização da então denominada agricultura orgânica. Dentro desta perspectiva fortalecia-se a ideia dos “bancos vivos de sementes”, como nomina o agente, incentivando a multiplicação e troca de sementes crioulas entre os agricultores. Nos anos 2000, com o advento dos transgênicos, seus esforços se direcionaram para fomentar o banco vivo ou a semente livre, por meio da estratégia das Festas das Sementes (ASSESOAR, 2008).

A iniciativa da Assesoar de realizar o manejo local da biodiversidade, pelo uso, primeiramente com um banco de sementes e depois pela conservação *on farm*, (banco vivo), está relacionada a preocupações com a conservação e com a disponibilização das sementes, prática que se acentua com a realização das Festas das Sementes Crioulas e desta forma a preocupação se filia ao debate da livre circulação das sementes.

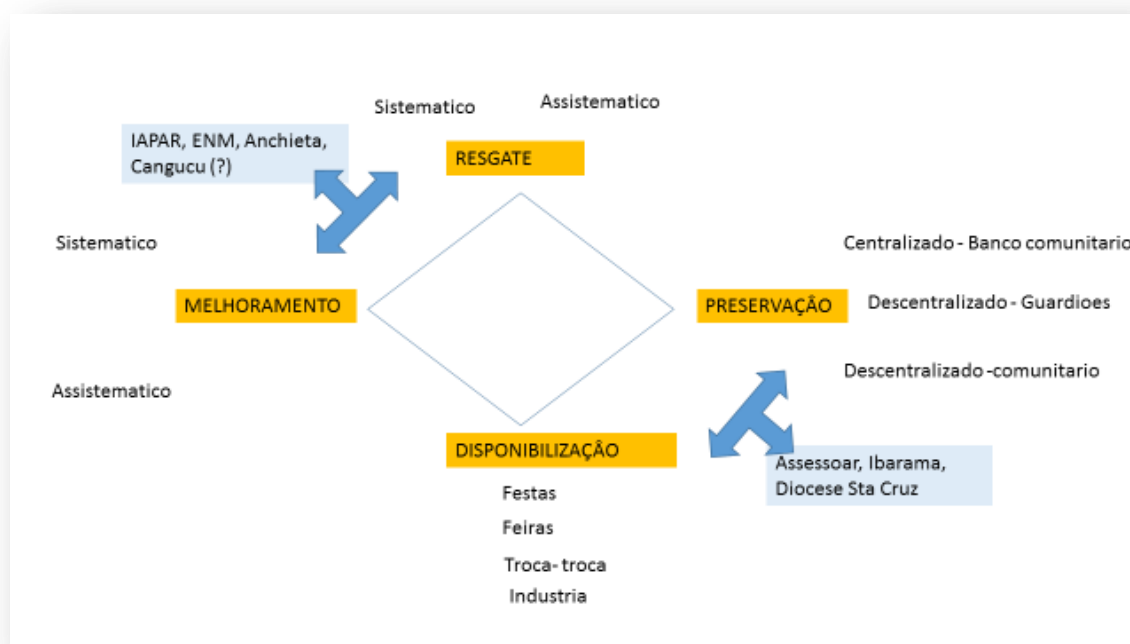
produziram suas próprias sementes de milho, adubos verdes, feijões e trigo. Outras práticas de “Agricultura Alternativa” junto com a das “sementes caseiras” eram a da adubação verde; do consórcio de plantas; do uso de esterqueiras. No plano social, organizavam-se as de associações de produtores (ASSESOAR, 2008).

3.3.2.2 Diversidade de orientações e formatos das iniciativas instituintes

Para possibilitar a problematização do alcance das iniciativas estudadas convém identificar, a partir das experiências e com base na diversidade de orientações identificadas por Vernooy et al. (2015), um conjunto de possibilidades.

Partindo do reconhecimento da multidimensionalidade das iniciativas instituintes relacionadas as sementes crioulas, identifica-se a oportunidade de distinguir as possibilidades anunciadas na Figura 9.

Figura 9 – Possibilidades de distinção do trabalho instituinte com sementes crioulas no sul do Brasil.



Fonte: (elaborado pelo autor)

Poderíamos argumentar que no que se refere às influências dos princípios e das regras do campo, se identificam duas possibilidades gerais nas iniciativas estudadas, segundo a ação de resgate e melhoramento participativo seja mais ou menos sistemática. Entendemos que essas possibilidades observadas introduzem à diferentes perspectivas possíveis no trabalho com sementes cuja explicitação se faz necessária para a identificação e compreensão de eventuais disputas no campo alternativo.

A trajetória da ação sistemática tende a se apoiar na produção científica e na capacidade de produzir sementes como atividade econômica e com impacto na economia dos agricultores. A trajetória da ação assistemática dá conta de estratégias de recuperação da biodiversidade e de produzir resistência pela produção simbólica em torno das sementes. Ambas não se excluem, ao contrário, discursos com os dois sentidos podem estar presentes no mesmo espaço social – como será abordado na seção referente as festas. Contudo, certos agentes promotores do valor das sementes crioulas tendem para uma ou outra trajetória.

O ponto de partida para distinção de perspectivas pode referir-se a forma como a semente crioula é tratada em cada uma das iniciativas estudadas.

No caso da iniciativa do IAPAR buscava-se – sobretudo - a identificação de tecnologias apropriadas, representadas pela adaptação de variedades geradas pela pesquisa, combinada à adoção de boas práticas de produção de sementes. Nesse processo, a semente crioula entra como um insumo para os pesquisadores – que mantêm o controle do processo e, inclusive, definem o que pode ser considerado como boa prática de produção de sementes. A observação das regras do campo científico (embora com certa relativização) é mantida. No caso do ENMC mantêm-se os mesmos princípios do caso do IAPAR, embora se coloque maior centralidade na valorização das variedades crioulas. A experiência de Anchieta mantém a mesma orientação. Contudo, todas as experiências científicas com sementes crioulas criaram –em maior ou menor medida- espaços para a participação dos agricultores na definição das pesquisas.

Podemos tomar, assim, a trajetória de Anchieta como emblemática de um grupo de experiências nesta perspectiva¹¹⁸. Em geral, estão orientadas ao melhoramento participativo. As técnicas de produção de sementes em Anchieta, no período referido, por exemplo, incluem a produção de semente básica, isolamento da área, cuidados com a adubação, épocas de plantio, densidade de semeadura, manejo de outras plantas, *roguing*, controle da polinização, maturação fisiológica, seleção massal estratificada, seleção de biotipos desejáveis, secagem, debulha entre outros cuidados, ou seja, preconizam a adoção de uma série de práticas referentes a produção profissional de sementes. Uma certa quantidade de capital

¹¹⁸ Corresponderiam a um dos tipos referidos por Vernooij et al. (2014).

científico deve, portanto, ser mobilizada¹¹⁹. No caso de Anchieta, a iniciativa levou à identificação de variedades melhoradas de uso potencial. Como abordado, em 1998 se iniciou a formação de 15 variedades denominadas de MPA, sendo que o MPA 01, MPA 02 e o MPA 03 foram desenvolvidos em Anchieta – SC. Assim, a atuação destes agentes está focada na produção de sementes que atendam as condições requeridas pelo agricultor familiar (em suas estratégias de reprodução social e econômica – especialmente nos vínculos com o mercado) mantendo requisitos de qualidade equivalentes àqueles das sementes convencionais¹²⁰: homogeneidade, previsibilidade, produtividade, estabilidade, etc.

Outra perspectiva pode ser identificada a partir do exame da atuação da Assesoar. Neste caso a entidade não chama para si o controle do “resgate e melhoramento” ou “conservação” das variedades. Tal atuação resulta em seu extremo numa omissão em termos de afirmação de hierarquia de valor entre sementes (e nestes termos da semente crioula). Para a Assesoar, as sementes, assim como código genético das mesmas e da vida em geral, não podem ser de propriedade privada. Assim, em sua atuação não apresenta a intenção de profissionalização da produção de sementes ou viabilização de “negócio” de sementes, mas sim busca garantir que a biodiversidade seja preservada e de livre acesso dos agricultores. Afirma ainda que o conhecimento deve estar ao alcance de todos e por esta razão devem ser considerados como Patrimônio da Humanidade, ou seja, que não se tenha que pagar por eles (ASSESOAR, 2006). É perceptível também a negação da lógica econômica como orientadora da distribuição de recursos e a valoração da lógica solidária da troca. Por este entendimento, as políticas públicas serviriam como mediação entre os custos e o acesso livre.

O pensamento da Assesoar está voltado a gratuidade e o livre acesso às sementes, bem como das tecnologias desenvolvidas sobre as mesmas, como era o pensamento internacional, ou seja, semente como Patrimônio da Humanidade. Desta forma, pode-se notar uma distinção de perspectiva entre os agentes dominados do campo, ou seja, entre aqueles que entendem os recursos genéticos

¹¹⁹ Neste sentido, nas áreas de experimentos do ENMC, se amostrava 20% da população total de plantas, que se baseava na observação agrônômica de certos critérios como a alta produção, a resistência a doenças, a resistência ao acamamento, o porte médio, a altura da espiga, espigas grandes, bom empalhamento da espiga e que tenham dobrado o pedúnculo e estejam sem podridão e sem caruncho (gorgulho), apresente grãos grandes e sem sinais de doenças.

¹²⁰ Supõe-se diferenciação parcial nos critérios com aferição de maior importância a critérios de rusticidade ou autonomia em relação a insumos de origem industrial no processo de cultivo.

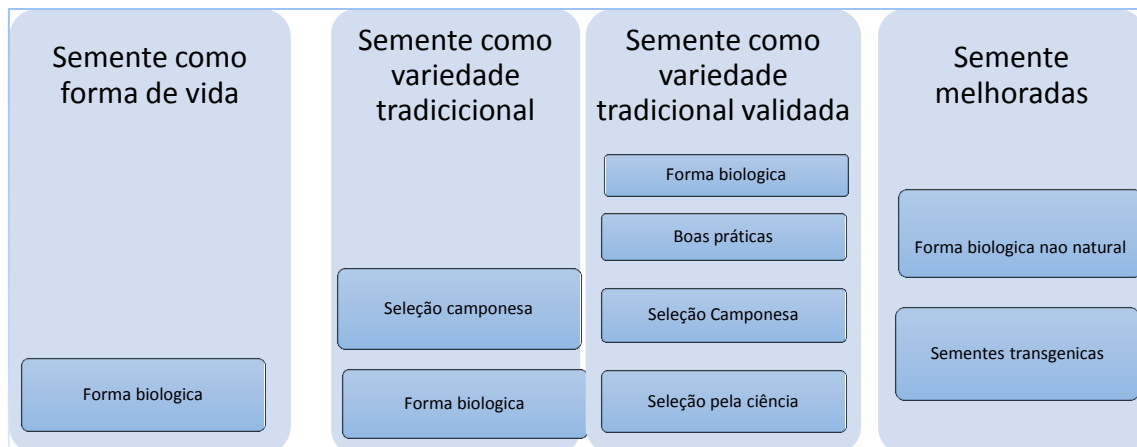
como bem comum e aqueles que defendem compensações pelo seu uso comercial, ou seja, a repartição dos benefícios.

3.3.3 Uma revisão da estratégia de luta dos agentes está em curso?

Os esforços instituintes podem ser examinados em relação à concepção subjacente de “boa semente” que trazem implícita em suas práticas. Um exame desse aspecto parece importante tanto para uma melhor avaliação da radicalidade da iniciativa em relação aos agentes dominantes, quanto para compreensão de dinâmicas internas nas relações entre agentes contestatórios.

Para a condução desta análise tomaremos por base o estabelecimento de um *continuum* com distinção de referenciais alternativos sobre “boa semente” guardando certa correspondência com a evolução histórica desta noção – investigada em seções anteriores. Na Figura 10 apontamos 4 desse referenciais.

Figura 10 – Diversidade de referenciais para a “boa semente”.



Fonte: (Elaborado pelo autor)

Num dos extremos temos a possibilidade de considerar que toda semente é “boa semente”¹²¹. Esse referencial pode ter relevância para grupos que se abstêm de emitir juízo de valor sobre formas de vida. Nessa concepção toda forma de vida merece ser consagrada.

¹²¹ Em outros termos: toda semente que germina tem valor.

Um dos referenciais frequentemente associado com a semente crioula faz menção ao processo de seleção operado pelos agricultores que buscam – desta forma – identificação de variedades segundo uma grande diversidade de critérios numa lógica de produção adaptativa às condições locais. A “boa semente”, então, seria aquela que se vincula a uma trajetória de melhoramento camponês específico. Em certos casos agentes podem considerar oportuno que se adotem boas práticas (validadas pela ciência) para reprodução das sementes quando estas se destinam a comercialização, por exemplo.

Em outras referências, preconiza-se a associação entre a seleção camponesa e a complementação desta pela seleção da ciência com vistas a avanços em termos de caracterização varietal, homogeneidade e qualidade. A adoção de boas práticas de reprodução de sementes parece um requisito inerente nesses casos, bem como o melhoramento participativo.

Nas situações mais próximas as referências dos agentes dominantes, temos como base da semente formas biológicas não naturais (produto da manipulação intencional via hibridização ou outras técnicas de melhoramento).

Consideramos que, junto aos agentes contestatórios, encontramos iniciativas adotando diferentes referências, especialmente em torno as formas intermediárias ou mistas. Entendemos que tais diferenças são relevantes porque implicam diferentes posturas em relação aos princípios que são preconizados para orientar as práticas. O condicionamento da obtenção da “boa semente” à aplicação das regras do campo científico na seleção e reprodução – por exemplo - pressupõe uma subordinação a um sistema especialista.

Diferentes projetos instituintes podem ser associados, então, a diferentes posturas em relação às disputas estabelecidas no campo das sementes, concorrendo para a possibilidade de diferentes cenários que se anunciam na figura 11.

Figura 11 – Cenário possível e tendências de disputas pelas sementes

<p>Homogeneização das regras do campo</p> <ul style="list-style-type: none"> • fim das sementes crioulas desregulamentado • profissionalização total • mercantilização das crioulas e controle da indústria
<p>Sub setor das crioulas subordinada ao campo</p> <ul style="list-style-type: none"> • subordinação funcional • distribuição dos resultados do uso da biodiversidade
<p>Reversão do controle do campo</p> <ul style="list-style-type: none"> • centralidade nas organizações de agricultores e setores públicos • saída das grandes corporações do mercado das sementes • popularização das engenharia genética • uso utilitarista
<p>Convivência na diversidade de lógicas dentro do campo</p> <ul style="list-style-type: none"> • sistemas locais de produção de sementes - regras, lógica, distribuição diversos • valor de uso específicos e identitários
<p>Conversão em um campo não utilitário</p> <ul style="list-style-type: none"> • retomada do sonho de uma sociedade utópica anárquica • mercado local entre grupos que se reconhecem culturalmente

Fonte: (Elaborado pelo autor)

A figura acima funciona como uma sumarização de cenários. A construção destes se baseia na reflexão possível diante das iniciativas que estudamos, considerando os diferentes princípios em conflito. Sabe-se, contudo, dos limites de uma construção mental de tais cenários e que da elaboração de previsões, tendo em vista que os resultados das mobilizações de grupos que se organizam para defender as sementes crioulas não podem ser antecipados.

Conforme sejam seus princípios, as iniciativas instituintes com sementes crioulas podem ficar circunscritas a um ideário das sociedades utópicas, onde as sementes não teriam qualquer controle. Ainda podem ser valoradas apenas em mercados de reconhecimento mútuo. Contudo, outro cenário parece mais factível, a medida que os agentes dominados passam a desenvolver sistemas locais de sementes, seguindo suas próprias regras. Estas experiências estariam ancoradas em valores culturais de uma determinada população. Em um escala maior, o cenário estaria diante da legitimação de uma maior ênfase na produção de valor de uso, sob o controle dos agentes dominados. Presume-se, neste caso, o domínio tecnológico sobre todos os processos científicos de produção e melhoramento de sementes e saída das grandes corporações do mercado. Em outro cenário, encontra-se a possibilidade de subordinação das sementes crioulas à lógica das grandes

corporações, que as usariam para produzir novas variedades mais resistentes, por exemplo ao aquecimento global. As comunidades locais, neste cenário, seriam recompensadas pela conservação de determinados recursos genéticos. Em outro cenário, poderíamos imaginar o controle absoluto dos recursos genéticos pela indústria de sementes. O uso das sementes crioulas seria regulamentado a medida que seu mercado fosse controlado pela indústria.

Ao considerar-se a possibilidade de que a valorização das crioulas é equiparada – na maioria das vezes – com a valorização da seleção camponesa, está colocado aos movimentos contestatórios o desafio de valorar toda a forma de vida, de resgate e disponibilização deste material. Nesse aspecto o movimento confronta-se com restrições legais colocadas à comercialização de materiais não registrados – colocando-se o desafio de enfrentar a disputa seguindo as regras do campo ou negando-as. Assim, coloca-se o desafio de estabelecer estratégias para articulação e potencialização do poder mobilizatório das práticas instituintes.

Neste contexto, agentes têm recorrido à realização de “festas de sementes crioulas” como estratégia mobilizatória em defesa de suas iniciativas de contestação e, sobretudo, de estruturação de um sistema de produção e distribuição de sementes alternativo.

As festas, portanto, são frutos de capitais acumulados em lutas anteriores com sementes crioulas promovidas pelos agentes contestatórios do campo, a exemplo da Rede Sementes e do Ensaio Nacional do Milho Crioulo. Festas, como forma simbólica de desnaturalização da dominação das sementes melhoradas e produtoras do valor das sementes crioulas, são estratégias materiais e simbólica de enfrentamento ao modelo estabelecido. Cabe, então, avaliar o alcance desta estratégia na “desnaturalização” da semente industrial.

O estudo das festas tem como preocupação principal analisar a produção de sementes crioulas como um bem simbólico¹²². Festa é um processo cultural, neste caso, promovido como ato de resistência política, bem como, em suas edições, procuram restituir valor simbólico e de uso as sementes crioulas. Portanto, ao

¹²² Um dos traços característicos do movimento instituinte relaciona-se aquilo que vai ser caracterizado como iniciativas de conservação genética “*in situ*” – que abrange uma diversidade de modalidades de conservação, destacando-se “*on farm*” ou “*community*”. Ao caracterizar essas iniciativas como iniciativas de conservação genética “*in situ*”, pouca atenção vem sendo dada a dimensão e potencial sócio-simbólico vinculado a elas. No estudo das festas buscamos justamente aproximar-se à estas iniciativas focalizando seu potencial em termos de “alquimia sócio-simbólica”.

analisar as festas em separado das outras iniciativas instituintes, revelamos o destaque que damos a ela neste estudo, mas sobretudo porque o formato “festa” nasce em um período coincidente com o início do plantio de sementes transgênicas no Brasil, ou seja, no início dos anos 2000, sugerindo uma renovação das estratégias de luta pelas sementes, ou seja, mobiliza-se a partir das festas, estratégia esta que se soma e se complementa como as iniciadas anteriormente, mais focadas na produção das sementes como meio de produção, a exemplo dos banco comunitários de sementes, dos programas de produção caseira de semente e do próprio Ensaio Nacional do Milho Crioulo. Ou seja, para fazer o enfrentamento aos riscos das sementes transgênicas seria necessário lançar mão de instrumentos simbólicos para garantir a reprodução do movimento de contestação.

4 ESTRATÉGIAS CONTESTATÓRIAS COM INCIDÊNCIA SOBRE PODER SIMBÓLICO: AS FESTAS DAS SEMENTES CRIOULAS COMO “ALQUIMIA SÓCIO SIMBÓLICA”¹²³

Ao introduzir a seção das festas convém esclarecer nossa perspectiva no seu estudo. Nesse sentido procuramos realizar uma aproximação à dimensão sócio-simbólica das festas, pois nas festas se trocam sementes e se realizam leituras políticas sobre o domínio das sementes.

Uma vez reconhecido que o campo das sementes está sustentado sobre uma construção simbólica que apresenta a semente industrial como “melhorada”, interessa-nos investigar se e como pode se operar a “desnaturalização” desta por meio das festas. Como explicita Bourdieu (2007, p. 15).

A destruição deste poder de imposição simbólico radicado no desconhecimento supõe a tomada de consciência do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objetiva e o aniquilamento da crença: é na medida em que o discurso heterodóxico destrói as falsas evidências da ortodoxia, restauração fictícia da doxa, e lhes neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar atual o poder potencial das classes dominadas¹²⁴.

Isso implica colocar em questão em que medida e por meio de quais mecanismos as festas contribuem para essa “desnaturalização” das sementes melhoradas. Ao colocar o estudo nessa perspectiva, compreende-se que há uma disputa simbólica, que trata de revelar o que as sementes representam e lhes imputar novas representações, trabalho feito pelo grupo ou fração de classe que a disputa, visando desnaturalizar seu uso¹²⁵.

É preciso elucidar que o estudo das Festas, não tem a obrigação de dar conta de todos os elementos em disputa no campo das sementes. Há, sim, outros condicionantes para além da dominação ideológica, como ficou evidenciado nas experiências da seção anterior. Pode-se intuir que festas são um recurso específico, cultural, e que se diferenciam das experiências analisadas na seção anterior. Portanto, não analisaremos as festas sob perceptiva das questões relacionadas a produção das sementes, mas sim como evento mobilizatório.

¹²³ A expressão “alquimia sócio simbólica” foi retirada do texto “Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes”. O próprio título é explicativo.

¹²⁴ A citação se encontra no rodapé da referida página.

¹²⁵ A semente materializa a disputa travada no campo simbólico. Elementos religiosos, científicos e sociais estão em diferentes celebrações, imagem, cantos e enfeites nas festas, nos dias de troca e feiras. Contudo, as sementes são semente em si mesma e ela é materialmente o próprio símbolo.

Portando, atribuir significados a sementes faz parte de uma disputa, principalmente pelo poder de ressignificar. Partimos da premissa de que as festas das sementes são espaços onde os significados são colocados em questão e se reconstróem num processo complexo permeado pela legitimidade dos agentes que o fazem. Ou seja, o estudo recai sobre as formas simbólicas de subversão à dominação, pois se trata do estudo das Festas das Sementes Crioulas, que contestam e rejeitam as sementes transgênicas e o sistema agrícola que as utiliza, ao tempo que consagram e reconhecem as sementes crioulas a partir de várias propriedades e eventos, constituindo aspectos substanciais, simbólicos e rituais próprios, no sentido de engendrar outras visões de mundo. Isto não significa que os agricultores que frequentam as festas usem somente sementes crioulas, mas sim que as valorizam.

Partimos do suposto que as festas das sementes crioulas podem constituir um instrumento da luta simbólica contra hegemônica, onde agentes legítimos, mas dominados do campo, mais próximos dos princípios de um campo cultural, questionam o sentido de estabelecer o controle da produção e da circulação das sementes – colocando em jogo o poder dos monopólios, bem como taxonomias, a exemplo do termo “melhorada”, e regras da ortodoxia que a consolidam.

No caso específico, objetiva-se analisar como as festas das sementes crioulas constituem-se em formas simbólicas capazes de desnaturalizar o domínio exercido pela epistemologia e todo o aparato em torno das sementes melhoradas, ao mesmo tempo em que procuram pôr em curso uma estratégia de produção simbólica, exercida pelos agentes dominados de valorização das sementes crioulas. Consideraremos a possibilidade das festas portarem, produzirem e reproduzirem simbolismos de resistência, ou seja, de desvelamento e de conhecimento dos mecanismos da dominação, condição primeira para todas as lutas de transformação.

Desta forma, supomos que as festas das sementes cumpram, na expressão de Wacquant (2013), a “alquimia sócio simbólica” ou seja, formação de grupos sociais de valorização das sementes crioulas, com a possibilidade de transcender para luta social como um todo.

As festas serão consideradas como instrumento simbólico contra-hegemônico, a luz de Bourdieu (2007b). Saliencia-se, a nível metodológico, que o simbólico, produzido a partir das camadas sociais populares, será destacado como objeto de análise. Desta maneira, associamos o potencial das festas e do simbólico

para realizar classificações de mundo, ou seja, procuramos compreender a formação de grupos sociais a partir das produções simbólicas que se reforçam nas referidas festas.

Este estudo tomou para análise as Festas das Sementes Crioulas Brasileiras realizadas na região sul do Brasil. As festas foram acompanhadas entre os anos de 2014 e 2015. Participamos do “Dia da Troca das Sementes Crioulas” em Ibarama, região centro serra do estado do Rio Grande do Sul, nas edições de 2014 e 2015; da “Feira Regional de Sementes Crioulas e da Agrobiodiversidade”, na região Centro Sul Paranaense em 2015; da “Festa Regional de Sementes”, na região Sudoeste do Paraná, desde o seu primeiro evento em 2004; da “Festa das Sementes Crioulas” em Mandirituba, na região metropolitana de Curitiba, Paraná, em sua edição do ano de 2015 e do Encontro Diocesano de Sementes, em Progresso, organizado pela Diocese de Santa Cruz, Rio Grande do Sul no ano de 2015. Participamos também de várias edições da Festa das Sementes promovidas em Anchieta, Santa Catarina, em anos anteriores a 2014.

Localizamos os principais agentes promotores (da concepção e organização) das festas. No sudoeste do Paraná as festas são realizadas pelo Fórum de Entidades da Agricultura Familiar, contudo a Assesoar tem maior protagonismo. A atuação do Capa também é relevante. Na Feira Regional de Sementes Crioulas, realizada alternadamente no Centro Sul Paranaense e Planalto Norte Catarinense, a coordenação do evento é do Coletivo Triunfo e a ASPTA e Sindicatos da FETRAF tem significativo protagonismo. Em Mandirituba, a festa é coordenada pela Associação de Amparo a Infância e da Fundação Vida para Todos (ABAI) com apoio decisivo da CPT, tendo forte presença da Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA). Em Santa Carina, no município de Anchieta, o protagonismo é do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) através do sindicato local, contudo há outras organizações envolvidas. No Rio Grande do Sul, o evento de Ibarama é coordenado pela EMATER e outras organizações e já teve forte influência do CAPA. O evento realizado no município de Progresso, alternando-se os municípios a cada festa, no âmbito da Diocese de Santa Cruz, é por ela promovida, tendo a CPT como protagonista e outros apoiadores locais.

As festas foram pesquisadas recorrendo-se a observação, entrevistas semiestruturadas, registros sonoros e fotográficos, buscando-se elucidar os mecanismos de produção simbólica e os princípios de visão e classificação expostos

como mística e como discurso. Todas as falas que se enunciavam nas festas foram gravadas. O discurso de cada agente foi analisado em três dimensões: diagnóstico que faz da realidade, prescrição do que fazer e, por fim, o relato que vem sendo feito. Esta estrutura foi utilizada para analisar, sobretudo, o discurso dos agentes organizadores e dos apoiadores das festas que se dirigiam aos participantes. A arrumação do local foi fotografada para registrar um aspecto da mística, que busca representar um mundo por vir e outro a combater. A programação das festas foram elementos que nos utilizamos para analisar os eventos, o que inclui a troca das sementes, a animação, a concessão da palavra e o próprio rito da festa. A perspectiva de análise procura captar a classificação do mundo que a festa produz ou reproduz bem como estrutura ações em defesa das sementes crioulas, da mesma forma que a própria festa é também uma construção de tais práticas.

4.1 O PODER SIMBÓLICO E O PODER DAS FESTAS

Bourdieu, segundo Wacquant (2013), na maioria de suas publicações aborda aspectos de classe. A partir do ano de 1992, suas reflexões procuram compreender a formação de classes a partir das lutas simbólicas. Para Catani (2011) Bourdieu foi um lutador, pois construiu durante sua carreira de intelectual, uma sociologia em que problematiza concretamente a dominação nas sociedades hierarquicamente organizadas em classes sociais e os mecanismos pelos quais ela se perpetua e invisivelmente opera na construção dos saberes e regras nas relações de dominação e poder. O referido autor, cita seu colaborador de investigações Wacquant, por este ter se referido a sociologia de Bourdieu como uma ímpar contribuição a “construção de uma antropologia generativa dos poderes focada na contribuição especial que as formas simbólicas dão à respectiva operação, conversão e naturalização”.

[...] Bourdieu foi um lutador incansável. Ao longo de 45 anos, desenvolveu uma sociologia em que se estuda 'a lógica da dominação social nas sociedades de classe e os mecanismos pelos quais ela se disfarça e se perpetua, procurando extrair os princípios que regem esta lógica a partir de análises concretas' (Catani, 2007, p. 74). Ou, nas palavras de seu amigo e colaborador, Loïc Wacquant, talvez a principal contribuição da sociologia de Bourdieu foi a construção de 'uma antropologia generativa dos poderes focada na contribuição especial que as formas simbólicas dão à respectiva operação, conversão e naturalização' (Wacquant, 2007, p. 308). (CATANI, 2011. p. 190).

Bourdieu aponta que as estruturas simbólicas têm poder de constituir classes ao mesmo tempo que são instrumentos de classe para manter a dominação. Por este ponto de vista, as desigualdades sociais são compreendidas pelas relações materiais e simbólicas de poder, ou seja, pela posição social objetiva – espaço de constrangimento estrutural - que as pessoas ocupam no mundo social em relação aos outros e pelos esquemas mentais de percepção e apreciação incorporados. A posição que um indivíduo ocupa, entre dominantes e dominados, determina a percepção, a ação e as incorporações que realiza que, por sua vez, constroem internamente o mundo vivido. O entendimento da formação de classes passaria por compreender esta relação entre as estruturas sociais e cognitivas, ou seja, das posições e das disposições adquiridas e encarnadas - “da qual a prática deriva” (WACQUANT, 2013).

Embora não se possa falar de uma teoria Bourdesiana propriamente sobre festas, e reconhecidamente não há um texto específico do autor sobre o tema, sustentamos que a sua produção teórica sobre o Simbólico e Espaço Social, utilizada na análise de outros temas aos quais Bourdieu se dedicou, a exemplo do campo das artes, da ciência e da política, servirá de ponto de partida para a análise das festas das sementes crioulas do sul do Brasil. Embora se saiba das ponderações necessárias devidas ao contexto e ao momento histórico francês que forjaram tais conceitos, ou seja, no estudo das estruturas que reproduzem a ordem vigente, suas análises permitirão objetivar as festas em sentido inverso, ou seja, como instrumento (formas simbólicas) de contestação ou de desnaturalização do poder estabelecido e reproduzido, ou seja, como movimento contra hegemônico.

Os sistemas simbólicos são reconhecidos frequentemente como instrumentos de dominação social. Bourdieu (2007, p. 10) afirma que estes “servem interesses particulares que tendem a se apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo”. Se valem da hierarquia e da integração da classe dominante para a desmobilização das classes dominadas pela imposição a todos de visões particulares, aceitas como de interesse coletivo, ou seja, naturalizam a dominação. Os símbolos, como nos ensina Mauss (2012), são instrumentos de integração social, de comunicação e de conhecimentos e, portanto podem ser utilizados para manter a dominação, à medida que legitimam a classe dominante, mas também para subvertê-la ou desnaturalizar uma dada ordem social, econômica e cultural.

Isso nos coloca em linha com a tradição clássica dos estudos sobre as festas, iniciada por Durkheim. De forma geral, segundo a revisão bibliográfica realizada sobre a categoria “festas”, estas têm intrinsecamente potencial de subversão, mas historicamente também se prestaram para a manutenção ou naturalização da dominação (AMARAL, 1998).

Uma das características centrais das festas – que nos interessa destacar aqui – é que elas se apresentam como suspensão do dado, instigando o exercício dos possíveis. Então, nessa perspectiva podemos enfrentar a questão da complexa forma por meio da qual as festas operam a alquimia sócio-simbólica que desnatura o uso e a superioridade das sementes melhoradas.

A revelação da “alquimia sócio-simbólica” implica considerar as complexas interações presentes na produção do poder simbólico. Bourdieu (2007) ao referir-se aos sistemas simbólicos, os classifica em “estruturas estruturantes”; “estruturas estruturadas” e como “instrumento de dominação”.

Para Bourdieu, os sistemas simbólicos são estruturantes porque são estruturados. O princípio estruturante dos sistemas simbólicos radica nas estruturas estruturadas. DaMatta (1986) a exemplo disto cita o exemplo da religião para salientar as propriedades estruturais dos momentos solenes, nos quais os ritos partem da Igreja, de locais sagrados, que ordenam o mundo sob valores próprios, denominados geralmente de “mundo de Deus”, para promover a manutenção das hierarquias ordenadas de cima para baixo. Os instrumentos simbólicos, compreendidos como estruturas estruturadas, como a língua e a cultura, arte, religião, podem ser apreendidos através na análise das estruturas (BOURDIEU, 2007).

Ao tomar as festas como sistema simbólico a partir das tradições Neo-Kantianas, presente em Durkheim e Mauss, estas podem ser consideradas, também, como um instrumento de conhecimento, ou seja, como estruturas estruturantes, concepção que reconhece o aspecto ativo do conhecimento e toma os sistemas simbólicos como construtores do mundo dos objetos.

Ainda, Bourdieu (2007) procura superar o entendimento que os sistemas simbólicos sejam apenas instrumentos de comunicação e de conhecimento. A priori, estes cumpririam ainda uma “autêntica função política” ao estarem inseridos em uma luta pelo poder de definir legitimamente a “di-visão do mundo social”, portanto uma relação de poder entre as classes sociais. Esta luta depende do tipo e da quantidade

de capital acumulado pelo agente, ou seja, de capital econômico e de capital cultural. O autor sustenta que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos, ou seja, este é uma forma irreconhecível de outras formas de poder. Portanto, faz-se necessário compreender a relação entre os que exercem o poder e os que lhes estão sujeitos.

As festas das sementes crioulas serão, portanto, estudadas como instrumentos simbólicos. Desta forma podem ser compreendidas como espaço estruturado, estruturante e como instrumento de poder, segundo a classificação dos sistemas simbólicos de Bourdieu (2007). Desta forma, a análise sobre as festas das sementes crioulas brasileiras pode enriquecer os referidos eventos de significados.

4.2 APROXIMANDO-SE ÀS FESTAS I: O LOCUS, ATORES E ORIGEM DAS FESTAS DAS SEMENTES CRIOULAS

Cada uma das festas estudadas remete a agentes com tradição de atuação no âmbito contestatório, e que integram as “festas das sementes crioulas” como uma das estratégias de luta pela transformação social a que recorrem.

Na Diocese de Santa Cruz, segundo nos informa o interlocutor 02 (2015, Brasil)¹²⁶, agente que trabalha com a Escola de Jovens Rurais e está desde 1999 na CPT, a origem do Encontro Diocesano de Sementes Crioulas remete a uma campanha para arrecadar sementes para partilhar com as famílias de um assentamento recém-conquistado, realizada no ano de 1999 na referida diocese. Na ocasião ficou decidido que os assentados devolveriam as sementes em um evento que seria oportunamente organizado. A campanha teve êxito e revelou que havia grande quantidade de variedades de sementes crioulas conservadas no cotidiano dos agricultores. A ação mobilizou as comunidades, chamando a atenção para força e o valor que as pessoas atribuíam às sementes crioulas. O interlocutor 02 (2015, Brasil) explica que no ano 2000 a diocese fez cinco seminários de agroecologia na região. No seminário realizado em Rio Pardo, uma agricultora que participava dos debates trouxe um vidro com sementes de milho, naturalmente coloridas. As sementes provocaram, de imediato, a admiração dos presentes, que demonstraram o interesse por ter um pouco delas. “Nós já achávamos muito importante o trabalho

¹²⁶ Informação verbal ao autor no Encontro Diocesano de Sementes Crioulas, Município de Progresso - RS, 2015.

com sementes e naquele dia a gente pensou que poderia fazer um encontro de partilha de sementes” (INTERLOCUTOR 02, 2015, Brasil). Diante do entusiasmo evidenciado nestas duas ocasiões, no ano 2001 aconteceu o Primeiro Encontro Diocesano de Sementes Crioulas o qual teve a participação de 168 pessoas. No evento de 2015 participaram 750 pessoas (Figura 12). Para os promotores da festa, ligados a CPT, o trabalho com semente comporta um conjunto de princípios que se quer ver dominantes em uma nova sociedade, a exemplo do trabalho coletivo, da agroecologia, da autonomia em relação aos mercados, da produção de alimentos saudáveis e da valorização de conhecimentos populares.

Figura 12 – Participação de significativo número de pessoas no Encontro Diocesano de Sementes Crioulas nos momentos de “discussão séria”.



Foto do autor

A referida festa é uma das primeiras que se tem registro de modo que, junto com a festa de Anchieta (SC) demarca o início de um processo festivo de contestação das sementes transgênicas e consagração das sementes crioulas. A festividade neste caso, como no caso do Paraná e também no Rio Grande do Sul, era realizada concomitantemente com promoção de seminários sobre Agroecologia e feiras livres ecológicas pelos municípios da região. Desta forma, a iniciativa de

cada agente envolvia seminários, feiras, denúncia contra os agrotóxicos, preservação das sementes crioulas e criação de associações de agricultores.

No caso da festa realizada em Anchieta (SC), o trabalho com sementes crioulas rendeu ao município, em 1999, o Título de Capital Catarinense do Milho Crioulo. No ano 2000 realizaram aí a Primeira Festa Estadual do Milho Crioulo, em parceria com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (VOGT; CANCI; CANCI, 2007). A primeira festa de sementes em Anchieta teve como lema “pela produção orgânica, pela biodiversidade e independência dos pequenos agricultores”. Em 2002 a festa de Anchieta passou a ter abrangência nacional, equivalente a abrangência do MPA, sendo denominada de Festa Nacional do Milho Crioulo (FENAMIC), agregando na organização - a partir desta edição - a AS-PTA e a Via Campesina como co-promotoras.

A festa, neste caso, é considerada a culminância de um trabalho com sementes. O objetivo da festa, segundo citação é “ser um espaço de encontro, de reanimação do novo, que deve pertencer ao povo de hoje e de todos os próximos dias” (CANCI, 2002, p. 75). Esta festa de 2002, ou seja, a primeira festa de caráter nacional contou com 15 mil participantes e exposição de quase mil variedades de diferentes espécies. Desta forma, “as festas vêm contribuindo para revigorar o movimento em defesa das sementes crioulas, reforçando o caráter político desse trabalho ao articulá-lo à luta pela soberania alimentar e pela autonomia tecnológica dos camponeses” (CANCI, 2002, p. 38).

A festa Regional de Sementes do Sudoeste do Paraná iniciou em 2004. O público, em cada edição, se aproxima de 1000 pessoas (Figura 13). O agente principal é a Assesoar, mas organiza a festa de forma articulada aos sindicatos da região e à outras entidades do Fórum de Entidades dos Agricultores do Sudoeste do Paraná. A Assesoar mantém cooperação com a CPT, com o CAPA e MST. Na origem das festas encontra-se uma preocupação da Assesoar em influenciar a opinião pública, chamar a atenção e enunciar uma divisão de mundo que coloca em um lado a apropriação da vida pela indústria e noutro a liberdade das sementes. As festas também contribuíam ao objetivo de mobilizar grupos de agricultores com um processo sistemático de formação e de leitura da realidade.

Figura 13 – Momento da troca de sementes na Festa Regional de Sementes no Sudoeste do Paraná



Foto do autor

Para Assesoar;

A festa tende a se firmar como uma ação que mobiliza um grande número de pessoas e organizações de forma espontânea além de mobilizar, de forma mais sistemática e processual, as famílias e organizações que durante o ano todo estão envolvidas de forma mais direta com o projeto. A produção de sementes terá a preocupação cuidar melhor da biodiversidade e das características de cada variedade, ficando disponível de forma solidária que quem quiser se somar neste programa. Quem recebe fica com o compromisso de reproduzir e devolver a quantidade que levou (ASSESOAR, 2010, p. 35).

A festa da Assesoar, assim como as demais, explicita o conflito entre visões de mundo de agentes no campo. Estimula que participantes apoiem os agentes contestatórios no propósito de ruptura com os agentes dominantes. No caso específico desta festa se trocam sementes sem que estas passem pelos processos legais (pelas convenções formais) de produção previstos e instituídos pelos agentes dominantes (ciência e burocracia). Assim, a festa questiona a validade da legislação e as restrições impostas pelas leis de produção de semente. Funciona como uma resistência diante da negação aos agricultores do *status* de produtores de sementes. A festa, então, estimula que as famílias conservem as sementes em suas práticas cotidianas, dispersando as sementes entre as famílias do sudoeste do Paraná. Acredita-se que a dispersão funcione como uma estratégia que visa a conservação

dos recursos genéticos mediante sua dispersão geográfica, evitando extinção caso ocorra situação de adversidade em alguma família /território específico¹²⁷. Desta forma, os símbolos usados em torno das sementes crioulas representam a ideia de liberdade das sementes.

A Festa de Mandirituba é coordenada pela Associação de Amparo à Infância e Fundação Vida para Todos (ABAI), com apoio decisivo da CPT, tendo forte presença da Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA). Ao perguntar-se sobre o sentido da festa de sementes de Mandirituba na trajetória da ABAI, observa-se que as sementes e a agroecologia sempre fizeram parte das terapias com as pessoas que a ABAI resgatava. Esta orientação é declarada publicamente na placa de entrada da instituição (Figura 14).

Figura 14 – Declaração pública em placa de entrada na instituição ABAI



Foto do autor

O reconhecimento da entidade como organização identificada com a luta pela vida constitui um capital simbólico da ABAI, e se expressa na ação de cuidar de crianças abandonadas e de dependentes químicos. Com a promoção deste evento,

¹²⁷ A Festa na Assesoar tem um significado muito próprio, pois a entidade possuía um Banco de Sementes nos anos 80, no contexto da Agricultura Alternativa e precisou fechar por diversos problemas, entre os quais a perda de materiais. O advento da festa devolve à entidade o trabalho com sementes, já sobre a vigência da transgenia.

investem este prestígio para dar destaque às sementes crioulas. Por outro lado, este trabalho amplia as relações institucionais, ganhando também reconhecimento entre outros movimentos, revigorando seu projeto institucional de cuidado com a vida. Mas, como ensina Bourdieu (2007) em “o capital simbólico”, o mesmo ato que desaglutina, aglutina. Não nos resta dúvida quanto ao papel da dimensão simbólica nesta festa, especialmente para a aglutinação de grupos sociais em defesa da vida. Esta é uma das festas que se iniciou mais recentemente. Sua primeira edição data de 2013. Ela representa a expansão de uma estratégia que, no âmbito da região sul, já existia há mais de 10 anos. As motivações declaradas para a realização da festa referem à quase extinção das sementes crioulas na região metropolitana de Curitiba.

A Festa de Ibarama (RS), têm como principal agente a EMATER. Esta mantém fina relação com a Associação dos Guardiões de Sementes Crioulas de Ibarama, da mesma forma com a Universidade Federal de Santa Maria e Embrapa Pelotas, que também figuram como promotores deste evento. Na Figura 15 percebemos os principais agentes deste evento, que se diferencia das demais festas por ser promovidos por entidades do Estado.

Figura 15 – Destaque para os dois principais agentes promotores do Dia da Troca de Sementes Crioulas, Ibarama – RS.



Foto do autor

Um dos Guardiões das sementes do município de Ibarama, por exemplo, explica como se deu a origem do encontro festivo em torno das sementes crioulas neste município:

A gente já plantava certas coisas. Teve incentivo do CAPA que trabalhava por aqui como os desalojados da barragem Dona Francisca. Faziam

trabalho de agroecologia, semente crioula, a gente já era dessa linha também, e aí tinha outros que aqui faziam o mesmo trabalho, começamos se reunir e a fazer o dia da troca e foi indo (GUARDIÃO L, 2014, Brasil).

O Dia da Troca de Ibarama tem duração de dois dias. As demais festas duram um dia. O primeiro dia da festa da Ibarama é inteiramente destinado a troca de sementes e o segundo aos demais atos que se realizam em simultâneo.

A feira Regional de Sementes Crioulas e da Agrobiodiversidade promovida pelo Coletivo Triunfo tem sua gênese em 1999, como um encontro municipal de troca de sementes promovido por um grupo de mulheres do município de União da Vitória (PR), com o apoio do sindicato dos trabalhadores rurais e da AS-PTA. No ano 2000 a estratégia ampliou-se e passou a se denominar de Primeira Feira Municipal de Sementes Crioulas. Municípios da região também realizaram suas feiras municipais, a exemplo de Palmeira, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Irati, Rebouças, Rio Azul, Fernandes Pinheiro, Porto Vitória, Bituruna e Cruz Machado. Este movimento em torno das sementes, realizou, em 2002, a Primeira Feira Regional de Sementes Crioulas e da Agrobiodiversidade, já com a participação de municípios de Planalto Norte Catarinense, como Porto União e Irineópolis. Contudo, as feiras municipais de sementes crioulas continuam acontecendo. Inicialmente as feiras eram organizadas “por grupos comunitários, associações, sindicatos de trabalhadores rurais, grupos de mulheres, instituições parceiras, jovens estudantes, cooperativas familiares, órgãos públicos e outros movimentos sociais” que, desde 2010, passaram a ser identificados como “Coletivo Triunfo”¹²⁸. Esta é uma expressão clara de construção efetiva de um grupo social que se formou pela reunião de agentes com disposição a realizar iniciativas em torno às sementes.

Constata-se que as festas das sementes são importantes para alimentar lutas sociais mais amplas, ao mesmo tempo em que valorizam, ainda mais, práticas de cultivo com sementes crioulas. Na Figura 16 podemos perceber que mais de 1000 pessoas participam deste evento realizado no ano de 2015, o que revela significativa força mobilizatória.

¹²⁸ Disponível em: (<http://aspta.org.br/2015/07/grupo-coletivo-triunfo-organiza-a-13a-feira-regional-de-sementes-crioulas-e-da-agrobiodiversidade-em-bela-vista-do-toldo-sc/>) 10/01/2006.

Figura 16 – Festa promovida pelo Coletivo Triunfo em Rio Azul (PR)



Foto do autor

Ao que se percebe, quase ao mesmo tempo e em diferentes lugares, surgem as festas das sementes crioulas. Elas possuem semelhanças, mas também possuem algumas especificidades, que analisaremos nas seções seguintes. Interessante notar que, para cada festa, há uma história própria e original sobre o início da estratégia festiva de contestação. Contudo, sabe-se que as festividades com sementes crioulas não nascem em um vazio. Apesar de possuírem uma motivação particular em cada lugar, trabalhos com sementes, realizados em redes de organizações populares já existiam no local onde nascem as festas. As festas, nestes termos, correspondem à coroação de um processo, mas entendemos que são mais do que isso pois trabalhamos com a premissa de que elas representam, também, uma renovação das estratégias de luta, como veremos neste capítulo.

A adesão à estratégia da festa se ampliou sem haver, por suposto, deliberação conjunta conhecida destas redes para realizar as festividades contestatórias. Possivelmente elas se tornaram conhecidas das organizações por meio de trocas de experiências que realizam habitualmente. Desta forma, a realização das festas em múltiplos locais encontrou uma possibilidade de diferenciação de orientação segundo as condições objetivas dos agentes e iniciativas que concorrem para sua realização. Contudo, a luta contra liberação dos cultivos transgênicos poderia ser um fator a requerer a renovação das estratégias de

contestação em favor das festas, dado que a época das primeiras festas e de liberação oficial dos transgênicos é coincidente, ou seja, corresponde ao início dos anos 2000. Nesta época é que o termo “sementes crioula” emerge como categoria política ressignificada em oposição às sementes transgênicas.

4.3 APROXIMANDO-SE ÀS FESTAS II: O FORMATO DAS FESTAS

Primeiramente assume-se uma equivalência entre as festas, as feiras, o dia de troca, de encontro, abordando-se, para fins de análise, tudo como evento festivo que celebra, reforça as lutas sociais, coloca-se como ato simbólico de inversão de estruturas. Para capturar sua especificidade, estudaremos as festas das sementes crioulas como um instrumento simbólico e como espaço de produção de grupos e renovação das estratégias de resistência, onde recorre-se a produção de sentidos e às características gerais dos campos culturais, a exemplo da denegação do campo econômico.

Quando gestada pelo movimento social, é notável que a festa das sementes crioulas possa ser pensada como mais uma luta entre outras. Elas são, geralmente, levadas a termo por movimentos e organizações sociais populares que estão empenhadas em lutas maiores, seja de ruptura com o sistema econômico dominante ou de ajustamentos deste. Portanto, procura-se saber, pelo referencial de campo, como os agentes dominados são mobilizados para a luta em favor das sementes crioulas?

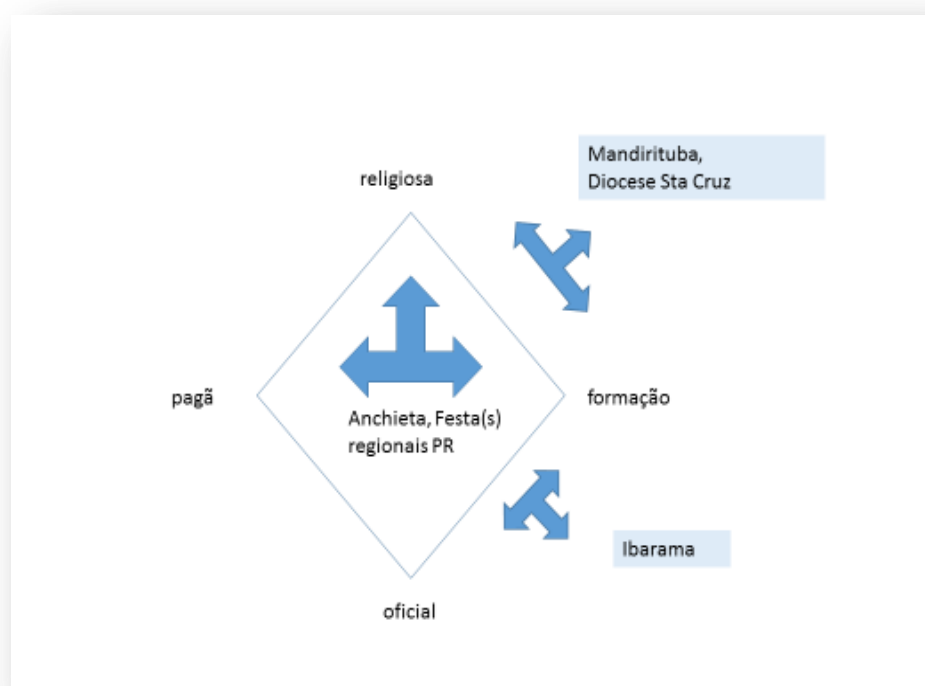
Sabe-se que este é um movimento necessário para criar mais movimento. Portanto, a análise a partir do referencial de campo compreende que os agentes, neste sentido, estão em disputa. Qual capital, no sentido de Bourdieu está em jogo neste espaço onde se encontram os agentes defensores das sementes crioulas?

Partindo do suposto – anteriormente expresso - que a realização das festas em múltiplos locais encontra nas práticas locais o mote e as condições objetivas para a sua realização, tendemos a considerar que os formatos das festas guardam relação com as disposições culturais locais e intencionalidade dos agentes. Assim, na diversidade encontrada, algumas festas das sementes crioulas se assemelham mais ao rito de uma celebração religiosa, segundo valores da Teologia da Libertação (como aquelas organizadas pela CPT, Capa ou Diocese). O Encontro Diocesano de Sementes Crioulas, por exemplo, conta com a presença de profissionais da igreja.

Outras festas aproximam-se mais ao rito do sindicalismo. Entre aquelas festas organizadas por sindicatos próximos a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) citamos a Feira das Sementes Crioulas, promovida pelo Coletivo Triunfo. Outras seguem a lógica do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a exemplo da festa de Anchieta (SC). Existem ainda as festas que tomam por base a semelhança a um processo formativo, como aquelas organizadas por ONGs como ASSESSOAR e AS-PTA. Em Ibarama, a festa tem presente certa oficialidade, porque é organizada, sobretudo, por uma instituição pública, a Emater/RS.

Assim, as festas assumem formatos singulares embora aproximem-se a formatos pré-estabelecidos, a diversidade dos quais procuramos representar mediante a Figura 17.

Figura 17 – Especificidades do formato das festas das sementes crioulas



Fonte: (Elaborado pelo autor)

Não se pode negar a tradição da Igreja em pensar e organizar dias festivos e simbólicos em comunidades rurais – e conseqüentemente a disposição à mobilização dos agricultores em torno destes formatos. Traduzir esta experiência para o campo das sementes produziu o desenho estético e cerimonial da maioria

das festas que existem no sul do Brasil. Outras festas já conseguiram fazer um grande distanciamento do rito religioso, a exemplo da Festa Regional de Sementes do Sudoeste do Paraná, da Feira das Sementes Crioulas da Região Centro Sul do Paraná, a Festa de Canguçu e a festa de Anchieta, constituindo elementos próprios, mas, mesmo nestas, a presença de padres e de pastores para a benção das sementes é quase uma constante.

A mística é mais evidente, e utilizada em maior proporção, naquelas festas sob a influência da CPT na organização. Festas organizadas pela Via Campesina e AS-PTA, bem como a Emater/RS também produzem seus ritos, estética e celebrações específicas. Contudo, a produção simbólica mais enraizada na cultura popular seguramente se encontra sob a influência da CPT. Contudo a mescla dos simbolismos é a marca maior dos eventos festivos.

O interlocutor 13, (2015), ao referir-se à festa da Diocese de Santa Cruz reconhece que a festa, de qualquer modo, é também instrumento simbólico de conhecimento, quando atribui que parte da festa é orientação. Os momentos mais festivos podem, também, ser considerados formativos. As dinâmicas de animação de grupos, as músicas, a representação teatral e a mística e principalmente a troca de sementes transbordam conteúdo político no sentido de produzir grupos, contudo são realizados seletivamente, segundo a predominância dos capitais dos agentes promotores. Os momentos de discussão séria, ou seja, de formação política das pessoas são realizados em todas elas. O momento de formação se dá em oficinas, grupos de debates, espaços de trocas de experiências e de palestras.

Assim, as festas devem ser compreendidas em sua complexa multidimensionalidade onde o rito, mais a troca de sementes, mais as enunciações discursivas são mecanismos essenciais, acessados na “alquimia sócio-simbólica”. Estas nuances traduzem relações de poder e serão descritas a seguir. Passaremos a analisar como, nas festas das sementes, são dispostos os mecanismos de interação e de comunicação. Para tanto, estabeleceremos algumas conexões com aportes de Bourdieu.

4.4 REVELANDO OS MEANDROS DA “ALQUIMIA SÓCIO-SIMBÓLICA” I: A DIVERSIDADE DE MECANISMOS E INTERAÇÃO DE LINGUAGENS NA “ALQUIMIA SÓCIO-SIMBÓLICA”

Os recursos utilizados para comunicação são bastante variados. Neste quesito, a estética empregada na organização do ambiente das festas nos parece oferecer enorme potencial comunicativo, provocando um sentimento de identificação e pertencimento a um grupo social que tem princípios equivalentes àqueles dos agentes do campo cultural.

Ao olhar para o espaço de realização destas festas nos parece relevante analisar a ênfase dada ao embelezamento do local, como se observa no caso dos objetos decorativos feitos com sementes em Ibarama e em Mandirituba. (Figura 18).

Figura 18 – Fotos do embelezamento do espaço da festa das sementes de Ibarama (RS) e Mandirituba (PR).



Foto do autor

As fotografias de sementes crioulas são algo bastante valorizado também nos documentos das organizações. Estas mostram as cores, a diversidade e a beleza das sementes¹²⁹.

A organização estética do ambiente converge no sentido de colocar em destaque o elemento semente e, por isso, os objetos decorativos são compostos – basicamente – por sementes. Em todas as festas, sempre há sementes transformadas em ornamentos e em variados artesanatos. Do mesmo modo, as sementes a serem trocadas são dispostas de forma que suas cores e formatos fiquem em evidência (Figura 19).

Figura 19 – A expressão estética de formatos e cores de sementes crioulas



Foto do autor

A valorização das sementes passa pela explicitação de suas cores e formatos, sempre muito diversos. O apelo estético geralmente está associado às espécies ornamentais. Contudo, nas festas, todas as plantas e utensílios do trabalho rural são passíveis de serem convertidos, pela mística, em símbolos de luta e relação das pessoas entre si e com as sementes. Neste processo, mesmo sementes sem valor utilitário recebem destaque por seu valor estético (Figura 20).

¹²⁹ A arte pode ser percebida, também, como estrutura estruturante: como um meio de expressão de uma concepção. Como meio de expressão, a arte visual, por exemplo, constitui uma forma específica de explicitar a relação do conhecimento e a vida social de um determinado tempo, que pode ser remetida a sua gênese desde as artes rupestres. Portanto a arte visual está associada ao desenvolvimento da humanidade. Não raro, a arte visual representa a relação das pessoas, plantas e animais. A capacidade criativa está mesclada com o trabalho e está incrustada nas representações artísticas do universo, nos mitos, nas lendas e na religiosidade.

Figura 20 – Conservação pelos agricultores de espécies sem interesse utilitário.



Foto do autor

Este ambiente provoca uma identificação do observador com as sementes crioulas expostas como arte. O encantamento com estas sementes é imediato. Não seriam razões semelhantes que fazem hoje pessoas preservarem sementes de plantas, que nem delas se servem como alimentos e tão pouco possuem apelo comercial, a exemplo do porongo dinossauro ou abóboras ornamentais, que encontramos em grande quantidade nas festas de sementes no sul do Brasil?¹³⁰

As festas remetem, assim, à uma dimensão pouco explorada na análise da realidade agrícola brasileira, a exemplo da dimensão estética (não utilitarista) que se enuncia nas festas das sementes crioulas.

Toda organização estética do local das festas reflete um conceito subjacente, ou seja, uma visão de mundo, que constrói e que destrói mundos, que questiona potencialmente as relações das pessoas entre si e das pessoas com as sementes, como as relações entre o valor utilitário, estético e comercial, ressignificando sentidos. Simultaneamente, apelos estéticos são mobilizados para a sustentação da luta em favor das sementes crioulas, seja ao promover (re)conhecimento das mesmas, seja sua tradução em ferramenta de identidade, de expressão da

¹³⁰ A permanência deste tipo de sementes é constatada, mas representam a minoria das sementes expostas e não exclui a grande diversidade de sementes que são preservadas devido a sua utilidade alimentar e econômica.

diversidade ou outra¹³¹. Impressiona, assim, como nas festas o apelo estético se converte em instrumento que colabora para as lutas sociais e se reflete, no caso, em resistência em defesa das sementes crioulas¹³².

Ao aplicar-se a linguagem artística à luta das sementes, apresentam-se formas singulares de associação de significados segundo a intencionalidade do agente. As sementes transgênicas são apresentadas como mercadoria que ameaçam a livre circulação das sementes naturais, por exemplo, ao mesmo tempo que ameaçam a vida, que é representada por sementes crioulas e crianças.

Esta mesma associação, em outra linguagem artística, apresenta as sementes crioulas no bico de um passarinho ou em liberdade, na forma de sementes com asas. Uma variação deste formato é apresentada em um cartaz na Figura 21.

Figura 21 – Representação das sementes com asas e relação das sementes crioulas como as pessoas.

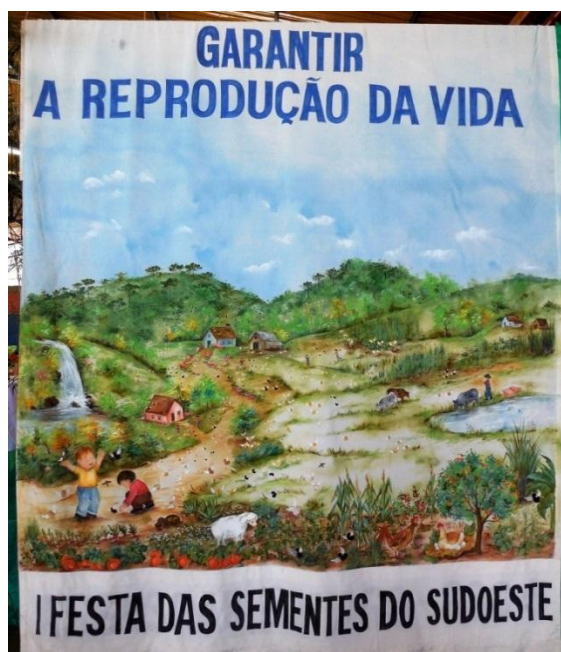


Foto do autor

¹³¹ Adornos são muito representativos como arte, pois, estão desprovidos de interesses de mera sobrevivência imediata.

¹³² No México a resistência em torno das sementes crioulas é percebida em muitos projetos artísticos, na fotografia, no teatro, na pintura, na dança, nas esculturas, na literatura indígena, vídeos, entre outras manifestações, que procuram afirmar prestígio a cultura que preservou o milho, proclamando a autonomia e a subversão em relação aos agentes que supostamente destroem as formas culturais indígenas. Um exemplo clássico talvez, seria o campo artístico mexicano que incorporou o milho como elemento simbólico de reprodução, subsistência, crenças e resistência. Uma olhada na luta do povo mexicano contra os transgênicos entenderá como a arte está presente nas campanhas contra a transgenia.

A perda das sementes (objeto concreto) é igualada a perda da liberdade (sentimento abstrato). Em termos concretos, afirma-se que as sementes transgênicas resultam na perda de biodiversidade. Nos termos simbólicos se perde a identidade e a memória contida na semente. Os cartazes que convidam para as festas das sementes crioulas também expressam, como arte, a resistência e o valor das sementes crioulas. Sementes em diversidade de formas e de cores, entre mãos humanas, entrelaçadas à imagens da terra, contidas em cestos artesanais e em contextos de práticas camponesas, explicitam sentidos como o de liberdade, de autonomia, de biodiversidade e de vida (Figura 22).

Figura 22 – Alguns exemplos de cartazes das festas das sementes



Há, sem dúvida, em alguns cartazes, elementos indicando a destruição do mundo associados a símbolos de morte, por sua vez, suportados pela transgenia. Ações de resistência produzem arte para mobilizar a população e valorizar simbolicamente as sementes crioulas¹³³ recorrendo a esquemas de inculcação cognitiva e ideológica por meio de símbolos.

Narrativas alternativas emergem em sua riqueza nas místicas. A mística é uma apresentação, ou seja, uma representação do mundo social contestado e/ou do desejável. A mística visa explicitar o implícito, materializar o subjetivo, subjetivar o objetivo. Ainda que seja difícil relacionar *habitus* e mística, esta última procura ler o mundo objetivo no imaginário e nas condições cognitivas, a partir de coisas cotidianas como trabalho, alimento, natureza, visando intencionalmente a transformação do sentido destas próprias coisas, as quais estão incorporadas no *habitus*. Como se arte fosse, a mística reinventa o mundo.

A mística da festa das sementes crioulas produz um mundo dominado por agentes que são identificados como símbolos da morte, semelhança de como é feito no *carnaval del maíz* no México. Bonecos entram na cena representando as “gananciosas” multinacionais sementeiras e alimentícias, identificadas como proprietárias das sementes transgênicas e dos agrotóxicos. Lutando contra estes e representando a vida todos aqueles que se identificam com as sementes crioulas. Entram em cena as sementes crioulas e símbolos da agroecologia, que geralmente são levados por crianças, como expressão mais forte de vida. Veja a Figura 23.

¹³³ Sementes nas obras de arte, no caso mexicano, representado pelo milho, como elemento das culturas indígenas, assim como na atualidade, nas obras do artista Francisco Toledo, projetam a resistência contra o milho transgênico, realçando portanto, os elementos simbólicos produzidos nestas culturas em torno das sementes.

Figura 23 – Empresas sementeiras apresentadas como monstros e crianças representam a liberdade das sementes



Foto do autor

Na festa de Mandirituba (PR), promovida pela ABAI, observa-se complexa articulação entre mecanismos de produção simbólica, estruturados a partir do rito religioso. Por sua singularidade e valor na explicitação dos mecanismos da alquimia sócio-simbólica, descrevemos a elementos destacados da ritualidade desta festa.

A Banda da ABAI, que animou a “festa” de Mandirituba apresentou “o lamento das sementes”. Neste ato, a Banda pediu para que os participantes se imaginassem sementes, afirmou que um dia todos nós fomos sementes e sugeriu, em tom poético, que “é preciso germinar e nascer, mas que agora nos encontramos ameaçados pelo veneno, pela transgenia, ameaçado pelo lucro, pela ganância, denunciando que a vida, de modo geral, passa por este sofrimento” (INTEGRANTE 01, 2015, Brasil)¹³⁴. E, continua falando como se fosse semente:

Eu sou a semente crioula, força de transformação, maior presente de Deus, vida em pura explosão. Sou a semente crioula, sou a história em construção. Dou a vida em abundância, para quem saiba me amar, e no ventre da mãe terra, me preparo para gerar, o alimento que dá vida para o mundo partilhar. Possuído da ambição, o homem sem piedade, modificou os meus genes, para aumentar a quantidade, hoje me chamam transgênico, perdi minha identidade. Quando eu sou modificado, eu sofro terrivelmente, perco a memória dos povos, as crenças e cultura da gente, perco a minha pureza, gero fruto doente. Já vivi livre pelos campos, de colheita em colheita, no bico dos passarinhos, nas asas das borboletas, hoje estou triste e ensacada, em cima de uma carreta. Não deixe as grandes empresas, homens gananciosos me usarem em seus projetos, os ambiciosos me atacam com agrotóxicos e venenos perigosos. Meus irmão camponeses, cuidam de mim com carinho, preparam a terra boa, livre de pedras e espinhos, dão água e cuidado, e limpam o meu caminho. Em troca eu dou o grão, orgânico como a vida, e assim somos um corpo, essência por Deus único. Todos já fomos sementes, é vida gerando a vida.

¹³⁴ Informação verbal, captada no áudio da Festa de Mandirituba, animação, 2015.

Nesta atuação, reza-se, também, o “pai nosso da semente” e a mística segue com uma encenação com crianças, que entram no ambiente da festa encenando embates com as sementes transgênicas. Pelo lado das empresas, assim se fala: “nós somos as empresas transnacionais, queremos terra, água, minerais, queremos tudo, queremos mais”. Pelo lado das sementes crioulas se fala: “chega de escravização, chega de contaminação, chega de especulação, chega de destruição”. Denunciam: “estão roubando as sementes crioulas, acabando com a agricultura familiar [...]” Demarcam seus princípios: “Terra fora do mercado, Terra é um bem sagrado”; “água fora do mercado, água é um bem sagrado”; “Sementes fora do mercado, semente é um bem sagrado”. E gritam em simultâneo: “salve a mãe natureza”. Representa-se, assim, de forma teatral e simbólica o embate vivenciado pelos agentes em disputas pelas sementes.

No ato, em imediato segue a “Ciranda das sementes”. Neste caso, a tradicional dança da ciranda é realizada com trocas simbólicas. Sementes passam de mão em mão, enquanto cantam: “eu te dou a semente do amor, eu te dou a semente da paz, você tem a semente da vida, pois o novo a gente que faz” (ANIMADOR 01, 2014, Brasil)¹³⁵. Vide Figura 24.

Figura 24 – Interação dos participantes na Festa de Mandirituba - PR. Troca simbólica de sementes



Foto do autor

Em Mandirituba se realiza, em acréscimo as demais festas, um momento chamado pelos organizadores de “encantamento” com as sementes e com os alimentos. Os presentes são convidados a caminhar lentamente ao redor das mesas

¹³⁵ Informação verbal, captada no áudio da Festa de Mandirituba, ciranda, 2015.

para “encantar-se”. Durante o “encantamento”, a palavra que se enuncia ao microfone é “partilha”. Aspecto pode ser visto na Figura 25.

Figura 25 – Momento da partilha dos alimentos na festas de Mandirituba - PR



Foto do autor

Os organizadores da festa motivam, incidindo sobre a atitude dos que caminham. Lembram que a mesa, que foi produto do pouco de cada um, agora se oferece em doação para que todos delas se sirvam. Ou seja, as palavras sugerem um momento de abstração que explora os significados do ato vivenciado, com elevação do pensamento a algo sobrenatural/espiritual que aproxima ao vivenciar o princípio/possibilidade da partilha. O encantamento permite associações que tornam o alimento e as sementes algo simbólico¹³⁶. Aos moldes como Appadurai (2008) aborda o valor social das coisas, aqui a semente aparece como símbolo principal: os alimentos não são simplesmente o que suas propriedades físicas e os nomes sugerem, são sementes e alimentos com uma trajetória social, com valores e princípios incorporados, forjados na dinâmica das festas e dos movimentos que o sustentam, atribuindo-lhes valorações e significados peculiares ao contexto engendrado.

¹³⁶ Portanto, existe um momento da festa onde as pessoas se alimentam e um momento que se faz a troca de sementes. Cabe salientar que nesta festa estes momentos são pensados e são centrais para os propósitos do evento. Enquanto em outros eventos, o alimentar-se é apenas necessidade fisiológica.

Assim, os alimentos já não são mais somente alimentos para o corpo, a dinâmica da festa os transformou em alimentos portadores de valores próprios desta dinâmica festiva, são alimentos para o espírito, e a semente biológica já é simbólica, imaterial. O alimento foi associado com as questões das sementes crioulas, com saúde, com autonomia, com liberdade, com a terra, com a natureza de forma geral, com o cosmos e, sobretudo com a vida. Este movimento é conduzido, ou seja, tem uma direcionalidade que é estabelecida pelo agente promotor da festa. Se os participantes já possuem as disposições incorporadas, por exemplo, as da religiosidade, a festa procura, a partir destas, agregar novas disposições, promovendo pequenos deslocamentos no hábitos. Nesse processo inculca-se a noção de que sementes e alimentação de qualidade, sadia e segura são indissociáveis. Sementes também estão relacionadas ao cultivo da terra, pois é o lugar onde elas germinam e desta forma a luta pelas sementes crioulas une-se à luta pela terra.

A mística anuncia um mundo onde o ser humano está profundamente integrado à natureza. A natureza e o homem são representados como criaturas de Deus. Prega-se, no entanto, uma espiritualidade libertadora para realizar o sonho de Deus. Se Deus é o criador, Deus fez as sementes, mas a multiplicação é tarefa terrena, conclui um dos organizadores da festa. O mundo então é classificado entre aqueles que darão continuidade ao projeto de Deus e aqueles que destroem este mundo pela ganância. Em outras palavras, entre aqueles que compartilham e entre aqueles que se apropriam das sementes.

Tenta-se inculcar a crença no valor superior das sementes crioulas também¹³⁷ ao cantar: “Eu creio na semente. Lançada na terra, na vida da gente...”. Um ato implicado na produção concreta da semente e outro incorporado na pessoa, ou seja, na terra e na vida. Nesse momento, parece que a mística quer remeter ao *habitus* camponês de cuidado com as sementes - já meio esquecido e empalidecido pela aceitação naturalizada da agricultura tipo industrial – mas que ainda remete a associações desejáveis com magia, reciprocidade, afeto e encantamento (sentidos advindos das condições objetivas do plantar, incorporadas na vida, nos corpos, que a festa busca explicitar e desta forma revalorizar as sementes crioulas). Neste caso,

¹³⁷ Com o tema semente crioulas são feitas paródias de orações conhecidas do público. Por exemplo, o “pai nosso das sementes” e o “lamento das sementes”, que são professados por todos os presentes na festa de Mandirituba.

a festa não deixa de ser um destes dispositivos que, com suas dimensões simbólicas, provocam nos sujeitos estranhamentos em relação a um *habitus* incorporado às práticas agrícolas convencionais, contribuindo para a construção de um *habitus* fundado nas práticas sociais da agroecologia, entre elas a manutenção, reprodução e partilha de sementes.

Assim, para entender a produção simbólica realizada nas festas há de se considerar que as festas constroem-se em torno a “celebração das sementes”. As sementes são utilizadas na mística do evento, que é reforçada na arrumação do espaço da festa, na arte dos cartazes, nas músicas e na exposição das sementes, na celebração dirigida, no envolvimento dos presentes em dinâmicas de interação e reciprocidade, doação e nos “momentos de encantamento”, na emergência de agricultores e de lideranças como ícones, convertendo desta forma sementes em símbolos.

4.5 REVELANDO OS MEANDROS DA ALQUIMIA SÓCIO-SIMBÓLICA II: INCIDINDO SOBRE AS DISPOSIÇÕES POR MEIO DA TROCA

Uma das especificidades das festas das sementes é que elas são organizadas de tal modo a conferir centralidade ao momento da “troca de sementes”. A troca de sementes é o momento mais esperado das festas. A festa coordenada pela Assesoar, aquela coordenada pela Diocese de Santa Cruz do Sul, pela AS-PTA/Coletivo Triunfo e bem como a Festa das Sementes Crioulas de Mandirituba fazem deste momento o ápice da festa. Nelas funde-se o material com o imaterial, o biológico com o simbólico, constituindo o processo da alquimia sócio-simbólica (WACQUANT, 2013), que motiva a continuidade e a renovação do movimento¹³⁸. A Figura 26 ilustra os momentos de troca das festas.

¹³⁸ Mandirituba e Coletivo Triunfo, assim como, é na ASSESOAR e na Diocese de Santa Cruz do Sul, há um momento específico para este ato, diferente de Ibarama, que o tempo é livre para tal interação durante dois dias.

Figura 26 – Momento da troca das sementes em festas realizadas no sul do Brasil



Foto do autor

A troca merece atenção na medida em que pode incidir sobre disposições, colocando em questão o *habitus*, no sentido de Bourdieu, de camponês. Pode constituir, assim, potente mecanismo da alquimia sócio-simbólica. Entretanto as festas tratam de forma distinta a ritualidade da troca conforme relacionem, ou não, as sementes aos guardiões. Em um conjunto de festas as sementes crioulas são simbolicamente transformadas em patrimônio comum, ou seja, em riqueza coletiva (que tem no guardião seu fiel depositário e protetor). A troca é, nestes casos, representada como um momento de interação entre e com os guardiões.

Muitas festas recorrerem a mecanismos de consagração, concedendo poder simbólico à determinados agentes. Nesse sentido, nas festas das sementes circulam símbolos e histórias de lutas populares, criam-se ícones que funcionam como capitais para a luta das sementes. A figura dos guardiões e guardiãs de sementes, por exemplo, são frequentemente prestigiadas. São figuras certificadas por

lideranças, instituições de ensino, pesquisa e extensão, que confirmam o valor das sementes crioulas. Os guardiões e mulheres guardiãs representam a continuidade da luta, guardando sementes e princípios para as atuais e futuras gerações. Esta é a afirmação que se faz ao entregar os certificados. Em seguida certificam-se as entidades parceiras que realizam o trabalho de proteção das sementes crioulas. Na Figura 27 recebem o certificado a Assesoar, representada por um estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo, um guardião do sudoeste do Paraná e em Ibarama, encontramos fotos das mulheres guardiãs em um painel de homenagem.

Figura 27 – Conferindo prestígio a agentes que desenvolvem trabalhos com sementes crioulas



Fotos do autor.

Em Ibarama não se restringe as trocas a um momento específico da festa, de modo que elas se estendem aos dois dias da programação. O espaço para interação do público com os guardiões é um dos fundamentos da festa. A troca de sementes em Ibarama é pessoal e realizada diretamente com os guardiões, conforme demonstra a Figura 28. O primeiro dia é completamente informal e sem programação intensiva, dedicado a interação livre entre os participantes e destes com os guardiões de sementes. Nesta ocasião quem tem interesse nas sementes fala direto com o guardião, sendo frequente que agricultores aproveitem a oportunidade para comprar (maiores volumes) de sementes.

Figura 28 – Identidade do guardião de semente preservada na troca de sementes face a face em Ibarama – RS.



Foto do autor

No segundo dia há formação da mesa e, além da troca, há espaços didáticos com palestras, oficinas, entre outros¹³⁹. É frequente que, no segundo dia, as trocas se materializem na forma de venda de algumas gramas de todo o tipo de sementes disponíveis.

Na festa promovida pelo Coletivo Triunfo em Rio Azul, as sementes permanecem em um lugar isolado por cordas até que se libere o acesso as mesmas. Nesta festa também há interação direta entre o público e os guardiões. Há uma tendência de que o ato de trazer sementes seja organizado por comunidades, a fim

¹³⁹ Em Ibarama a festa dura dois dias. O espaço de troca é permanente, destinado as sementes e a interação dos guardiões com os visitantes, enquanto que outra parte do pavilhão está reservado para os processos de formação.

de não repetir variedades. A figura do guardião se posta a mesa e “negocia” ou doa as sementes que traz. Neste caso a troca, comercial ou não, depende da interação entre quem trouxe e quem leva as sementes. A identidade de ambos é preservada, bem como a preocupação com os aspectos biológicos do material a ser semeado. Nestes casos, a semente fica entre a pessoa que a quer e o seu produtor, havendo assim a identificação do produtor e troca direta, face a face, de sementes e conhecimentos. Como conta o Guardiã G (2015, Brasil) na festa de Rio Azul:

A gente não consegue preservar todas as variedades (sozinho), mas aquelas que a gente consegue, unindo com as outras, aí o trabalho se completa né. Então eu faço minha parte, cada um faz sua parte e ai acaba tendo o resultado final que é maravilhoso, aonde todos ganham. Se hoje preciso de uma semente que hoje não tenho condições de produzir, eu venho no espaço, ai da feira e acabo trocando por uma que eu já tenho e levo aquela que eu preciso. Pra gente vê a grandeza de quando a gente se reúne, quanto a gente se torna grande (GUARDIAO G, 2015, Brasil)¹⁴⁰.

Na festa de Mandirituba a troca se realiza com o guardião que também vende pequenas quantidades de sementes a preços módicos.

A festa da Assesoar e a festa da Diocese de Santa Cruz, como são conhecidas, são as que cuidam do simbólico da troca de forma distinta das demais ao não auferir centralidade ao guardião e tratar a semente como patrimônio aos cuidados o coletivo. Na Festa da ASSESOAR, no Encontro Diocesano, e na Festa de Mandirituba, o ato de cada um trazer sementes se constitui em um movimento mais espontâneo, mais caótico – ou seja, mais com jeito de festa popular, e mais próximo do significado do termo festa. A festa é o trabalho que realizam para estimular os agricultores a conservar as sementes, podendo haver ou não trabalhos neste sentido fora da festa. Geralmente os agricultores e agricultoras que participam das festas usam estas sementes para suas atividades de autoconsumo, enquanto as lavouras comerciais são feitas com sementes convencionais. As sementes crioulas, portanto, tem seu uso restrito ao âmbito doméstico. Muitos as cultivam com o intuito de trazê-las para a próxima festa.

No sudoeste do Paraná, as sementes são colocadas em uma grande mesa, ou seja, a semente deixa de pertencer a quem as trouxe, mas antes disso elas são identificadas. Anota-se de onde elas vêm e quem as produziu e essa informação

¹⁴⁰ Informação verbal obtido pelo autor na festa realizada no município de Rio Azul no ano de 2015.

permite avaliação do tamanho e da qualidade do “Banco Vivos de Sementes” que a festa alimenta.

Na festa organizada no âmbito da Assesoar, geralmente a troca é ritualizada, sendo precedida de uma espécie de ato representativo, em que uma pessoa oferece sementes cuidadas pela sua família à outra. Este ato geralmente é precedido pela enunciação da história e das qualidades das referidas sementes, contada a todos os presentes, inferindo um valor social, afetivo e cultural, a exemplo do que reflete Appadurai (2008) sobre o valor social das coisas. Nessa enunciação se pede para a pessoa que recebe a semente que a cultive e que, na próxima festa, a repasse para outra pessoa, construindo um processo de continuidade social e cultural da troca de sementes. Este gesto representa um tipo de compromisso que será assumido por todos que participarão da troca. No entanto, o compromisso é assumido com o coletivo uma vez que a ritualidade da troca não pressupõe a interação direta entre o produtor da semente e quem a leva para sua casa.

Na ritualização da troca abre-se o espaço para que as pessoas passem na frente das mesas e se sirvam do tipo e da quantidade que quiserem. Servem-se das sementes que perderam que desejam ter, que gostam etc. Em minutos, a mesa repleta de sementes, que por vezes chega a ter quase 100 metros de comprimento, está cercada por mais de 500 pessoas, que a circulam e, em 10 minutos, aproximadamente, já está vazia. Percebe-se êxtase daquele que conseguiu a semente tão desejada e, com a felicidade estampada no rosto, ele segue em direção à sua unidade de produção, já pensando na próxima festa, que se realizará dali a um ano e no compromisso da reprodução substancial e simbólica desta semente levada. A devolução de certa quantidade de sementes na próxima festa, ou seja, depois de um ano, institui uma modalidade de troca não imediata¹⁴¹, não equivalente (nem quantidade e nem em espécie) e também não é recíproca com a pessoa que a doou, que requer, assim, compromisso moral de participar da próxima festa. O comprometimento assumido não é com aquele que lhe doou as sementes, mas com todas as pessoas presentes, um compromisso de cuidar das sementes. A troca é um compromisso.

¹⁴¹ Bourdieu (1996) estuda o intervalo de tempo entre o dar e o receber. O autor sustenta que a devolução, se ocorrer de forma imediata, a troca não se realiza, pois se traduz em negação. Parece ser este o sentido da troca em, pelo menos, duas das festas que estudamos.

Nas festas da Assesoar e Diocese, então, as sementes trazidas pelos participantes são expostas numa grande mesa e deixam, a partir deste instante, de pertencer a quem as trouxe. A identidade de quem as produziu se funde num coletivo. Portanto, as sementes passam a ser um produto dirigido as massas, sem valor comercial. Tal forma visa reforçar a representação de que as sementes não devem ter dono e, assim, pela ritualidade adotada na festa praticam o livre acesso e negam a apropriação privada na própria prática da festa, além de proibir a venda de sementes. A figura do guardião – tão destacada nas demais festas – também não é reverenciada, pois poderia suscitar uma possível forma de apropriação privada das sementes. Portanto, o simbolismo em torno dos guardiões - que as outras festas se esforçam em ressaltar - nesta festa é projetado à todos os presentes, como se cada um fosse um guardião do bem coletivo. Assim a troca tende a ser apresentada como forma de acesso a um patrimônio da humanidade – tendo todos a responsabilidade de sua manutenção. O ato simbólico explicita um compromisso assumido coletivamente perante um bem que deve ser livre e autônomo, promovendo o inverso do que se compreende por propriedade sobre as sementes, e divergindo das feiras e exposições promovidas pelas grandes empresas ou patrocinadas pelos órgãos da agricultura, a qual os interlocutores denominam de convencional.

4.6 REVELANDO OS MEANDROS DA ALQUIMIA SÓCIO-SIMBÓLICA III: A SELETIVIDADE DAS AUTORIZAÇÕES DE ENUNCIÇÃO E DAS CONSAGRAÇÕES

Em eventos sociais é comum o protocolo de formação de mesa seguir a risca as formalidades. Os nomes são chamados seguindo uma hierarquia social de poder. Compõe a cerimônia a entoação do hino nacional e apresentação de sequência de falas, sendo a última reservada à pessoa mais importante. Este rito identifica um tipo de festa que podemos classificar como festas da ordem, segundo a acepção de DaMatta (1986) e segundo Bourdieu, de manutenção do estabelecido. Porém, é possível encontrar festas da desordem, eventos de subversão, que invertem a hierarquia e não estão dispostos a aceitar a dominação – encontramos, pois, as festas sem mesa e sem hino.

Lendo a festa das sementes pela perspectiva teórica que toma tais festas como festa de inversão, especialmente em sua potencialidade, consideramos que

numa festa popular o que menos importa seria seguir padrões estabelecidos pelas regras de quem não faz parte da festa. Deste modo, a maioria das festas das sementes crioulas não monta a mesa da forma como foi descrita acima, embora importantes diferenças possam ser observadas entre as festas.

Pode-se citar a festa de Ibarama como singular, pois a mesma é coordenada por um órgão de Estado (Emater/RS), que possui um rito mais formal e perspicaz de resistência, dado que se deve acomodar às autoridades constituídas e as regras dos serviços públicos. Contudo, também participam desta festa representantes de entidades populares, que promovem outras festas no Rio Grande do Sul. O diferencial desta festa é a presença de mais instituições do Estado. Assim, pode ser caracterizada como um espaço permeado de especialistas que se juntam na valorização das sementes crioulas, se constituindo num espaço dentro do Estado, onde o tema sementes crioulas ganhou prestígio e credibilidade. Devemos considerar que nesta festa o peso da Emater/RS na organização do evento é decisivo, mas também há evidências de que se tomam cuidados para a institucionalidade estatal não se sobressair, deixando a primazia para a Associação dos Guardiões de Sementes. Assim, manifestam-se resistências ao formalismo. Por outro lado, a manutenção deste formato mostra-se desejável na medida em que o envolvimento de representantes da administração da municipalidade e das demais forças vivas do Estado (como co-promotores do evento) obriga-os a posicionar-se publicamente em apoio à luta em prol das sementes crioulas. A festa, portanto, faz um movimento que obriga o Estado legitimar o trabalho local em prol das sementes crioulas. O capital simbólico apropriado pelos movimentos populares é, portanto, o prestígio aferido a este trabalho pelos representantes do Estado. Como o evento de Ibarama ganhou notoriedade, as autoridades governamentais se veem coagidas a valorar a experiência herege.

A Festa do Sudoeste do Paraná (da Assessoria e do Fórum de Entidades) guarda certo ceticismo às representações políticas, preferindo a autenticidade das bases e a liberdade de denúncia, bem como a liberdade das sementes. Nestes eventos, então, não há formação de mesa de autoridades. As mesas – quando formadas – são compostas com o palestrante da festa e representantes das organizações locais. Em alguns municípios, o prefeito se faz presente mas a palavra lhe é concedida primeiro, como pessoa menos importante.

Na festa de Mandirituba, os discursos também não vêm dos representantes do Estado, mas de representantes de classes populares enquanto tal, “o dirigente de um sindicato ou de um partido, o funcionário ou o *expert* investidos de uma autoridade estatal são igualmente personificações de uma ficção social a que eles dão existência” [...] ¹⁴². Contudo, a ABAI, assim como a CPT, prefere se posicionar como criador de novas organizações para lutas específicas, a exemplo da luta pela vida, pela terra, pelos camponeses, entre outros. No entanto, tais organizações se constituem inicialmente com princípios e organização semelhante a seu criador. A festa de Mandirituba tem, assim, seus momentos de homenagens, ou seja, de consagração de agentes. Primeiro, a homenagem se direciona aos agricultores guardiões e depois às entidades e às figuras militantes da causa. Entregam-se diplomas para os guardiões a, b e c, identificados no apêndice A.

A festa do Coletivo Triunfo adota um ritual de enunciações informais, com uma diferença: a mesa é formada ao final da festa (as pessoas ficam em pé em um palco). Esta mesa tem a função de apresentar e legitimar a carta do evento. Muitas vezes neste momento da festa as atenções ainda estão voltadas à troca de sementes, onde está o maior público. Como se trata de um arranjo político de representantes das entidades populares, a constituição da mesa ao final do evento exclui aqueles que não permaneceram na festa até o momento, evitando, de certa forma, o oportunismo. Caso a mesa fosse formada no início da festa, “políticos” poderiam vir a mesa e não participar da festa.

Seguramente, supomos o conflito entre montar ou não montar a mesa, entre formalizar ou não a festa, como uma expressão política. O informal significa transgressão, destituição de poder de quem estaria acostumado a ocupar tais espaços de prestígio. Desta forma, autoridades convidadas, quando não há mesa, sentem-se constrangidos neste tipo de festa. Ao mesmo tempo, muitas vezes organizações de agricultores se postam no espaço da festa como agentes que definem o rito, que elaboram autonomamente as demandas e a própria festa. Eles têm o poder de conceder ou não a palavra e o fazer no momento que julgarem oportuno. A ausência da mesa de autoridades ou mesmo sua montagem dissimulada, revela um conflito pela legitimidade dos agentes, ou seja, luta-se pelo

¹⁴² Os dirigentes que falam, intelectuais da igreja ou de organizações, são portanto, representantes dos agentes da primeira arena, no sentido que “porta-voz é substituto do grupo que existe somente através dessa delegação e que age e fala através dele” (BOURDIEU, 1989. P. 168).

poder de exercer o controle e expressar a visão de mundo que se deseja que a festa reproduza.

4.7 REVELANDO OS MEANDROS DA ALQUIMIA SÓCIO-SIMBÓLICA IV: OS DISCURSOS COMO MOBILIZADORES DE IDENTIFICAÇÕES

Tomando por base as enunciações na forma de palavra, explicita-se o conflito entre os agentes que realizam o trabalho em torno das sementes crioulas e destes com os agentes opostos. Segundo Bourdieu (2004), “O mundo social pode ser dito e construído de diferentes maneiras, de acordo com diferentes princípios de visão e divisão” (p. 159).

Como pano de fundo, percebe-se que a mobilização desejada nas festas das sementes crioulas se inscreve idealmente como componente de um movimento popular. A expressão “popular” é aqui compreendida como referente aquela que está identificada com uma luta para construir efetivamente grupos ou fração de classes (WACQUANT, 2013). Assim, interessa estudar a possível formação e atuação de uma fração de classe, unida pela defesa das sementes crioulas, operando efetivamente uma luta que toma a produção simbólica para impor sua “di-visão de mundo social” contra hegemônica, a partir de sua posição social. Como esta construção se manifesta na dinâmica da festa das sementes crioulas? Como se colocam em jogo taxonomias e se avança no conhecimento crítico da realidade social e definição do mundo social que lhes interessa? Como lidam com o estabelecido e o por vir?

Há, nas festas, uma mistura entre representações simbólicas e discursos que haveriam de reforçar-se mutuamente. Existe uma coordenação do evento que tem o papel de animar a festa e de estabelecer o rito e o ritmo da festa.

Sempre há palestrantes que se empenham em esclarecer temas relacionados. Estes enunciam visões de mundo, onde a divisão social entre classes ou frações de classe é o ponto de partida para problematização das hierarquias e hegemonias em que se sustentam os grandes complexos empresariais. A fala de quem representa, ou seja, de quem fala legitimamente pelo grupo, corresponde a um ponto de vista oficial. Para Bourdieu (1989, p. 164) “há um ponto de vista oficial, que é o ponto de vista das autoridades e que se exprime no discurso oficial” e tem três funções: “diagnóstico” [...] “administrativo, através das diretivas, ordens,

prescrições, etc” (p. 164); e, como “relatórios oficiais”. Segundo Bourdieu, a função de diagnóstico tem como objetivo afirmar como é a realidade, as coisas e pessoas. É um discurso que procura não deixar dúvidas sobre a sua veracidade, conferindo legitimidade a quem o pronuncia. A prescrição refere ao que as pessoas têm de fazer, considerando o diagnóstico feito. No relatório procura-se dizer o que as pessoas fizeram. Estas funções exprimem o ponto de vista instituído e conferem legitimidade as ações do representante tendo em vista o diagnóstico prévio. Este será o método que utilizaremos para analisar os discursos enunciados nas festas.

Ainda, analisaremos algumas falas a partir do posicionamento do agente. Para Bourdieu o espaço social¹⁴³ é multidimensional, e nele ocorrem as lutas entre os agentes dotados de posse desigual de capitais. Wacquant, (2013) afirma que, desta forma, Bourdieu traz para o centro da questão a luta pela aquisição, o controle e a disputa por diversas espécies de poder ou de “capital”, que se desenrolam em três arenas. A primeira arena corresponde às atividades cotidianas, julgamentos convencionais e aos gostos. A segunda, corresponde aos campos de produção cultural, ou seja, o campo da arte, da ciência, da religião, da mídia, onde se dá a construção e a disseminação de representações do mundo social. A terceira arena, e a de maior consequencialidade segundo Waccquant, se coloca entre campo político e o Estado¹⁴⁴ burocrático. Neste estudo procuramos compreender o discurso de agentes situados nestas três arenas, onde ocorre a produção material e simbólica implicadas nas festas das sementes crioulas.

A análise que segue busca, então, caracterizar a dimensão da enunciação discursiva nas festas das sementes, propiciando posterior exploração de seus vínculos com os princípios expressos nos demais atos componentes da festa, a de visão de mundo expressa e o sentido a ser imprimido à luta das sementes. Serão descritos e analisados os componentes discursivos de três festas: Mandirituba, Rio Azul e Ibarama.

¹⁴³ Segundo Bourdieu “O espaço social e as lutas simbólicas tornam-se, então, a díade conceitual operante de um modelo que pode ser aplicado a qualquer coletivo social, resultante “das lutas de classificação que constituem uma dimensão de quaisquer lutas de classe, sejam elas classes de idade, classes sexuais ou classes sociais”. (BOURDIEU 1982 apud WACCQUANT, 2013. p. 98)

¹⁴⁴ O Estado é tido como o árbitro que põe fim a disputa.

4.7.1 Visão de mundo e luta das sementes na Festa de Mandirituba

Na abertura da edição a segunda festa de Mandirituba - PR, a representante da Associação de Amparo a Infância e da Fundação Vida para todos (ABAI), promotora do evento, ao dar as boas vindas se dirige “aos camponeses e camponesas presentes”, em uma clara referência ao conceito europeu do termo. Esta fala, neste caso, está diretamente relacionada a defesa da cultura camponesa e cita uma frase considerada válida para a ocasião, onde a palavra é a “troca”: “Da troca da dádiva da terra - das sementes - vocês encontrarão fartura e paz, se a troca não tem amor e justiça, ela levará alguns para cobiça e outros para a fome. Uma Frase da Khalil Gibran” (ANIMADOR 01, 2014). Nota-se que a fala dos organizadores e também da CPT, busca mobilizar o valor das sementes crioulas a partir dos princípios fundantes de suas instituições, onde o valor dado à vida mobiliza e constitui um grupo que está disposto a defendê-la. O diagnóstico que enunciam é que a vida está ameaçada e ação que recomendam é a troca de dádivas e a luta do povo pobre e o relato do que fazem, fala do histórico de outras lutas que travaram junto com o povo.

As referências a ídolos são comuns nas falas de abertura desta festa. A interlocutora 07, representando a CPT, cita José Martí, lembrando aos presentes que a melhor maneira de dizer é fazer. Novamente a enunciação é feita para ser decodificada pelas chaves de leituras que os camponeses possuem, “o fazer”. Mas ressalta-se que é um fazer que precisa ser educado à liberdade e à igualdade. Neste momento, como se quisesse atualizar a luta de Martí, afirma que a CPT tem esta função, de criar, com toda a sociedade, mas especialmente com os camponeses, um lugar de educação para a liberdade e felicidade dos povos. Mas ressalta-se que é uma educação que se faz em atividade, no fazer-se, na ação, no trabalho livre e não no vazio: “a CPT, Comissão Pastoral da Terra, ela tem esta função, esse compromisso e acredita na semente da vida, isso não só pela fala, mas pelas nossas práticas concretas, nessas fronteiras onde a vida está tão ameaçada” (INTERLOCUTORA 07, 2014)¹⁴⁵. O enunciado revela a prática da CPT ao lado do povo sofrido, como não deixa de ser o legado de Martí ao identificar-se com o “povo sofrido”. Ao relatar seu fazer, expresso na realização das festas das sementes

¹⁴⁵ Informação verbal obtida pelo autor, na Festa das Sementes Crioulas de Mandirituba, em 2014.

crioulas e em outras lutas, mais a frente relatadas, revela-se como organização legitimada para contribuir com a aglutinação do “povo sofrido”. Vida é a palavra. Portanto, se faz necessário a fundação das lutas libertárias de cunho popular em toda sua diversidade.

O interlocutor 06 (2014), que fala na sequência, foi convidado a homenagear um “homem do nosso tempo” - falecido recentemente. Este ícone é o Dom Tomás Balduino, que participou da primeira festa de Mandirituba. Ele expressa-se dizendo que seria só mais uma homenagem, se não revelasse a nós o simbolismo das sementes crioulas. Explicita-se nesta fala o sentido de semente, os princípios de visão e divisão do mundo social, as ameaças e as estratégias de luta:

[...] ele estava fazendo a homilia daquela parábola do semeador, e depois fez comigo, com todos nós um gesto do semeador - semear a semente. Não só semente de planta, mas também semente de uma nova sociedade, semente de justiça, de partilha (INTERLOCUTOR 06, 2014)¹⁴⁶.

A atuação em lutas pelo povo pobre é reforçada na fala do interlocutor 06 ao homenageá-lo:

Dom Tomas, faleceu dia 2 de maio em Goiânia, com a idade de 92 anos, lúcido, interessado nas lutas da terra, do índio, do quilombola, dos pequenos agricultores, dos camponeses, acompanhando até o final de sua vida todas estas questões ligadas ao campo, a *defesa do pequeno* [...] (INTERLOCUTOR 06, 2014).

Segundo o interlocutor 06, a ação necessária se assemelha como o que fez Dom Tomas: “Ele teve esse papel de visionário, de dizer que precisamos de organizações que chegam mais perto do povo e mostram como o reino de Deus se concretiza no meio de nós”. Notamos que assume o papel de visionário, ou seja, de falar e, através da antecipação dos fatos, criar grupos (organizações) do povo pobre, a luz de princípios extraterrenos e inquestionáveis. A maneira como a luta deve ser feita, para Dom Tomas, nas palavras do interlocutor 06, passa por um longo período de institucionalização:

Dom Tomas Balduino, que foi fundador em 73 do CIMI - Conselho Indigenista Missionário, que foi o início de uma ação da Igreja Católica na defesa dos indígenas do Brasil. [...] A outra vertente é a luta dos atingidos de barragens, onde a pastoral da terra apoiou esta luta já nos 76 e 77. Dom Tomás também é fundador da Pastoral da Terra, em 1975. [...] Quando eu penso na pessoa, na figura de Dom Tomas, me vem uma passagem que

¹⁴⁶ Informação verbal obtida pelo autor, na Festa das Sementes Crioulas de Mandirituba, em 2014

Jesus falou, para os discípulos quando ele disse, 'eu envio vocês como ovelha no meio de lobos, e por isso sejam espertos, sejam sagazes, lúcidos, como as serpentes. Mas também sejam simples, sem dolo, sem maldade, sem malícia, como as pombas'. Dom Tomas concretizou isso. Quem vai com a visão do reino de Deus, levando o reino de Deus para frente, ele tem que se dar conta dessa dinâmica. Porque na verdade está falando de quatro animais aí, de quatro bichos, do lobo, o que faz o lobo? Quer matar a ovelha. Ai tem a ovelha, mas não é para ser exatamente como as ovelhas, vocês tem que ser como a serpente, tem que ser espertos, tem que ser astuto, mas também não deve ser só como a serpente, porque vocês estão levando o reino de Deus, então vocês tem que ser sem malícia, singelo, simples de coração (INTERLOCUTOR 06, 2014).

Já o representante da Associação de Agricultura Orgânica do Paraná - AOPA, ao fazer uso da palavra¹⁴⁷, remete a Rudolf Steiner, criador da biodinâmica, dizendo: “a fecundação acontece quando a semente encontra a terra”. Desta forma o agente em questão se associa a todos aqueles que lutam pela terra, ou melhor, associa a luta das sementes crioulas com a luta pela terra¹⁴⁸. Ao se voltar para a filosofia da Biodinâmica, encontra-se posicionado contra os processos industriais que a agricultura dos últimos anos reproduz. Portanto, sementes crioulas significam para a agricultura biodinâmica um dos fundamentos da agricultura, que é por sua vez, fundamento de toda cultura. Neste sentido agricultura não é tratada como fonte de lucro, mas de cultura, de vida, de trabalho, de interação com o universo. Uma relação de dádivas entre cultura, natureza e cosmos.

O representante da Assesoar, presente na festa de Mandirituba, descreve o público e o projeto da instituição. Segundo o agente, suas ações tem o sentido de “construir alternativas ao projeto do capital”. Afirma que a sociedade é dirigida “pelo sistema econômico”. No campo das sementes “poucas empresas querem controlar as sementes em prol do lucro e dominação do mercado”. Este é o diagnóstico apresentado. Enquanto ação, o estudante 01 representante da Assesoar (2014), informa que a Assesoar, realizou este ano, a décima terceira festa das sementes, em uma articulação com outras organizações, a exemplo do movimento sindical, do movimento cooperativista, do MST e do MAB. Para ele, isso deve ser feito para “não deixar as grandes empresas controlar e se apoderar da biodiversidade da região, do país e do mundo”. A festa cumpre um papel de garantir o acesso de todos a esta biodiversidade. Fala que “o objetivo principal é construir um banco vivo, onde o que

¹⁴⁷ Palavra, no sentido de Bourdieu, - poder de designar – de fazer grupos pela palavra - também faz uso de citações.

¹⁴⁸ O poder de associar a luta das sementes com outras lutas é exercitado em Mandirituba. Visão que permite mais uma vez, perceber a intenção aglutinadora, de formação de grupos.

é conservado não está apenas na mão de um. Que todos possam ter acesso e guardar suas sementes para cultivo e não depender das grandes empresas acumuladoras de poder no campo das sementes”. A fala é de combate ao sistema capitalista e o objetivo é se contrapor, em todos os campos. Na agricultura, é nas sementes que o sistema capitalista exerce seu maior poder de concentração de riquezas e controle. A Festa das Sementes é, então, apresentada como uma luta local contra um sistema global, como se fosse necessário produzir provas da possibilidade e como acúmulo de forças para um embate maior contra o capitalismo. Este parece ser o tom da Assesoar naquele momento.

Na esfera de maior consequencialidade, ou seja, na arena política ao nível federal”, chamada de terceira arena - agentes que estão posicionados dentro da burocracia do Estado e no campo político (profissional) - ouve-se deles análises sobre o contexto atual do embate das sementes dentro do Estado. O interlocutor 08, um representante da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) que participa na Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBIO) - comissão analisa a aprovação dos transgênicos no Brasil – começa sua fala anunciando as ameaças que as sementes transgênicas representam. Afirma que:

“Os transgênicos não funcionam, não diminuem o uso de veneno, eles não aumentam a produtividade, ao contrário, eles não controlam as pragas que pretendiam controlar, na verdade forçam o surgimento de pragas mais perigosas [...] São produtos que fazem diminuir a produtividade, fazem aumentar o uso de veneno, afetam a natureza e ameaçam a vida de todos nós” (INTERLOCUTOR 08, 2014)¹⁴⁹.

Na sequência de sua exposição, o agente dá credibilidade e prestígio à festa e aos guardiões. Cita que agricultores como o Guardiã X que desenvolve, quase sem apoio - só com base na convicção que está do lado certo, ou seja, a favor da vida-, um esforço de multiplicação de sementes crioulas, ao contrário do grande esforço do agronegócio. Compara que a manutenção de 300 espécies por um agricultor, representa muito mais que os 35 tipos de transgênicos que tem o Brasil, sendo 18 de milho. Segundo o interlocutor, que também representa a AS-PTA, os cultivos com transgênicos ocupam 70% da área cultivada. Essa é a ameaça, que somada ao uso crescente de agrotóxicos, representa risco da saúde à longo prazo. Segundo o Interlocutor 08, sementes têm memória:

¹⁴⁹ Informação verbal obtida pelo autor, na Festa das Sementes Crioulas de Mandirituba, em 2014

“As normas estabelecidas no Brasil, trabalham contra a vida, trabalham contra a ideia de semente como algo que se propaga e que incorpora o conhecimento através do uso. [...] é uma verdade clara que as sementes têm memória. Porque a semente cultivada em uma mesma região durante anos sucessivos, acompanha as mudanças que a natureza processa naquela região. E incorpora em sua memória de tal maneira que a cada ano está adaptada as transformações. As sementes transgênicas não são feitas dessa forma” (INTERLOCUTOR 08, 2014)¹⁵⁰.

Os discursos ao valorizarem as sementes crioulas e seus guardiões, ao fazem associações com outras lutas, ao demonstrarem os riscos das sementes transgênicas, desnaturalizam o uso das sementes melhoradas, ou seja, colocam em disputa interesses opostos entre os que defendem as sementes crioulas e os que defendem as sementes transgênicas.

Pela análise dos discursos expressos na festa de Mandirituba, promovidas pela ABAI, percebe-se que nesta as sementes crioulas foram definidas como um “dom” – cuja existência se encontra ameaçada, sendo esta representação um diferencial em relação às demais festas.

Desta forma, toda a ameaça às sementes crioulas foi tratada como uma ameaça à humanidade: o que se vê nas sementes, se vê na sociedade, ou melhor, as injustiças na distribuição de “capitais” no mundo se revelam também nas sementes. Esta é a tônica desta festa.

Compreende-se que na fala do Animador 01 (2014) a troca de sementes é social e antieconômica. Sustenta-se nos argumentos que tudo o que é da terra deve ser partilhado e não usado para acúmulo de lucros. É uma frase incorporada pela trajetória da entidade e expressa nos atos da festividade como parte da estratégia de estruturação da prática social com sementes crioulas. Portanto, é clara a denegação do econômico. Afirmam que “a nova sociedade” seria o terreno onde as sementes crioulas teriam as condições de prosperar. Logo, se enuncia as sementes de uma nova sociedade, que, quando constituída, reconstituirá o valor das sementes crioulas¹⁵¹ (ANIMADOR 01, 2014).

A fala do interlocutor 06 (2014) – pastor –, pode ser considerada uma síntese da orientação da festa. Semente como dom, como obra de Deus, como semente de

¹⁵⁰ Se estávamos a procura de especificidade da luta, ou seja, princípios próprios da defesa das sementes crioulas, temos agora a memória da semente. Uma luta que se liga intimamente com as práticas camponesas. Este é um princípio que confere autonomia e legitimidade aos agentes que defendem as sementes crioulas.

¹⁵¹ Que são as “semente de vida”, “semente do amor”, “semente da paz”, como nos apresenta os cânticos da celebração, principalmente das festas onde a CPT e CAPA organizam ou influem a exemplo de Mandirituba e nas festas sob a coordenação da Diocese de Santa Cruz.

justiça. Em outras palavras, como gênese de uma nova sociedade em todos os seus aspectos humanos: do humano cheio de bondade, reciprocidade, solidariedade e amor, que não espera valor correspondente imediato, onde se fundam relações sociais e não negócios¹⁵². As trocas das sementes entre os participantes, as solidariedades incentivadas no ato da partilha das sementes e dos alimentos, o contato direto e a interação, como se fosse vontade do “reino de Deus”, se imposto a todos os que participam da festa, conferem legitimidade à enunciação teórica da dádiva e funcionam como espécie de comprovação da possibilidade da “nova sociedade”. Nesse contexto, a acolhida com alimentos é um ato, sobretudo simbólico e relevante para as festas. Com ele se exercita a gratuidade e a proximidade fraterna entre os participantes. Esta gratuidade vai se chocar frequentemente com os direitos de propriedade intelectual que são cobrados sobre as sementes melhoradas e transgênicas, mas, sobretudo com a possibilidade ou não de vender sementes crioulas na festa. Nas edições com a presença da CPT, elementos se apoiam em uma visão religiosa, muito presente entre os agricultores, como a expressão de alimento sagrado e semente como dom de Deus, sendo que a preservação das mesmas faria parte deste projeto. A gênese do homem, da natureza, da terra, da semente e do alimento é atribuída à divindade e tudo deve ser partilhado. Esta relação pode ser verificada no lema das festas de Mandirituba: “Sementes: o maior presente da mãe terra”. Nas palavras da representante da ABAI, “se soubermos preparar, cuidar, molhar e colher, a natureza dá de presente o alimento para você” (REPRESENTANTE 01, 2014)¹⁵³.

A forma como se faz está “nova sociedade” é comparada pelo interlocutor 06 a uma luta e, ao enunciar as características dessa luta e dos lutadores, representa-a como: “ovelhas no meio dos lobos”. Lobo-ovelha-serpente-pombos emprestam suas habilidades para o embate. Esta parábola religiosa é muito conhecida de todos os presentes, dado o papel que os símbolos da religião têm de comunicar o mundo social a ser conquistado¹⁵⁴ (ANIMADOR 01, 2014). Um adequado diagnóstico que revele as fontes das ameaças parece ser considerado essencial na luta. A referência à Martí nos revela a corrente teórica presente na festa das sementes crioulas, que

¹⁵² A bondade é uma fonte de capital simbólico que tem força de ser reconhecida pela sociedade.

¹⁵³ Informação verbal da festa de Mandirituba, 2014.

¹⁵⁴ De certa forma, esta estratégia faz lembrar a cultura dos povos indígenas em suas celebrações pre-hispânicas no México, onde animais como o jaguar e serpente eram venerados, pois emprestavam suas habilidades aos líderes e guerreiros.

podemos também imputar à CPT – a Educação Popular onde considera-se que a divisão do mundo se dá entre impérios e colônias. Entre povos dominantes e povos dominados ou povo escravo de outro povo. Nesse sentido chama atenção na Festa de Mandirituba o resgate da história da fundação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para defender os índios da exclusão de suas terras.

As visões de mundo enunciadas podem ser relacionadas ao conceito de espaço social de Bourdieu (1996b), como espaço de embates, lugar concreto onde duelam os agentes oponentes, que se faz real em pequenos grupos aglutinados por princípio de visão e divisão de mundo semelhante, presentes em inúmeras e pequenas disputas em inúmeras instituições e esferas, onde a posição que ocupa o agente está em relação ao polo econômico ou ao polo cultural e sua posição depende da quantidade e qualidade de capitais que os possui, definindo-se os agentes oponentes em um jogo de forças. Tais considerações permitem perceber a centralidade da crítica nas festas ao pensamento utilitarista e mercantilista e a defesa de um mundo “regionalmente diferenciado” que se desenvolve fora dos domínios do Estado e do Mercado¹⁵⁵.

A divisão do mundo social adotada coloca de um lado aqueles orientados pela lógica econômica da lucratividade e de outro aqueles orientados pelos princípios da dádiva, que se manifestam na bondade e na solidariedade - que tem a sua forma inversa representada pelo utilitarismo e a ganância. A sociedade idealizada deve, então, ser constituída pelos movimentos de base, restabelecendo a utopia. A festa de Mandirituba também promove, em vários momentos, a suspensão da realidade para, por meio da programação festiva, vivenciar a utopia. Contudo, a festa é também uma enunciação não abstrata, pois trata do dizer e do fazer. As sementes, dotadas de sentidos, são também um bem material que necessita trabalho de resgate, cuidado, reprodução e troca, para que simplesmente exista. Neste sentido, a troca cumpre o papel de conservação e disseminação destas sementes, contudo o estímulo para ela não vem por razões técnicas. A utopia da nova sociedade baseada na deliberação direta das pessoas está contida especialmente na festa das sementes de Mandirituba, ou em outras palavras, presente na CPT, uma das organizações chaves na organização de várias festas das sementes do Sul do

¹⁵⁵ Estas são mais algumas semelhanças a teoria da Dádiva.

Brasil. Trata-se de uma vertente utópica, revelada pela teoria da dádiva, que continua sendo percebida em muitas outras passagens nas celebrações, a exemplo da carta enunciada ao final das festas. Antes da sua leitura, o Integrante 01 (2014) com a palavra, profere: “Nos entendemos que é uma atitude, uma tarefa de governo proteger o fraco, contra a ganância do poderoso” [...] “Na verdade estão se deixando dominar por estas (pessoas) gananciosas”.

A carta de Mandirituba centra na defesa da biodiversidade, na defesa de um modelo próprio de agricultura como direito milenar. Afirma que o governo está sendo omissivo e indiferente com a ameaça dos transgênicos. Afirma que a CTNBIO não cumpre sua verdadeira missão, antes a missão das empresas escondendo os riscos das sementes transgênicas. Esta é uma fala recorrente em todas as festas. É na carta que a biodiversidade e os direitos ganham relevância. Ou seja, um documento redigido com os capitais que são facilmente compreendidos pelo campo político e burocrático. Pedem ao governo proteção a “liberdade e soberania na escolha e na proteção do nosso próprio modelo de agricultura, sendo isso um direito assegurado pela constituição brasileira”. Pedem ao governo mais investimentos em pesquisa para promover agroecologia e que não gaste como pesquisas com transgênicos. Pedem que os governos se mantenham “independentes dos interesses econômicos das grandes corporações”. Por fim pedem que as lavouras transgênicas sejam isoladas para não contaminar a produção orgânica. Por fim: “pedimos que o estado proíba imediatamente o plantio de plantas transgênicas de polinização aberta”.

A Festa das Sementes da ABAI, por fim, pede que o Estado, atue em favor das visões de mundo que enunciam. Nesta festa, a luta popular é evidenciada como necessária para a transformação social. Contudo, a tal luta, baseia-se no valor da vida e em grande parte, pela denegação do econômico, o que pode ser verificado nas enunciações sobre dádiva, que expressa uma luta entre empresas gananciosas e o povo pobre.

4.7.2 Visão de mundo e luta das sementes na Festa de Rio Azul – Coletivo Triunfo

Na festa de Rio Azul, promovida pelo Coletivo Triunfo e AS-PTA, algumas pessoas cumprem o papel de falar das disputas na terceira arena, a medida que representam as entidades nas comissões do Estado. O interlocutor 09 (2015), revela

que o Brasil foi o primeiro país do mundo em ter uma política nacional de agroecologia. Segundo ele, esta é fruto de muitos anos de luta. Revela que há muitas organizações pelo Brasil realizando eventos como este. Logo, enfatiza que a política não é obra do acaso e sim deste histórico de lutas. Esta política, segundo ele, “gerou um plano, um plano que tem atividades, que tem recursos, com orçamentos, inclusive na área da semente crioula”. Cita o exemplo do PAA Sementes. Contudo, alerta os participantes que para cada avanço há sempre reações no sentido contrário, empreendidas pelo agronegócio. Cita como exemplo a criminalização dos movimentos sociais, se referindo a investigações realizadas sobre este programa PAA no Paraná. Portanto, é um discurso que aponta os avanços no sentido de legitimar ações como a festa, mas ao mesmo tempo, revela a existência de conflitos ao nível da terceira arena, que tendem a neutralizar as proposições da primeira e da segunda arena. A defesa do que foi conquistado é uma sugestão do agente do que deveria ser feito.

“Então a palavra de ordem [...] é dar continuidade ao que está funcionando. Dar continuidade a política de agroecologia, dar continuidade ao PAA, ao PNAE, porque se a gente não assegurar, estes programas estão ameaçados e podem ser desconstruídos a partir do ano que vem” (INTERLOCUTOR 09, 2015)¹⁵⁶.

Desta forma, a defesa política da posição de representação daqueles que estão na terceira arena está posta: “que a gente defenda, fazendo na comunidade, nos sindicatos, nas organizações, cobrando, tem que pegar o telefone e ligar dia a dia, tem que fazer pressão, inclusive nos nossos aliados que estão dentro do governo” (INTERLOCUTOR 09, 2015). Lembra que a carta do evento deverá conter uma posição política para dizer que os participantes acham que a política nacional de agroecologia é muito importante, mas, ao mesmo tempo, é muito pequena.

O interlocutor 09 (2015), como liderança, tem o papel de enunciar as visões de mundo próprias de seu âmbito. Aponta para a diferença de valor sobre o financiamento agrícola que é destinado pelo governo a Agricultura Familiar e o Agronegócio: “se a gente ver o plano safra do agronegócio é mais que 10 vezes do plano safra da agricultura familiar”. Pondera sobre o alcance do plano de

¹⁵⁶ Informação verbal obtida pelo autor na Festa das Sementes realizada no município de Rio do Azul em 2015.

agroecologia que existe: “não é o plano que nós construímos, foi o plano que foi possível negociar”.

Sobre as sementes crioulas, afirma que Embrapa tem dentro de seus congeladores sementes que foram retiradas das comunidades há décadas atrás e estão lá congeladas nos Bancos de Sementes. Sugere:

[...] que estas sementes voltem para as comunidades. Aqui a gente tem uma riqueza muito grande [...] Então, isso é uma luta. [...] que vai depender muito da nossa capacidade política de fazer com que os órgãos atendam as demandas da agricultura familiar” (INTERLOCUTOR 09, 2015).

Os homens da ciência se fazem também presentes na festa de Rio Azul. Assim como em Ibarama, pesquisadores da Embrapa e da Universidade realizam trabalho com sementes crioulas junto aos guardiões. O Interlocutor 10 (2015), professor de universidade estadual paranaense, relata o “pouco que fazem”, em suas palavras, no apoio a agroecologia, mas sobretudo reconhece o trabalho da festa e dos guardiões, no sentido do que entendemos como atribuição de prestígio. Vejamos a transcrição de suas palavras:

Mas estou envergonhado pelo pouco que a universidade faz [...] Não tem nada institucional. [...] Nós precisamos deixar terra e água para as próximas gerações. [...] Vocês fazem alta tecnologia. [...] Eu tenho um milho que é meu, está na minha propriedade, é minha semente, para aquele solo, para aquele clima. Que agronegócio que tem isso? [...] Vocês tem o domínio, vocês tem a tomada de decisão. Você está melhorando, você está colhendo de forma diferente. Então é vocês que fazem alta tecnologia (INTERLOCUTOR 10, 2015)¹⁵⁷.

Interlocutor 11 (2015), usa a palavra na festa de Rio Azul para dizer que sua instituição de pesquisa tem trabalho com sementes crioulas há mais de 10 anos e que um grupo bastante significativo de pesquisadores coletam materiais e o purificam. Em sua expressão: “dá uma garibada, uma purificada, mas o nosso objetivo é que ele volte para a mão do agricultor”. O referido interlocutor, como pesquisador, recupera o processo que inculcou a agricultura moderna como natural. Assim ele se pronuncia:

Eu me lembro na década de 70, quando eu iniciei um trabalho como técnico agrícola, plantar com adubo, o agricultor tinha resistência. Eu me lembro que naquela época uma fábrica que atuou, que hoje ainda existe, que vocês devem conhecer, [...] eles davam adubo de graça. Elas davam o adubo e o

¹⁵⁷ Informação verbal obtida pelo autor na Festa das Sementes realizada no município de Rio do Azul em 2015.

frete de graça. O agricultor começou a plantar. Se fazia muito lavouras demonstrativas. Eu me lembro quando ingressei na secretaria da agricultura do Rio Grande do Sul, eu cheguei em um município e fui apresentado os agricultores como se eu fosse o salvador da pátria, que eu tinha que trazer novas tecnologias, novas sementes. Era trabalhado assim porque a gente aprendeu na escola, na nossa academia, desde o colégio agrícola até a universidade só se falava em adubo químico e então é claro que o profissional que ia depois sair, saia tentando reproduzir aquilo que aprendeu na escola. Graças a Deus que hoje este quadro, este cenário mudou. Mudou Bastante (INTERLOCUTOR 11, 2015)¹⁵⁸.

Também dirige a palavra ao trabalho das organizações populares, que realizam a festa, como aquelas que influenciaram as mudanças de visão:

Estas instituições, Fetraf, Assesoar, AS-PTA, e tantas outras, tiveram um papel importante, se as instituições como a Embrapa e outras, estão mudando, mudaram muito, para o que vocês querem certamente estas instituições de vocês tiveram a influência. E vocês tem que manter essa influência [...] Mas eu quero dizer para vocês e parabenizar vocês por este evento, e dizer que realmente vocês estão no caminho certo, devem continuar e nós vamos trocar experiência (INTERLOCUTOR 11, 2015).

O interlocutor 11, confere importância ao trabalho realizado, certifica, de certa forma, as entidades que o promovem. É quando a segunda arena confere prestígio – capital simbólico – ao feito. Se ele é uma pessoa do campo científico e faz afirmações neste sentido, as festas das sementes crioulas estão validadas pela ciência.

Entre aqueles que podem falar pelo povo, está o Interlocutor 12 (2015), líder sindical. Faz a sua fala em defesa das sementes crioulas no evento. Trata-se de um representante de primeira arena que se situa diante da terceira arena. Seu discurso é direcionado aos agricultores, no sentido de obter a aprovação dos mesmos e assim se refere:

Queria dizer que nós, na nossa região centro sul do Paraná temos dado um grande exemplo para o Paraná, e para o Brasil, e quem sabe até para o mundo, que este trabalho riquíssimo, que os nossos guardiões das sementes, que nossos agricultores e agricultoras familiares fazem com seu suor, sem muito apoio governamental, sem a existência de políticas públicas específicas para a gente fazer este trabalho, mas este trabalho riquíssimo, da preservação da biodiversidade, da preservação das sementes crioulas. Cada Agricultor e cada agricultora familiar que de alguma forma faz um trabalho de preservação da biodiversidade na sua propriedade pode sem dúvida nenhuma bater no peito, se orgulhar, que está fazendo não só um trabalho para si, não só para a comunidade onde

¹⁵⁸ Informação verbal obtida pelo autor na Festa das Sementes realizada no município de Rio do Azul em 2015.

ele vive, não só para o município, mas fundamentalmente para a humanidade (INTERLOCUTOR 12, 2015)¹⁵⁹.

Quanto a forma de fazer a luta, o representante sugere:

Acho que esta junção do trabalho prático que as nossas famílias realizam, com a junção da força representativa dos nossos sindicatos, da nossa federação, das nossas entidades representativas, somente através deste processo, em parceria com universidades, com pesquisa, nós teremos a força necessária para fazer com o que o governo atenda as reivindicações nossas e efetivamente transforme aquilo que nós construímos em política que venham a preservar a biodiversidade. [...] mas temos que ter consciência que não estamos jogando sozinho, nós temos um grande agronegócio, nós temos um poderio econômico que não quer que a preservação da biodiversidade continue sendo feita e então a gente precisa estar agarrado em nossas experiências juntamente do que temos de representação política seja no congresso nacional e principalmente através das nossas organizações. [...] espero que feira como esta possam ser replicadas em outros locais pra gente tornar este movimento em defesa da biodiversidade cada vez mais forte (INTERLOCUTOR 12, 2015).

São também falas que procuram conferir capital simbólico aos guardiões e aos organizadores das festas, ao tempo que se chama a atenção para a luta na terceira arena. Ou seja, o tema da política pública estava em evidência na festa das sementes de 2015. Este é um período que se enunciam políticas públicas para o fortalecimento da Agroecologia. As falas representam um trabalho de base e um trabalho representativo. Os discursos, ao classificarem distintas visões de mundo, buscam legitimar aquelas que defendem, estabelecendo um contexto de disputas entre agentes dominantes e dominados.

A análise dos discursos enunciados na festa promovida pelo Coletivo Triunfo conferem uma nova posição às sementes crioulas ao politizar o uso cotidiano das mesmas pelos camponeses. Nas enunciações da festa as sementes são apresentadas como uma riqueza (“Aqui a gente tem uma riqueza muito grande”), como “biodiversidade”, como “tecnologia apropriada” ou “alta tecnologia”. Chama atenção neste sentido, a comparação feita nessa enunciação provinda de um representante da ciência:

Vocês fazem alta tecnologia. [...] Eu tenho um milho que é meu, está na minha propriedade, é minha semente, para aquele solo, para aquele clima. Que agronegócio que tem isso? [...] Vocês tem o domínio, vocês tem a tomada de decisão. Você está melhorando, você está colhendo de forma diferente. Então é vocês que fazem alta tecnologia (INTERLOCUTOR 10, 2015).

¹⁵⁹ Informação verbal obtida pelo autor na Festa das Sementes realizada no município de Rio do Azul em 2015.

As sementes são tratadas como riqueza que haveria de ser preservada e compartilhada de forma solidaria. Tais orientações levam à constituição da figura do guardião. Neste caso, a produção de sementes crioulas pelos guardiões e, mesmo por outro, contribui para estabelecer os mecanismos de produção, troca e conservação das mesmas. O guardião como produtor da semente é criado pelo meio social que o consagra. Contudo, seu prestígio se deve ao valor atribuído as sementes crioulas, que se faz por ela mesma ou se faz contra a dominância das sementes transgênicas.

Organismos de Estado como pesquisa e ensino são mobilizados, ou seja, a ciência, para dar suas credenciais aos guardiões e, sobretudo, as organizações - sejam ONGs, igrejas, sindicatos - que fazem o trabalho de mobilização e formação de grupos através da valorização das sementes crioulas. A presença de pesquisadores das universidades e dos órgão de pesquisa, cada vez mais destacada nestas festas, revela a força de mobilização que alcançam os princípios que separam “agricultura para o lucro” e a “agricultura como cultura”¹⁶⁰. Ao mesmo tempo, confere-se ênfase ao papel estruturante das políticas públicas, buscando-se orientar a mobilização para sua efetivação.

As organizações e redes que se situam nesta arena, disputam sobretudo, os capitais culturais, representados pela ciência, pelos serviços de extensão rural, pelos partidos e pelas organizações populares.

4.7.3 Visão de mundo e luta das sementes na festa de Ibarama

Os agentes que representam o Estado posicionam o Dia de Troca de sementes crioulas em Ibarama em lugar de influência estadual e nacional, legitimando e conferindo prestígio ao trabalho local desenvolvido pela instituição EMATER/RS e pelos guardiões.

No discurso oficial da festa de Ibarama, declara-se os objetivos da mesma, como se fosse uma festa da “ordem”. Como objetivos, a mestre de cerimônias, em seus deveres protocolares, menciona:

Estimular o intercâmbio de saberes, experiências e conhecimento entre agricultores, extensionistas rurais, pesquisadores, estudante e sociedade em geral com o intuito de preservar valores culturais, manter a diversidade

¹⁶⁰ A trajetória do Coletivo Triunfo (já narrada em outro momento) aponta a construção efetiva de um grupo social a partir das sementes.

genética, diminuir a dependência dos agricultores e difundir as sementes crioulas, potencializando seu uso. Busca sensibilizar [...] para a importância desse germoplasma para comunidades rurais e sociedade geral (CERIMONIAL, 2014. Brasil)¹⁶¹.

Nota-se que o discurso oficial sobre sementes crioulas busca apoio dos presentes para expansão das ações realizadas: “este trabalho aqui é um esteio de um trabalho de reconversão da agricultura” (INTERLOCUTOR, 22, 2014)¹⁶². Consideramos que o Estado busca afirma-se no debate da sociedade local, ao dizer o que deve ser, a importância que tem, como deve ser visto, entre outros.

Um outro interlocutor, da mesma instituição do RS, ressalta a importância dos materiais crioulos, afirmando que são mais rústicos e produzem sob condições adversas. Ressalta a importância da biodiversidade para a segurança alimentar. Na sua fala há certa denegação das experiências de preservação em bancos de sementes controlados por organizações de pesquisa. O agente pondera sobre o uso do termo sementes crioulas, defendendo que se fale de “espécie da biodiversidade crioula”. A fala do especialista da segunda arena insiste em “corrigir” ou trocar expressões, a exemplo de “sementes crioulas” por “espécie da biodiversidade crioula” em uma clara disputa entre os agentes pelo poder de definir (INTERLOCUTOR 03, 2014).

A interlocutora 04 (2014), na mesma ocasião, dirige seu discurso aos Guardiões. Como agente que está situado na terceira arena representando os agentes da “primeira arena” incentiva os guardiões para que continuem o resgate das sementes: “é para valorizar nossos guardiões [...] É a valorização do nosso povo”. A interlocutora vê no evento uma forma de homenagem aos guardiões e a cultura do povo do município, sem explicitar o diagnóstico, a prescrição é valorizar o povo de Ibarama. Este discurso, muito se aproxima do discurso de alguns guardiões. A festa, portanto, é esse lugar de produzir, como também de reproduzir consensos, um repositório de sentidos, que abre inclusive a oportunidade de produção contra a ordem.

A Universidade Federal de Santa Maria, representada pela Professora S3 (2014), agente da segunda arena, alerta que a pressão econômica do capital vem

¹⁶¹ Informação verbal obtido pelo autor no Dia de Troca das Sementes Crioulas em Ibarama-RS em 2014.

¹⁶² Informação verbal obtido pelo autor no Dia de Troca das Sementes Crioulas em Ibarama-RS em 2014.

crescendo muito na agricultura brasileira. A prescrição é a troca de experiência e de conhecimento para enfrentar esta lógica. O relatório é que há muitos anos a universidade procurou estreitar laços com experiências como estas e com as instituições que desenvolvem este trabalho. Segundo ela, a festa:

Para nós é um momento de muito aprendizado, de troca de experiências, de troca de conhecimento, que engradece a todos. Participar hoje do décimo terceiro dia de troca, é um momento de socializar todos os saberes que envolvem a agricultura familiar autônoma, que propicia autonomia, a liberdade do agricultor produzir e se afastar da pressão econômica do capital que vem crescendo muito na Agricultura Brasileira (PROFESSORA. S3, 2014)¹⁶³.

Para esta interlocutora, a festa pode a ser considerada um evento de contestação da ordem econômica que oprime os agricultores.

Já o interlocutor 05 (2014), incumbido de dar a bênção das sementes, como representante religioso, faz uma fala chamando a atenção para as fragilidades das representações que estão sendo construídas no evento e, assim, busca uma correção dos enunciados, criticando os que pautam a luta das sementes pela história dos antepassados (como prática idealizada). Para ele a luta é entre aqueles que lutam pela vida e os que afrontam a vida; do crioulo contra o transgênico. Saliencia que os valores culturais do povo e sua história são opostos dos valores das multinacionais. O mundo estaria dividido entre aqueles que são independentes e aqueles que são dependentes. A classificação operada, para dar noção de conflito e interesse fundada na cultura, posiciona o povo de um lado e as multinacionais de outro. A transgenia é apresentada como oposta a um projeto de vida, como aquela que rouba a independência. Assim, as crioulas foram representadas como possibilitadoras da saúde humana, enquanto que os transgênicos foram classificados como “porcarias”. O interlocutor busca desta forma fazer o trabalho político de contestação da ordem vigente, que percebe que não foi feito por aqueles que o antecederam na fala de abertura do evento. Ao se colocar como representante do clamor do povo, cobra ação do Estado que, pelo seu diagnóstico, está fazendo pouco em favor da produção orgânica. Segundo ele, o “clamor do povo” não foi ouvido. Ainda, chama a atenção dos que produzem sementes crioulas usando veneno. Para ele a disputa, portanto, não é unicamente pela semente, mas pelo modelo de agricultura. Conforme citação:

¹⁶³ Informação verbal obtido pelo autor no Dia de Troca das Sementes Crioulas em Ibarama-RS em 2014.

Gostaria de lembrar que o dia da troca, o dia do seminário, não é um fato folclórico. Mas é um resgate pela vida. Porque aquilo que conservou, na história, a saúde humana, e também dos animais, foi de fato por aquilo que é crioulo. Não foi nada transgênico. Milhares e milhares de anos o ser humano viveu assim. Porque agora as multinacionais querem tirar nossa independência, desfiando nossos valores, com essas porcarias dos transgênicos? Essa é verdade (INTERLOCUTOR 05, 2014)¹⁶⁴.

O valor à vida é o princípio mais acionado na fala. Ataca o discurso oficial do Estado, que julga inoperante. Ataca também a inocência que sentiu em algumas falas de guardiões que se referem à razões particulares para a conservação de sementes (ligando-as à lembrança das práticas de antepassados), e aponta para a necessidade da luta política contra as multinacionais.

Na análise dos discursos enunciados em Ibarama, percebe-se uma disputa em torno ao valor das sementes crioulas.

A professora da escola municipal de Ibarama que desenvolve o projeto dos guardiões mirins junto às escolas acrescenta que as sementes transgênicas são uma ameaça para a saúde, para a biodiversidade e para a história de um povo. Assim, ela se expressa sobre o assunto: “A gente explica sobre a questão da saúde, que as sementes crioulas são mais saudáveis, mais resistentes a pragas e a importância de preservar a história” (PROFESSORA. M1)¹⁶⁵. Ela sustenta que a maioria das sementes resgatadas vem de geração em geração. Portanto, a produção de sementes crioulas, ainda existente, se deve à tradição camponesa. Reconhece que, muitas vezes, o regate realizado na escola está ligado a uma memória do que faziam os antepassados. Esta memória, por sua vez, também está ligada a uma a necessidade das sociedades futuras. Contudo, este tipo de argumentação de justificação da conservação de sementes crioulas discurso será desconstruído na fala de outros enunciadores, que se situam na segunda arena, revelando um conflito de como a questão deve ser abordada. Um interlocutor coloca explicitamente:

Semente crioula não é apenas uma questão lúdica, apenas cultural, de fazer o plantio com a semente que meu pai e meu avó fazia. (INTERLOCUTOR 02, 2014)

¹⁶⁴ Informação verbal obtido pelo autor no Dia de Troca das Sementes Crioulas em Ibarama-RS em 2014.

¹⁶⁵ Informação verbal, em entrevista ao autor, festa de 2014, em Ibarama - RS.

O diagnóstico aponta, então, para um possível equívoco no debate das sementes crioulas, que teria sido percebido nas enunciações vindas principalmente da primeira arena, ou seja, na fala dos guardiões, que colocam o valor das sementes crioulas como uma abordagem de resgate da tradição, do passado idealizado, como a preservação de uma prática de pais e avós. Desta forma, o diagnóstico relativiza os aspectos culturais e exalta os aspectos científicos, anunciando que o verdadeiro valor das crioulas é a base genética que possuem.

Isto revela que a festa é o espaço onde se processa a produção específica do campo, onde agentes entram em conflito para a definição dos capitais mais valorizados neste campo.

Segundo interlocutor que falou representando a Emater/RS na ocasião, a conservação das sementes crioulas se soma e se legitima na busca pelo desenvolvimento sustentável:

É fundamental o resgate do banco genético que está se erodindo cada dia mais. É a possibilidade que nós temos de voltarmos a produzir com sustentabilidade. Quando falo em sustentabilidade é além da questão econômica, é a questão do pilar social, pilar ambiental também. Econômico porque nós reduzimos custos de produção, talvez aumentamos rentabilidade, porque não precisamos trazer insumos de fora da propriedade, e quanto menos coisas de fora a gente trazer para nossa propriedade, mais sustentável podemos ser. [...] A nossa ideia enquanto Emater, [...] é que a gente possa replicar esta experiência para outros municípios e outras regiões desse Estado (INTERLOCUTOR 02, 2014)¹⁶⁶

A representação do mundo social que tenta impor visa aglutinar defensores do meio ambiente e apresentar a semente crioula como recurso para desenvolvimento sustentável¹⁶⁷. O diagnóstico de alguns agentes do campo científico é que a diversidade de características e de expressão genética que estariam se perdendo destroem as possibilidades de sustentabilidade na agricultura. Ao mesmo tempo em que procuram afastar o debate da tradição do centro da questão, reforçam o “pilar (valor) social” e do “pilar (valor) ambiental” na preservação das sementes crioulas.

No pilar social, as questões econômicas são postas em evidência. Argumenta-se que a medida que as sementes crioulas dispensam o mercado de

¹⁶⁶ Informação verbal, Ibarama, 2014. Dia da Troca de sementes crioulas.

¹⁶⁷ O interlocutor 05 do município de Ibarama, ao fazer uso da palavra na abertura da festa em seu município já alertava que a questão das sementes crioulas não é um ato de fé e sim uma luta para incidir sobre as políticas públicas, ou seja, procura dar a luta um capital específico e autônomo.

insumos, tem efeito sobre os custos de produção e sobre a renda. A apresentação do valor da semente crioula enquanto recurso, entretanto, pode ser contestada. Aponta-se que a construção de um genótipo viável (alternativo) é um trabalho em longo prazo.

Outra perspectiva relaciona a conservação das sementes crioulas com autonomia. O diagnóstico da professora S2 aponta para o problema da dependência dos agricultores ao “grande mercado”. Considera a festa como espaço de troca de conhecimento. Para ela, ter o conhecimento para produzir sementes é ter poder diante do mercado. Neste sentido, aponta que a universidade realiza junto com o dia da troca de sementes o “seminário da agrobiodiversidade crioula”. Conforme citação:

A partir do momento que os agricultores são detentores do conhecimento, sem precisar a cada nova safra comprar no mercado, isso além da economia financeira, é também um grande ganho deles ter o poder [...] Quando um agricultor consegue ter na sua própria propriedade, sua própria semente, ele não depende das grandes empresas, não depende do mercado para comprar sementes. Isso dá para ele uma autonomia, [...] ele próprio ir a cada ano conservando e trocando com os seus agricultores vizinhos. [...] O evento (o dia da troca) tem, além da troca de sementes, a troca de conhecimento e a troca de história. Este é o grande ganho do seminário (PROF. S2)¹⁶⁸.

A festa pode, também, ser considerada um instrumento de conhecimento e produção de autonomia individual e coletiva, como parte de uma estratégia defensiva de enfrentamento do problema da dependência do mercado. Mas, alerta-se para os limites desta estratégia pois que, nas condições dadas, não se consegue viver somente das sementes crioulas. O discurso ainda se refere a saúde e a biodiversidade, que estariam ameaçadas pela forma como a agricultura está sendo desenvolvida e que a tradição camponesa se apresenta como elemento fundamental para a construção de um modelo alternativo de agricultura, mas que – retomando-se, entretanto, a avaliação de que na atual correlação de forças, onde todos estão imbricados - viver de sementes crioulas tem potencial limitado. Bourdieu (2007) discute as possibilidades de negação do mercado, colocando que ninguém é rico o suficiente para isso. A professora sustenta que “não é porque você vai se tornar guardião de semente que você vai abandonar o resto. O objetivo é mostrar que tem outras alternativas. Pode, aos poucos, ir priorizando outros cultivos. Mas, a maioria ainda planta fumo”. E conclui: “tem uma certa resistência do povo. As sementes

¹⁶⁸ Informação verbal, na Festa de Ibarama, 2014.

crioulas dão bastante trabalho. Tem que ter cuidado. Para viver só disso é difícil” (PROF. M1)¹⁶⁹. Ela percebe as dificuldades de fazer uma produção de sementes crioulas por elas mesmas, apontando que o mercado das sementes crioulas ainda não é vislumbrado ou desenvolvido ao ponto de suprir as necessidades de geração de renda das famílias.

Outra forma de tratar o valor das sementes crioulas vem de agentes do campo científico que referem as disputas atuais em torno ao valor da diversidade genética. Os agentes situados na segunda arena, a exemplo da Professora S1, da Universidade Federal de Santa Maria, que participa ativamente da organização do Dia da Troca e de trabalhos com sementes crioulas, afirma que as sementes têm uma importância que transcende o local. Portanto, se localiza entre os agentes que defendem as “sementes do agricultor”. A Professora S1 reconhece, no entanto, que são “fonte de genes para todo mundo”, e que “é um material genético que está sumindo” [...]. O diagnóstico da interlocutora aponta para a ameaça externa, ou seja, aquela que vem junto com as sementes melhoradas: “as novas sementes tem venda casada com agrotóxico”.

Para além da importância intrínseca dos genes - uma das razões pela qual defende as sementes locais - definidas por ela como “sementes aqui desenvolvidas e adaptadas” – está na importância do domínio local dos mesmos. Um domínio circunscrito a comunidades, mas de importância global. Sendo assim, a ameaça também pode vir de melhoristas que retiram do âmbito da comunidade o domínio das sementes. Conclui que “o conhecimento tradicional está associado ao cultivo desse material” (PROFESSORA S1). Portanto, a retirada do material do seu meio para ser guardada em locais especializados, onde o protagonismo é do melhorista, significa uma visão de preservação que pode não conservar os saberes tradicionais¹⁷⁰. Por suposição, trabalhos de intervenção levada a cabo por cientistas, mesmo que “comprometidos” poderiam representar uma ameaça a autonomia, se o campo científico impuser as suas regras, ou seja, retirar as sementes do seu meio e

¹⁶⁹ Informação Verbal, em entrevista para o autor, na festa de Ibarama, em 2014.

¹⁷⁰ Desta leitura estabelece as diretivas para o trabalho com sementes crioulas. Ela informa que em Ibarama “professores, a associação dos guardiões, a EMATER e outras instituições desenvolvem o evento para divulgar a importância do material genético e do uso que se faz [...] e dos saberes relacionados ao cultivo desse material genético”. Conclui-se que trabalhos como este, que traz relatos de experiências de conservação de germoplasma crioulo de outras associações e grupos de guardiões do Estado contribuem para a preservação de saberes, sabores e sementes para outras gerações, revelando assim o que os agentes têm feito (PROFESSORA S1).

da prática cultural com que foi preservada há muitos anos. A universidade, portanto, estaria preocupada como o capital específico que funda os crioulos, ou seja, o conhecimento tradicional e a memória de um povo. Portanto, a festa e os trabalhos deveriam estar focados nos aspectos significativos das sementes¹⁷¹.

Podemos inferir que o conflito em torno da preservação das sementes está inserido no debate da construção da autonomia do campo das sementes crioulas. Isso inclui a definição dos agentes legítimos nas estratégias de conservação e melhoramento de sementes crioulas. No entanto, o diagnóstico é da perda da biodiversidade e a prescrição é preservá-la, com a ampliação de eventos como estes, com o trabalho e conhecimento dos guardiões e da ciência para manter um banco genético adaptado ao ambiente local, que permitiria a reconversão e a transição a sistemas agroecológicos de produção agrícola.

4.8 ANÁLISE DAS FESTAS COMO ALQUIMIA SOCIO-SIMBÓLICA E ESPAÇO INSTITUINTE

Ao analisar discursos enunciados em três festas distintas, percebe-se que não há unanimidade na visão de mundo expressa, com diferenças no diagnóstico e, sobretudo, prescrição.

Nos discursos, foi possível perceber vínculo entre seus componentes, ou seja, o diagnóstico, a prescrição e relatório com a posição que ocupa o agente que fala. Ou seja, é possível perceber a enunciação discursiva como esforço de busca da legitimidade ou de prestígio do agente (ou da organização que representa) no espaço das festas. Agentes da primeira arena – ou seja, das práticas sociais cotidianas onde figuram os guardiões, seja agentes da segunda arena – onde figuram representantes sindicais e assessores de organizações populares, seja da terceira arena – políticos ou representantes posicionados na esfera do governo,

¹⁷¹ O modo de fazer o mundo camponês estaria centrado, para uns no conhecimento da base genética e para outros nos conhecimentos tradicionais. A preservação das sementes crioulas dependeria, para alguns, da ciência. Esta seria um instrumento que permite conhecer o valor destas sementes. Conhecer seria a condição para preservá-la. A preservação e o amor pelas sementes são, assim, resultantes de um trabalho científico. A identidade deste grupo seria conferida pelo trabalho que realizam pela preservação deste “patrimônio” genético, assim como, acontece com os guardiões. Por contradição, as falas dos guardiões revelam que sua identidade é conferida pela preservação de práticas de seus antepassados, portanto fundados na cultura – uma espécie de cultura camponesa.

buscam legitimizar-se, enunciando princípios que renovem a luta pelas sementes crioulas.

Assim, as festas podem ser reconhecidas como meios de renovação da identidade de grupos, onde o poder simbólico dos agentes reside no poder que detêm as ONGs, organizações dos Movimentos Sociais e Igreja. Nesse sentido, cada festa pode ser percebida à luz da identificação do grupo – já constituída – seja com a religião, com a condição camponesa (ou da agricultura familiar) ou com um território. Essa identificação básica, por sua vez, é passaporte para novas associações em termos de prescrições e relatórios - introduzidas na festa. Desta forma poderíamos sintetizar e ilustrar as análises realizadas supondo que:

- prévia identificação com religião conduz à identificação com defesa da vida, que conduz à defesa de toda semente, que conduz ao comportamento normativo da defesa, compartilhamento e apoio aos esforços instituintes do agente que detém o capital simbólico em questão;
- identificação com campesinato (pequena agricultura ou agricultura familiar) conduz à identificação com agricultura alternativa, que conduz à identificação com sementes crioulas, que conduz ao comportamento normativo da defesa e apoio aos esforços instituintes do agente em questão, ou
- identificação com território, identificação com a história do território, identificação com o patrimônio material e imaterial (e as sementes como patrimônio) repercute em comportamento normativo da defesa, mas, sobretudo, da preservação.

As identificações com determinadas visões de mundo, que precedem a identificação com uma enunciação específica, legitimam agentes que detém poder simbólico e tornam os participantes das festas vulneráveis às prescrições que estes enunciam – e que se mostram bastante diversas quanto às estratégias preconizadas na luta pelas sementes crioulas.

4.9 REVELANDO O POTENCIAL INSCRITO NA ALQUIMIA SIMBÓLICA: DA DESNATURALIZAÇÃO DAS SEMENTES INDUSTRIAIS À DESNATURALIZAÇÃO DA SOCIEDADE QUE AS PROMOVEM

“Trocando as dádivas da terra que encontraremos a abundância e seremos satisfeitos. E, contudo, a menos que a troca se faça no amor e na justiça, ela conduzirá, uns à avidez, outros à fome”
(Gibran Kahlil).

Nas seções anteriores buscamos revelar as festas em sua complexidade. A partir desta aproximação coloca-se o desafio da síntese, que se refere a interpretação sobre como se opera a alquimia sócio-simbólica no âmbito das festas em relação às sementes, considerando possíveis princípios de visão e di-visão afirmados. Uma vez que reconhecemos as diferenças entre as festas, tomamos a decisão de examinar o potencial das festas, o que leva a tomar como referência para análise aquelas que assumem posturas contestatórias mais radicais.

A singeleza do processo de desnaturalização reside no fato em que a semente celebrada não é a semente melhorada. Ou seja, conduz-se à posição de admiração (em alguns casos reforçada com adoção de uma mística de encantamento) de uma semente denegada (dada como sem valor) na visão de mundo hegemônica. Aqui se tem então a subversão, a inversão cujo alcance não se esgota, necessariamente, na noção de semente, mas pode alcançar uma suspensão das noções pré-concebidas e suas implicações em termos de dependência ou possibilidade de autonomia. Nesse sentido, a diversidade de formas e cores parece ser um elemento que reforça a ideia de riqueza e – uma vez que o material biológico é apresentado como equivalente (semente) à semente melhorada – pode ser associado à ideia de possibilidade de liberdade, fartura e autonomia. Desconstrói-se, assim, a dependência aos agentes dominantes do campo.

Os elementos da festa concorrem potencialmente para afirmar o não ao utilitarismo, que a diversidade – liberdade - igualdade e solidariedade estão associados e que constituem uma possibilidade concreta – cuja evidencia é a existência mesma das sementes (oficialmente denegadas) celebradas nas festas, a subversão das hierarquias e a disposição à troca enquanto dádiva.

Como a troca de sementes é o ato fundante e o símbolo principal de todas as festas de sementes, cabe buscar análise da troca a partir de bases teóricas mais solidas, no sentido de compreender a Dádiva como sistema simbólico.

Marcel Mauss é o autor mais conhecido sobre a teoria da Dádiva e atualmente está sendo referenciado para interpretar os fundamentos da solidariedade e das alianças. “Uma das contribuições centrais de Mauss para a Sociologia foi demonstrar que o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo é fundamental para a vida social” (MARTINS, 2005, p 46). Segundo o autor, Mauss constata que as trocas gratuitas não são apenas coisas do passado, mas são muito presentes nas sociedades modernas. Estar atento a noção de dádiva contribui para compreender que não se trata somente de um fundamento católico de caridade. Mauss se inscreve com outros autores que defendem a importância das trocas simbólicas na produção da cultura e da crítica ao utilitarismo (MARTINS, 2005).

Dar, receber e retribuir corresponde a “um sistema geral de obrigações coletivas” que Martins (2005, p. 49) imputa à tese de Durkheim da sociedade como fato moral mas, por outro lado, a teoria da dádiva ultrapassa a “obrigação coletiva” e “adentra no universo da experiência” dos indivíduos, colocando a incertezas sobre a obediência a regra tríplice, dando margem a liberdade individual, permitindo um indivíduo “entrar ou sair do sistema de regras” morais que se impõe à coletividade, como a dádiva. Desta forma, Mauss, apesar do determinismo da dádiva, deixa um espaço para a dúvida quando as certezas da estruturação pela dádiva. Mauss compreende que os homens, através da experiência direta, podem redefinir a estrutura do sistema e suas funções, que escapa às obrigações coletivas. De qualquer forma, estamos diante de um sistema simbólico de obrigação moral, religiosa, estruturada, estruturante e sistemática. Ainda, para se ler as festas por este referencial, convém se observar como a referida teoria se insere na perspectiva utópica:

A leitura associacionista sugerida pela teoria da dádiva é decisiva para situar a sociedade civil não como um “terceiro setor” complementar aos dois outros setores – o Estado e o mercado – mas como uma experiência histórica particular, regida por mecanismos de organização e de regulação peculiares (que apenas se tornam evidentes quando são realçados os processos de pertencimento e de reconhecimento interpessoais presentes nas instituições primárias da vida social) (MARTINS, 2005. p. 50).

O presente estudo das festas das sementes sugere que se olhe para Mauss e os sentidos da Dádiva no que diz respeito à sua influência na formação de grupos ecológicos, principalmente aqueles que tiveram a influência da CPT. É aqui que acrescentamos os ideários das sociedades utópicas como referentes mobilizados em defesa das sementes crioulas, tomando por exemplo a festa de Mandirituba. O primeiro desafio situa-se no esclarecimento da questão: como estes princípios teóricos reverberam no movimento agroecológico que promovem as festas das sementes? A gênese dos fundamentos teóricos e políticos com os quais tais “movimentos” se orientam ou estruturam as práticas sociais para a transformação social, segundo Nunes (2012), vem da Igreja (mais precisamente da Teologia da Libertação), outra parte vem da Educação Popular (tendo como autor síntese Paulo Freire) e outra parte vem do Marxismo (sobretudo através da Teologia da Libertação). Outra vertente, do “movimento agroecológico”, viria, segundo o autor, do movimento ambientalista surgido em algumas universidades pelo mundo. A transformação da sociedade via instituições alternativas figura no Brasil, pelo menos nas organizações do campo, desde os princípios do movimento pela agricultura alternativa. Assim, a influência dos movimentos utópicos não pode ser esquecida quando se trata de compreender as bases que orientam as ações dos movimentos sociais agroecológicos no sul do Brasil e a própria realização das festas das sementes. A atualização deste movimento é nitidamente percebida na festa das sementes crioulas de Mandirituba e no Encontro Diocesano de Sementes Crioulas da diocese de Santa Cruz do Sul onde a CPT, ABAI e CAPA imprimem sua visão de mundo.

Mesmo que algumas festas não utilizem o termo dádiva, Bourdieu (1966) nos ajuda a compreender porque a troca das sementes crioulas é revestida de magia. Encontraremos nestas festas, princípios de divisão estabelecidos pelo Dom, no sentido sociológico de Mauss e também no sentido de Dom de Deus, do catolicismo. Além da frase já citada de Gibran, o sentido se reforça nos cânticos, onde seus versos entregam a fonte, a exemplo deste trecho da letra cantada na festa de Mandirituba: “[...] seja abençoado o sementeiro, a semente tem o dom, vida e amor [...]. Ela realça o valor da troca de forma muito semelhante a teoria da dádiva.

A tentativa de incorporar a troca, a partilha, o amor entre os “parceiros do dom”, como a lógica inversa a lógica econômica, posiciona estes agentes no espaço social, onde o econômico é “denegado”. Onde o econômico está contido dentro do

ato da troca, dentro da sociedade solidária. Assim, a ordem econômica não regularia as relações sociais e sim a sociedade regularia a ordem econômica¹⁷². As festas das sementes, constituem-se o lugar onde a teoria da dádiva é experimentada.

Assim, as festas das sementes mais contestatórias, na sua celebração, têm muito pouco de técnico, racional ou econômico e muito de solidariedade, alianças, sentimentos de pertencimento, de humanização e reconhecimento entre aqueles que cuidam das sementes, sem delas aferir lucro. Este é o princípio de visão e divisão de mundo que os agentes expressam como fundador de suas práticas. No entanto, é preciso também compreender as festas enunciadoras destes princípios como um trabalho de inculcação do valor das sementes crioulas, que deseja criar um espaço diferenciado dentro da sociedade onde se possa praticar e corporificar tais valores, no sentido de ampliar os grupos praticantes. Neste caso se evidencia a contribuição das festas das sementes crioulas para a formação de grupos sociais contestatórios que lutam pelo controle das sementes – com as dificuldades de convergência de orientações examinadas na análise dos discursos.

¹⁷² Dádiva, contudo, é considerada constitutiva do vínculo social. Em Mandirituba a dádiva está vinculada a noção de justiça social, mais do que de liberdades individuais. Todavia, Mauss, com a teoria da Dádiva, representa o contraponto a noção que a “construção da vida social”, tenha como variável principal, a lógica econômica e utilitarista (MARTINS, 2005, p. 59).

5 ESTRATÉGIAS CONTESTATÓRIAS COM INCIDÊNCIA SOBRE PODER SIMBÓLICO: O MOVIMENTO MEXICANO DE RESISTÊNCIA

Neste capítulo buscamos compreender a especificidade da manifestação da resistência aos agentes dominantes do campo das sementes industriais no México, na luta conformada na defesa das sementes nativas¹⁷³. Desta forma elegemos o México para compreender como se manifesta a disputa em torno às sementes numa sociedade onde a cultura mostra-se imbricada e indissociável à evolução do milho e à sua diversidade, tendo em vista que este país é seu ambiente de origem e de domesticação. Sem esquecer das demais plantas, no México o milho (*El Mayz*) tornou-se um símbolo da luta¹⁷⁴.

O milho originário do México se encontra ameaçado pelo milho transgênico. O chamado milho autêntico, afirmam, não pode coexistir como o milho transgênico sob o risco de contaminação e descaracterização. Por esta razão, em 2015 ainda estava proibido o cultivo comercial de milho transgênico, em 2015 no México. Inúmeros protestos e movimentos marcam a resistência aos transgênicos.

Nesse contexto, o estudo do caso mexicano foi realizado com vistas a identificar os agentes contestatórios, o sentido de suas lutas e as estratégias a que recorrem nelas.

A pesquisa sobre o caso mexicano foi realizada a partir de uma viagem de estudos ao país em outubro de 2015. Buscamos os elementos simbólicos relacionados a luta na Cidade do México, Toluca, Toxcoco, Oaxaca e Xochimilco. O percorrido privilegiou visitas e entrevistas em universidades e centros de investigação, museus, bibliotecas, bem como participação em exposições e palestras organizadas por agentes contestatórios. A escolha destes locais se deve ao reconhecimento da importância dos elementos locais da flora, da fauna e da produção agrícola na vida ritual, na história e na cultura, bem como no cotidiano dos mexicanos. Por isso esses elementos mostram-se presentes na arquitetura e nas oferendas encontradas nos sítios arqueológicos, nas obras de arte e em peças

¹⁷³ O termo semente nativa faz todo o sentido no México por se tratar de um centro de origem de muitas plantas. Contudo, o termo sementes crioulas é também muito utilizado. Geralmente os termos aparecem associados. Nesta tese continuaremos utilizando o termo semente crioula.

¹⁷⁴ Ainda que em relação com as demais plantas da *Milpa*, que pode ser considerada um patrimônio agrícola e cultural local. Como dizem no México, proteger o milho nativo é proteger também a *Milpa*. Da mesma forma, cremos que os elementos simbólicos ligados a esta cultura constroem e consolidam grupos sociais e podem ser estendidos a outros tipos de plantas

esculpidas em basalto. Do mesmo modo, os primeiros registros de festejos com sementes datam do período pré-hispânico. Buscamos dados sobre o uso das sementes nas civilizações pré-hispânicas caracterizadas no Museu Templo Mayor; no Museu de Antropologia; no Palácio de Belas Artes; no Palácio Nacional na Cidade do México; no Museu Etnobotânico de Oaxaca e no Museu da Agricultura em Toxcoco (Universidade de Chapingo). A informação resgatada em museus é aquela que ajuda a compreender a evolução da domesticação de espécies, bem como dos sistemas agrícolas e as relações entre agricultura, natureza, cultura, festejos, crenças e mitologias. Buscou-se contemplar, assim, a dimensão de ancestralidade, ainda muito viva e ligada à cultura atual.

Utilizamos-nos de literatura local, de entrevistas semi-estruturadas e da observação para a caracterização das lutas contestatórias atuais. Entrevistamos pesquisadores do Instituto de Ciencias Agropecuarias y Rurales (ICAR), em Toluca¹⁷⁵, Neste local, conhecemos o projeto *Observatório del maíz mesoamericano* e participamos da *Muestra Gastronómica* de alimentos nativos; conhecemos a biblioteca do Cerrillo da Universidad Autónoma del Estado de Mexico (UAEM), visitamos a comunidade Indígena *Ejido San Francisco Oxtotilpan* onde o ICAR tem projetos e também visitamos *Asociacion Campesina Calimaya*, que domesticou uma raça muito específica de milho, denominado de *Cacahuzintle*.

Em Oaxaca, a valorização da produção ecológica pode ser observada em um projeto denominado *Red de Huertos Escolares*, onde o campo das artes e das atividades lúdicas visam transformar visões de mundo. Desta forma, conteúdos específicos relacionados a agroecologia são tratados nas escolas e materiais didáticos são produzidos com qualidade artística excepcional. Este projeto inspirador traz reflexões sobre estratégias alternativas adotadas na luta.

Neste contexto humanizado, a atividades se orienta para a educação de crianças e jovens, bem como colocar em discussão a qualidade da alimentação. Ainda em Oaxaca, conhecemos o Instituto Nacional de Investigaciones Forestales, Agrícolas y Pecuárias (INIFAP), Campo experimental Valles Centrales de Oaxaca e seu trabalho com sementes nativas e o Banco de Sementes.

¹⁷⁵ Este foi o primeiro lugar onde foram instalados os laboratórios de melhoramento de milho e trigo da equipe de Norman Bourlang, pai da revolução verde, prêmio Nobel da Paz em 1970. Os laboratórios foram financiados pela Fundação Rockefeller nos anos 1940-1950, antes mesmos desta estrutura ser transformada em CIMMYT e de ser transferida para a cidade de Toxcoco, em 1966.

Nesta instituição de pesquisa, entrevistamos um pesquisador sobre os trabalhos com milho que vinham desenvolvendo. O trabalho profissional que desenvolvem com sementes visa a produção artesanal das mesmas nas condições dos agricultores. Tomamos contato, também, com o trabalho desenvolvido por Vicente Toledo, ou Mestre Toledo, como é conhecido. Ele é um pintor militante, que tem se destacado na luta contra os transgênicos da cidade de Oaxaca. Suas obras ressaltam a necessária luta contra a transgenia, diante do valor que o milho tem para o povo mexicano. Aproximamo-nos, assim, à utilização da arte na luta pela observação de manifestações em Oaxaca, que envolvem agentes do campo artístico e intelectual e mobilizam grande número de pessoas em torno desta causa.

Na visita a Universidade Autônoma de Chapingo, participamos da XX Feria Nacional de la Cultura Rural em 2015. Conversamos com outro pesquisador que desenvolve pesquisas com milho crioulo. Nesse caso ficou evidente, também, a relação entre a cultura e a disposição para a resistência.

Em outubro de 2015, participamos de uma mesa redonda Atentado a la Soberanía Alimentaria: *los riesgos del maíz transgénico no México*, realizada na Universidad Autónoma Metropolitana (UNAM), Unidad Xochimilco, promovida pela Red Maiz e pela Unión de Científicos Comprometidos con la Sociedad (UCCS), realizado para demarcar uma contraposição a um evento anterior realizado na mesma universidade, que promovia as sementes transgênicas. A partir deste encontro pudemos conhecer como se organiza a resistência no campo da ciência e também conhecer pessoas de um grupo de camponeses denominado de Vicente Guerrero, que organizam a *Feria del maiz* em Tlaxcala.

Por fim, realizamos uma visita e entrevista na Fundación Semillas de Vida, na Cidade do México. Conversamos com a coordenadora da instituição, que nos explicou o trabalho que fazem em apoio a promoção do milho, mas sobretudo a vigilância que realizam sobre legislações que venha a liberar o cultivo dos transgênicos, razão de ser da referida fundação.

5.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA DIVERSIDADE

Os milhos Mexicanos são muitos diversos. Não sem razão, a ciência conseguiu encontrar pólen de milho em Oaxaca datado de 7400 AC. Outros registros datavam de 3 a 5 mil anos AC (MUSEU NACIONAL DE CULTURAS

POPULARES, 1982). O país possui 61 raças de milho Estes tem de 8 a 16 fileiras por espiga e podem ter de 300 a 1000 sementes. Os grãos podem ter cores variadas: branca, preta, tons de azul, moros, amarelos, laranja, ou apresentarem-se matizados (com várias cores na mesma espiga). Tanto a espiga como a planta podem ter diferentes tamanhos. Há milhos moles e milhos duros, super precoce, precoce e tardios. Estes milhos são adaptados a diferentes latitudes e a altitudes, produzindo desde ao nível do mar até 3500 metros de altitude. Produz-se milho desde ao Altiplano Potosino - com 400 milímetros de chuva/anos - até Chiapas com mais de 4000 milímetros. Se atribui aos campesinos indígenas a seleção e melhoramento de uma raça de milho para cada nicho ecológico. Ou seja, dispõe-se de alternativas de milho de crescimento rápido para lugares de pouca chuva, milho com folhas avermelhadas para regiões mais frias e milhos mais baixos para a região de muito vento (MUSEU NACIONAL DE CULTURAS POPULARES, 1987; ARAGÓN CUEVAS, 2008).

A forma tradicional de se cultivar o milho é na Milpa, ou seja, faz pelo menos 5000 mil anos que o milho e o feijão e as abóboras são cultivados juntos. Os povos nativos denominavam estas três culturas como irmãs inseparáveis e eram plantadas na mesma cova¹⁷⁶. A crença indígena considerava que as três plantas se complementavam.

A seleção e melhoramento do milho foi realizada, assim, para que o mesmo viesse a ser cultivado para produzir junto com abóboras, feijões, pimentas e outras plantas. O cultivo conjunto vem sendo valorizado, também, como uma forma de proteção das sementes nativas de outras espécies de valor para a agricultura camponesa. Assim também se descreve grande diversidade para os feijões, pimentas, abacates e tomates.

A agricultura diversificada é ainda muito importante no México, principalmente nos minifúndios. Por outro lado, a produção de milho em monocultura está desconectada dos processos populares mexicanos.

Neste contexto, a diversidade pode ser tratada como um direito da humanidade, observando-se o valor da exploração tradicional da biodiversidade para a sobrevivência dos grupos sociais em condição de maior vulnerabilidade.

¹⁷⁶ Em permacultura, o termo cova é substituído pelo termo berço.

5.2 UMA DIVERSIDADE MANTIDA PELA CULTURA

A importância da flora e da fauna na vida ritual dos mexicanos está registrada na arquitetura e nas oferendas encontradas em sítios arqueológicos. Na cultura indígena, as sementes estão no centro dos seus rituais. A semente é o sustento de suas comunidades. Semente não é só comida, tem um sentido espiritual, assim a preservação das mesmas é considerada uma missão terrena.

O milho, para as culturas mexicanas, está ligado a crenças sobre o universo e o próprio sentido da existência humana como natureza. O milho está na religião, na cultura, na história, na economia, no alimento, na poesia e nas obras de arte. O cultivo do milho também está associado há muitas lendas, deuses, ritos e oferendas, ou seja, há uma matriz cultural ancestral ligada ao milho. É muito difícil fazer um estudo completo sobre os aspectos simbólicos ligados a cultura do milho, mas as “artes” envolvendo este elemento estão em todo lugar. Portanto, o milho faz parte da formação da civilização mexicana. Os simbolismos do milho estão decorando, por exemplo, peças esculpidas em basalto. A presença deste elemento se manteve com o passar do tempo. Aparece as vezes puro ou mesclado nas culturas pré-hispânica e por vezes no sincretismo religioso no período da colonização, a exemplo de pinturas de cristo com as mãos agarrando plantas de milho e nas recentes obras de Francisco Toledo contra os transgênicos (TOLEDO, 2013), incrustando caveiras em espigas de milho, e nas inúmeras peças teatrais e poéticas que se replicam pelo país. Semente, vida e história estão, portanto, associadas: “*el maíz é sustento e raíz*”. Difícilmente outra planta tenha tamanha importância: “*Los mexicanos somos del maíz*”¹⁷⁷. O milho é valorizado como planta sagrada do México. Se diz que o milho nutre os mexicanos e é um presente deles ao mundo. Incansavelmente sustentam que as sementes contêm vida, que representam a cultura da vida.

Além do valor simbólico essas plantas fazem parte das práticas quotidianas relacionadas a alimentação – a qual também é rica em simbolismos. A cozinha mexicana é considerada patrimônio imaterial da humanidade. Há portanto um conhecimento popular a ser preservado. Muito desta distinção se deve a diversidade de alimentos singulares e da sua imbricação cultural. Vassallo (2004), em reportagem na Revista intitulada *México Desconhecido*, de julho de 2004, assim

¹⁷⁷ Assim se firma a resistência a entrada de um outro milho, o milho transgênico, sem estas qualidades.

como no livro *El Maíz*, aborda a indissolúvel relação entre o milho e o homem, da ciência com o conhecimento indígena e do homem com seu ambiente. A revista traz uma estimativa de que o milho já foi responsável, no final dos anos 1900, por mais da metade das calorias consumidas pelos mexicanos e que a proporção aumentava segundo o grau de pobreza¹⁷⁸ (MUSEU NACIONAL DE CULTURAS POPULARES, 1982; VASSALO, 2004).

O México como centro de origem do milho, assim como de muitas outras plantas que consumimos, traz em sua cultura a diferenciação do uso segundo o tipo de milho. Há uma variedade de formas de consumir o milho. A culinária tradicional mexicana, de praxe, explora todas as possibilidades nutritivas e gustativas do milho e de tudo que pode servir de alimento, desde os princípios dos tempos. Por exemplo, na citação encontrada no Museu do Templo Mayor, há uma explicação:

“El que vende maíz suele ser labrado, o lo compra de los labradores para torna-lo a vender. El que es tratante em este oficio, el maíz que vende es limpio, gordo, sin alguna falla, recio, macizo y duro, y cada género de maíz lo vende por si, el blanco, el prieto, etc.” (FRAY BERNARDINO DE SAHAGUN, 2015).

O livro *El Maíz*, do Museu Nacional das Culturas Populares (1982) informa que o referido museu publicou um receituário com 605 receitas com milho, a exemplo de *taco*, *tortilla*, *tlacoyo*, *tostada* e *tamal*, entre outros. A diferenciação nas formas de uso confere valor especializado para cada tipo de milho. A *nixtamalización* é uma prática milenar de aquecer o milho ou pré cozer em cal virgem, o que segundo a fonte o torna mais nutritivo e completo. Portanto um conhecimento cultural de uso na alimentação, muito específico na forma de fazer, está associado a preservação da biodiversidade.

Na agricultura, se diz que o milho significa fartura ou fome e que marca o tempo das pessoas: ciclo agrícola, a desgranação, a *nixtamalización*, a moenda e preparação das tortilhas e do pozol. Portanto, ordena uma ocupação anual e diária. Cada semente tem um uso específico e distinto de lugar para lugar, segundo as crenças dos povos, mas atendendo também às preferências alimentares e condições edafoclimáticas específicas. Sementes, neste sentido, fazem parte da

¹⁷⁸ Portanto, qualquer restrição de biodiversidade, de qualidades específicas ou quantidades impactaria na alimentação de milhares de pessoas.

identidade de um grupo social, assim como o milho faz parte da identidade dos mexicanos.

5.3 UM CAMPO QUE COEVOLUI

Durante a Revolução Verde muitos caracteres específicos de cada raça de milho, para não falar das pimentas, feijões, tomates, amarantos e abóboras foram relegados. Atualmente, dado o reconhecimento do valor da biodiversidade concede-se maior atenção aos processos de melhoramento do material genético nativo. Manter a biodiversidade é uma possibilidade diante das mudanças climáticas, por exemplo, e este é um entendimento consensual entre a indústria de sementes, cientistas e movimentos. No novo contexto alguns trabalhos orientam-se por princípios de “coevolução”.

A importância da perspectiva da coevolução ficou evidente principalmente a partir da entrevista ao pesquisador Interlocutor 15¹⁷⁹, do INIFAP. O INIFAP é uma instituição de pesquisa Mexicana reconhecida pela capacidade de pesquisa e inovações para agropecuária. Desenvolve várias ações de conservação de “sementes crioulas”, principalmente com milho, feijão, abóboras e algodão. A estratégia principal é a conservação das sementes em seu lugar de origem, ou seja, conservação *in situ* (ARAGÓN-CUEVAS, 2011). Para o pesquisador, os bancos de germoplasmas (conservação *ex situ*) são como uma foto e como tal são estáticos. As sementes que haviam nestes bancos, oriundos de coleta dos anos 1960, se colocadas a germinar gerarão plantas distintas daquelas – da mesma raça – que coevoluiram nas condições de campo. Um material depois 40 anos guardado não está adaptado às mudanças climáticas que sofremos e também não passou por uma contínua seleção. Este é o risco e o problema da conservação através dos bancos de germoplasma (INTERLOCUTOR 15, 2015. México)¹⁸⁰.

Assim, a ênfase do trabalho desenvolvido no Instituto consiste de resgate da biodiversidade ao nível de comunidades locais, estaduais e nacionais, dependendo da espécie de interesse. No caso do estado de Oaxaca, ocorrem resgates anuais de

¹⁷⁹ O Interlocutor 15 é investigador de Recursos Genéticos (Maíz) do INIFAP – Instituto Nacional de Investigaciones Forestales, Agrícolas e Pecuárias; Centro Pacífico Sur; Campo Experimental Valles Centrais. Investigación Regional Pacífico Sur.

¹⁸⁰ Entrevista concedida, para o autor da tese, pelo pesquisador do INIFAP, que identificamos como interlocutor 15, em seu escritório, em OAXACA. México, em outubro de 2015.

diversidade de milhos nativos ou crioulos. Estas sementes coletadas são resguardadas *ex-situ*, em banco de germoplasma de espécies nativas de Oaxaca e num centro nacional de recursos genéticos, onde se guarda uma cópia dessa diversidade. Portanto, existe um banco estadual e um banco nacional.

Uma estratégia complementar, fomentada pelo INIFAP, trata da conservação *in situ* através dos “*custódios del maíz*” (equivalentes aos “guardiões” no Brasil). São agricultores que conservam uma raça em especial, produtores individuais que foram identificados na ocasião da coleta de material genético. Sabe-se assim onde e quem tem uma boa semente de uma raça típica, pura e com características sobressalentes, ressalta o pesquisador. Estes produtores recebem algum incentivo dos projetos de pesquisa, como capacitação e alguns insumos para que continuem o trabalho. O compromisso que tem estes produtores é de conservar 200 kg de milho em sua casa em um pequeno silo metálico até a próxima colheita. Normatiza-se que se não acontecer nenhum problema climático que demande de mais sementes, pode-se então se utilizar tais sementes para alimentação (INTERLOCUTOR 15. 2015).

No estado de Oaxaca há, também, 10 bancos de sementes comunitários ativos apoiados pelo INIFAP, que conservam diferentes tipos de sementes, diferentes raças, tanto de milho, como de feijões e plantas silvestres, que chamam de “*quelites*”. Nestes bancos se conserva a diversidade da *Milpa*. Esta estratégia do banco comunitário facilita o intercâmbio entre os mesmos e permite ter sementes de reserva em caso de desastres climáticos. Neste sistema participam aproximadamente 800 famílias. Pode-se considerar que o número de bancos é pequeno diante a diversidade que existe, contudo tem se priorizado as zonas de maiores riscos ambientais.

Uma vez feita a coleção, se faz a caracterização da diversidade em seu ambiente de origem. A caracterização, portanto, não é feita na estação experimental e sim no campo dos agricultores. Há caracterização de materiais nos trópicos, nas regiões subtropicais, nas partes frias, nas partes altas e assim cada um em seu ambiente, observando os potenciais e limites de cada material genético. Neste processo os agricultores ajudam na seleção, ou seja, opinam sobre quais os materiais parecem interessantes para seu uso e para seu ambiente, apontando para os melhores. A escolha pode se dar pela cor, pelo potencial de forragem, pela sua

produção e qualidade de seus grãos. A informação agrônômica sobre os materiais é, portanto, oferecida pelos agricultores (INTERLOCUTOR 15, 2015).

Uma vez realizada a caracterização e a identificação dos materiais interessantes para os agricultores, se inicia o melhoramento participativo. O INIFAP tem produzido variedade de polinização livre. Este tipo de variedade é de fácil acesso aos agricultores e de rápida incorporação em seus cultivos. Ou seja, a medida que o melhorando vai acontecendo, os agricultores vão utilizando as sementes, diferentemente do que acontece com os híbridos.

Há vários métodos de melhoramento. No INIFAP se faz a seleção familiar, ou seja, fazem-se cruzamentos e seleção dos mais promissores. Também se faz retrocruzamentos de crioulos com crioulos melhorados para incorporar algumas poucas características, como altura da planta e tolerâncias. Se utilizam variedades ou crioulos que mostram heteroses e que tenham algo a dar. Se pode também fazer hibridações, mas esta técnica não é priorizada pela instituição, embora tenham materiais e condições de o fazê-lo. Em resumo, o INIFAP faz o melhoramento participativo com as raças de milho.

Em Oaxaca, há 35 raças de milho endêmicas. Dentro desta caracterização se encontram grupos de diversidade genética que existem em cada ambiente. Assim preserva-se a diversidade. Somente com o processo de identificação dos melhores materiais, sem nada alterar, é possível se obter grandes ganhos significativos. Materiais de 800 kg por hectare passam a 4 ou 5 toneladas com a seleção. Se escolhe os materiais melhores dentro de um mesmo grupo de diversidade. Então o trabalho consiste em identificar, reproduzir e distribuir as sementes. É um processo fácil e rápido. Como há agricultores que participam do processo e que já usam as sementes e se interessam por elas, estes passam a fornecer as sementes aos demais. Desta forma, também se sabe onde encontrar as melhores sementes. Estes agricultores são também os conservadores e melhoradores de sementes. Desta forma é preciso saber quem são e onde estão, pois são geralmente estes que são provedores de sementes nas fases iniciais. O melhoramento que fazem no INIFAP, em seu centro experimental é mais demorado e leva de quatro a cinco anos (INTERLOCUTOR 15, 2015).

Uma nova ação que está sendo iniciada é a produção de sementes de forma artesanal. A partir dos materiais melhores ou em destaque e a partir de crioulos melhorados, visa-se obter volumes maiores para ofertar. Trabalha-se com a

possibilidade de incluir vários produtores e vários ambientes. A estratégia leva em consideração que os produtores detêm pouca terra, algo como 0,5 hectares cada de modo que pequenos equipamentos de beneficiamento de sementes seriam necessários. Estas sementes podem ser vendidas no México com a declaração de semente apta para a semeadura¹⁸¹. O sistema de sementes de qualidade declarada foi um mecanismo criado pela FAO (1995).

Outra estratégia que vem sendo utilizada é divulgação plena da diversidade existente. Para isso fomenta-se a realização de muitas feiras de sementes regionais ou nacionais. Produzem-se materiais impressos e vídeos. Criam-se assim espaços para difundir conhecimento, produtos e sementes, nos informa o pesquisador.

Do exposto evidencia-se o dinamismo a que estão sujeitos os bancos genéticos da biodiversidade seja por decorrência de mudanças ambientais que incidem na seleção natural quanto por decorrência da ação intencional visando o melhoramento (seleção para determinados usos). O favorecimento de distintas formas de visibilização, compartilhamento e pesquisa de material genético é outro fator que incide na renovação e proteção do material genético, favorecendo coevolução.

5.4 SOB AMEAÇA

No México a lei Federal de Variedades Vegetais é de 1996, regulamentada em 1998. O país ingressou na UPOV de 1978. Por lei não se permite patentear genes e respeita-se o Direito de Agricultor. Não se proíbe a derivação essencial de variedades e adota-se legislação sobre proteção de variedades *sui generis*. Contudo está havendo pressão internacional para que os países latinoamericanos adotem à UPOV de 1991. Esta permite o patenteamento de genes; não reconhece o direito de agricultor; proíbe a derivação essencial e estende o tempo de proteção de uma variedade¹⁸². Portanto, a UPOV 91 criou¹⁸³ as bases para a apropriação privada dos

¹⁸¹ No México se pode vender semente declarada como apta a semeadura sem necessitar de um registro. Basta uma declaração dos organismos encarregados das sementes. Se declara que esta semente tem qualidade genética e qualidade biológica, que tem uma origem, uma comunidade, um produtor e uma organização que é responsável.

¹⁸² A transferência de genes na agricultura gera patentes. Depois do ano de 1995, a organização mundial do comércio permitiu patentear microorganismos e processos microbilógicos já existentes na natureza e as sementes passaram a contar com a possibilidade legal de também serem patenteadas. A lei de patentes e o direito de obtentor, impedem que outros possam se apropriar da

recursos genéticos, inclusive os crioulos. O controle corporativo das sementes via patentes se choca com os interesses da livre circulação da biodiversidade.

Na visão de um pesquisador vinculado ao melhoramento genético, o movimento de resistência luta para impedir a liberação da transgenia por diversas razões. São argumentos conhecidos o Princípio da Precaução e a moratória. Em caso de aprovação de transgênicos, segundo o pesquisador Interlocutor 16 (2015)¹⁸⁴, o impacto da UPOV 91 sobre a diversidade de milho crioulo Mexicano poderá se dar de 4 formas: a) contaminação de DNA transgênico nas raças de milho crioulo; b) redução da diversidade genética; c) qualquer sementes nativa que for contaminada será considerada pirata e que pode colocar na ilegalidade todos os povos indígenas; d) a contaminação do milho nativo favorece a capitalização da indústria da transgenia e a consolidação do monopólio (informação verbal). A estratégia da contaminação é considerada equivalente a apropriação, pois pode-se reclamar direitos sobre todas plantas que possuem o gene patenteado, explica o Interlocutor 16. A contaminação, por exemplo, de um sistema tradicional de cultivo, como a *Milpa*, com genes transgênicos protegidos por patentes, afeta a capacidade de continuar a ser agricultor livre, pois sem as sementes livres não é possível produzir alimentos sem pagar pelos royalties.

Em 2015 a decisão do governo ainda é de proibição do cultivo, que pese a campanha pela sua liberação. Na publicação “*Sembradores*”, publicado pela Fundação Sementes de Vida, de maio de 2015, o editorial informa que se teve êxito nas campanhas para suspender a semeadura de milho transgênicos no México. Em Novembro de 2015 houve a confirmação judicial da proibição. A proibição de cultivo do milho transgênico no México afasta por hora a contaminação do milho nativo (SEMILLAS DE VIDA, 2015, p. 01)¹⁸⁵.

invenção, a exemplo da inserção de um gene resistente a toxidade a um herbicida. Este fato gera um duplo monopólio – do agrotóxico e das sementes. Contudo, os campos tradicionais sente-se ameaçados, a exemplo da contaminação de cultivos não transgênicos. Os campos contaminados poderiam se tornar pagadores de royalties, pois passam a conter um gene patenteado.

¹⁸³ Não ratificada pelo Mexico.

¹⁸⁴ Palestra proferida pelo Interlocutor 16, do Instituto Nacional de Investigaciones Forestales Agrícolas y Pecuarias (INIFAP) na Mesa Redonda “Atentado a la soberanía alimentaria: los riesgos del maíz transgénico em México”, realizada na Universidade Autônoma Metropolitana, Unidade de Xochimilco, México, 23 outubro de 2015.

¹⁸⁵ Sugestão de Vídeo para ver mais sobre: Sementes de liberdade: GAIA Foudation – African Biodiversity Network (ABN); em colaboração com MELCA Ethiopia, GRIAN Internacional & Navdanya International. Ver mais em www.seedsoffreedom.info.

Diante da ameaça posta, houve um verdadeiro julgamento do milho transgênico em seus tribunais federais. Questionou-se se há violação dos direitos coletivos pelas sementes transgênicas, especialmente as de milho. Um exemplo de violação reclamada é se a contaminação do milho nativo com transgenes, viola ou não o direito de utilização de raças nativas e se viola ou não o direito de obtenção de mais variedades a partir dos nativos e de seus parentes silvestres. A partir destas questões, direitos derivados são também reclamados como o direito a saúde, direito dos povos originários, direito a alimentação, haja vista que comida mexicana é considerada patrimônio imaterial da humanidade. Estes direitos se confrontam nos tribunais com os argumentos da indústria de sementes, a exemplo do aumento dos rendimentos, a promessa de autosuficiência na produção do milho, que não há risco de contaminação, que são inócuos a saúde e que são similares aos não transgênicos (SEMILLAS DE VIDA, 2015. p. 02).

Um novo tipo de ameaça é identificada por pesquisador entrevistado. O “novo” risco refere-se a biopirataria, e está relacionado ao valor que as indústrias dão aos materiais nativos - alguns genes e não às raças em sí. Segundo Interlocutor 15 (2015), esse é um grande negócio para a indústria.

Estamos vivendo a era do sequenciamento genético, o que é considerado a fronteira do conhecimento científico. Na mitologia das três irmãs, milho, feijão e abóboras (entre outras que às vezes a substituem) são consideradas inseparáveis. Acredita-se que esta crença se sustentou devido aos benefícios que as três plantas juntas trouxeram para a alimentação dos indígenas, a medida que supriam os nutrientes que necessitavam (proteína, carboidratos e vitaminas). Ou seja, esta foi uma das técnicas que se utilizaram para produzir mais alimentos e para tanto, selecionaram-se as plantas que se desenvolviam melhor para este tipo de consórcio. Em um destacado artigo publicado em 2011 na revista Science, Mendes et al. (2011) tratam da associação de micro-organismos que corroboram para a formação de “solos supressivos”, e os mecanismos que protegem as plantas do ataque de doenças. O estudo identificou 33 mil bactérias associadas na supressão de doenças, aos quais plantas se associam para se proteger de patógenos. A proteção de plantas a doenças, que em tese levariam a sua morte, dependeria, portanto, de seu microbioma. A prática milenar do plantio de milho, feijão e abóbora, na mesma cova, das “três irmãs inseparáveis”, pode ter encontrado uma explicação científica contemporânea: a formação de um microbioma protetor das três plantas. Mesmo

que se reconheça na ciência que haja mais de 33 mil espécies de microrganismos associados a proteção das plantas, mesmo que reconheça que a diversidade de plantas mobilizam diferentes capacidades de proteção, estas geralmente não foram consideradas nos processos convencionais de melhoramento das sementes. A lógica da transgenia, nos tempos atuais, procurará manipular geneticamente as plantas para potencializar a interação com este exército de proteção. Ao mesmo tempo que produzirá, artificialmente os “antibióticos” patenteáveis para uso em monocultura. Contudo, sempre há um “mistério” a surpreender a ciência. A descoberta deste estudo pode sugerir que a transgenia não é capaz de fazer o que a natureza já fez e muito menos fazer melhor, como já se arrogaram a afirmar.

Surpreendentemente, todas as especificidades culturais passaram recentemente a interessar à indústria alimentícia, que necessita diferenciar seus produtos para aumentar seus ganhos diante da concorrência. Em um primeiro momento como propaganda, mimetizando a natureza e a cultura em seus rótulos, depois tomando a diversidade como propriedade particular via patentes. Segundo o pesquisador o problema é: como proteger a diversidade se a usam com fins comerciais? Prevendo problemas com esta lógica, pesquisadores do INIFAP estão empenhados em fazer muita documentação com o propósito de proteger e evitar pirataria dos genes crioulos. Todo material genético deve então ser bem documentado e registrado nas instâncias oficiais. No México se pode registrar material que não tem um processo de melhoramento genético em um catálogo nacional de variedades de plantas (denominadas então de variedades de uso comum). O registro em um catálogo de variedades tem valor legal para reclamar algum direito, se alguém queira, por exemplo, patentear uma cor, uma precocidade, resistências específicas, uma proteína, óleos, antocianinas, enfermidades e toxinas. Este tipo de risco exige a renovação de estratégias de resistência à apropriação privada destes potenciais e de reconfigurações do projeto político das organizações sociais que lutam na defesa destes recursos como bem coletivo.

Do exposto, observa-se que o México tem demonstrado que dispões de capital cultural para resistir aos transgênicos.

5.5 AGENTES E VALORES DEFENDIDOS

O movimento de resistência no México é bem diverso, incluindo mobilização de agentes distintos, com relações diferenciadas entre eles. Como agentes destacados figuram as organizações de produtores, grupos de pesquisadores, artistas e ONGs.

Dentre as organizações de agricultores, destaca-se o Grupo Vicente Guerrero, de Españita, do Estado de Tlaxcala. Esse grupo foi fundado em 1980 e constitui uma autêntica organização camponesa que adere aos princípios da agricultura sustentável, preocupando-se com questões de soberania alimentar e equidade de gênero. Suas estratégias de luta em relação as sementes são diversificadas e compreendem proposição e controle social da aplicação de leis, realização de projetos e feiras. A lei agrícola de fomento e proteção do milho nativo, como patrimônio originário, foi uma das principais conquistas do grupo¹⁸⁶. No material disponibilizado pelo representante do grupo, na Mesa Redonda “Atentado a la soberanía alimentaria: los riesgos del maíz transgénico”. Xochimilco, 23 outubro de 2015, revelam que em uma *Assembleia de Ejidos* do estado de Tlaxcala se declarou e se proibiu o uso de sementes transgênicas em *ejidos* e comunidades. Este fato ocorreu com base Lei Agrícola de Fomento e Proteção do Maíz como Patrimônio Originário, em diversificação constante e alimentário para o Estado de Tlaxcala, de 2008. Um ano depois, em uma nova assembleia *ejidal*, no sentido de monitorar a aplicação da lei, um grande banner apresentado a plateia da mesa redonda se lia: “*Vicente Guerrero del Municipio de Españita por acuerdo de asamblea y con fundamento en la ley Estatal de Protección del Maíz, se declara libre de transgenicos y en defensa del maíz criollo*”.

Desenvolvem um projeto que agrupa camponeses, indígenas e alguns estudantes. Neste projeto promovem a agricultura ecológica, a conservação dos recursos naturais, a mudança de atitude com a natureza, a seleção de sementes crioulas e resgate de sementes da região. Para este grupo, o milho significa a vida. Fazem a defesa da diversidade de milhos nativos, realizam feiras e intercâmbios de sementes nativas, bem como criaram “fundos” de sementes comunitários. Este grupo já promove há 17 anos a *Feria del maíz y otras semillas nativas*, realizada no

¹⁸⁶ Fala e materiais apresentados pelo Grupo Vivente Gerrero, na Mesa Redonda “Atentado a la soberanía alimentaria: los riesgos del maíz transgénico”. Xochimilco, 23 outubro de 2015.

estado de Tlaxcala. Segundo seus organizadores, a feira é espaço de expressão, encontro e intercâmbio de saberes e sementes nativas. Nestas feiras informam os presentes dos efeitos das sementes transgênicas sobre o milho nativo.

Além do trabalho dos agricultores e de suas organizações, o trabalho de pesquisadores tem sido relevante. No México, a *Unión de los Científicos Comprometidos con la Sociedad* (UCCS) tem sido um agente aglutinador que contribui para sustentar a luta popular em diversos campos da sociedade, em especial, a luta contra os transgênicos. A UCCS teve sua gênese em 2004 e se constitui de um grupo de cientistas de diversas áreas do conhecimento que discutem a responsabilidade ética e o papel da ciência frente a sociedade e ao meio ambiente, bem como os riscos que oferecem as novas tecnologias, disponibilizando para a sociedade mobilizada a produção científica de seus membros. Os agentes estão preocupados com a produção de conhecimentos e com a sua circulação no meio popular. A União dos científicos comprometidos com a sociedade tem como lema “*por una ciencia éticamente responsable, comprometida con la sociedad e el ambiente*”. Suas ações incluem formação de grupos de estudos, debates, publicações e pronunciamentos públicos. Participam junto com organizações e grupos sociais de debates de interesse amplo que de certa forma envolvem a ciência e a tecnologia, mas o fazem em estreita relação com a produção artística. A UCCS desenvolve várias ações a partir de seus grupos de trabalho, dentre os quais, o grupo *Agricultura y Alimentación*, com projetos de *Alimentación Sana; Agrobiodiversidad, Agrotóxicos, Maíz transgénico* e o grupo *Arte, Ciencia y Resistencia*.

Um pesquisador do INIFAP, que identificamos como interlocutor 16, em sua palestra proferida na Mesa Redonda “*Atentado a Soberanía Alimentaria: los riesgos del maíz transgénico em México*”, realizada na Universidade de Xochimilco em 23 de outubro de 2015, enuncia a visão de um grupo de cientistas, que se identifica como UCCS. Em relação a esta temática o pesquisador trata de contradizer as supostas vantagens enunciadas pela indústria das sementes transgênicas, como o aumento do rendimento; o alcance da autossuficiência na produção de milho e a consequente eliminação da necessidade de importação do mesmo; a redução do uso de fertilizantes e agrotóxicos; de que se trata de plantas mais resistentes a seca e de

que seja inócuo a saúde.¹⁸⁷ Destaca as ameaças, esclarece que a indústria nacional de sementes também seria atacada, bem como as 60 raças de milho mexicanos, passíveis de contaminação e assim passível de cobrança de direitos de propriedade intelectual, sem possibilidade de reversão da contaminação¹⁸⁸. Nessa mesma linha de trabalho identifica-se o “*Observatorio del maíz mesoamericano*” que pretende produzir conhecimentos em universidades locais, regionais e nacionais sobre os territórios do “*maíz*”, no que diz respeito a problemática em torno do milho mesoamericano como categorias de análise.

Entendemos que a mobilização em favor da valorização das sementes nativas e crioulas obteve ganhos com o aporte do campo das artes. Francisco Toledo, um dos artistas plástico contemporâneos mais importantes no México, tem dado a sua contribuição através da promoção de iniciativas culturais diversas para a defesa do milho crioulo. Sua voz reforça e recria a luta contra a entrada dos transgênicos no México. Toledo é um defensor da união da arte com a ciência, fato que se comprova quando o mesmo doa ao governo um terreno amplo para a construção da casa da matemática. Francisco Toledo, com a arte, desperta para a importância de se preservar o milho nativo. Uma de suas principais iniciativas foi a elaboração de uma carta em março de 2014 e coleta de 1.000.000 de assinaturas contra a entrada dos transgênicos¹⁸⁹. Nos eventos realizados para promover as assinaturas, sob o lema *El maíz de nuestro sustento*, se expressam cientistas, a exemplo dos filiados a UCCS. Os argumentos centrais expressos foram a defesa da gastronomia mexicana, que tem uma base no milho nativo, mencionando-se investigações que tem demonstrado que o consumo de transgênicos produzem problemas na saúde. Ainda pede-se ao presidente que ouça também, para além das razões da ciência, a voz das comunidades indígenas, dos camponeses e da gente da cidade que não querem

¹⁸⁷ As mesas redondas que realizam nas universidades, reúnem um conjunto de estudantes, cientistas e lideranças de organizações de agricultores para, com o auxílio de uma análise científica, desnaturalizar a superioridade das sementes transgênicas e condená-las pela ameaça que representam.

¹⁸⁸ Um trabalho com propósito semelhante é realizado pela *Red de investigación: maíz, alimentación, tecnología, cultura* (REMATEC). Seus prognósticos, caso venham a se generalizar o milho transgênico e venha se consolidar a substituição do uso de variedades crioulas pelos híbridos da indústria, é de contaminação do ambiente e erosão genética, juntamente no país onde o milho é o principal alimento.

¹⁸⁹ Na carta coordenada por Toledo, reproduzida no Jornal Sembradores da Fundación Semilla de Vida (2014), para coletar um milhão de assinaturas contra a liberação dos cultivos transgênicos, datada de março de 2014, direcionada ao presidente do México, percebe-se a diversidade de agentes mobilizados nesta campanha. São camponeses, operários, estudantes, empresários e investigadores comprometidos com a defesa do milho crioulo.

as sementes transgênicas. A carta é finalizada com uma frase que expressa bem o sentimento do povo mexicano com “*el maíz*”: “*rechazamos los transgénicos porque contaminar nuestro maíz es herir el corazón de México*” (FUNDACIÓN SEMILLAS DE VIDA, 2014, p. 02). Segundo a linha de argumentação proposta nestas iniciativas o milho transgênico não é autêntico das terras onde o milho nasceu e, portanto, pode ser considerando uma afronta ao povo mexicano, ao “*pueblo de maíz*”. O movimento estabelece uma oposição entre a saúde e o lucro da indústria de sementes. Segundo a carta, a saúde do corpo e a saúde da terra não tem preço. Portanto há um realce nos argumentos do risco a saúde humana e ao meio ambiente portado no milho transgênico. O risco ambiental é da contaminação irreversível do “*maíz*” nativo pelos transgênicos. Desta forma afirmam que a transgenia prejudicará a maioria dos mexicanos. A carta ainda se respalda na ciência ou em investigadores que tem assegurado efeitos maléficos a longo prazo do milho transgênicos.

Francisco Toledo pode ser considerado aquele que está sempre promovendo espaços criativos, a exemplo de uma feira onde se apresentaram trabalhos científicos, onde realizou-se concurso de artesanatos, amostra gastronômica e oficinas como três eventos interrelacionados que visam informar a sociedade. Dentro desta iniciativa realizou-se uma oficina chamada de “*Soy de Maíz*”, coordenada por um artista plástico Guillermo Rito, onde se explica às crianças a origem do milho e se mostra a diversidade de variedades existentes, sendo seguida de uma elaboração de tortilhas com corantes naturais. Nestas oportunidades, investigadores que participam das mobilizações e possuem trabalho de valorização das sementes nativas expõe os cuidados que os camponeses devem ter com o milho nativo e os cuidados para evitar a contaminação com os transgênicos (FUNDACIÓN SEMILLAS DE VIDA, 2014, p. 06).

A *Fundación Semillas de Vida*, do México, no ano de 2015 sustentava o lema “*Por una alimentación sana desde las semillas*”. A fundação desenvolve a conservação e o melhoramento de sementes nativas *in situ* pela prática e saberes campesinos com o objetivo de guardar a biodiversidade e propor alternativas de produção de alimentos. Assim, a fundação endossa a questão sobre a posse de tais recursos pelos campesinos¹⁹⁰. Em 2014, encontramos uma interessante

¹⁹⁰ Entrevista concedida por interlocutor 17. Arquivos de áudio do pesquisador. Entrevistador: Serinei César Grígolo. Fundação Semillas de Vida, México. D.F. Outubro de 2015.

convocatória de artes plásticas denominada de “Palomearte”, em *Fundación Semillas de Vida* (2014) que se realizou em agosto de 2014 em San Salvador Atenco, México. O chamado explicita o sentido da convocatória: “*Por que cada grano contiene un mundo diferente, entrelacemos nuestros mundos, hagamos milpa, campo y ciudad; deja que estalle tu creatividad. Porque conservar al maíz es defender al país*”. As obras, como teatro, pintura, ilustrações, poesia, escultura, contos, animação, fotografia deveriam abordar: a) “*maíz em tu día a día*” – a diversidade agrícola nativa como riqueza cultural, social e biológica com ênfase no milho, no sistema *milpa*, México como centro de origem de diversificação do milho, fruto de 8 mil anos de agricultura campesina, como presente dos povos indígenas ao mundo; b) “*si comes maíz, como vives tu país?*” - soberania alimentar, direito a alimentação, campo sustentável com campesinos e campesinas; c) “*una vida Sin Maíz*” – os perigos e ameaças da transgenia a biodiversidade, os perigos do uso de agrotóxicos, plantas e insetos resistentes, danos a saúde animal e humana, novas enfermidades, visão de mundo se o milho desaparecer (FUNDACIÓN SEMILLAS DE VIDA, 2014, p. 07).

Se observado em seu conjunto, destacam-se relações de colaboração entre agentes diversos e a realização de iniciativas como a campanha “*Sin maíz no hay país*”, realizada no ano de 2008 e o “*Foro Nacional en Defensa del Maíz Nativo*” atuante desde 2002, que nasceram como reação a ameaça que percebem dos milhos transgênicos. Da mesma forma se observam vínculos com organizações internacionais como ETC e GRAIN, que se fazem presente nestes espaços, participado das campanhas e fóruns. A campanha Mexicana promovida pela *Red maíz*, produziu uma série de infógrafos que resumem o conflito entre sementes crioulas e sementes transgênicas. Entre os infógrafos, arte e frases que enunciam o que defendem e o que não aceitam. Os infógrafos “*En Defensa del maíz*” (Figura 29) trazem as mensagens veiculadas na campanha.

Figura 29 – Infógrafos da Red maíz para a campanha “En Defensa del maíz”.



Fonte: Red em defesa del maíz (2015).

5.6 UM ESTUDO DA SÓCIO-ALQUIMIA SIMBÓLICA DAS FESTAS MEXICANAS

Ao observar os atores e suas relações, destaca-se a especificidade mexicana, especialmente pelo grupo *Arte, Ciencia y Resistencia*, que “*se orienta a establecer puentes de comunicación y colaboración entre científicos, artistas y la sociedad en su conjunto*” (UCCS, 2015). Desta forma, esta mescla entre o campo científico com o campo das artes, inseridas no conjunto de sociedade, tem realizado a bem-sucedida campanha de resistência contra os transgênicos nas Américas. Portanto, a desnaturalização da superioridade das sementes transgênicas e a valorização das sementes crioulas dá-se, no México, como um campo cultural, com a produção simbólica como o apoio do campo das artes, como um movimento cultural, que afirma que a arte é o sustento da cultura e indispensável nas relações sociais. Contudo, também pela produção do conhecimento científico. Ambos campos têm suas especificidades, contudo há pontos de contatos entre sí, ha circulação de agentes por entre os campos e destes com a sociedade, sustentando grupos sociais de resistência e proposição, que, por fim, constituem um espaço próprio em torno das sementes.

Da mesma forma que qualquer outro artefato, porém de forma singular, o milho é tratado como um patrimônio cultural e natural do México pelo campo artístico. Este tem conseguido ampliar e sustentar a rejeição aos transgênicos que o ameaçam. Desta forma, defender o milho crioulo no campo das artes é, mais uma vez, como em outros momentos do movimento artístico, pautar o debate do futuro do país e das questões nevrálgicas da sociedade.

5.6.1 Trabalhando sobre o legado cultural: as festas populares nas culturas pré-hispânicas do México indígena

“*El Maíz*” como é culturalmente chamado o milho no México, sempre foi motivo de celebrações e festejos diversos, há milhares de anos. Atualmente, várias festas são realizadas com esta cultura, como festejos de resistência, a exemplo do “Carnaval del Maíz”. Em uma incursão pelo México, procuramos em museus, sítios arqueológicos, institutos de pesquisas, universidades e organizações da sociedade

civil, registros que nos informassem como os povos originários entrelaçam festividades e sementes¹⁹¹.

A importância da flora e da fauna na vida ritual dos mexicanos está registrada na arquitetura e nas oferendas encontradas nos sítios arqueológicos. Os simbolismos estão decorando peças esculpidas em basalto. No Templo Major se encontram altares de Rãs. Seu povo acreditava que estas anunciavam a chuva. Na *fiesta da la vientena de tozoztontli*, as rãs eram assadas e comidas. Trata-se de festejos pré-hispânicos vinculados ao milho e correspondem a data de 1500 anos D.C. (Figura 30)¹⁹².

Figura 30 – Altar de rãs. Relação festa com *maíz*



Foto do autor

Na cultura as representações culturais em torno do poder são traduzidas em mitos, deuses e em alguns animais, cujos atributos qualificam os humanos que lideram grupos. Este enredo pode ser confirmado pelo culto ao Jaguar, felino mimetizado pelos governantes e guerreiros de algumas culturas indígenas americanas, conforme informações encontradas no Museu Nacional de Antropologia

¹⁹¹ As fontes de informações que utilizamos para a seguinte descrição está em grande parte nos museus e em publicações dos mesmos, a exemplo de “El Maíz”, do Museu Nacional de Culturas Populares, publicado na sua terceira edição em 1987. Citaremos esta e, sobretudo, o Museu Nacional de Antropologia, situado na Cidade do México, ao qual devemos a maior parte das informações contida nesta secção do texto.

¹⁹² Altares de Rãs. Informação extraída de placa explicativa, encontrada no Sítio Arqueológico Templo Major, na Cidade do México, D. F, outubro de 2015.

na cidade do México. São os seus atributos que valorizam guerreiros, governantes e deuses. A força é um dos principais atributos, junto a agilidade, a cautela, a astúcia e a capacidade de dominar. Enfim, virtudes associadas ao poder, a força política, a guerra e ao sacrifício. Neste sentido, algumas festas eram realizadas para fortalecer posições, crenças ou tradições e podem ser comparadas as leituras que tomam os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas e hierarquizadas de poder, ordenadas por um poder sobrenatural. Da mesma forma, estava implícito que tais atributos devem ser perseguidos por qualquer povo que deseja enfrentar uma demanda, realizar conquistas, inverter numa situação de poder e, portanto, requisitos também para subversão da ordem dominante.

Nas festividades dos povos *nahuas*, por exemplo, eles agradecem as colheitas ao deus do milho *Chicomexóchitl*. Menino prodígio, teria nascido de forma milagrosa, teria sido morto, contudo ressuscitado. Assim, as festas são instrumentos de manutenção da crença da etnia e de sua cosmovisão, da língua, da relação com a terra, dos rituais, das divindades e da organização social. O milho organiza a vida cotidiana do povo *nahuas*. É o símbolo do grupo e base para o calendário ritual. É o organizador do tempo e do espaço, guia do conhecimento acumulado durante milênios. Isto está expresso na poesia, no folclore, nos ritos e nas cerimônias. Alguns “especialistas” do grupo têm as habilidades de se comunicar com os deuses. A festa *nahua* de Veracruz, toma como motivo o milho tenro e a ele se referem como um recém-nascido. O milho tenro é cultuado como alimento sagrado em um ritual de agradecimento as divindades chamadas de *elotlamanaliztli* (MUSEU NACIONAL DE ANTROPOLOGIA, cidade do México, outubro de 2015). Contudo, a ideia de manutenção, de festa da ordem, só pode se fazer sob uma cultura no contexto de dominância, no caso, na época pré hispânica. Atualmente o povo *nahuas* ainda realizam seus festejos, mas como cultura ameaçada, o que confere a seus ritos festivos estratégias de resistência. Após a colonização, com a imposição dos santos padroeiros católicos, as festas do santo padroeiro se somam, se mesclam ou substituem os outros deuses que compunham de antemão a cosmovisão da etnia, produzido o sincretismo religioso, que também se reflete nos símbolos cultuados nas cerimônias. Contudo, percebe-se o sentido religioso das festas em torno de uma boa colheita, entendida como vontade de um poder sobrenatural, ao qual se faziam oferendas e sacrifícios (MUSEU NACIONAL DE ANTROPOLOGIA – Cidade do México, outubro de 2015).

As festas dos povos indígenas do México são mesclas de tempos e de tradições. Algumas conservam mitos e histórias que remetem ao seu surgimento. A música e a dança são essenciais em algumas culturas, como nos *nahuas* que levam as festividades para a rua e praças. Contudo, a forma como veem o passado – idealizado ou não - é fundamental para compreender as lutas atuais. A organização das festas indígenas exige grande envolvimento comunitário para o planejamento da cerimônia, para ensaios de danças, de músicas, de apresentações públicas, para o preparo de roupas, enfeites e máscaras. As festas guardam pelo menos dois sentidos imediatos, mais ou menos presente de acordo com a cultura: ritual cristão de pedidos aos santos e; representar aspectos da vida cotidiana, como a semeadura, a caça, a chuva e a colheita. Como se pode perceber na citação:

“las danzas y los dramas desempeñan importantes funciones sociales, a través de ellos se transmite el sistema de valores y las pautas de conducta moral del grupo. Por otra parte, son un medio de cohesión social y ayudan a integración de los participantes, por último tienen también el propósito de proporcionar esparcimiento y recreación a la comunidad” (MUSEU NACIONAL DE ANTROPOLOGIA, Cidade do México, outubro de 2015).

As danças dos povos *nahuas* atuais são em grande parte de origem colonial e remetem as campanhas de evangelização, conhecidas também como “conquista espiritual”, que impôs os santos padroeiros e outros referentes católicos aos indígenas. Contudo, as festas eram também comuns no período pre-hispânico e continuaram sendo realizadas durante a “conquista espiritual”, contudo, tendo como centro das celebrações a figura do santo padroeiro. Tais festas mantiveram o calendário das festas pre-hispânicas, ou seja, vinculadas ao ciclo agrícola, que as antigas religiões relacionavam as possibilidades concretas de vida. As festas também continuam a fazer referências às forças extra-humanas, se somando ou substituindo as antigas divindades (Museu de Antropologia, 2015). Se por um lado houve a imposição do santo padroeiro as crenças indígenas, estas mantiveram o calendário das celebrações pré-hispânicas¹⁹³. Nestas festas, as sementes são objeto de significações simbólicas. A veneração ao milho pelo povo mexicano ordena e desordena o mundo. Sabe-se que historicamente a domesticação de

¹⁹³ Interessante notar que o processo de criação dos deuses se deve a institucionalização das crenças, que se iniciam com a passagem de cultos individualistas, para cultos comunitários chegando até os cultos institucionalizados, quando os deuses começam a surgir (MUSEU NACIONAL DE ANTROPOLOGIA, 2015).

plantas teriam diversos fins, como alimentação, fabricação de utensílios, medicina e também para os rituais religiosos.

O uso de sementes em festas populares, portanto, não é uma novidade. Consiste em tomá-la como elemento simbólico de renovação da luta ou manutenção de crenças dos povos. O intercâmbio de mercadorias, a exemplo das sementes, bem como, de conhecimentos relacionados, contribuiu para a unificação destas crenças (MUSEU NACIONAL DE ANTROPOLOGIA, 2015).

O milho, conforme anteriormente colocado, foi na cultura pre-hispânica mexicana um produto que sustentou a economia familiar e comunal. A sua importância também é notável ainda nos dias atuais. No entanto, mais do que isso, o milho pode ser considerado o principal responsável pela reprodução da cultura de diversas etnias originárias ou indígenas. O milho, portanto, está associado a cultura tradicional dos povos indígenas e a uma infinidade de ritos. Estes organizam os momentos de cerimônias e as festas, seguindo, sobretudo o calendário do plantio e da colheita. As simbologias alimentaram e ainda alimentam as festividades populares a exemplo das cerimônias de pedido para chover e cerimônias de benzimento das sementes, que visam a obtenção de uma boa colheita.

O cultivo da Milpa e dos deuses pre-hispânicos e a crença nos santos católicos regem a vida, onde as festividades os mantêm vivos. A vida material e a vida espiritual se entremesclam. A sementeira tem um caráter sagrado. Do êxito desta colheita dependem todas as demais atividades e a própria sobrevivência. Desta forma se protegem, realizando festividades antes do plantio e após a colheita, ou seja, com pedidos a uma boa safra e depois de agradecimento. Muito da resistência dos povos indígenas provem de sua relação com a terra e com a produção do milho. Religiosidade e trabalhos agrícolas são, portanto, interdependentes. Como se lê sobre os povos Mayas que “*del maíz amarillo e de maíz blanco se hizo su carne*”. Este fato não exclui outras estratégias como a defesa política da identidade étnica e das demais condições de vida, mas ressalta a importância das festas na manutenção da identidade cultural – e por consequência na resistência aos transgênicos (MUSEU NACIONAL DE ANTROPOLOGIA, Cidade do México, outubro de 2015).

Assim, as festas populares nas culturas indígenas, na atualidade, podem ser consideradas expressões da vida de uma comunidade, mais do que um momento de alegria, música e de danças. Representam uma mescla de interpretações e

representam a relação de um povo com o que se considera “divino”. As danças e as músicas contêm mensagens que procuram estabelecer uma conduta, ou seja, conservar aquilo que consideram ser as referências válidas para suas vidas. Contudo, em se tratando da cultura indígena mexicana, as festas também são instrumentos que visam trazer à tona a reprodução, a resistência, a identidade, os direitos e a proposição de suas próprias alternativas e desta forma, assegurar seus traços culturais (FUNDAÇÃO SEMENTES DE VIDA, 2004). As festas são, portanto, mais que divertimento, funcionam como sistemas simbólicos, ou como prática social estruturantes da resistência.

5.6.2 As festas das sementes mexicanas promovidas pelos agentes contestatários

Para identificar as festas de sementes crioulas (com motivações políticas de resistência aos transgênicos), nos servimos da publicação “*Sembradores*”, de 2014, da *Fundación Semillas de Vida* para descrever as festas mexicana de valorização de sementes crioulas como evento que enuncia a rejeição as sementes transgênicas. A fundação *Semillas de Vida* ao publicar os eventos festivos sobre sementes crioulas apresenta esta contribuição, ou seja, de atualizar as festas das culturas indígenas que se voltam a valorização das sementes crioulas.

Um dos eventos citados pela referida fundação se conhece por “*Bendición de las semillas*” que acontece em Apetlaco, município de Tlachichilco, estado de Veracruz. Trata-se de uma cerimônia em honra ao “grão sagrado”, que se realiza com a presença de crianças, jovens, mulheres e homens, curandeiros e sábias anciãs. A cerimônia pode ser traduzida como uma prática social ancestral de pedir permissão a terra para o cultivo do milho. Dessa forma também se expressa a sabedoria em cuidados com as sementes nativas, contudo, o espaço, ao mesmo tempo, serve para esclarecimentos e denúncias sobre os perigos que representam as sementes transgênicas. Para estes povos, a cerimônia é bem mais que uma bênção das sementes, pois sementes já são consideradas sagradas, é a consagração do milho, ao qual os povos devem o sustento. Eles alimentam a crença que a força que possuem e o próprio corpo vem do milho. O festejo é uma preparação para a semeadura do milho, quando se coloca as sementes em seu altar para que atenda aos pedidos do povo e que produza boas sementes para novos

plantios e para a alimentação. Os curandeiros e curandeiras são os que conduzem a celebração. Cultivam símbolos que representam a chegada do milho nas comunidades. Estes têm o formato de crianças, mas também de adultos e se fazem as oferendas a terra, a água, ao fogo, ao céu e ao milho.

Outra cerimônia festiva acontece em La Esperanza, município de Apango, estado de Guerrero. Nesta cerimônia denominada de “*Atzatzistli*” se faz pedido de chuvas e benção das sementes. A água e o milho são dois fundamentos da cultura, da religiosidade e da cosmogonia dos tempos pré-hispânicos¹⁹⁴. Ou seja, são manifestações artísticas e religiosas que tem na água e no milho a origem do universo e também de todas as outras coisas. A força da natureza é consagrada. *Tlaloc* é o deus da chuva; *Xilonen* a deusa do milho tenro; *Centéoti* deus do milho e *Chicomecoatl* deusa do sustento. Se realizam peregrinações, oferendas e danças. O ato sagrado é a benção das sementes e o compartilhamento dos alimentos tradicionais. Estas cerimônias acontecem nos primeiros dias do mês de maio. Nas “montanhas de Guerrero” se cultivam o milho “*ancho*” nas suas variedades branco, amarelão, vermelho e preto. Estas sementes se mesclam com flores de *zempaxuchitl* e se repartem como relíquia. Mole verde, flor de abóboras e tamales são primeiramente oferecidos as crianças e depois compartilhados com os demais. A cerimônia, ou poderíamos dizer a festa, se celebra, se agradece, se dança e se compartilha, ao mesmo tempo que vai se construindo e se reforçando uma visão de mundo comunal para o sustento de todos (FUNDACIÓN SEMILLAS DE VIDA, 2015, p. 4). Estas festas cumprem um papel de preservação dos ritos tradicionais que fazem relação entre a população e as forças da natureza para que os ciclos se repitam, ao tempo que mobilizam para manter o controle sobre as sementes crioulas diante da ameaça dos transgênicos, pois é uma ameaça direta a eles próprios e as suas crenças.

¹⁹⁴ Há ainda outras festas, como a *Feria del Maíz y el Agua*, realizada em Taxco de Alarcón, Estado de Guerrero, no mês de abril e se encontra em sua IX edição em 2015. Mostra-se os tipos (diversidades) de milho, abóboras e feijões cultivados na região; se realizam conferências em torno do milho e da água. Nesta edição, alunos da escola preparatória local apresentam vestuários que retomam os elementos do milho para confecção e ornamento. Estas são apresentadas na praça central da cidade ao grande público por rainhas da água e do milho. Nesta ocasião se compartilha algum tipo de alimento com os presentes. A importância cultural do milho se expressa nestes tipos de cerimônias, também com palestras a estudantes de artes, arquitetura e história. Este evento mostra como o tema rompe as fronteiras de campo e cidade, pois neste caso é organizada por pessoas, como o professor da escola preparatória Juan José Acevedo Pliego, envolvendo os jovens estudantes em atividades de poesia, vestuário, artes plásticas, elaboração de alimentos e bebidas, construindo uma festa cultural e gastronômica reconhecida pelas autoridades da cidade. (FUNDACIÓN SEMILLAS DE VIDA, 2015, p. 06).

Outro evento festivo Mexicano acontece em Zitácuaro, Estado de Michoacán, na praça central da cidade, denominada de *Feria del maíz criollo*. Compreende uma exposição de milhos da região, troca de sementes, venda e degustação de alimentos a base de milho. Toda comida é preparada por grupo de artesãos. O evento se inicia como uma cerimônia *mazahua* de agradecimento aos elementos da natureza e ao milho. A festa é ornada com muito colorido para representar a alegria da sementeira do milho. Nestes eventos sempre há o aspecto formativo, ou seja, ocorrem palestras proferidas por investigadores ou representantes de organizações sobre os riscos dos transgênicos e das políticas do governo sobre a população. (FUNDACIÓN SEMILLAS DE VIDA, 2015, p. 05).

O resgate destas festas pré-hispânicas, nas culturas que tomam o milho como o próprio corpo, identidade e divindade, apontam para a rejeição da transgenia, pois não sendo o mesmo milho, não seriam mais o mesmo corpo. Este é o sentido mais profundo da resistência dos povos mexicanos aos milhos transgênicos, renovado nas festas. A contrariedade aos transgênicos, neste caso, não se dá no vazio, não é um discurso solto, pois rebate nas práticas cotidianas de um povo que se funda no milho crioulo, que o cultivam e preservam materialmente e espiritualmente. Há em algumas comunidades, em razão da realização das festas, a formulação de regras internas, como aquelas que não aceitam sementes de fora. A cerimônia é um impulso para estas decisões e fortalecem campanhas permanentes contra os transgênicos. Contudo, o problema com os transgênicos pode ser em alguns casos enunciado especialmente por uma rádio comunitária, que promove a cerimônia ao fazer a campanha pela rádio em defesa do milho nativo. Desta forma podemos perceber os sentidos das festividades. A festa é, portanto, um mecanismo que se tem recorrido com frequência para valorizar as sementes crioulas e condenar as sementes transgênicas e em cada lugar, lança mão da sua cultura e da produção simbólica para recriar as estratégias de resistência (FUNDACIÓN SEMILLAS DE VIDA, 2014, p. 04).

Observa-se também uma renovação do formato das festas na luta contra os transgênicos, como observa-se no “*Carnaval del maíz*”, evento que é realizado desde o ano 2013 e que faz parte da programação do “Dia mundial contra a Monsanto”. São eventos ao estilo mobilização social de rua que enunciam “Fora Monsanto” (FUNDACIÓN SEMILLAS DE VIDA, 2015, p. 07). Contudo, é uma mobilização da qual se pode extrair os elementos de luta contra os transgênicos.

Não se pode falar de Carnaval sem compreender que é um tipo de festa, segundo DaMatta (1984), da “desordem”, da “inversão” das hierarquias sociais. Espera-se que o termo Carnaval represente um evento de rua, portanto público, onde os participantes se igualam e transgridam a ordem vigente. Ou, como sistema simbólico estruturante, como forma de fazer o mundo. É assim que compreendemos o *Carnaval del Maíz* no México.

Neste carnaval, a cerimônia inicial tem as marcas das celebrações indígenas, seja no vestuário, na língua ou nos rituais de agradecimento aos elementos da natureza e da vida com oferendas e danças, onde o campo artístico é mobilizado. Neste caso, se utilizam da cultura e de seus sistemas simbólicos, como mitos e deuses. Contudo, também se utilizam de argumentos apresentados pelo campo científico, que ressalta a especificidade de centro de origem e dos riscos. Também apresentam elementos do campo político, que ressaltam as relações de dependência, de injustiças e de soberania alimentar.

No *Carnaval del Maíz* de 2015, pode-se ver em um grande cartaz exposto em frente ao Palácio de Bellas Artes da cidade do México. A figuração dos agentes dominantes que o Carnaval quer “destruir”, a exemplo da Monsanto - acusada de impor a nova ordem agrícola mundial, que afronta diretamente os interesses dos manifestantes - grandes fundações - como a Rockefeller; Bill&Melinda Gates - assim como um conjunto de logotipos de marcas de alimentos controlados por transnacionais. Estes compõe o grande estandarte que ainda ostenta um desenho de uma caveira e a palavra “mata” do verbo matar. Todos os agentes que são considerados inimigos na luta contra os transgênicos estão, portanto, identificados com o simbolismo da morte. Organismos internacionais que, de certa forma, legitimam a ordem dominante também são expostos com mesmo sentido. O Carnaval identifica tais instituições como aquelas que desejam apropriar-se dos governos ou impor a sua pauta a estes, onde os interesses dos agentes dominantes se manifestam como mecanismos de dominação e de violência simbólica legítima do Estado. Desta forma em linha com a abordagem dos sistemas simbólicos da classe dominante, a festa/carnaval inverte, desnaturaliza sua dominação, imputando-lhes o símbolo de morte.

A ameaça que sentem dos transgênicos, expressada no *Carnaval del Maíz*, diz respeito a cultura mexicana. O milho é considerado a raiz da cultura e um orgulho nacional e como tal deve ser respeitado. A transgenia representa uma

invasão e uma apropriação no mercado tradicional. O milho “natural” é considerado o mais rico, o mais diverso e o mais dinâmico. Afirmam os participantes que não faria sentido comer um milho global orientado para criação de animais quando se dispõe de tão rica diversidade. A Monsanto então é representada pela figura de um negociante ganancioso que ameaça os alimentos típicos mexicanos, pois o “novo milho” da empresa seria o novo alimento dos mexicanos. Segundo os organizadores, o jogo da Monsanto é construir monopólios para controlar o mercado mundial de alimento. Afirmam que as propriedades do milho transgênico geram risco a saúde e que este jogo atinge a forma autônoma dos povos pobres.

O “*Carnaval del maíz*” também enfrenta as leis. Citam a lei de biossegurança, que é transformado pelos carnavalescos em “Lei Monsanto”. Atacam, desta forma, o que consideram uma estratégia de legitimação da imposição dos transgênicos via leis. Acreditam que a referida lei tem como único propósito facilitar a entrada do milho transgênico. Por esta razão defendem a moratória e apresentam um novo argumento, de que não se pode introduzir sementes transgênicas em seu centro de origem e de diversificação. Por fim, se joga com sementes do México contra as sementes da Monsanto e, ainda de forma irônica, criticam a noção que os transgênicos sejam “substancialmente equivalente”, como defende a indústria, pois deste “equivalente” existe toda sorte de diferenças, quando se trata de DNA. Como em todo carnaval, a irreverência se faz presente.

No “*Carnaval del maíz*” todas as outras razões para a subversão são expostas, como a exclusão dos “campesinos” e dependência destes do mercado. Apontam para a apropriação indevida de características específicas do milho nativo, como a resistência a secas, que serão inseridas em cultivares melhoradas e transgênicas, ressaltando que tais características foram cuidadas por milhares de anos pelos camponeses e que passariam a pagar patentes pelo seu uso. Este conhecimento é, portanto, considerado patrimônio de todos os povos que diversificaram as sementes. Denunciam que não se tem estudado adequadamente os riscos potenciais da transgenia como a produção de toxinas e estruturas das proteínas dos transgênicos. Ainda, contestam a promessa que a transgenia livraria o México da importação de milho e afirmam que tornaria o país um importador de sementes. Como podemos perceber, o evento festivo denominado de *Carnaval del Maíz*, procura colocar em evidência a disputa com a Monsanto das visões de mundo, provocando um jogo de forças, no qual o símbolo principal é a semente e, os

sujeitos constituem-se nessas disputas imbuídos de força de luta e poder ancorados na cultura, e ao mesmo tempo em que forjam resistências, contestam o jogo do poder econômico, político e social. Em outras palavras, a festa é ao mesmo tempo uma defesa dos valores e tradição dos povos originários, mas, sobretudo, procura mobilizar um grupo de agentes, formar grupos sociais capazes de desnaturalizar as promessas dos transgênicos e assim assegurar o domínio das sementes crioulas. Como se percebe, os elementos de construção do mundo e de grupos, se constituir como fração de classe, opera sentidos muito específicos do contexto mexicano – ligados a ancestralidade – e outros que são de domínio dos movimentos internacionais, a exemplo dos riscos e do debate da soberania.

Expressões exageradas, delírio, transgressões são típicos de qualquer festa e mais evidente no Carnaval. Neste exemplo procuram atacar diretamente a crença de produto equivalente, que podemos considerar como sendo produção simbólica que tenderia a desmobilizar a sociedade contra a transgenia. O carnaval é também um instrumento simbólico que se utiliza para neutralizar o poder de desmobilização do simbólico produzido para a aceitação, como natural, do produto transgênico.

Os sistemas simbólicos mobilizados pelos agentes mexicanos contestatórios são reconhecidamente construtores de mundos e são derivados da cultura, da arte, dos mitos, da religião e da ciência. Contudo, estes instrumentos foram produzidos na disputa pelo poder legítimo de di-visão do mundo social que produzem e atualmente mobilizados para desnaturalizar a possível entrada das sementes transgênicas no México. As festas de sementes contemporâneas no México são estruturantes, fundadas em estruturas como cultura, mito e religião, que se fazem presentes nas festas atuais. Contudo, mesmo transpirando tais estruturas, enfrentam as sementes transgênicas e revalorizam as sementes crioulas na perspectiva de estruturar uma visão de mundo contestatória da ordem dominante, sem a remissão ao passado idealizado.

Esta pesquisa aponta para as possibilidades objetivas existentes de produção simbólica pelo qual se estruturam a defesa das sementes crioulas. A categoria festa é aqui apresentada como espaço sócio simbólico, onde cultura, ciência e religiosidade exprimem a resistência.

5.7 APRENDIZADOS COM O CASO MEXICANO: RESISTIR É RESGATAR, NUTRIR E DEFENDER

A investigação sobre a atuação dos agentes contestatórios no México mostra a singularidade deste país em relação aos agentes, o sentido das lutas e estratégias. A complexidade deste processo neste país que constitui país de origem do milho leva a que os apontamentos aqui apresentados tenham caráter exploratório.

Na diversidade de agentes que protagonizam a luta, a articulação de “cientistas comprometidos com a sociedade” e destes com agentes do campo artístico. Este vínculo estreito entre de agentes da ciência e da arte se manifesta em muitos eventos e parece ter garantido uma significativa legitimidade e capacidade de inovação nas estratégias de luta. É proveniente da arte, seja elas pré-hispânicas, sejam elas contemporâneas e do próprio sincretismo entre elas, a sustentação das mobilizações e campanhas. Há sem dúvida produção e recepção da ciência e das artes nas organizações internacionais (a exemplo da ETC Group), assim como a arte se faz presente na atuação da UCCS. Há, portanto, uma possibilidade de aprendizado de aspectos relevantes no estudo do caso da resistência no México. Podemos considerar que no México muitos elementos centrais do simbolismo em defesa do milho crioulo emanam do campo da ciência e do campo das artes. O *Carnaval del Maíz*, por exemplo, é a denominação mexicana ao que, em muitos países, equivale a Marcha Mundial Contra a Monsanto. Destaca-se, também, a reação dos movimentos contrários a legislação nacional que favorecem o patenteamento, como a lei de patentes, que os movimentos sociais vem chamando de “Lei Monsanto”. Portanto, a arte e ciência alimentam as ações contestatórias, permitindo alcançar formas inventivas de mobilizações, intercâmbios de sementes, denúncia em redes sociais, feiras orgânicas, foros de debates populares e intervenções na esfera política para barrar leis e/ou criar no sentido de fortalecer as sementes nativas.

Quanto ao sentido da luta, no caso mexicano destaca-se a clara ameaça representada pelos transgênicos. O milho transgênico representa uma ameaça potencial de contaminar a riqueza biológica e destruir o modo de vida baseado na *Milpa*. Em relação ao sentido da luta, há de situar o milho como um cultivo pré-hispânico, que está associado à identidade cultural e simbólica mexicana de modo que a sua defesa funciona como princípio de coesões social. Sua importância é

reconhecida nos alimentos, na religião, nos rituais, no trabalho, etc. A luta pelo milho se faz controle político, econômico e social (VIZCARRA, 2009). É no México que encontram-se os lemas mais originais, como “*gente del maíz, maíz de la gente*”; “*sem maíz não ha pais*”, “*el maíz, fundamento de la cultura popular mexicana*”, e que melhor representam a resistência.

Em relação às estratégias ressalta-se a especial relevância dada as estratégias de mobilização e criação de grupos a partir da produção simbólica, mas também o trabalho de base realizado junto as populações locais estruturado sobre uma perspectiva coevolutiva. Nesse sentido, o trabalho se orienta a reforçar essa coevolução pelo resgate (reconhecimento e valorização da diversidade genética vegetal), nutrição (qualificação das práticas produtivas através do melhoramento participativo) e defesa (luta contra os transgênicos). Ainda, cabe ressaltar que os mesmos princípios de valorização da diversidade cultural orientam o trabalho com melhoramento genético (seleção e cultivo), a defesa de direitos nos tribunais e as ações e mobilização também no campo das artes.

6 AS AMEAÇAS E VALORES A PRESERVAR NAS DISPUTAS PELAS SEMENTES

O estudo da diferenciação das práticas relativas às sementes – exposto nos capítulos iniciais - evidenciou que estas contribuíram para a hegemonia das sementes industriais de forma a produzir-se sua “naturalização”. Esse processo foi, ao longo da história, contestado por agentes diversos, especialmente por aqueles vinculados ao campo cultural.

A contestação à naturalização das sementes industriais revelou o quanto esta atendia, basicamente, ao interesse privado da indústria de sementes e representava ameaças a interesses sociais. Além de formular narrativas alternativas (críticas) sobre os processos em curso, os agentes contestatários buscaram interferir na dinâmica política (especialmente sobre marcos legais que servem de sustento às estratégias das indústrias de sementes) e no âmbito econômico (através da estruturação de sistemas alternativos de produção e distribuição de sementes – sustentados sobre as “sementes crioulas”).

Os esforços em prol da representação do campo das sementes revelaram a possibilidade de distinguir polo dominante e polo dominado com agentes em diferentes posições segundo o capital que dispõe. De todo modo, a posse desigual de capitais explica os limites no avanço das propostas instituintes que partem de agentes contestatários. Sinteticamente, a disputa sobre as sementes pode ser apresentada como um embate entre agentes do campo econômico (polo dominante) e do campo cultural (polo dominado), que se orientam por diferentes lógicas.

Esta contextualização revela-se necessária para que se possa entender o significado atribuído a uma dinâmica recente, de valorização das sementes nativas e crioulas por parte da indústria de sementes. Considerando sua posição dominante, nos perguntamos se tais dinâmicas apontariam para reconfigurações futuras no campo, quais seriam elas e em que medida elas representariam a superação das disputas em torno às sementes. Ao tomar Bourdieu como aporte teórico, em sua noção de campo, o fato recente de movimentos populares e as indústrias gigantes de sementes entrarem em conflito pelas sementes crioulas sugere a existência de um jogo de forças não só em torno as sementes melhoradas, mas também em torno das sementes crioulas. Interessa neste capítulo, localizar o conflito em torno das sementes crioulas, ou seja, analisar as possibilidades que poucos grandes grupos

que dominam as sementes melhoradas, passem a dominar também as sementes crioulas.

6.1 MUDANÇA DE POSTURA DA INDÚSTRIA EM RELAÇÃO AS SEMENTES CRIOULAS

6.1.1 Valorização das sementes crioulas pela indústria de sementes

Talvez a possibilidade anunciada de aproximação da indústria de sementes às crioulas provoque um estranhamento imediato por trazer afirmações de *insiders* da Revolução Verde sugerindo à indústria da transgenia investimentos em sementes crioulas. As plantas esquecidas pela modernização da agricultura, e em certa medida banidas no cenário da modernização, voltaram recentemente ao campo das sementes apresentadas como estratégicas para a indústria, como pode ser percebido na exposição do pensamento de Swaminathan (2009), considerado o pai da Revolução Verde na Índia.

Faremos uma pequena exposição do pensamento de Swaminathan (2009) para localizar as mudanças de postura da indústria em relação as sementes crioulas.

A previsão de um futuro com maior participação da agricultura biológica/orgânica é visualizada pela indústria. Swaminathan (2009) afirma que a agricultura orgânica está ganhando força na sociedade e que a integração da agricultura com a pecuária ou a agricultura diversificada são medidas que se mostram ainda importantes para muitos países em desenvolvimento e a oferta de sementes para a agricultura orgânica depende da consideração de todos estes elementos. Reconhece a necessidade de intensificar as pesquisas, fazendo menção à biotecnologia que, segundo o autor, pode contribuir com seleção assistida com marcadores, bio-pesticidas, bio-fertilizantes, plantas fixadoras de nitrogênio etc. Informa que já se pode demonstrar cultivos bem-sucedidos sem a adição de quaisquer fertilizantes, graças as plantas fertilizadoras (SWAMINATHAN, 2009).

Outro ponto destacado refere-se ao crescente mercado para “alimentos funcionais”. O autor conclama os envolvidos em melhoramento de plantas para que se concentrem nestes objetivos.

Segundo dados da FAO, dependemos de 20 culturas para todo o sistema de segurança alimentar mundial: arroz, trigo, milho, soja. Em uma era de mudanças climáticas, devemos novamente ampliar a cesta da segurança alimentar e incluir o que chamamos de **culturas órfãs**. A Academia Nacional de Ciências dos EUA tem prestado um serviço muito valioso, publicando livros sobre as culturas perdidas dos Incas, as culturas perdidas de África. Há dois ou três volumes por Noel Vietmeyer sobre a quantidade de perda na África. Muitos deles são valiosos para lidar com as deficiências de micronutrientes, especialmente o que chamamos de "fome oculta". [...] Para os alimentos de saúde, há um grande interesse na antiga sabedoria tradicional em relação às plantas medicinais - por exemplo, o arroz medicinal Navara, que é muito popular nos sistemas de saúde Ayurveda indígenas na Índia. [...] Você vê nas colheitas da África um monte de plantas com propriedades medicinais que também foram perdidas (SWAMINATHAN, 2009. p. 246, 247 – tradução e grifo nosso).

Na exposição o autor refere-se, também, ao cenário de mudanças climáticas considerando-o um fator que requer respostas do setor de melhoramento de plantas, para, neste contexto, produzir alimentos para uma população crescente. As variedades crioulas recobram seu valor diante das mudanças climáticas. Mas este valor só poderia ser extraído precisamente se forem utilizadas técnicas biotecnológicas, semelhante as que são usadas para a transgenia. Portanto, parece ser uma faculdade a que possuir tais recursos.

É neste conjunto das preocupações que as sementes crioulas foram consideradas estratégicas nas previsões relativas ao melhoramento de plantas. Nota-se que o autor menciona que, em razão das alterações climáticas, não se pode mais depender de poucas culturas, “O leque de possibilidades deve ser mais amplo.” O resgate de “culturas órfãs” passa então ser visto como potencial objetivo do campo das sementes, abrindo inclusive novas oportunidades de inovação ou diferenciação de produtos.

6.1.2 Reconfigurações nas relações entre agentes econômicos no campo das sementes

As considerações de Swaminathan (2009) podem ser utilizadas com vistas a identificar prováveis reconfigurações nas relações entre agentes econômicos no campo das sementes. Neste sentido, ele chama atenção para a identificação, distribuição e posse do recurso visado (sementes crioulas) entre agentes do campo econômico.

O autor cita que o Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz (IRRI), nas Filipinas, detêm 100 mil cepas de sementes crioulas de arroz. Estima que existam 150 mil no total, ou seja, 50 mil cepas ainda faltam garimpar. Uma vez que dominam as técnicas de transferir o gene de uma cepa para outra, as características desejadas podem, então, se manifestar nas variedades comerciais. Assim, toda forma de conservação de sementes crioulas, como bancos comunitários de sementes, podem passar a ser defendidas pelo pai da Revolução Verde da Índia. Conforme citação:

Eu acho que vocês devem dar alta prioridade para a conservação de material genético. Falei há pouco das culturas órfãs, do conhecimento morrendo. Temos que começar com a conservação das variedades crioulas on-farm. As 150 mil cepas de arroz não teria existido, se não fosse o fato dos agricultores terem conservado as variedades crioulas, assim como também a conservação em bancos de genes nacionais. Temos também de reconhecer o papel do Governo da Noruega e da Fundação Cultura da Biodiversidade, [...] que está localizado [...] em Svalbard, no Ártico, o que eu chamo de "conservação contínua". Você verá que a partir do campo para o Global Seed Vault, temos de ter a conservação eficaz dos recursos genéticos. [...] Nós não temos isso para animais, infelizmente, raças de animais estão desaparecendo. [...] Existem algumas raças de animais muito resistentes na área de Rajasthan que agora estão desaparecendo e é importante também conservá-los para um clima mais quente. Temos também de promover a conservação da comunidade, do banco de genes a campo e o banco de sementes (SWAMINATHAN, 2009. p. 249).

Os melhoristas possuem em suas coleções, para seu próprio uso, grande maioria dos materiais crioulos que se tem conhecimento, a exemplo das 100 mil cepas de Arroz do IRRI. Contudo, a indústria não possui toda a diversidade de genes em suas mãos e esta é a primeira razão para buscá-las nas comunidades tradicionais, agora sob consentimento de seu país. Ainda que possua a posse dela, a diversidade é muito dinâmica e se recria nas condições ambientais e culturais de comunidades locais todos os anos, principalmente em seus centros de origem. Assim, tais sementes, bem como os conhecimentos para sua utilização, só podem ser encontradas em populações indígenas e comunidades locais. A pergunta que é enunciada por Swaminathan, (2009. p. 247) é: “como é que vamos realmente trabalhar com as comunidades locais?” A situação leva, paradoxalmente, melhoristas que possuem os maiores conhecimentos em biotecnologia, associarem suas práticas com o melhoramento participativo, tão caro os movimentos contestatórios e a cientistas comprometidos. Segundo o autor, é nas comunidades locais que está a diversidade tão necessária para produzir plantas que respondam a

mudanças climáticas. Se refere a tais comunidades como prováveis centros de pré melhoramento, onde estaria guardado um grande número de variedades. Conforme citação:

Por exemplo, temos trabalhado com as famílias tribais em um lugar chamado Koraput. O líder desse grupo, uma senhora, foi para Joanesburgo para receber o Prêmio Iniciativa Equatorial pelo trabalho que ela e seu grupo tinham feito no melhoramento participativo que levou ao nascimento de uma variedade chamada Kalinga Kalajeera. [...] a demanda por ela cresceu e se obtém um preço premium no mercado. [...] há culturas que estão desaparecendo; eles também estão se tornando importante em uma era de mudança climática. [...] Em outras palavras, eu estou pedindo que você, dependendo dos países onde trabalham, olhar para as culturas que oferecem um potencial especial para resolver problemas (SWAMINATHAN, 2009. p. 247).

As propostas de Swaminathan poderiam ser confundidas com aquelas das organizações não governamentais sobre o valor das sementes crioulas, com reconhecimento de que a preservação da biodiversidade é um atributo dos agricultores, especialmente dos tradicionais.

Ao mesmo tempo a aproximação às comunidades para busca de genes específicos pode ter um interesse comercial a medida que mercados locais que ainda não utilizem as sementes transgênicas e agrotóxicos, que ainda são muitos, representem uma oportunidade, quase que única, de tais empresas ampliarem suas vendas mediante ofertas de sementes “adaptadas” às suas circunstâncias. Desta forma, algumas aproximações às comunidades com trabalhos filantrópicos, a exemplo das ações promovidas por fundações de tais empresas, como o programa “*Semillas del futuro*”, pode ter uma motivação essencialmente comercial, a medida que coloca o empreendedorismo como solução que, por sua vez, leva ao produtivismo e ao uso das sementes transgênicas, bem como por consequência à negligência com a autonomia em relação às sementes crioulas e com a cultura local. É possível notar que alguns projetos das indústrias de sementes - a exemplo do projeto “*Semillero del Futuro*” posto em prática no México pela Fundação Monsanto (2015) - têm o aporte de 250 mil dólares por projeto selecionado. Em sua aparência lembra projetos relacionados a produção de boa imagem da empresa com ações de voluntariado. Como visto, inseridos e próximos a comunidades locais, utilizam-se de termos incomuns no mundo dos negócios, como empoderamento, especialmente de mulheres. Apropriam-se do debate da sustentabilidade e do discurso de ONGs e de outros agentes sobre o cuidado do meio ambiente, enunciando a preocupação com o bem-estar social e empoderamento de pessoas

fragilizada. Tais formatos somente são compatíveis com a lógica do campo econômico (de onde provem o agente) se considerar-se a adesão a princípios do empreendedorismo e orientação ao aumento da produtividade e que o programa também serve de ferramenta para a Monsanto enunciar seus valores e fazer propaganda das sementes transgênicas, minando resistências. Portanto, a solução enunciada para os problemas atuais vai no sentido contrário à solução de inspiração ancestral, muito frequentemente enunciada pelos agentes que contestam a transgenia.

Esta visão, mais ortodoxa, buscaria se apropriar do território das sementes crioulas, introduzir seus produtos, gerar dependência e destruir a possibilidade local de obter sementes próprias.

Estas evidências sustentam que a disputa pelas sementes crioulas e pelos espaços de produção onde ela se realiza é real e necessária para a indústria de sementes. Contudo, a lógica econômica está mais para a apropriação privada do que para preservação. Em algumas comunidades, sobre o controle da indústria, a manutenção de germoplasmas *in situ* deverá ser financiada pelas empresas em seus programas de filantropia. Desta forma, as plantas esquecidas pela revolução verde retornam como verdadeiras fornecedoras de genes que guardam consigo a resiliência ao aquecimento global e a doenças.

6.2 RECONFIGURAÇÕES NAS DISPUTAS SOBRE AS SEMENTES CRIOULAS?

A partir do reconhecimento de uma mudança de postura das indústrias de sementes em relação as sementes crioulas presume-se a possibilidade de reconfigurações no campo que, todavia, poderiam ser antecipadas exploratoriamente para fins de reflexão crítica sobre estratégias de luta.

6.2.1 A transfiguração dos agentes como característica destacada do cenário político

6.2.1.1 A transfiguração da indústria de sementes

Ao tratar das transfigurações simbólicas das indústrias de sementes é necessário recordar que ela é considerada como o principal opositor dos movimentos contestatórios e, por isso, acusada como origem das principais mazelas

ambientais e sociais denunciadas. As indústrias da transgenia são por estes movimentos – simbolicamente – associadas à morte (embora produzam sementes). Mas uma análise mais detalhada de seu comportamento revela que quando o campo das sementes sofre pressões externas, principalmente em razão de deslegitimação de suas propostas frente ao comprometimento da natureza, seja pela contaminação por agrotóxicos, seja pela perda da diversidade, os agentes dominantes agem também na produção simbólica, apropriando-se de termos, incidindo sobre esquemas classificatórios propostos pelos agentes contestadores. O risco que as sementes crioulas passem pelo mesmo processo já é real.

Inicialmente, cabe lembrar a apropriação de discursos próprios dos movimentos sociais, como exposto anteriormente ao tratar-se dos projetos com comunidades locais da Monsanto. Segundo o lema exposto, por exemplo, o projeto deve inspirar o desenvolvimento de comunidades e teria por objetivo apoiar projetos com impacto social, que sejam sustentáveis e que melhorem as condições de vida e de trabalho, versando sobre empoderamento de comunidades rurais, especialmente as mulheres, através do desenvolvimento de pequenos negócios (microempresas e cooperativas), inovações que melhorem a produtividade dos minifúndios e inserção em cadeias de valor. O programa, no ano referido, abrange Hidalgo, Oaxaca, Chiapas, Campeche e Yucatán no México (FUNDAÇÃO MONSANTO, 2015).

O “apropriacionismo”¹⁹⁵ de termos é, também, bem evidente. Na capa de uma revista da Bayer, *Farming's Future*, publicada em 2004, a manchete afirma que o Brasil é o Campeão da soja, e o subtítulo compõem-se da seguinte frase: “*Agricultura sostenible en Brasil*”.(Figura 31).

¹⁹⁵ Em analogia a tese de Wilkinson; Sorj; Goodman (1990), sobre a ação da base técnica da agricultura.

Figura 31 – Uso de termos “agricultura sustentável” pela Bayer fazendo alusão a cultura da soja.



Foto do autor

Esta manchete exemplifica o que podemos chamar de apropriação que abala sistemas de classificação utilizados por agentes contestatórios. A indústria, agente reconhecido produtor de agrotóxicos, se apresenta, neste caso, como promotora do desenvolvimento sustentável como se houvesse superado os limites apontados de suas práticas quando, em verdade, opera simplesmente no plano conceitual, simbólico. O termo sustentabilidade, oriundo das preocupações ambientais é portando dissociado dos problemas que lhe deram origem. No exemplo, a monocultura da soja, transgênica, com uso intensivo de agrotóxicos, entre outros elementos que se agregam, pode, desta forma, ser confundida com agricultura sustentável. Ou seja, quando mais insustentável é a produção agrícola, mais natural quer parecer. Este tipo de apropriação de termos ocorre em relação a outras classificações, a exemplo de quanto mais industrial é o processo, maior o apelo propagandístico, que recorre a imagem da produção artesanal. A estratégia é transferir o valor simbólico das coisas naturais, locais, artesanais ou saudosas, para os produtos industriais, esvaziando assim o sentido primeiro, que lhe é um possível concorrente. Este fato pode ser identificado também no conflito pelas sementes

crioulas, onde atuam empresários, agricultores, cientistas e os demais agentes do campo das sementes, se utilizando de conhecimentos, mecanismos de controle, como a propaganda ou denúncia, que explicitam as tratativas de substituir a base genética milenar pela base genética passível de incidir *royalties*.

Outras práticas adotadas pelas indústrias também podem ser questionadas quanto às suas motivações. Segundo Rapela e Levitus (2004), para o melhoramento de vegetais, conhecemos pelo menos três formas clássicas: melhoramento convencional; melhoramento moderno e transgênese. Cada uma delas inclui muitas técnicas ou estratégias, entre elas mutagênese, os híbridos, o resgate de embriões, os duplo-haplóides e o cultivo de tecidos. No entanto, tem surgido novas técnicas, que segundo os autores, permitem introduzir mutações, inserir genes, que não era possível mesmo com a transgênese. Este processo está sendo conhecido como “Novas Técnicas de Melhoramento” (*New Breeding Techniques* - NBTs). Contudo, o autor sustenta que as diversas técnicas biotecnológicas são mais uma conveniência diante da legislação do que propriamente uma justificativa científica. Esse seria o caso dos “cisgênico” (quando o gene provém da mesma espécie), que tem aceitação maior que os transgênicos. Na Europa, segundo o autor, um produto transgênico tem 22% de aceitação, enquanto um produto cisgênico teria 55% de aprovação. Em relação aos direitos de melhoristas ou patentes, segundo o autor, permanece o estabelecido, mas a cisgenia tende a ser menos regulamentada do que a transgenia. Na transgenia e na gênese da cisgenia estão métodos que tornam o melhoramento mais rápidos e mais preciso. Contudo o debate sobre o nível de intervenção que faz sobre um produto que já existe na natureza ainda está sujeito a controvérsias e há necessidade de atualização e harmonização da regulação da propriedade intelectual. Enquanto tais questões não são normatizadas, representam oportunidades de negócio sujeitas a menor controle social das atividades da indústria de sementes.

Pelo processo de produção simbólica a respeito de si mesma descrito, a indústria opera uma transfiguração de sua identidade, dificultando a distinção de sua exata orientação, desmobilizando potencialmente grupos formados a partir de classificações emergentes em processos de disputas sociais.

6.2.1.2 *Transfigurações simbólicas de agentes contestatórios*

Os agentes contestatórios do campo das sementes são ONGs, associações, organizações, entidades e movimentos, que se somam a setores de universidades e instituições de pesquisa que se veem envolvidos com a defesa das sementes crioulas. Conforme colocado anteriormente, alguns movimentos estão empenhados em atuar no campo político, produzindo mobilização social de defesa das sementes crioulas e movimento contra as sementes transgênicas, outros centram sua atuação na instituição de sistemas alternativos.

Recuperando a origem destes agentes no campo cultural, espera-se que apresentem algumas características singulares. Bourdieu afirma que determinadas características são próprias dos campos culturais: a incomensurabilidade, o rechaço absoluto ao polo econômico e a luta pelo poder de consagrar. A primeira é a incomensurabilidade entre o valor dos bens simbólicos e o seu custo de produção. A segunda característica dos campos culturais é perseguir um polo de rechaço absoluto ao polo econômico. Bourdieu já trazia reflexões sobre a lógica mais autônoma em relação ao mercado. A terceira característica de um campo cultural é a luta pelo poder de consagrar. Mas, como todo bem simbólico, a consagração da obra é conferida pelos agentes externos que viveram um longo processo histórico capaz de decifrar o valor da produção.

O exame das práticas instituintes promovidas por alguns agentes, entretanto, evidenciam transfigurações potenciais em relação a sua orientação. Pelos agentes contestadores, podemos identificar no Brasil dois grandes grupos: grupos sociais que defendem a diversidade, fundada nos princípios da cultura de um povo e travam uma luta inclusive com elementos da arte para promover a resistência e valor às sementes crioulas (este grupo se aproxima mas não entra na produção massiva de sementes crioulas) e tem as sementes como um bem cultural. O outro grupo se ocupa em produzir e massificar o uso das sementes crioulas, visando enfrentar materialmente a falta de sementes crioulas. Este grupo procura estabelecer as condições para a produção profissional de sementes crioulas, a exemplo da implantação de uma indústria camponesa de sementes.

No âmbito da resistência ao modelo hegemônico, então, identifica-se uma nascente estratégia de produção de sementes em maior escala, que já pode ser percebida no Brasil. Atores sociais como o MPA e o MST pretendem expandir a

estratégias da produção de sementes variedades através da viabilização de estruturas semelhantes às utilizadas para a produção profissional de sementes, o que estamos provisoriamente nominando da emergente indústria camponesa de sementes. A iniciativa (da indústria camponesa de sementes) é muito recente. Não se pode saber suas consequências. Algumas suposições teóricas dos possíveis avanços e limites são possíveis. A produção de sementes crioulas em maior quantidade é uma necessidade se se quer massificar a agroecologia mantendo a estrutura de mercado vigente. Contudo, a industrialização, mesmo que camponesa, de sementes crioulas oferece riscos de homogenização, segundo os descritores da cultivar e inscrição em cadastros. Quando se trata de produção legal, obrigam-se as regras do campo. Desta forma, a produção industrial de sementes crioulas implica em uma disputa por dentro do campo¹⁹⁶. Pressupõe a necessidade de posse, em volume, de capitais reconhecidos por este campo, a exemplo de capitais científicos e capitais financeiros.

6.3 RECONHECIMENTO DO VALOR DAS CRIOULAS PELA INDÚSTRIA DE SEMENTES SIGNIFICA SUPERAÇÃO DAS DISPUTAS?

A partir do exposto argumentamos que, fruto das disputas em torno das sementes crioulas e do avanço tecnológico (que coloca os genes das sementes crioulas como recurso a ser valorizado), houve avanço no processo de desnaturalização das sementes industriais com certa visibilização política das “sementes crioulas” e nativas.

Embora possa se verificar um relativo consenso quanto a necessidade de colocar em questão o uso das sementes crioulas, não há consenso em torno as formas de valorização de seu potencial. Temos, assim, como premissa, que ao menos quatro grupos de agentes especializados que enunciam valor às sementes crioulas, no sentido “de fazer ver e fazer crer”¹⁹⁷ (BOURDIEU, 2007. p. 14). O reconhecimento desta legitimidade confere-lhes a condição de mobilização, seja

¹⁹⁶ Outras estratégias paralelas, de massificar a produção de sementes crioulas, pode ser compreendida como produção artesanal de sementes. Os Bancos de sementes e as estratégias com os guardiões podem ser a gênese desta possibilidade.

¹⁹⁷ Na obra de Bourdieu (2007. p. 14), sobre o poder simbólico, “de confirmar ou de transformar a visão de mundo [...] graças o efeito específico de mobilização [...] poder [...] que se define numa relação [...] entre os que exercem o poder e os que lhe são sujeitos [...] isto é, na própria estrutura do campo em que produz e se reproduz a crença”

para manter ou para subverter a ordem do campo (BOURDIEU, 2007). Como colocado anteriormente nesta tese, podem ser visualizados diversos cenários potenciais. Seguindo o referencial que vimos utilizando, as lutas no campo definirão o cenário que se tornara hegemônico. Assim, qualquer prospecção requer considerar as posições dos diferentes agentes (com suas propostas) no campo e possíveis alianças. Em nosso entendimento, essa análise mostra-se prejudicada pelas transfigurações de agentes que podem levar a alianças políticas inusitadas.

Partindo-se da estrutura do campo conformada nas últimas décadas, haveríamos de considerar especialmente a postura da indústria de sementes que tem constituído agente dominante. Neste sentido, embora possa identificar-se crescente interesse econômico pelas sementes “crioulas”, a importância relativa destes recursos nas estratégias de acumulação das indústrias pode ser diversa ou esse pode ser caracterizado como interesse econômico pela “biodiversidade” – como estratégia para alimentar a própria renovação genética necessária no campo da transgenia de sementes ou desenvolvimento de produtos biotecnológicos variados. O elemento recente, que se soma ao domínio efetivo do mercado via monopólio de produção e distribuição das sementes é o mercado de patentes. No extremo, estaríamos entrando em uma fase que se busca o monopólio das patentes. Por esta lógica, os genes, leia sementes crioulas estariam valoradas. Sua disponibilidade deve então ser prevista. Este é o sentido do acordo multilateral TIRFAA¹⁹⁸. O sistema prevê acesso aos materiais genéticos “guardados” em Bancos de Sementes em todo o mundo para que os melhoristas produzam novas variedades de plantas¹⁹⁹. Visões da ISTA, de membros da UPOV e das maiores indústrias, certamente continuam a limitar a participação dos agricultores como produtores de sementes.

Assim, pelos agentes dominantes do campo das sementes, que visam as crioulas, temos um grupo que está negociando em espaços multilaterais, a exemplo da TIRFAA, que reconhece como necessária a aproximação com as comunidades tradicionais, indígenas ou ecológica. Incluem os camponeses no processo, ainda que como guardião e aceitam compartilhar uma parte das riquezas produzidas pelo uso da agrobiodiversidade. Portanto é um grupo que se aproxima e entra nas

¹⁹⁸ O Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (ITIRFA) foi criado em 2001 e entrou em vigor em 2004.

¹⁹⁹ Estas serão protegidas pelo direito de obtentor ou por patentes como nos indicava Raven (1992).

comunidades. Um segundo grupo procura ter acesso a tais recursos; guardar sob a sua responsabilidade em bancos de germoplasma. Se ocupam de impor o empreendedorismo como solução dos problemas das comunidades tradicionais e o uso da transgenia, desmobilizando a prática cultural de preservação destes materiais.

Do exposto presume-se persistência de disputas em torno às sementes crioulas e, consideradas as características dos mecanismos de dominação no campo, haverá incidência sobre normas que definem as fronteiras do campo e legitimidade de atuação de cada agente no melhoramento de sementes.

Tendo em vista esta disputa e, considerando a convergência em torno a princípios mas diversidade de perspectivas em torno às práticas instituintes defendidas pelos agentes participantes dos espaços de contestação (como as festas das sementes crioulas), entende-se necessário avançar na problematização destas propostas frente aos princípios enunciados. Visualiza-se que em determinados contextos, foram anunciadas possibilidades que se mostram radicais em sua contestação ao campo dominante e coerentes com princípios enunciados. Entendemos que essas possibilidades haveriam de ser reveladas e refletidas. Uma forma de apresentar o dilema a ser enfrentado - baseando-se na reflexão sobre especificidade do campo cultural, a exemplo da arte- aponta para o conflito entre uma produção em escala massiva, industrial, e produção pelo significado, sem a pretensão de atender o grande mercado.

Nesta abordagem – de produção pelo significado - se faz necessário autonomia para significações puras, livres do mercado, livres da ciência e livres da religião, levando a uma ruptura com as dependências e conferindo liberdade de produção material e simbólica. Contudo, esta “conquista” possivelmente gera um novo conjunto de regras, próprias da produção de sementes crioulas, seguindo a tradição das culturas legítimas, como é a civilização do *maíz* na América, que os submete às regras do “mercado dos bens simbólicos”.

Nas posturas mais ousadas, corre-se o risco de não ter compreensão da proposta pelo grande público pois somente os que têm as chaves de leitura compreendem o valor da obra. Assim, o processo de produção do milho crioulo, se fosse considerado a semelhança da produção de bens simbólicos, livre dos desígnios econômicos, destinaria a produção à públicos restritos, a um público capaz em decifrar seu valor. Por exemplo, a cor das sementes, a exemplo da grande

diversidade existente no milho, confere especificidade aos alimentos típicos de cada cultura uma vez que a seleção das raças remete a hábitos de uma civilização, portanto, a história e a cultura. A arte do processo seria reconhecida pelos seus pares e também pelos agentes que tem o poder de dar valor as tais sementes – “de fazer ver e de fazer crer”. Um exemplo são os consumidores que estão a procura de produtos com identidade e de excepcionalmente no mercado, aqueles alimentos que não são apenas mercadorias, mas possuem valor social (APPADURAI, 2008).

Tais possibilidades anunciam o agricultor como artesão, que opera criação artística, de significado cultural específico, a partir dos recursos genéticos que dispõe.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudamos as práticas sociais de resistência e de renovação das estratégias de luta de movimentos, organizações e entidades populares, tomando para análise a defesa das sementes crioulas.

A noção de campo de Bourdieu permitiu construir o campo das sementes em suas características gerais. Neste sentido, desvendamos os mecanismos que o levaram a autonomia de enunciação e a definição das próprias regras de funcionamento, demarcado os agentes legítimos do campo.

Em um primeiro momento percebe-se que o campo ganha seus primeiros impulsos internacionais com a hibridização, embora tenha se constituído anteriormente, em meados dos anos 1800. Com o aporte da Revolução Verde, o campo se expande. Com a transgenia, se consolida em todo o mundo como um campo autônomo, com fronteiras definidas, com grande poder de refração, estruturado com as características de um campo econômico. Com renovação das tecnologias de sementes, buscou aportes no campo político que assegurem imposições e consecução de suas estratégias sobre os Estados Nacionais e sobre organismos multilaterais.

De um modo geral, o campo científico ampliou as possibilidades do campo das sementes, cabendo ao campo político o estabelecimento de mecanismos de execução. A produção de classificações e de representações sobre o mundo social se deu via produção simbólica, onde conta a legitimidade política para construir a autonomia do campo e para manter a reprodução e a imposição de um modelo. A produção da “ideologia da modernização” tem permitido a aceitação tácita de sua visão de mundo. Desta forma, as tentativas de questionamento do *status quo* do campo são respondidas como se fossem ataques a ciência e ordem institucional. Da mesma forma, o interesse das indústrias de sementes são enunciados como se fossem o interesse da ciência e de toda a sociedade.

As leis são fonte de autonomia ao campo e que permite refutar as pressões externas e as tentativas de subversão. Assim, o campo também se estrutura a partir da organização dos agentes para a participação do processo político de definição de regras.

No Brasil, o campo segue fiel homologia aos princípios do campo internacional. A indústria de sementes, cada vez mais, se apresenta como legítima

produtora de sementes, a medida que padroniza, a nível mundial, a garantia de determinadas qualidades as sementes e as diferencia sobremaneira da produção artesanal, considerada pelos agentes dominantes de baixa qualidade por não possuir os quesitos da indústria. Este fato corrobora com a naturalização da superioridade das sementes industriais.

Não há hegemonia, entretanto, que se construa sem resistências. O campo das sementes se constrói como um campo econômico e majoritariamente privado, gerando, em tese, um conflito com o campo cultural, que se manifesta em função de ameaças percebidas a valores sociais compartilhados. Desvendar os mecanismos que o tornaram dominante é condição para a lutas dos agentes contestatórios, que se aglutinam em movimentos de resistências, enunciando, por sua vez, a sua visão de mundo. As lutas contra-hegemônicas colocam em questão o poder de imposição do interesse de grupo; da lógica de funcionamento; da definição das fronteiras e da classificação das coisas e do mundo.

A resistência, quando elaborada discursivamente, parte de problematizações de transformações em curso. Essas problematizações podem dar origem ou ser apropriadas na agenda de lutas de movimentos sociais - em lutas com maior ou menor potencial de contestação do campo. Conforme perspectiva de Bourdieu, iniciativas mais radicais haveriam de incidir sobre a dimensão simbólica. Desta forma, contata-se que a luta, ao nível internacional, está sustentada em argumentos que incidem sobre os impactos ambientais do modelo de agricultura industrial; sobre as legislações de sementes; sobre as falsas promessas da biotecnologia; sobre as implicações da transgenia para a saúde e meio ambiente e sobre a suposta neutralidade política das tecnologias e das sementes melhoradas.

Tomando por base o caso brasileiro, verificam-se narrativas associadas ao movimento internacional de contestação, entretanto, outras refletem particularidades locais, a exemplo das narrativas alternativas sobre o sentido da legislação no campo das sementes e das narrativas alternativas sobre o potencial das tecnologias modernas na superação da pobreza.

A narrativa de desmistificação do potencial das tecnologias modernas se nutre em várias fontes: igrejas, ambientalistas, acadêmicos comprometidos e ativistas de ONGs de desenvolvimento rural, que via de regra reúne aportes para uma releitura das condições e perspectivas dos pequenos produtores (ou agricultores/as familiares).

Entendemos que, sobre essa narrativa geral, os movimentos introduzem derivações, gerando-se perspectivas e narrativas mais específicas, geradoras de espaços e de novas formas de confronto. A investigação realizada revelou a pluralidade dos movimentos de resistência e a crescente tendência que se articulem de forma colaborativa. As leituras sobre o alcance contestatório dessas iniciativas conduzem para situações diversas. Resultam deste processo acordos internacionais de proteção da biodiversidade e o desenvolvimento de mecanismos de compensação pelo uso da mesma. As mobilizações que se tem levado a cabo sobre a questão, desencadearam uma série de práticas criativas a nível de comunidades locais, levando a termo, disputas semânticas no sentido da produção de novos conhecimentos em torno dos bens comuns, que costumam se projetar a nível internacional, reabrindo as possibilidades de contestação, a medida que questionam os argumentos e as verdades dos agentes dominantes do campo.

Há toda uma dimensão que poderíamos considerar, mais propriamente, como instituinte – de construção de alternativas orientadas a disponibilização de sementes a exemplo dos Bancos Comunitários de Sementes, do Ensaio Nacional do Milho Crioulo e de programas de produção comunitária de sementes, que se apresentam como alternativas ao sistema hegemônico de oferta comercial de sementes industriais.

Estas iniciativas procuram se posicionar, ainda que de forma dominada, dentro do campo das sementes. Contudo, há uma diversidade de formatos que essas iniciativas instituintes assumem no Brasil, como aquelas orientações a conservação de recursos fitogenéticos; aquelas orientadas aos acesso e disponibilização a diversidade de cultivos locais e aquelas que se orientam pela debate da soberania alimentar. Contudo, entre estas iniciativas, um grupo está orientado ao melhoramento de variedades locais (foco em experiências do IAPAR, da rede PTA e do sindicato de Anchieta-SC) e iniciativas orientadas ao resgate e disponibilização de sementes (experiências do CAPA, Caritas e Assesoar).

Quando se refere às experiências brasileiras, é importante ressaltar que a preocupação instituinte encontrou eco em organizações que trabalhavam em proximidade aos pequenos agricultores. Muitas destas organizações tinham vínculos estreitos com organizações de cooperação internacional, que se estendia às organizações de apoio à movimentos contestatórios do campo das sementes.

Entendemos que essas possibilidades observadas, introduzem à diferentes perspectivas possíveis de trabalho com sementes.

Tem-se então, o embrião de uma reversão de valor simbólico - das sementes melhoradas em favor das sementes crioulas. Observa-se que as estratégias dos Bancos de Sementes, as do ENMC, as da Rede Sementes, as dos guardiões, estavam em linha com os debates das erosão genética e ainda mais próximos do debate das tecnologias apropriadas.

Os aprendizados com o caso mexicano: resistir é resgatar, nutrir e defender, se dá no contexto amplo, ou seja, dentro do modelo de agricultura e de forma específica, pela luta conformada na defesa das sementes crioulas. É no México que lemas mais originais, como “*gente del maíz, maíz de la gente*”; “*sem maíz não ha pais*”, “*el maíz, fundamento de la cultura popular mexicana*”, melhor representam a resistência.

Partindo de uma perspectiva coevolutiva tem-se o trabalho pelo resgate, nutrição (fortalecimento) e defesa das sementes crioulas. São os mesmos princípios de valorização da cultura que orientam o trabalho com melhoramento genético (seleção e cultivo), a defesa de direitos nos tribunais e as ações e mobilizações, bem como recebe aportes que vem do campo das artes.

Assim como na mitologia indígena, quanto nas crenças contemporâneas, imagens associam sementes ao sagrado. O que na cultura indígena eram oferecidos na forma de sacrifícios aos Deuses, atualmente está presente na forma de dança, festa, gastronomia, entretenimento, mas continuam sendo força para mobilizações e disputas de visões de mundo. Podemos considerar que no México, muitos elementos centrais do simbolismo em defesa do milho crioulo emana do campo da ciência e do campo das artes.

É proveniente da arte, seja elas pré-hispânicas, sejam elas contemporâneas e do próprio sincretismo entre elas, a sustentação das mobilizações e campanhas. Há sem dúvida produção e recepção da ciência e das arte nos movimentos de desnaturalização e nas práticas instituintes que estudamos.

Portanto, como ações contestatórias/desnaturalização, se verificam mobilizações, intercâmbios de sementes, denúncia em redes sociais, feiras orgânicas, foros de debates populares e intervenções na esfera política para barrar leis e/ou criar, no sentido de fortalecer as sementes crioulas.

Um das ações de desnaturalização da superioridade das sementes melhoradas são as Festas das Sementes Crioulas, eivadas de motivos culturais que são empenhados na resistência e na valoração das sementes crioulas.

As Festas das Sementes Crioulas, realizadas no Sul do Brasil a partir dos anos 2000, são uma forma de luta realizada por movimentos, organizações e entidades populares, onde a produção simbólica daqueles que valorizam as sementes crioulas se expressa. Trata-se de um espaço onde se enunciam lutas de classificações do mundo social entre agentes dominantes e agentes dominados do campo das sementes.

As festas das sementes crioulas constituem-se formas simbólicas que visam desnaturalizar o domínio exercido pela epistemologia e todo o aparato em torno das sementes melhoradas, ao mesmo tempo em que procuram pôr em curso uma estratégia de produção simbólica, exercida pelos agentes que valorizam as sementes crioulas. Consideraremos a possibilidade das festas portarem, produzirem e reproduzirem simbolismos de resistências, ou seja, de desvelamento e de conhecimento dos mecanismos da dominação, condição primeira para todas as lutas de transformação.

A festa é estruturante do valor de uso das sementes crioulas, a medida que é estruturada – tanto no campo religioso, como em aspectos do campo científico, bem como em outras lutas que os agentes participam. Como um instrumento de poder dos grupos contestatório, enunciam um novo possível a partir de seus interesses. Neste sentido, como espaço, aglutinam agricultores, pesquisadores, dirigentes e assessores de movimentos, ONGs, sindicatos e entidades ligados a luta popular, ainda que haja múltiplos interesses.

De certa forma, as festas se apoiam em disposições existentes, ao mesmo tempo em que projetam deslocamento de hábitos a partir de atividades reconhecidas como válidas e pela renovação de expectativa e pela suspensão da realidade. O outro possível é experimentado como uma atividade festiva, que também busca desnaturalizar a ordem dada.

Assim, para entender a produção simbólica realizada nas festas, considerou-se que as festas constroem-se em torno a “celebração das sementes”. As sementes são utilizadas na mística do evento, que é reforçada na arrumação do espaço da festa, na arte dos cartazes, nas músicas e na exposição das sementes, na celebração dirigida, no envolvimento dos presentes em dinâmicas de interação e

reciprocidade, doação e nos “momentos de encantamento”, na emergência de agricultores e de lideranças como ícones, convertendo, desta forma, sementes em símbolos. Nesse sentido, as festas tendem a ser estruturadas em torno ao momento de celebração das sementes – que geralmente assume a forma de “troca das sementes”.

As festas das sementes, na sua celebração, tem muito pouco de técnico, racional ou econômico e muito de solidariedade, alianças, sentimentos de pertencimento, de humanização e reconhecimento entre aqueles que cuidam das sementes, sem delas aferir lucro a curto prazo. Este é o princípio de visão e divisão de mundo que os agentes expressam como fundador de suas práticas. No entanto, é preciso também compreender as festas enunciadoras destes princípios como um trabalho de inculcação do valor da dádiva, que deseja criar um espaço diferenciado dentro da sociedade onde se possa praticar e corporificar tais valores, no sentido de ampliar os grupos praticantes.

Os sentidos de semente têm sido frequentemente reinterpretados nas disputas. Desta forma se expressam as ameaças, ao mesmo tempo, que se cuide de valores a serem preservados nas disputas em torno às sementes, a exemplo de quando novos agentes, neste caso, organizações populares, que se posicionam como produtoras de sementes, inclusive atendendo as regras do campo, a exemplo da suposta indústria de sementes camponesas. Da mesma forma, a indústria se coloca em defesa deste mesmo material genético, ou seja, das sementes crioulas, entrando nas comunidades, espaço antes dominado apenas pelos agentes das organizações camponesas. Estabelece-se assim, por um lado, uma luta material, pela “boa semente” e por outro, uma luta simbólica, que produz movimentos e grupos sociais. No que se refere a luta simbólica, esse parece ser o momento das “transfigurações”, momento de risco de perda de referências na luta, pois opositores e aliados podem confundir-se em princípios de defesa das sementes crioulas e o sentido da luta esvaziar-se.

Quando o campo das sementes sofre pressões, principalmente em razão do comprometimento da natureza, seja pela contaminação por agrotóxicos, seja pela perda da diversidade, os agentes dominantes agem também na produção simbólica, apropriando-se de termos e os transformando, como “agricultura sustentável”. O risco que as sementes crioulas passem pelo mesmo processo já é real.

Nessa trajetória as indústrias de sementes buscam realizar outras ações que contribuam para sua imagem como protetora de culturas órfãs, da biodiversidade e dos povos tradicionais.

A previsão de um futuro com maior participação da agricultura biológica/orgânica é visualizada pela indústria. Como se percebe também que as variedades crioulas recobram seu valor na indústria diante do aquecimento global e de problemas específicos a serem resolvidos. A busca por novos genes deverá ficar ainda mais competitiva, ao mesmo tempo que mercados locais que ainda não utilizem as sementes transgênicas e agrotóxicos, que ainda são muitos, representam uma oportunidade, quase que única de tais empresas ampliarem seus mercados.

A produção de sementes crioulas em maior quantidade é uma necessidade se se quer massificar a agroecologia. Contudo, a industrialização, mesmo que camponesa, de sementes crioulas oferece riscos de homogeneização, segundo os descritores da cultivar e possivelmente inscrição em cadastros do Estado. Contudo, indentificamos dois grandes grupos de agentes: grupos que defendem a diversidade, fundadas nos princípios da cultura de um povo e travam uma luta pela liberdade das sementes e portanto subversivos a lei e grupos sociais populares que se ocupam em produzir, massificar o uso das sementes crioulas, visando enfrentar materialmente a falta destas, atendendo aos quesitos da lei.

Cada grupo de agentes sociais se utilizam de sua legitimidade adquirida em lutas anteriores ou enunciada em sua auto-representação (transfigurada), para produzir e ao mesmo tempo, tornar aceito seu discurso.

Num contexto caracterizado pela disposição à transfiguração dos agentes e transformismo do sentido das propostas, convém recuperar que os movimentos contestatórios buscam identificar “outros possíveis” que podem ser mobilizados ou esquecidos. Entende-se importante, aqui, colocar em evidencia um “outro possível” construído no âmbito dos movimentos contestatórios e que pode ser uma alternativa ao campo das sementes na forma como ele se apresenta.

A autonomia dos agricultores em relação ao mercado e em relação a mercantilização da vida são elementos elencados que justificam a defesa das sementes crioulas pelos movimentos sociais, organizações e entidades populares que estudamos. A autonomia faz referência a necessária desestruturação do campo econômico, identificado nas grandes corporações que atuam no setor.

O termo semente, como é empregado nas práticas de desnaturalização, têm um sentido que vai além de outras sinonímias que são geralmente empregadas para designar material genético rústico ou mesmo material melhorado. O sentido de autonomia da produção de sementes crioulas como um bem simbólico é a sua desvinculação das obrigações da aplicação de um itinerário técnico de produção e consumo imposto pela indústria de sementes e das legislações derivadas.

Tomar as sementes crioulas como bens simbólicos, como ideário, implica, em nossos tempos, produzir sementes crioulas sem levar em conta, principalmente, as regras do campo econômico.

Contudo, exige de tais grupos produtores, que se reconheçam e se legitimem, construindo possibilidades de mercados locais, que se reforcem a partir de produções autônomas, mas, sobretudo, exige dos participantes a construção do outro possível, no que se pode apontar como lutas para transformar a sociedade. É com esta condição que a produção de sementes crioulas como um bem simbólico permitiria viver dela, ou seja, sem perder o foco maior da luta de classificações sociais que visam subverter a dominação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABCSEM. **História**. 2015. Campinas, 2015. Disponível em: <http://www.abcsem.com.br/historia>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2015.
- ABRASEM. **Abrasem completa 40 anos com desafio do uso da semente legal**. Notícias DF, 2015. Disponível em: <http://www.abrasem.com.br/df-abrasem-completa-40-anos-com-desafio-do-uso-da-semente-legal/2016>. Acesso em: julho de 2016.
- ABRASEM. **Quem somos**. 2014. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.abrasem.com.br/quem-somos/>. Acesso em: novembro de 2014.
- AGROCERES. **História**. Rio Claro, 2015. Disponível em: <http://www.agroceres.com.br/historia.html>. Acesso em: 11 de julho de 2015.
- ALMEIDA, P.; CORDEIRO, A. **Semente da Paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 72p.
- ALMEIDA, S. G. de; PETERSEN, P.; CORDEIRO, A. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios a formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 121p.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: as Bases Científicas da Agricultura Alternativa**. Rio de Janeiro: AS-PTA / FASE, 1989. 400p.
- ÁLVAREZ-BUYLLA, E.; PIÑEYRO NELSON, A.; Riesgos y peligros de la dispersión del maíz transgénico en México. **Ciencias**, México, v. 92, n. 092, p. 82-96, out-mar. 2009.
- AMARAL, R. de C. **Festa à brasileira: significados do festejar no país que não é sério**. 1998. Tese (doutorado em antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP. 1998.
- AOSA, Association Of Official Seed Analysts. **About**. Washington, 2015. Disponível em: <http://www.aosaseed.com/about>. Acesso em: 29 de junho de 2015.
- AOSA, Association Of Official Seed Analysts. **Rules for testing seeds: Proceedings of the Association of Official Seed Analysts**. Graphic Publishing Company, Iowa 1965. 112p.
- APPADURAI, A. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EdUFF, 2008. 399p.
- AS-PTA. Por um Brasil ecológico, livre de transgênicos e agrotóxicos. **Boletim 587, 01 de junho de 2012**. Disponível em: <http://aspta.org.br/campanha/boletim-587-01-de-junho-de-2012>. Acesso em: setembro de 2015.

ASSESOAR, Associação de Estudos, Orientação e Assistência Técnica Rural. **Plano Quadrienal 2011 a 2014**. Francisco Beltrão, 2010.

ASSESOAR, Associação de Estudos, Orientação e Assistência Técnica Rural. **Plano Trienal 2008 – 2010**. Francisco Beltrão, 2007.

ASSESOAR. Associação de Estudos, Orientação e Assistência Técnica Rural. **ASSESOAR: Referências e Impactos**. Um olhar sobre a década de 90 do século XX. Sudoeste do Paraná, 2006.

ASSESOAR. Quem controla a semente controla o mundo: um olhar a partir da festa das sementes. **Cadernos ASSESOAR**. Francisco Beltrão, n. 7, 2008.

BARKER, D.; FREESE, B.; KIMBRELL, G. **Seed giants vs. US farmers**. Washington: Center for Food Safety, 2013. Disponível em: http://www.centerforfoodsafety.org/files/seed-giants_final_04424.pdf. Acesso em: novembro 2015.

BÔAS, Hugo Dias da Costa Villas. **A Empresa pública de pesquisa e os marcos legais na indústria de sementes**. 2008.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 432p.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004b. 234p.

BOURDIEU, P. **Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático**. In: BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Ed. Papyrus, 1996. Cap. 4, p. 91-136

BOURDIEU, P. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, São Paulo: Ed. Papyrus, 1996. Cap. 4.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007b. 322p.

BOURDIEU, P. **Usos sociais da ciência**. São Paulo: Unesp, 2004a. 86p.

BOURDIEU, P.; MICELI, S. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. 424p.

BRASIL. Câmara interministerial de agroecologia e produção orgânica. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO**. Brasília, DF: MDS: CIAPO, 2013.

BRASIL. Lei n. 9.456, de 25 de abril de 1997. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 28 abr. 1997. Seção 1.

BRASIL. Lei n. 9.456, de 25 de abril de 1997. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 28 abr. 1997. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 maio 1996.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 maio 1996.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Departamento Nacional de Produção Vegetal. **Regras para análise de sementes**. Brasília, DF, 1976. 188p.

BRASIL. Presidência da República. Lei no 10.711, de 5 de agosto de 2003. **Diário Oficial da União**, 6 ago. 2003b.

BRASIL. Presidência da República. Lei no 10.711, de 5 de agosto de 2003. **Diário Oficial da União**, 6 ago. 2003b.

BRUINS, M. The evolution and contribution of plant breeding to global agriculture. In: **Proceedings of the Second World Seed Conference: Responding to the Challenges of a Changing World: The Role of New Plant Varieties and High Quality Seed in Agriculture**. 2009. p. 18-31.

BUANEC, B. L. Opening Address. In: **Responding to the challenges of a changing world: the role of new plant varieties and high quality seed in agriculture**. UPOV, Switzerland. 2009. p. 13-16.

BUNGE, J.; RAICE, S.; HENNING, E. Gigantes do agronegócio entram em ciranda de fusões e aquisições. **Wall Street Journal**, 2015. Disponível em: <http://br.wsj.com/articles/SB12132437756356913414404581338113954788844>. Acesso em: 6 de Novembro de 2015.

CALIL, J. Rockefeller e o desenvolvimento da agricultura brasileira. In: Informação Agrônômica, **Potafós**, n. 88, dez/1999.

CAMPBELL, H.; DIXON, J. Introduction to the special symposium: reflecting on twenty years of the food regimes approach in agri-food studies. **Agriculture and Human Values**, v. 26, n. 4, p. 261-265, 2009.

CANCI, A. **Sementes crioulas**: construindo soberania, a semente na mão do agricultor. Ed. do Autor, 2002. 161p.

CARITAS. **Quem Somos e Histórico**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>. Acesso em: 26 de julho de 2015

CARVALHO, H. M. de (Org.). **Sementes. Patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003. 352p.

CASSOL, K. P. **Construindo a autonomia: o caso da associação dos guardiões das sementes crioulas de Ibarama/RS**. 2013. 111 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

CATANI, A. M. et al. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 114, p. 189-202, 2011

CÉLERES. **Informativo de Biotecnologia**. 2014. Uberlândia, MG. Disponível em: <http://www.abrasem.com.br/wp-content/uploads/2012/12/3º-Acompanhamento-da-adoção-de-biotecnologia-agrícola-no-Brasil-safra-2013.14.pdf>. Acesso em: 07 julho de 2015.

CORTINES A. C. et al. Projetos demonstrativos e políticas públicas: os desafios da invenção do presente. **Agriculturas**, v. 3, n. 1, abr. 2006.

COX, J. F.; STARR, G. E. **Seed production and marketing**. Chapman & Hall, New York, The Wiley Farm Series. 1927.

CRESPIAL. Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial de América Latina. **Patrimonio Cultural Inmaterial Latinoamericano – Fiestas**. Cusco, jan. 2010.

DA FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. Edições Loyola, 1985. 191p.

DA MATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DA SILVA, J. G. Perspectivas da agricultura alternativa. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 4, n. 2, p. 117-128, 1987.

DAVID. ARI. Organização comunitária e produção de sementes: experiência da Assesoar e das associações de pequenos agricultores do sudoeste do Paraná. In: SOARES, Adriano Campolina. **Milho Crioulo: conservação e uso da biodiversidade**. AS-PTA, 1998.

DA VEIGA, J. E. **Transgênicos: sementes da discórdia**. São Paulo: Senac, 2007. 176p.

DE ANDRADE FRANCO, J. L.; DRUMMOND, J. A. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. 272p.

DE MOURA, R. M. Rachel Carson e os Agrotóxicos 45 anos após Primavera Silenciosa. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, v. 5, p. 44-52, 2013.

DE SÁ, S. J. R. **Revista Universal Lisbonense**, vol. X, nº 38, 28.6. 1850, 463p.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo: Icone Editora, 1985. 240p.

DELOUCHE J. History of Seed Testing. In: OL J., HD B. **Report of Instructors**, International Training Course on Seed Improvement for Latin America: Campinas, 1965. p. 18-19

DELOUCHE, J. C.; POTTS, H. C. **Programa de sementes, planejamento e implantação**. Ministério da Agricultura, AGIPLAN, Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, 1974. 124p.

DUARTE, V. **A Ecologia como ideologia**. Os Pequenos Agricultores no Sudoeste do Paraná – Brasil Nuances. 2012. 231p. Tese de doutorado. Doutorado em Antropologia Social Universidade Nacional Argentina, Posadas Misiones. 2012.

DURKHEIM, E. **As formas Elementares da Vida Religiosa**; tradução Paulo Neves. 2003. 535p.

EJR/CPT. **Pé na Terra**. Ano 8. n. 31, jun./ago. 2015, Santa Cruz do Sul - RS, p. 04

ELIAS, N. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In: **Escritos & Ensaios**. NEIBURG, Federico; WAIZBORT, Leopoldo. (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 197-231

ETC GROUP. **Action Group on Erosion, Technology and Concentration. Mission & Current focus**. Disponível em: <http://www.etcgroup.org/mission>. Acesso em: 07 de setembro de 2015.

FAWLER, C. et al. The Laws of Life. Another Development and the New Biotechnologies. V6ase:" Bio-farms: The End of the End. Third World Farmers and the New Plant Genetics. **Development Dialogue**, num. 1, n. 2, p. 60-71, 1988.

FERMENT, G. (Org.). **Transgênicos para quem?** Agricultura, ciência, sociedade. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 538p.

FERNANDES, G. B. Chega de manipulação. In: DA VEIGA, J. E. **Transgênicos: sementes da discórdia**. São Paulo: Senac, 2007.

FERNANDEZ-CORNEJO, J. et al. The seed industry in US agriculture: An exploration of data and information on crop seed markets, regulation, industry structure, and research and development. **Agriculture information bulletin**; n. 786, United States Department of Agriculture, Economic Research Service, 2004.

FRAY BERNARDINO DE SAHAGUN. **Historia general de las cosas de la nueva espana libro x**. Citação encontrada em painel explicativo no Museu Templo Major, Cidade do México, México – Acesso em: outubro de 2015.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and freedom**. Chicago: University of Chicago press, 2009. 208p.

FUCK, M. P.; BONACELLI, M. B. A Pesquisa Pública e a Indústria Sementeira nos Segmentos de Semente de Soja e Milho Híbrido no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 6, n. 1, jan./jun., p. 87-121, 2009.

FUNDAÇÃO MONSANTO. **Semillero del Futuro**. Buenos Aires. Disponível em: www.semillerodelfuturo.com. Acesso em: 09 de novembro de 2015.

FUNDACIÓN SEMILLAS DE VIDA. Fertilizar la tierra. **Sembradores**. México D.F, No. 11, agosto 2014.

FUNDACIÓN SEMILLAS DE VIDA. Temporada de Siembra. **Sembradores**. México D.F, No. 11, maio 2015.

GAIFAMI, A.; CORDEIRO, A. (orgs). **Cultivando a diversidade: recursos genéticos e segurança alimentar local**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994. 205p.

GOODMAN, D.; BERNARD, S. O. R. J.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**. São Paulo: Campus, 1990. 208p.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 154p.

GRAIN. Seed laws: Imposing agricultural apartheid. **Seedling**, 2005. p. 1-3.

GTZ. **Scaling up in development cooperation**. Practical guidelines. Eschborn: GTZ, 2010. 28p.

HARDON, J.; MONTECINOS, C.; ROBERTS, T. ETC **Group external review, report**. 2005.

HARTMANN, A, LINN, J. **Scaling up through aid: The real challenge**. Wolfensohn Center for Development Policy Brief. Washington: The Brookings Institution, 2008. 8p.

HATHAWAY, D. **Lei de Cultivares: impactos e horizontes**. Rio de Janeiro: IBASE. 1997. 25p.

HENN, IARA AQUINO, **Atores de Conhecimento e Intervenção: a Construção Social da Agricultura Ecológica**. 2011. 518 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Misiones - (UnaM), Possadas, Argentina, 2011.

HOLCOMBE, S. **Lessons from Practice: Assessing Scalability**. Washington: World Bank. 2012. 207p.

IAC. **Centro de Cana**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.iac.sp.gov.br/areasdepesquisa/cana/centrocana.php?pg=historicocana>. Acesso em: 11 de junho de 2015.

IPES-Food. **From uniformity to diversity: a paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems**. International Panel of Experts on Sustainable Food systems, 2016.

ISELY, D.; EVERSON, L. E. Rules for testing seeds. In: **Proceedings of the Association of Official Seed Analysts**. 1965, p. 1-112.

ISF, International Seed Federation. **History**. Switzerland, 2015. Disponível em: <http://www.worldseed.org/isf/history.html>. Acesso em: 08 de julho de 2015.

ISF, International Seed Federation. **what-we-do**. Switzerland, 2015. Disponível em: <http://www.worldseed.org/about/what-we-do/>. Acesso em: 12 de julho de 2016)

JUSTICE; BUNCH. **Report of Instructors**. International Training Course on Seed Improvement for Latin America. [S.l.]: International Seed Testing Association, 1965. 89p.

KAFKA, F. **O castelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 488p.

KÄSTLER, G. Europe's seed laws: locking out farmers. **Seedling**, 2005. p. 10-16

KIEKEBUSCH J. OGM: Aprovações assíncronas e LLP. In: ABRASEM. Associação Brasileira de Sementes e Mudas. **Anuário 2015**. 2015

KLOPPENBURG, J. Impeding dispossession, enabling repossession: biological open source and the recovery of seed sovereignty. **Journal of agrarian change**, v. 10, n. 3, p. 367-388, 2010.

LIMA, D. de B. A defesa da semente melhorada pela ABRASEM e ABCSEM: um estudo de comunicação rural organizacional. **INTERCOM**, XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Sergipe, 1995.

LIMA. Biotecnologia e regulamentação internacional. In: ABRASEM. Associação Brasileira de Sementes e Mudas. **Anuário 2014**. Londrina, 2014.

LITTLE, PAUL E. **Projetos Demonstrativos - PDA**: sua influência na construção do Proambiente. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 63p.

LONDRES, F. **Agricultores Gestores em busca de mudanças nas políticas públicas sobre sementes**. Paraíba, 2012 - Disponível em: <http://aspta.org.br/2012/08/agricultores-e-gestores-em-busca-de-mudancas-nas-politicas-publicas-sobre-sementes/>. Acesso em: março de 2015.

LONDRES, F.; ALMEIDA, P. **Impacto do controle corporativo no setor de sementes sobre agricultores familiares e sistemas alternativos de distribuição**: estudo de caso do Brasil. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. 60p.

LOUWAARS, N. P. Biases and bottlenecks: Time to reform the South inherited seed laws. Wageningen: **Seedling**, 2005.

LUZZI, N. **O debate Agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de ciências Humanas e Sociais, 2007.

M.S., S.; KEYNOTE, S. Responding to the challenges of a changing world: the role of new plant varieties and high quality seed in agriculture. In: **Proceedings of the Second World Seed Conference**. UPOV, Switzerland. 2009. p. 244-250.

MACHADO, C. T. de T.; PATERNIANI, M. L. S. Origem, domesticação e difusão do milho. In: **Milho crioulo: conservação e uso da biodiversidade**. Rio de Janeiro: ASPTA, 1998. p. 21-42

MACHADO, R. Z. Desequilíbrio entre as formas de propriedade intelectual relacionadas às cultivares. In: ABRASEM. Associação Brasileira de Sementes e Mudas. **Anuário 2014**. 2014.

MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 73 | 2005. Disponível em: <http://rccs.revues.org/954>. Acesso em: 30 Janeiro 2013.

MARTÍNEZ, A. A realidade dos agricultores e as abstrações internacionais. In: SOARES, A. C. **Milho crioulo: conservação e uso da biodiversidade**. ASPTA, 1998.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. 2012.

MCMICHAEL, P. A food regime analysis of the 'world food crisis'. **Agriculture and human values**, v. 26, n. 4, p. 281-295, 2009.

MENDES, R. et al. Deciphering the rhizosphere microbiome for disease-suppressive bacteria. **Science**, v. 332, n. 6033, p. 1097-1100, 2011

MENDONÇA, S. R. Sociedade civil, sociedade política e agricultura no Brasil (1910-1945). **Revista História & Perspectivas**, v. 26, n. 48, 2013.

MENEZES, J. E.; CAVALCANTI, E. C. M.; DE CARVALHO, E. R. **Bibliografia brasileira de sementes**. Brasília: Embrapa, 1980.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Governo Federal investe na construção de 600 bancos de sementes no Semiárido**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/governo-federal-investe-na-construção-de-600-bancos-de-sementes-no-semiárido#sthash.YnxVPuks.dpuf>. Acesso em: outubro de 2015.

MOONEY, P.R. **O Escândalo das Sementes: o domínio na produção de alimentos**. Trad. Adilson D. Paschoal. São Paulo: Nobel. 1987. 145p.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989. 149p.

MUSEU NACIONAL DE CULTURAS POPULARES. **El maíz, fundamento de la cultura popular mexicana**. Museo de Culturas Populares. GV editores. México, 1982.

NEUMAIER, M. C.; YU, C. M.; FREIRE, C. J. Avaliação sócio-econômica da produção comunitária de sementes em Rio Azul-Paraná. Londrina, IAPAR, **Boletim Técnico** n. 29. 1990.

NUNES, S. P. **Influências teóricas e políticas nas práticas educativas da rede ecovida de agroecologia**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná - UFPR. 2012.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 16, n. 2, p. 97-134, 1999.

PAARLBERG, D. Norman Borlaug, Pionner in the Green Revolution. **Development Digest**. V. IX, n 3, jul 1971.

PASCHOAL, A. D. Introdução. In: MOONEY, P.R. **O Escândalo das Sementes: o domínio na produção de alimentos**. Trad. Adilson D. Paschoal. São Paulo: Nobel. 1987. 145p.

PATERNIANI, E. Diversidade genética e raças de milho no Brasil. In: SOARES, A. C. **Milho Crioulo: conservação e uso da biodiversidade**. AS-PTA, 1998.

PESSANHA, L. D. R.; WILKINSON, J. Transgênicos provocam novo quadro regulatório e novas formas de coordenação do sistema agroalimentar. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 20, n. 2, p. 263-303, 2003.

PORTER, R. H. **Manual for seed technologists**. Washington: Faculty of Agricultural Sciences, American University of Beirut, 1959.

QUEDA, O. **A extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola**. 1987. 201f. Tese de Doutorado. Tese (Livre Docência)-ESALQ/USP, Piracicaba.

QUEROL, D. **Recursos genéticos, nosso tesouro esquecido**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993. 206 p.

RALLT, Red Por Una América Latina Libre de Transgênicos. **Normativas Sobre Semillas En América Latina Al Servicio Del Control Corporativo**. 2015.

RAPELA; LEVITUS. Novas técnicas de melhoramento. In: ABRASEM. Associação Brasileira de Sementes e Mudas. **Anuário 2014**. 2014.

RAVEN, P. El carácter y el valor de la biodiversidad. In: WRI, IUCN, y PNUMA (Edits.). **Estrategia global para la biodiversidade**, p. 87-95, 1992.

RODRIGUES, C. M. A pesquisa agropecuária federal no período compreendido entre a República Velha e o Estado Novo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 4, n. 2, p. 129-153, 1987.

- RODRIGUES, J. A. P. o desafio de manter o ambiente de negócios moderno e seguro para novos investimentos. In: ABRASEM. Associação Brasileira de Sementes e Mudas. **Anuário 2015**. 2015.
- SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2009.
- SANTOS, P. E. de C. Marcos regulatórios, inovações biotecnológicas e a concentração da indústria de sementes de soja, milho e algodão no Brasil. 2014. 175 p. Tese de Doutorado. Doutorado em Agronomia. Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal. 2014.
- SANTOS, F. S. et al. Evolução, importância e avaliação da proteção de cultivares no Brasil. In: ABRASEM. Associação Brasileira de Sementes e Mudas. **Anuário 2013**. 2013.
- SARAVALLE, C. Y. Sementes Crioulas: estratégias de resistência camponesa na UNAIC (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu-RS), Canguçu, Rio Grande do Sul. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, 2015.
- SCANDIZZO, P. L. et al. Science and technology in world agriculture: narratives and discourses. **AgBioForum**, v. 12, n. 1, p. 23-33, 2009.
- SÉRALINI, Gilles-Eric. Transgênicos, poderes, ciência, cidadania. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles. (Orgs.) **Transgênicos para quem?** Agricultura, ciência, sociedade. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
- SHIVA, V. Introduction. In: SHIVA, V.; BARKER, D.; LOCKHART, C. **The GMO emperor has no clothes**. Navdanya International: Florence, Italy and New Delhi, India, 2011.
- SHORTALL, S. Using Evidence in Policy: The Importance of Mediating Beliefs and Practices. **Sociologia Ruralis**, v. 53, n. 3, p. 349-368, 2013.
- SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa**. Estrutura Agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Hucitec, 1982. 192p.
- SILVA A. F. Pirataria de Sementes e Mudas. In ABRASEM. Associação Brasileira de Sementes e Mudas. **Anuário 2013**. 2013
- SOARES, A. C. et al. (Org.). **Milho crioulo: conservação e uso da biodiversidade**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1998. 185p.
- SOLESBURY, W. **Evidence based policy: Whence it came and where it's going**. ESRC UK Centre for Evidence Based Policy and Practice, Queen Mary, University of London. 2001.
- SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. 136p.

SOUZA, L. A. G. de. Um país dinâmico, um pensamento claudicante. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 77-90, 2000.

SULLIVAN, S. N. Plant Genetic Resources and the Law Past, Present, and Future. **Plant physiology**, v. 135, n. 1, p. 10-15, 2004.

SWAMINATHAN. Plant Breeding for an Evergreen Revolution and for Meeting the Challenge of Feeding a Growing Population in an Era of Climate Change. Responding to the challenges of a changing world: the role of new plant varieties and high quality seed in agriculture. In: **Proceedings of the Second World Seed Conference**. UPOV, Roma. 2009. p. 244-250.

TOLEDO, V. M.; ESPEJEL, B. O. **México, regiones que caminan hacia la sustentabilidad**: una geopolítica de las resistencias bioculturales. 2014

UCCS, **Union de científicos comprometidos com la sociedade**. México, 2015. Disponível em: <http://www.uccs.mx/uccs/acerca-de>. Acesso em: 08/12/2015.

UFLA. **História**. Lavras, 2015. Disponível em: <http://www.ufla.br/portal/institucional/sobre/historia/>. Acesso em: 11 de junho de 2015.

UNACanada - United Nations Association in Canada. Canadá, 2015. Disponível em: <http://unac.org/1998/09/pat-roy-mooney/>. Acesso em: 07 de outubro de 2015.

VASSALLO, M. Gente de maíz, maíz de la gente. **Revista México desconocido**, n. 329. jul., 2004. p. 28-38.

VECHI, C. Apresentação. In; DELOUCHE, J. C.; POTTS, H. C. **Programa de sementes, planejamento e implantação**. 1974

VELHO, P. O direito do melhorista e o setor público de pesquisa. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 9, n. 1/3, p. 43-61, 1992.

VERNOOY, R.; SHRESTHA, P.; STHAPIT, B. (Ed.). **Community Seed Banks: Origins, Evolution and Prospects**. Routledge, 2015. 260p.

VIZCARRA, I. B. (responsável técnica). **El maíz mesoamericano y sus escenarios en el desarrollo local**. Protocolo do projeto Observatorio de Maíz Mesoamericano. Registro Conacyt: CB 2009/130947. 2009, Toluca, México.

VOGT, G. A.; CANCI, I. J.; CANCI, A. Uso e manejo de variedades locais de milho em Anchieta, SC. **Agriculturas**: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 36-39, 2007.

WACQUANT, L. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 96, p. 87-103, 2013.

WATTNEM, T. Seed laws, certification and standardization: outlawing informal seed systems in the Global South. **The Journal of Peasant Studies**, p. 1-18, 2016.

WETZEL, C. T. **Lista bibliográfica de sementes.** Ministério da Agricultura, 1972.

WILKINSON, J.; CASTELLI, P. G. **A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil:** biotecnologias, patentes e biodiversidade. ActionAid Brasil, 2000.

APÊNDICE A – LISTA DE INTERLOCUTORES NO BRASIL E NO MÉXICO

Local e agente interlocutor	Identificação no texto
Ibarama – RS – 2014. Notas do cerimonial de abertura.	Cerimonial
Autoridade política municipal de Ibarama – RS. 2014. Discurso.	Interlocutor 04
Autoridade Religiosa de Ibarama. 2014. Discurso.	Interlocutor 05
Assesora de ONG nacional. Brasil. 2015. Entrevista ao autor em Santa Maria RS	Interlocutor 01
Membro da CPT. Santa Cruz do Sul – RS. 2015. Entrevista ao autor em Progresso.	Interlocutor 02
Representante da EMATER. Ibarama – RS. 2014. Discurso.	Interlocutor 22
Representante da Emater do RS – Ibarama - RS. 2014. Discurso	Interlocutor 03
Autoridade Religiosa – Mandirituba – PR. 2015. Discurso.	Interlocutor 06
Autoridade Religiosa – Mandirituba – PR. 2015. Animação.	Interlocutor 07
Representante Organização Acadêmica na CNTBIO. Mandirituba-PR. 2015. Discurso	Interlocutor 08
Coordenador de ONG de alcance nacional. Mandirituba – PR. 2015. Discurso	Interlocutor 09
Professor de universidade Estadual. Rio Azul – PR. 2015. Discurso	Interlocutor 10
Pesquisador de autarquia nacional. Rio Azul - PR. 2015. Discurso	Interlocutor 11
Autoridade política e representante sindical. Rio Azul - PR. 2015. Discurso.	Interlocutor 12
Autoridade Religiosa Superior. Diocese de Santa Cruz. 2015. Entrevista ao autor	Interlocutor 13
Autoridade Religiosa. Diocese de Santa Cruz. 2015. Discurso.	Interlocutor 14
Pesquisador Organismo de Pesquisa. México. 2015. Entrevista ao autor.	Interlocutor 15
Cientista, Membro da União dos Cientistas Comprometidos com a sociedade. México. 2015. Palestra.	Interlocutor 16
Dirigente de ONG. México. 2015. Entrevista ao autor	Interlocutor 17
Pesquisadora Instituto de Pesquisas. México. 2015. Entrevista ao autor	Interlocutor 18
Integrante Entidade Filantrópica. Mandirituba – PR. 2015. Discurso.	Integrante 01
Equipe de Animação – Conjunto musical. Mandirituba – PR. 2015. Paródias	Animador 01
Guardião de sementes. Brasil. 2015. Entrevista ao autor	Guardião A
Guardião de sementes. Brasil. 2015. Entrevista ao autor	Guardião B
Guardião de sementes. Brasil. 2015. Entrevista ao autor	Guardião C
Guardião de sementes. Brasil. 2015. Entrevista ao autor	Guardião L
Guardião de sementes. Brasil. 2015. Entrevista ao autor	Guardião M
Guardião de sementes. Brasil. 2015. Entrevista ao autor	Guardião G

Representante de ONG. Francisco Beltrão – PR. 2015. Discurso	Estudante 01
Integrante Entidade Filantrópica. Mandirituba – PR. 2015. Entrevista ao autor.	Representante 01
Visitante em Festa correlata. Ibarama. 2014. Troca de experiência	Visitante 01
Visitante em Festa correlata. Ibarama. 2014. Troca de experiência.	Visitante 02
Professora universitária. 2015. Brasil. Entrevista ao autor	Professora S1
Professora universitária. 2015. Brasil. Entrevista ao autor.	Professora S2
Professora universitária. 2015. Brasil. Discurso.	Professora S3
Professora local. 2015. Brasil. Entrevista ao autor.	Professora M1